



**#MROSC**

MARCO REGULATÓRIO  
DAS ORGANIZAÇÕES  
DA SOCIEDADE CIVIL

***II DIÁLOGO INTERSETORIAL DO  
MARCO REGULATÓRIO DAS  
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE  
CIVIL (2013)  
Indicadores e  
Portal das OSCs***

Memória

# II DIÁLOGO INTERSETORIAL DO MARCO REGULATÓRIO DAS OSCS (2013)



## 1. Objetivo e metodologia do evento

O II Diálogo Intersetorial do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil foi realizado nos dias 20 e 21 de junho de 2013, no Auditório da Secretaria de Direitos Humanos, na cidade de Brasília, Distrito Federal. O evento, organizado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, juntou representantes de organizações da sociedade civil, de órgãos do governo federal, acadêmicos e especialistas, com o objetivo de subsidiar a construção da matriz de indicadores e dos campos e funcionalidades do Portal de organizações da sociedade civil, desenvolvido com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, no âmbito da Pesquisa sobre as organizações da sociedade civil e suas Parcerias com o Governo Federal.

O principal objetivo do portal é fornecer uma visão georreferenciada do universo das organizações da sociedade civil, por meio do cruzamento de informações existentes em diversas bases de dados públicas, gerando um conjunto relevante de indicadores e propiciando maior conhecimento da sociedade sobre as OSCs e os trabalhos que desenvolvem, especialmente com recursos públicos. O portal possibilita também a articulação entre atores para planejamento de incidência local, o acesso à informação pelo cidadão e o fortalecimento de práticas e novos estudos.

Para facilitar a compreensão da proposta do encontro, os convidados receberam junto com o convite, a programação com os temas dos debates e uma breve descrição das bases de dados selecionadas para o trabalho.

Durante o encontro, os participantes foram divididos em três blocos temáticos: caracterização das OSCs, recursos públicos e funcionalidades e interatividades do Portal. Cada bloco contou com uma fala inicial de referência e, posteriormente, foram realizados debates em duplas. A partir dos debates, os participantes foram convidados a preencherem um formulário, com a finalidade de registrar e sistematizar as conversas. Após esse momento, abriu-se a participação e manifestação dos participantes em plenária.

## 2. Relatoria do evento

**20/06 - Manhã**

**Mesa de Abertura**

**Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Em primeiro lugar eu quero agradecer a presença de vocês. Nós estamos em um período bastante efervescente, nos ligaram

perguntando se a gente ia cancelar o evento e, na nossa avaliação, pelo contrário, a gente tem a obrigação de responder a uma reivindicação tão antiga, que é essa integração de dados, é aumentar o conhecimento e valorizar o trabalho das organizações da sociedade civil no Brasil.

## **Daniel Rech**

Meu papel para esta introdução é falar sobre indicadores e é disso que eu vou falar. Muito se tem falado sobre a formulação dos indicadores. O indicador cumpre uma função importante na metodologia de planejamento, monitoramento e avaliação, medindo as modificações na situação ou características do meio em que se realiza o projeto.

Entretanto, antes mesmo de formular os indicadores, deve-se decidir se queremos mesmo avaliar a atuação vinculada aos objetivos ou se apenas ficaremos na mera execução. Ou seja, precisamos saber se queremos que o foco central seja apenas o produto, ou quando muito, o serviço prestado, ou será o processo, a dinâmica social, e os efeitos da realidade - avaliação.

Quando alguns organismos internacionais e vários ministérios do Brasil sugerem que o indicador seja quantitativo da ação do projeto (pessoas atendidas, reuniões realizadas, produtos desenvolvidos, projetos financiados, etc.) parecem estar aconselhando, em primeiro lugar, que o que interessa será o número do que está sendo executado e não que sejam avaliadas as mudanças e os elementos sociais do processo de transformação da realidade.

Poder-se-ia dizer que esta não é a intenção, mas o que realmente se deseja adotando essa forma de apresentação de indicador senão que seja destacado o ativismo do agente executor e não situações diferentes e melhoras para os beneficiados. Passa a impressão de falta de responsabilidade com processos avaliativos que tenham como centralidade a transformação da realidade e mudanças consistentes. O indicador aparece aí como algo inútil, algo que precisa constar, mas que não serve para coisa alguma.

Lembro, a respeito paralelo, relacionado à declaração de missão de uma entidade, que parece sempre ser muito fundamental. Referindo-se à declaração de missão que, penso, poderia servir para esse tipo de indicador, Eric Hobsbawm, em seu livro *Tempos Fraturados - Cultura e Sociedade no Século XX* é bem preciso: “Nenhuma delas que examinei diz qualquer coisa que valha à pena, a não ser para quem seja fanático por banalidades mal escritas”.

Deixamos claros que não somos contra a quantidade, e nem contra a felicidade de escrever banalidades mal escritas, mas quando apenas estas são requeridas na visão da execução do projeto, algo está errado no que se refere a processos efetivos de transformação social.

O aparato constitutivo do indicador deve conter três elementos fundamentais: em primeiro lugar o descritor, em segundo lugar o próprio indicador – visto, no máximo, como termo de referência – e em terceiro lugar o parâmetro. Isso se quisermos que o instrumento funcione e se possam apresentar com consistência os efeitos do projeto de mudança. Senão, ficamos apenas na base da constatação da execução, o indicador sem descritor e sem parâmetro corresponderá a uma visão medíocre do processo.

O descritor, normalmente, deveria vir inserido no objetivo. O objetivo representa o que se deseja alcançar no âmbito do projeto, então o objetivo descreve a intencionalidade e as possibilidades futuras que serão alcançadas na realidade, e orientam a linha de raciocínio que construirão o indicador e o respectivo parâmetro.

Cabe aqui um breve parêntesis. Mesmo com a tendência internacional em outra direção, no Brasil – especialmente na área pública – persiste teimosamente a insistência em formular os objetivos em uma perspectiva tática da execução das atividades (apoiar, incentivar, atender) e não na projeção da realidade desejada que deve ser alcançada pelo projeto. Isso parece ser muito mais cômodo, porque não se torna efetivamente exigível conseguir e demonstrar resultados de mudança na realidade, mas apenas executar atividades e alguma direção, sem maiores possibilidades de avaliação efetiva.

Tem-se falado em muitos textos que renda *per capita*, PIB, índice de desemprego, coeficiente de GINI, índice de mortalidade infantil e salário mínimo são indicadores. Isso é verdade, mas somente quando são acompanhados pelo parâmetro, porque senão seriam apenas aspectos a serem considerados nos casos de observação da situação de renda, sobrevivência, condições de vida, etc. Especificamente na renda *per capita* e no PIB, por exemplo, os parâmetros deveriam enfrentar, pelo menos, o aspecto da desigualdade social; na mortalidade infantil, a questão da sustentabilidade e os padrões internacionais; no salário mínimo, as condições de vida mínima; no coeficiente de GINI, que estivesse perto de zero; no índice de desemprego, a situação do conjunto da população, sua autonomia e as condições da relação de trabalho; e assim por diante.

Parâmetro, que pode ser embutido no indicador ou vir em separado, é o referencial idealizado que determina o nível ou a condição de um projeto para que ele seja sustentável. Ou melhor, fornece as balizas fundamentais para saber se obteve sucesso. São os parâmetros que irão permitir a conexão entre o planejamento e a avaliação, entre o monitoramento e a realidade local. Então, sem o parâmetro no indicador, torna-se impossível considerar a exigibilidade dos resultados.

Genericamente, os parâmetros deveriam considerar, pelo menos, as características básicas definidas pela Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – da qual o Brasil é participante

pleno em suas comissões e observador regular da entidade -, que na sua conferência de Paris, realizada em 2005, definiu a relevância, eficiência, a eficácia e a sustentabilidade. Segundo a declaração de Paris de 2 de março de 2005 da OCDE, parágrafo 44, os países deveriam: “esforçar-se por estabelecer quadros de avaliação e de notificação centrados nos resultados, a fim de monitorar os progressos realizados de acordo com as dimensões fundamentais das estratégias de desenvolvimento nacionais e setoriais. Neste sentido, temos observado que o setor público do Brasil, além de quase sempre se manter no âmbito da execução do projeto, tem adotado indicadores que estão muito mais voltados para o viés da relevância e eficiência, mas não consegue explicitar aspectos de eficácia e sustentabilidade, exatamente os aspectos relacionados aos resultados da atuação para o desenvolvimento.

Não queremos aqui aprofundar desvios bastante ridículos e discriminatórios, como os chamados indicadores de conforto - criados pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, e utilizados equivocadamente para o Enem pelo MEC - os quais buscam mensurar as classes sociais dos participantes. Lá, entre os objetos relacionados à lista indicativa de conforto estavam: a televisão, a geladeira, a máquina de lavar, o aspirador de pó, o automóvel, o computador e a empregada mensalista.

Mas, retomando o tema do indicador de desemprego no Brasil, produzido pelo IBGE, observa-se que o mesmo se baseia numa taxa de desemprego referente a uma faixa da população economicamente ativa que está em situação de desemprego aberto, no qual somente as pessoas que no período de referência estavam disponíveis para trabalhar e realmente procuraram trabalho são consideradas desempregadas. Excluindo, portanto, o parâmetro da eficácia e também não considerando a permanência e continuidade ou não da realidade vivida pela perspectiva da sustentabilidade, olhando o conjunto da população e o seu futuro, sendo essa, no máximo, mantida através de desonerações fiscais que, ao final das contas, garantem aos mais ricos que fiquem ainda mais ricos.

Tanto a doação do indicador relacionado ao desemprego, como o Produto Interno Bruto, também muito citado no Brasil, apenas abordam aspectos da eficiência e não consideram especificamente nem sequer os objetivos gerais da República que estão no Art. 3º da Constituição Federal.

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - Garantir o desenvolvimento nacional;

III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Que são obrigações do Estado, e muitos menos se isso produz sustentabilidade e desenvolvimento para o País, tendo capacidade de produzir riquezas, mas também imensas desigualdades. A desigualdade corrói o PIB até matá-lo, diz Joseph Stiglitz, na obra de economia de 2002. Na teoria de Stiglitz, a desigualdade mata o desenvolvimento. Ele sustenta que, se a riqueza está concentrada na mão de poucos – como agora, no Brasil –, sem que nada se faça, é fatal cair na estagnação e recessão econômica.

Nessa mesma linha está o parâmetro idealizado da superação da miséria e que diz respeito essencialmente às organizações da sociedade civil e aos programas sociais do governo. O referencial adotado para a superação do estado de miséria é a renda de pelo menos R\$70,00, ganho mensal *per capita* abaixo do qual a pessoa é considerada extremamente pobre.

Independentemente do debate sobre a subida de preços internos e da necessidade de que os indicadores devam ser revistos, rediscutidos e reelaborados periodicamente, o que chama a atenção neste caso é que o indicador adotado neste caso atende o viés da relevância, e, sem dúvida, também o viés da eficiência, já que quase todas as pessoas nesta condição estão recebendo o Bolsa Família. O problema está, por um lado, na falta de um parâmetro avaliativo consistente, demonstrativo de uma situação ideal para a pessoa participante, além do fato de que o Programa vem sendo executado, e se o mesmo alcança os objetivos de vida digna a que todos os cidadãos e cidadãs têm direito, e se apresenta condições de sustentabilidade, vista na perspectiva da permanência e reprodução dos resultados.

Os próprios indicadores em direitos humanos estabelecidos em nosso país pelo Estado brasileiro também não conseguem ultrapassar a dimensão da relevância e da execução do diagnóstico, não estabelecendo parâmetros consistentes de compromisso e iniciativa para a superação das violações.

Diante disso tudo, quero manifestar a minha preocupação – que não é só minha, mas de muitos outros – de que, ou aprofundamos o debate sobre a formulação dos indicadores com parâmetros avaliativos consistentes e que tenham como referência, pelo menos, os objetivos centrais da República, que o Estado tem a obrigação de alcançar, como já disse, e demonstrar que os alcançou, e a afirmação dos direitos fundamentais, ou sempre estaremos seguindo em frente com muitas ações e pouquíssimos resultados.

As organizações da sociedade civil que aqui represento, têm insistido que a sua relação com o Estado deve se pautar pela obtenção de resultados sociais consistentes que elas, em conjunto com o Estado, podem alcançar, e que o Estado sozinho, não. Porque vinculado muito

mais a um grupo de privilegiados encastelados no poder desde sempre, a quem a desigualdade interessa, e não apenas na execução de programas, sem indicadores de avaliação adequados e, às vezes, até sem planejamento. Sobre isso, conferir a fala do Ministro do Planejamento, há algumas semanas, dizendo que no Brasil se faz muita coisa sem projeto executivo. Insere-se aí, aliás, as iniciativas atualmente existentes de certificação, muito preocupadas nas obrigações relacionadas à execução de políticas assistenciais do Estado e no controle autoritário e não propriamente nos avanços e transformações efetivas da realidade.

Nesse sentido, o Estado brasileiro precisa aceitar que a sociedade possa explicitar quais mudanças são necessárias e quais objetivos precisam ser alcançados para a atuação pública. É também essencial que o Estado reconheça que, pelo menos, a maioria das organizações da sociedade civil tem um projeto com objetivos e indicadores que pretendem construir uma nova realidade e não apenas aplicar paliativos e manter o *status quo*. Trata-se de um projeto de transformação social, da cidadania dos sujeitos populares, ao qual o Estado, ou ao menos o governo, deveria aderir, em que a desigualdade social possa ser superada. E esse é o ponto nevrálgico, como dizemos, para o desenvolvimento e para os respectivos indicadores, em que a injustiça e a impunidade não continuem prosperando e em que a cidadania e a democracia sejam práticas concretas e acessíveis para todas as pessoas do nosso Brasil.

Hoje é 20 de junho, dia mundial dos refugiados. Esperamos que a mudança das políticas não produza cada vez mais refugiados no mundo.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada, Daniel, pela sua provocação, como sempre, pra gente refletir aqui. Acho que hoje o nosso desafio – nós estamos desenvolvendo essa pesquisa com a Fundação Getúlio Vargas – é trabalhar a construção dos produtos dessa pesquisa. É a construção de um portal georreferenciado com todas as organizações da sociedade civil no Brasil. E a potencialidade do cruzamento dos dados que a gente tem buscado junto aos Ministérios (as bases de dados públicos), podem gerar indicadores muito interessantes que atendam a todos os descritores, indicadores e parâmetros que foram aqui colocados. Esse é o nosso desafio. Nesses dois dias a ideia é fazer um processo de escuta, nessa audiência qualificada que a gente tem aqui, em um diálogo entre sociedade civil e governo, para que a gente possa pensar juntos o rumo e as potencialidades que essa pesquisa pode gerar.

Nós, da Secretaria-Geral da Presidência da República estamos bem animados com os resultados parciais que já foram encontrados e acredito que o resultado final dessa pesquisa, com esse processo qualitativo de oitiva, de participação de vocês, vai ficar melhor ainda.



## **Bento**

Em nome da Fundação Getúlio Vargas, eu me sinto muito honrado de poder contribuir e apoiar a Secretaria-Geral da Presidência da República nesse projeto que é desafiador. Até estava falando agora com o Alex Vargas, da Fundação, que a gente sempre teve projetos inovadores e com grande desafio. Não é fácil fazer um projeto como esse. Com a dimensão e a pluralidade do Brasil, a heterogeneidade que existe na sociedade, é bastante difícil.

A Fundação, não sei se todos sabem, mas em sua origem (mais de sessenta anos atrás), teve desafios dessa forma, de contribuir com o desenvolvimento institucional brasileiro e de criação de indicadores, por incrível que pareça. A Fundação foi a primeira instituição a criar o cálculo das contas públicas do Brasil, a fazer o cálculo do PIB. Ainda em uma ótima econômica, muito longe da pluralidade dos indicadores sociais que foram muito bem narrados aqui pelo Daniel, mas a Fundação vem acompanhando esse processo de evolução recente do Brasil, desde os cálculos iniciais da conta pública, de PIB, e assim por diante, aprimorando outros indicadores sociais e setoriais também. E pra gente é questão de orgulho poder participar com vocês, representantes dos Ministérios, sociedade civil, a gente se sente bastante honrado mesmo.

Recentemente nós trabalhamos em um projeto também muito desafiador, junto com o Tribunal de Contas da União, que foi todo o aprimoramento do controle externo. Foi premiado em entidades na Inglaterra e nos Estados Unidos. E também, recentemente, até mesmo o Ministério Público Federal, fizemos um trabalho de aprimoramento da instituição. Nós acreditamos que as instituições fortalecidas, estabelecendo mecanismos de inter-relação com a sociedade civil, aprimorando isso, ouvindo, estabelecendo canais, é fundamental para o desenvolvimento sustentável de um país.

Então, em uma fala bastante breve, queria agradecer e parabenizar a iniciativa da Secretaria, e contar com vocês para externar as ideias, os pontos de vista, pra que a gente tenha um resultado bastante rico.

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Como a gente vai passar esses dois dias - é quase uma reunião de trabalho -, a gente vai encerrar as formalidades e começar os trabalhos. Eu vou fazer uma apresentação e vou chamar o Alex, que é coordenador da pesquisa, pra me ajudar. O que eu queria fazer nesse início é explicar pra vocês, dar uma visão geral do que vai acontecer nesses dois dias.

## **Relatoria da Apresentação dos Blocos**

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes**

A gente tá falando de várias bases de dados diferentes, por isso eu queria até começar aos Ministérios que nos proporcionaram prontamente todas essas bases. O primeiro deles, o Ministério do Planejamento, que é o nosso grande parceiro nessa pesquisa, por conta da base de dados do Siconv. Vocês vão ver que nessa pesquisa o portal é um dos produtos, mas tem uma análise qualitativa também sobre essa base de dados que hoje conforma o sistema de convênios, contratos de repasse e termos de parceria da administração pública federal e que é gerido pela SLTI, dentro do Ministério do Planejamento, que tem sido nossa grande parceira nesse projeto. Agradecer também todos os outros Ministérios, Ministério da Fazenda, a Controladoria Geral da União, o Ministério do Meio Ambiente, da Justiça, da Educação, da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Esporte, da Cultura, o IPEA, o IBGE, Trabalho, Ministério das Cidades... Enfim, foram muitos Ministérios que até então já nos ajudaram e entre outros que aqui a gente vai identificar, de outras potencialidades, de outras bases de dados, de outras coisas que podem ser agregadas.

Eu queria contextualizar um pouco: essa pesquisa está dentro da agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Por quê? A gente entende que pra mudar essa relação, esse desafio que nos está colocado hoje de aperfeiçoar o ambiente institucional e regulatório referente às organizações da sociedade civil, não basta apenas trabalhar na dimensão normativa. A dimensão normativa é importante, ela está sendo trabalhada, mas é importante também trabalhar em uma dimensão de conhecimento, de aumento do conhecimento da sociedade, do governo, das próprias organizações da sociedade civil, referente à esse universo tão diverso e plural que são hoje as organizações da sociedade civil no Brasil.

No ano passado a gente trabalhou muito próximo ao IBGE, ao IPEA, ao GIFE e à Abong na atualização que eles fizeram sobre o estudo da FASFIL, que vai ser apresentado aqui também por ser um estudo de referência nacional. E a gente quer avançar a partir desse referencial pra que a gente possa ter nesse momento uma integração de outras bases de dados e tentar qualificar cada vez mais a informação em relação a quem são as organizações da sociedade civil e o importante trabalho que cada uma delas desenvolve, podendo proporcionar também uma maior articulação entre as organizações. E até na execução de políticas, essa capilaridade identificada, georreferenciada, promove uma visão muito diferenciada do que a gente tem até então, hoje no Brasil.

Também fez parte do diagnóstico do grupo de trabalho, que junto com a gente tem ajudado a pensar essa agenda, a importância do conhecimento sistematizado por meio de pesquisas e estudos dessa natureza. Foi essa a razão principal de estarmos aqui hoje, apresentando essa etapa. Nós estamos no meio, então tudo o que vocês vão ver aqui hoje é um processo em construção, a pesquisa

não está finalizada, ela tem um cronograma mais amplo do que o dia de hoje, mas desde o primeiro momento a gente sempre imaginou que pra essa construção do portal era muito importante que a gente tivesse esse diálogo direto com as organizações e em conjunto com os Ministérios que aportaram as bases de dados.

A ideia do portal, então, ele vai ser gerado, ele tem essas bases de dados que gente vai discutir hoje. Ele tem a potencialidade por cruzamento de dados que a gente escolha (os indicadores são escolhas, né?) e pode gerar uma matriz de indicadores georreferenciada muito interessante. E, no final, quando ele estiver totalmente estruturado, ele vai trazer também algumas análises que serão feitas justamente nessa base de dados do Siconv. Até para construir o roteiro da análise de dados a gente teve reunião prévia, então a gente tem feito essa pesquisa de forma bastante participativa, pra tentar dar mais qualidade a partir dos diferentes olhares. Então, pra gente, cada um de vocês que está aqui hoje é muito importante e a ideia é que nós tenhamos dois dias de debates onde vocês possam colocar ideias, que possam agregar e melhorar.

Hoje, o dia inteiro, a gente vai discutir as bases de dados e as potencialidades de cruzamento, então a gente está falando de um dia sobre indicadores. Amanhã, a gente vai discutir o portal. Então, a gente começa discutindo a arquitetura do portal, as funcionalidades, os campos, as potencialidades de uso do portal e na parte da tarde a gente vai mostrar duas iniciativas da Secretaria-Geral, que é o participatório e o portal da participação social, pra gente pensar em potencialidades de complementaridade e próximos passos dessa etapa, o que mais o portal pode apoiar.

Então, as potencialidades do portal eu acho que eu já mencionei um pouco, que é proporcionar maior conhecimento sobre o universo das organizações, proporcionar transparência e acesso dos cidadãos à informação, fortalecer práticas e novos estudos, além de articular essa interatividade entre atores estratégicos.

### **Alexis Vargas**

Eu só queria fazer um parêntesis: dentro da pastinha de vocês, tem um pendrive. Dentro desse pendrive tem um material de apoio e tem também essa apresentação. Como a tela está um pouco pequena e aí do fundo talvez não dê pra ler, quem quiser abrir, no pendrive tem essa apresentação.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes**

Isso é outra coisa. A Secretaria de Direitos Humanos deve ser super agradecida, porque nos cedeu essa sala e também tem nos apoiado no projeto. E a ideia de fazer aqui nessa sala, com os computadores, é que dentro da nossa metodologia de trabalho a gente vai utilizar os computadores. Todos devem ter uma pasta com quatro arquivos, um arquivo por bloco. É um arquivo de registro, a gente vai falar sobre

isso, e tem tanto o arquivo da apresentação, quanto o arquivo de um material de apoio, que foi construído pela Fundação Getúlio Vargas, com a descrição mais pormenorizada dessas bases que a gente vai trabalhar. A ideia é que vocês trabalhem em duplas.

Queria aproveitar então para explicar a metodologia do trabalho, o que a gente vai fazer. A ideia é que cada bloco tenha uma fala inicial rápida, inspiradora, de referência. Quando a gente fala do perfil das organizações da sociedade civil, a gente vai caracterizar quem são as entidades privadas sem fins lucrativos no Brasil, nessa perspectiva das organizações da sociedade civil. A gente convidou a Anna Peliano para apresentar os principais achados, os principais resultados da FASFIL, que é esse estudo de referência que eu mencionei anteriormente, que é quem apurou os dados sobre as fundações e associações sem fins lucrativos no Brasil. Já tem a terceira edição desse estudo, então pra gente é um estudo bastante importante e que a gente quer aqui apresentar os resultados.

Posteriormente, depois da apresentação, a ideia é que a gente faça um debate em duplas, entre vocês, pra que no formulário (vocês vão ver que tem algumas perguntas) a gente consiga consensuar, nessa metodologia que na Secretaria a gente chama de “cochicho”, de fazer uma conversa entre pares, pra que a gente consiga formular melhor, registrar (depois ajuda a gente a fazer o relatório e ter todas as opiniões sistematizadas), para que, posteriormente, vocês façam as manifestações na plenária. Então a ideia é que, depois da exposição, abra um tempo para esse “cochicho” entre vocês, e possam registrar e fazer as manifestações do debate livremente, já tendo formulado, pensado e registrado isso. Pra gente, isso é muito importante, porque a ideia é que vocês tenham todo tempo pra falar, mas, eventualmente, se alguém não tiver tido tempo pra falar, ou pensou alguma coisa depois que já falou, ou se inspirou na fala do outro, tem a possibilidade de anotar, de registrar, porque a gente quer a opinião de vocês de todas as formas. Então a ideia é que a gente tem a possibilidade desse diálogo na plenária, mas também esse registro no formulário.

Vamos falar aqui sobre o bloco 1. A Anna Peliano vai fazer a apresentação e a gente vai discutir as bases. Pra gente fazer essa caracterização, eu queria chamar a atenção que a gente tem trabalhado com o conceito das Nações Unidas que trabalha com cinco critérios para a caracterização das organizações da sociedade civil, que permitem que elas sejam comparadas internacionalmente e que também foram cinco critérios da pesquisa da FASFIL. Os critérios são: que as entidades sejam privadas (não integrantes do aparelho do Estado), sem fins lucrativos, institucionalizadas (com personalidade jurídica própria), autoadministradas (capazes de gerenciar suas próprias atividades) e não compulsórias (voluntárias).

A primeira base de dados vai trazer o universo de fundações e associações privadas, sem fins lucrativos no Brasil. É óbvio que a

gente tem algumas questões, e uma delas já passo aqui pra vocês, pra gente pensar: a nossa base de dados vem da RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais), então ela pode trazer outros tipos jurídicos, mas o nosso foco são as associações e fundações.

Mas, obviamente, a gente reconhece que tem outras potencialidades de agregações que também são organizações da sociedade civil e que podem fazer parte desse portal. Elas não vão estar “plotadas” na primeira etapa, mas a gente pode pensar em uma possibilidade de cadastramento. Essa é uma pergunta que fica no ar: como a gente faz a integração de dados de outros tipos? E aí, outros tipos identificados, por exemplo, cooperativas. A gente foi na Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, e eles têm uma base de dados que poderá nos ajudar. A gente ainda não teve acesso a essa base, mas poderá nos ajudar nesse sentido, que é a base nacional de economia solidária. Seria uma alternativa, eles têm lá as associações, as cooperativas que fazem parte do sistema de economia solidária, e grupos informais. Então, essa é uma questão que fica: para além das associações e fundações, vamos deixar aberto o cadastramento de outros tipos jurídicos de organizações da sociedade civil que também possam ser agregados?

Nós estamos utilizando, para área de atuação, a classificação da Copni, que foi a classificação que também veio das Nações Unidas, e que foi trabalhada dentro do estudo da FASFIL, que se chama Copni ampliada. Aqui, nós estamos falando a área de: habitação, saúde, cultura e recreação, pesquisa, assistência, religião, associações profissionais e patronais, meio ambiente, defesa de direitos, e outras instituições. Essa é a classificação que é utilizada no estudo e que a gente traz aqui para esse estudo também. A princípio, a gente entende que é uma classificação que é robustamente construída, que a gente pode seguir, mas, eventualmente, pode ter alguma customização dentro dos subgrupos.

Sobre as bases de dados para caracterizar quem são as organizações da sociedade civil no Brasil: a base inicial é a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho). Mas aí a gente começa a cruzar com o Cadastro Nacional de Entidades, do Ministério da Justiça, que nos dá as OSCIPS e as entidades qualificadas como Utilidade Pública Federal. Lá também tem organizações estrangeiras – organizações estrangeiras não têm CNPJ e nosso cruzamento todo é por CNPJ. O Ministério do Meio Ambiente tem o Cadastro Nacional de Entidade Ambientalista; o Ministério do Trabalho tem um Cadastro de Aprendizagem, onde tem 1.700 organizações que fazem o trabalho de aprendizagem hoje no Brasil; existe o cadastro de Entidade Beneficentes de Assistência Social, então a gente traz para o portal o CEBAS, tanto da Saúde, quanto da Educação, quanto do MDS; e também tem o cadastro das entidades organizadoras que trabalham na organização dos programas Minha Casa, minha Vida e demais programas de habitação do Ministério das Cidades. A ideia aqui

também é a gente pensar nas potencialidades do cruzamento dessas bases e outras bases.

No bloco 2: então, na parte da tarde a ideia é que a gente possa discutir as transferências voluntárias da União para as organizações da sociedade civil. A gente convidou o Félix, que é um pesquisador do IPEA e que nessa agenda tem se aprofundado bastante também, e traz o que tem de referência, até onde ele foi, o que já existe, pra que a gente possa pensar o que mais deve ser feito, o que mais a gente pode fazer no âmbito dessa pesquisa. Então, a ideia aqui também é a gente discutir quais são os indicadores, a partir das transferências diretas e incentivos fiscais – existe também as imunidades e isenções, mas a gente ainda não está colocando nessa primeira versão.

Então quais são as principais bases aqui? É o Siconv, essencialmente, que é o sistema de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, mas a gente também está cruzando com o SIAF, e a gente foi atrás também de outras bases, como a base da FINEP, da Ciência e Tecnologia, que não está dentro do Siconv. Essa é uma base que ainda não chegou, mas que deve ser agregada aqui também, para além das bases das leis de incentivo da cultura e do esporte.

A própria portaria 507 excetua algumas transferências que não são realizadas no âmbito do Siconv. E aqui a gente listou, pra pensar, que todo o programa federal de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas não deve entrar no portal, por todo o sigilo que isso requer. E outras bases que não passam diretamente pelo Siconv, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o programa Dinheiro Direto na Escola, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – isso é, basicamente, tudo FNDE, que a gente também está no radar pra fazer a conversa – Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento de Jovens e Adultos, Programa Brasil Alfabetizado e Programa Nacional de Inclusão de Jovens. É o que diz a excepcionalidade da portaria 507.

### **Alexis Vargas**

Tanto no primeiro bloco, quanto nesse, tem uma base inicial principal: naquele a RAIS, nesse aqui o Siconv. É de onde a gente parte, daí vai agregando mais informações das outras bases para qualificar o dado.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes**

Amanhã, então, a ideia vai ser discutir a interatividade e as funcionalidades do portal. Já existe uma proposta de arquitetura do portal, bastante avançada, e a ideia é que a gente discuta essa proposta com os campos e os desafios dela. A ideia dessa portal é que ele gere essa visão georrefenciada, através do mapa das organizações da sociedade civil, ele também vai poder ter essa visão dos indicadores, as organizações da sociedade civil em grandes números. E também, a gente vai discutir um pouco o perfil dos usuários. A ideia é que, por meio das redes sociais você possa se

logar no portal, enfim, vai ter diferentes níveis de participação dentro do portal, porque a ideia é que, se você quiser simplesmente navegar no portal, você não precisa se conectar, qualquer um pode navegar á vontade. Mas, se você precisar qualificar o perfil da sua entidade, que é uma das potencialidades, você vai precisar se cadastrar pra gente poder ter algum controle de quem está fazendo a modificação do perfil é a própria organização.

Então, tudo isso vai ser discutido com mais calma amanhã, mas a ideia é que a gente possa ver essa conectividade e o perfil dos usuários. Além do que, quando aparece o perfil das entidades, o que a gente pode, potencialmente, divulgar, o que é interessante. A princípio, uma das coisas que a gente pensou também é de colocar os documentos necessários pela Lei de Acesso à Informação, sendo esse portal uma grande plataforma de transparência ativa. Nesse sentido, a Lei de Acesso à Informação diz que todas as organizações da sociedade civil que tiverem qualquer tipo de instrumento de repasse com o Poder Público precisam divulgar seu Estatuto, sua relação de dirigentes, o instrumento convenial ou termo de parceria, contrato de repasse, e os relatórios de prestação de contas na medida em que eles forem sendo entregues. Então aqui a gente também teria a potencialidade de fazer o upload desses arquivos e deixar á disposição nessa mesma localidade.

### **Alexis Vargas**

Nesse tópico é até importante ressaltar que tem as entidades que têm relação de parceria com a União e tem as entidades que não têm parceria com a União. E aí que perfil, que dados devem aparecer para aquelas que não têm parceria com a União, que aí nem vai se aplicar essa questão? Essa é uma discussão que a gente quer ter com vocês.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes**

Sendo que, as que não têm parceria com a União, a princípio, a gente não tem nenhum base para puxar o dado. Então, se a organização quiser, ela vai fazer o upload, ou não. Sendo que, no caso das organizações que têm parceria a gente têm esses dados no Siconv, porque esses documentos todos já foram colocados dentro do sistema.

E a outra possibilidade aqui, quando a gente for discutir o perfil das entidades é a gente discutir a potencialidade de “hankear” e fazer avaliação de mecanismos de transparência. Aqui a gente tem que pensar, porque a ideia era a de controle do cidadão. Como é que o próprio cidadão poderia ajudar a dizer coisas sobre uma determinada organização, a partir de critérios que a gente defina que sejam critérios interessantes para fazer essa avaliação.

E, por fim, na parte da tarde de amanhã, a gente vai discutir um bloco sobre participação social. A ideia também é que, além de apresentar essas iniciativas complementares da Secretaria-Geral, que é o

Participatório - o Participatório é o observatório de políticas de juventude, então é uma grande rede social que vai ter essa temática das políticas de juventude -, além do portal da participação Social, que tem a sua vocação para trabalhar as instâncias formais de participação social, além dos novos mecanismos.

Quando a gente falar desse bloco, a gente também tem a intenção de agregar os Conselhos, Redes e Fóruns, porque no cruzamento de dados a gente vai conseguir, ao individualizar as entidades, ver os assentos nacionais que essas entidades fazem parte. Inclusive outras organizações, as organizações representativas, por exemplo, o GIFE, a Abong, ou a Rede de Tecnologia Social do Banco do Brasil, também é possível agregar, já são 1.200 entidades certificadas, que já foram premiadas com o prêmio de tecnologia social. Aqui a gente pode refletir sobre essas possibilidades de agregação.

E essa é a ideia do programa inicial. Todo mundo confortável, ciente, confuso?

### **Jorge**

Minha dúvida é a seguinte: no início apareceu o contexto, que é o processo de mudança do Marco Regulatório, agora no portal estamos tendo como uma das bases principais o Siconv. Está ou não no horizonte o encaminhamento do projeto de lei que institui o Termo de Fomento e Colaboração? Isso iria criar uma nova base de dados bastante relevante. Enfim, minha pergunta é como isso entra no processo mais amplo de mudança do Marco Regulatório.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Perfeito. O processo tem diferentes dimensões, uma das dimensões é essa normativa que você está colocando. E na medida em que a gente tiver a transformação, a mudança da legislação, obviamente que tudo será adaptado, não só o portal, como o sistema, todas as mudanças que advierem das mudanças na legislação. Mas, em paralelo à mudança da legislação, em paralelo à dimensão normativa, a gente tem trabalho em uma agenda de conhecimento, para valorizar as organizações da sociedade civil, independentemente da mudança na legislação.

Então, são duas frentes de trabalho que, se a gente tá pensando no aperfeiçoamento do ambiente regulatório, a gente tá pensando na mudança da legislação, mas a gente também acredita que, pra melhorar essa agenda, a gente precisa melhorar o ambiente institucional. E no ambiente institucional, produzir mais informações, que a gente consiga enxergar melhor essa situação, é também necessário dentro desse diagnóstico. Tem outras coisas também que não estão aqui colocadas, mas a gente tem trabalho junto com a Escola Superior de Administração Fazendária pra construir uma grande formação permanente, referente ao tema das parcerias com as organizações da sociedade civil... Enfim, são diversas frentes que



dialogam porque fazem parte da mesma temática e chegam ao mesmo lugar. Obviamente que todas as mudanças serão aqui contempladas, e a gente não está descansando de trabalhar por elas, elas continuam sendo trabalhadas em paralelo a essas outras atividades que a Secretaria-Geral também tem impulsionado.

### **Paulo Haus**

Laís, eu tenho algumas preocupações, acho que você as conhece, e acho que é uma preocupação de princípio. Essa definição que foi dada aqui como a caracterização das OSCs, que foi puxada das Nações Unidas, na verdade ela é formulada a partir do trabalho [ininteligível], que eu identifique. E quando ele fala de institucionalizada, ele não fala em personalidade jurídica, necessariamente. Ele fala em organizações estruturadas e, eventualmente, são traduzidas por institucionalizadas, mas não necessariamente são uma personalidade jurídica, que talvez seja um parâmetro normativo do nosso universo, não do mundo inteiro. E aqui eu vejo, no Brasil, um certo “desplacamento”, não sei a palavra certa em português, entre a norma e a organização do nosso povo. Até mesmo por conta da alma da caneta que fez o Código Civil, que é uma alma autoritária, ligada aos regimes autoritários de Vargas, depois ao regime autoritário de 64, o Código Civil só consegue ver como manter o *status quo* reinante, então a gente organiza entre associações e fundações da nossa sociedade, e o restante da nossa sociedade é desorganizada mesmo, quando muito, recebe projetos sociais, ou então tem a prisão pra ela. Essa sociedade se organiza de formas associativas ineptas que não estão previstas no Código Civil e, muitas vezes, não conseguem ser institucionalizadas. Isso é um enorme problema.

[O final da fala foi cortado]

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Queria só tentar ver se tem alguma dúvida sobre o programa, mas esse é exatamente o tipo de debate que a gente vai ter que fazer em cada bloco. Mas, pra não deixar sem resposta, Paulo, a ideia é justamente essa. O portal não resolve nenhum problema a não ser a questão da integração de dados, de ser uma plataforma de transparência, e de nos inspirar a novos estudos, novas análises e a novas estratégias. Então aqui, quando a gente plota no portal as associações e as fundações que seguramente fazem parte desse universo, a gente também traz aqui a integração de dados de outros tipos, a possibilidade de cadastramento que eu tanto comentei, das cooperativas, por meio dessa base que a gente comentou do Ministério do Trabalho, mas da potencialidade de que um próprio grupo, uma própria organização não necessariamente institucionalizada venha se cadastrar nesse ambiente. Além de que hoje a gente tem essa discussão de empresas que também atuam com esse viés. Então, como a gente lida com isso? Esse é um debate.

E obviamente que o debate da taxionomia, da classificação, etc, é um debate presente. E o que a gente está tentando fazer é justamente organizar os dados pra que gente possa também fazer esse debate de uma forma mais organizada e que a gente possa tirar estratégias de como resolver esse tipo de questão. Aqui não vai resolver esse tipo de problema, não vai resolver a autonomia das organizações, porque aqui o que a gente está querendo fazer é justamente entender esse financiamento, entender onde elas estão e quem elas são. No caso da autonomia, está muito mais ligada à agenda de financiamento das organizações, do financiamento autônomo, de todas as buscas que a gente tem trabalhado nesse sentido, do que, necessariamente, o portal.

Eu sei que a gente tem uma diversidade de temas e quando a gente se encontra isso volta bem presente, mas a ideia aqui é que a gente possa produzir algo que seja base para justamente a gente conseguir construir essas outras análises.

### **Vera Masagão**

Eu só queria deixar um alerta. Importante frisar que, tudo bem, o que foi possível foi trabalhar com as bases federais de repasses ou de entidades que recebem recursos só no âmbito do governo federal, mas acho que é um alerta aqui para o plenário: como a gente superar esse importantíssimo desafio que é captar informação também das outras esferas do governo. A gente vai ter aqui uma exposição que vai mostrar que o apoio do governo federal às organizações está decrescente, está caindo, enquanto a gente sabe que existe um expressivo aumento - a gente não sabe com que sentido - do financiamento por estados e, principalmente, municípios, que a gente vai precisar captar. Senão a gente vai ficar fazendo estudos sobre um micro universo muito pouco representativo do que são as organizações no país, também no que se refere à repasse de recurso do governo, que é uma coisa importante, que tem um sentido público muito importante. Fora esses outros aspectos, dessas que não recebem dinheiro do governo, etc.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Perfeito, Vera. A ideia, na hora do debate, não vai ser eu ficar respondendo cada intervenção de vocês, senão não dá tempo pra todo mundo, mas tudo o que vocês disserem vai ser registrado e está sendo pensado. O que não foi pensado ainda, que a gente espera que apareçam novidades, vai ser encaminhado. Então, a princípio, de fato, esse portal nasce por uma iniciativa do governo federal com as bases de dados federais. Ele tem a potencialidade de ser trabalhado pra também abarcar outras bases de dados de estados e municípios, mas aí é outro trabalho, então a gente está fazendo a coisa em etapas e um passo de cada vez. Mas acho que é importante no relatório final que a gente registre essas preocupações todas e por isso a ideia da plenária é sempre uma ideia de diálogo e de registro.

## **Relatoria da Apresentação dos Resultados da FASFIL**

### **Anna Peliano**

Eu queria cumprimentar a todos, dizer que é uma satisfação estar aqui apresentando rapidamente os resultados dessa última edição da FASFIL, parabenizar a Secretaria-Geral, a Laís, que está assumindo esse desafio de criar esse portal. Só aqui das duas primeiras intervenções a gente já tem uma dimensão de quais são os desafios e da importância desse trabalho.

Antes de qualquer coisa, eu queria dizer que esse mapeamento das associações e fundações privadas sem fins lucrativos é um trabalho coletivo, desde a primeira edição nós vimos trabalhando juntos, IBGE, IPEA, Abong e GIFE, e nessa última edição a gente contou com a participação da Secretaria-Geral da Presidência da República, com a Laís, exatamente já pensando em aprofundar e expandir esse trabalho para o portal.

Desde o primeiro ano que nós pegamos essas informações, é importante dizer que a nossa base de dados é o Cempre, que é o Cadastro Central de Empresas do IBGE e que abrange as organizações formais, cadastradas na Receita, com CNPJ, os dados da RAIS e algumas pesquisas econômicas do IBGE. E de posse dessas informações nosso primeiro desafio foi identificar um subconjunto de organizações que tivessem um pouco mais de semelhança entre si, e foi daí que a gente usou aqueles critérios de serem privadas, institucionalizadas ou estruturadas, autônomas, voluntárias, autoadministradas... Foram os critérios que a Laís já apresentou. E só para vocês terem uma ideia, com esse primeiro filtro, na última edição da FASFIL nós passamos de um universo de 557 mil organizações sem fins lucrativos do CEMPRE, para um universo de 291 mil fundações e associações privadas. Quer dizer, com esse “voluntários” nós tiramos partidos políticos, condomínios, caixas escolares e uma série de organizações que têm características bastante distintas. Portanto, esse filtro é importante para gente começar a trabalhar com um subgrupo um pouco mais homogêneo. Mas, como nós vamos ver, só um pouco, porque na realidade são bastante distintos entre si.

A metodologia de trabalho, na última edição, passou por uma série de revisões. O Neimar, do IBGE, está aqui, poderá detalhar algumas informações da metodologia, se houver interesse. Mas a principal é que na RAIS de 2006 foi introduzido o critério de inativa ou ativa. E aí nós excluimos, na última edição, as inativas. Isso deu uma redução de 18% das organizações em relação às edições anteriores. Portanto, a metodologia tem uma série de avanços, mas também nos dificulta quando a gente quer fazer uma análise comparativa com anos atrás.

As informações que a gente disponibiliza na FASFIL, então, não são só número de organizações, mas número de organizações por localização geográfica, por data de criação, por finalidade, por porte, pessoal ocupado, a remuneração do pessoal ocupado, formal, e evolução dessas organizações ao longo do tempo. De maneira que, com essas informações, nós podemos fazer muitos cruzamentos. Nós podemos pegar organizações por estado, por finalidade, qual o pessoal ocupado, qual a remuneração... E esse ano nós introduzimos ainda duas novidades. Em pessoal ocupado, nós desagregamos informações por gênero e por nível de escolaridade, o que também já nos traz outras informações que a gente pode desdobrar.

Algumas pinceladas para ver um perfil, um retrato muito rápido. Alguns aqui já ouviram essa exposição outras vezes, é mais para trazer subsídios para o debate de que tipo de informação nós disponibilizamos. Primeiro, é a questão geográfica. O que a gente observa é que as organizações estão muito concentradas no sudeste, mas isso não chega a ser nenhum surpresa: 44% das organizações das organizações no Sudeste, 42% da população está no Sudeste. Quer dizer, se são organizações da sociedade civil, é natural que elas acompanhem um pouco a concentração populacional. Só no Sul que nós temos 22% das organizações e 14% da população. Mas, de um modo geral, elas tendem a acompanhar a distribuição das organizações.

Olhando por finalidade. Quer dizer, como é o perfil das organizações? Aqueles grupos, classificações que a Laís já mencionou. O que nós vemos hoje é que predominam o que nós estamos agrupando, as organizações de desenvolvimento e defesa de direitos e dos interesses dos cidadãos. Quer dizer que nós juntamos aqueles dois grupos, desenvolvimento e defesa, direitos e associações patronais e profissionais que reúnem esses dois grupos. O maior predomina no universo das organizações. O que eu chamo a atenção é que, além dessas organizações, é o grupo de instituições religiosas. E aí é importante dizer que quando nós falamos religião, são templos, centros espíritas, são organizações que cultivam crenças religiosas ou que desenvolvem ritos. Quer dizer, hospitais de origem religiosas, escolas, não estão nessas entidades, eles estão distribuído de acordo com a sua finalidade. O que nos deixa a hipótese de que a religião tem uma influência ainda muito maior neste universo. Mas, de qualquer forma, isoladamente, são elas, mas a gente têm entendido que o que está predominando são as de desenvolvimento de defesa dos direitos e dos interesses dos cidadãos.

Outra questão que no primeiro ano nos chamou um pouco a atenção, agora a gente já tinha observado, é a assistência social. Antes se achava que as organizações sem fins lucrativos eram predominantemente de assistência, e elas representam apenas 10% do total. Outra coisa interessante: se a gente cruza finalidade por região, a gente vê que é no Sul que estão concentradas as religiosas,

as de assistência, de saúde e educação. E no Nordeste as de defesa de direitos e de interesse dos cidadãos, que são as mais novas. Quer dizer, é um indicador da dinâmica de crescimento das organizações.

Quando a gente vê pessoal ocupado, elas empregam, em 2010, dois milhões e cem mil pessoas formalmente ocupadas. Indo ao parâmetro, o que isso significa? A gente comparando com a administração pública, por exemplo, eles representam quase um quarto do total de funcionários da administração pública. Outra informação interessante é a participação das mulheres. Quer dizer, predomina a participação das mulheres entre o pessoal assalariado e, inclusive, muito acima, se a gente observar o mercado de trabalho, olhando todas as empresas públicas e privadas do SEMPRE. Quer dizer, a participação da mulher é de 42%, e na FASFIL ela sobe pra 62%.

Outro dado interessante, quando a gente olha por nível de escolaridade, é que enquanto um terço das pessoas que trabalha formalmente nas FASFIL tem nível superior, no conjunto dos trabalhadores isso cai para quase metade, que é apenas 16%. Quer dizer, o nível de escolaridade é maior na FASFIL. Quando a gente olha a distribuição desses assalariados por tipo de atividade, aí já é um dado um pouco esperado, eles estão mais concentrados na área de saúde e educação, até pela complexidade do serviço e da abrangência do atendimento. Quer dizer, as organizações de saúde e educação respondem por 8% das organizações, mas nelas estão concentrados mais da metade dos ocupados nessas organizações.

Se a gente olhar o número médio de trabalhadores formais, atualmente é de 7,3 pessoas. Na saúde, a gente vê por porte, a diferença. Quer dizer, na saúde nós temos 95.3 pessoas. A educação em segundo lugar, mas já cai pra 31.9. E uma coisa interessante é que 72% das organizações não tem sequer um trabalhador formal. E aí a questão do voluntariado e, sobretudo, da prestação de serviços autônomos pode explicar, em parte, esse baixo número de pessoas ocupadas, ou nenhuma pessoa ocupada em 72% das organizações.

Quando a gente olha o nível salarial, o que nós observamos é que na Fasfil os trabalhadores ganhavam em média 3,3 salários mínimos, se comparado com o total dos trabalhadores, é de 3,2 salários mínimos. Está no mesmo patamar do conjunto dos trabalhadores. Tem uma diferença significativa por área. Na educação os salários são maiores - em torno de quatro salários mínimos - com exceção de educação infantil, que passa para dois salários mínimos, ao lado das associações de moradores, de treinamento, onde os salários são bem mais baixos. Também observamos diferença em relação à remuneração por região. Quer dizer, no Nordeste é quase que um salário a menos que no Sudeste. Salário médio de 2,6 a 3,5, e entre mulheres e homens, uma diferença de um salário mínimo. Mulheres, um salário mínimo menos que os homens. Bem próximo do que

acontece no mercado de trabalho como um todo, que as mulheres ganham 70, 75% dos homens.

O que vem acontecendo com o movimento, com o crescimento dessas organizações nos últimos anos? Entre 2006 e 2010, houve um crescimento de 9%. Ele é menor do que todos os outros grupos de instituições do SEMPRE. E ele é o menor, bem menor do que nós já tínhamos observado em anos anteriores. Quer dizer, no final da década de 1990 a gente observou um “boom”, o crescimento foi muito grande nos seis anos entre 1996 e 2002; elas cresceram 157%, entre 2002 e 2006. Já tinha caído pra 25%, e agora o crescimento foi bem menor. Talvez até como uma resposta, depois de um “boom” muito grande, vem se acomodando, porque elas eram as que mais cresciam nas últimas edições, teve certa acomodação em termos de crescimento.

Tem variado bastante também o crescimento por área, ele não é homogêneo. Algumas organizações até decresceram, quer dizer, foram fechadas, reduziu o número de organizações nesse período. As que mais cresceram, cresceram em torno de 15 a 17%. Mas foram poucas organizações, pequenas, por exemplo, educação infantil cresceu muito, mas é um número muito pequeno; meio ambiente cresceu bem. Isoladamente, o que mais cresceu foram as organizações de religião. Sozinhas, representam quase 50% das organizações novas nesse período.

O crescimento do emprego também foi um crescimento superior. Pela primeira vez em toda a análise, o crescimento do emprego é maior do que o crescimento das organizações. E ele é maior, por exemplo, do que o crescimento da administração pública. Ou seja, a nossa hipótese é que está havendo uma formalização, uma tendência de formalização no mercado de trabalho das organizações, aumentando o trabalho assalariado formal. O que pode ser um fortalecimento dessas organizações. Como cresceu o número de pessoas ocupadas, cresceu mais do que o número de instituições, quer dizer, o porte dessas organizações, nesse período aumentou, passou de 6,9 pra 7,3. E a remuneração elevou-se também, pela primeira vez. Quer dizer, outro movimento novo nesse processo é que a remuneração aumentou, depois de anos estagnada, mas, sobretudo, no último período, de 2008 a 2010.

Eu acho que com esses movimentos a gente está identificando que tem outra dinâmica de crescimento das organizações. Quer dizer, pode estar havendo uma formalização maior, melhorando o quadro de remuneração. Nós vimos que, pelo nível de escolaridade, são organizações que tem, pelo menos, uma participação mais alta de nível de escolaridade mais elevado, o que pode estar significando uma mudança nessa dinâmica. O mapeamento não responde, mas traz muitos dados, muitas indicações para pesquisas, e estudos posteriores. Quer dizer, o que nós fazemos é uma análise das informações de cadastro, mas acreditamos que trazemos informações

para muitas provocações. Inclusive, para entender a dinâmica de crescimento, como se explica... Eu acho que isso o estudo não permite, mas ele traz subsídios.

De um modo geral, a gente tem que olhar que é difícil fazer generalizações, até pra esses subgrupos de organizações. Elas têm diferenças grandes entre setor, entre região, entre tipo de atividade que desenvolve, entre idade, mas eu acho que a gente tem aí um elenco que a gente pode dizer que, se tivesse uma tendência geral que a gente pode observar, é que as mais antigas, que empregam melhor, empregam mais, remuneram melhor, estão nas regiões Sul e Sudeste ainda. E que com as mudanças que nós observamos nas últimas décadas, não só nesse período, mudou a composição. Quer dizer, é recente essa predominância das organizações de defesa de direitos e interesses. Elas tiveram um período de crescimento ao longo desse período, passaram a ter uma importância muito maior do que tinham anos atrás, o que significa um fortalecimento da sociedade brasileira.

Eu acho que são pinceladas muito gerais, a gente pode fazer aí muitos cruzamentos com essas informações, mas é só um rápido retrato para vocês dos resultados, do que a gente pode extrair da FASFIL. Muito obrigada.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada, Ana. O PDF com o estudo integral está dentro do *pendrive* de vocês. No *pendrive* tem uma pasta chamada II Diálogos Intersetoriais, que são documentos sobre o dia de hoje, e esse é um dos documentos. E tem outra pasta com outros materiais de interesse. A Ana vai ficar aqui com a gente presente. A Baiana vai fazer a apresentação agora das bases pela Fundação Getúlio Vargas, e aí a gente vai abrir o debate.

### **Baiena Souto**

Bom dia a todos. Vou diminuir minha fala, vou falar um pouco mais sobre a metodologia de trabalho, porque acho que o Daniel foi essencial para o início desse debate, falando sobre indicadores. Eu acho, realmente, que a sua fala foi muito importante. Eu acho fundamental e, na verdade, eu acho que todas essas questões que estão sendo levantadas são preocupações das pessoas que estão desenvolvendo esse trabalho em relação a essa matriz de indicadores. Eu acho que o compromisso que a gente tem hoje, de levantamento de bases diferentes que estão dispersas em diversos Ministérios, tem sido um desafio muito grande para a gente conversar e trazer, entender... Quer dizer, a FASFIL 2010 acabou de ser lançada, agora no final do ano, e tem informações relevantes sobre o perfil

dessas organizações, e a ideia era qualificar um pouquinho mais isso. Então, a ideia não é pegar essas bases e trazer como se fosse tomar posse delas, mas lembrar de valorizar o trabalho que está sendo feito nesses Ministérios, de trazer informação e de publicizar essas informações. Então, a matriz de indicadores desse projeto é uma matriz que tem a ideia tanto de valorizar a questão do papel das organizações, quanto valorizar o papel dos Ministérios que têm esse trabalho voltado para montar dados e indicadores para serem publicados de acordo com a Lei de Acesso à Informação, e também essa demanda crescente que a gente tem da própria sociedade em entender como esse processo de transferência, da questão da transferência do recurso. Porque o recurso é público, a sociedade, na verdade, clama, obviamente, por essa transparência. Então essa é um pouquinho a nossa ideia.

Bom, não vou me estender nessa questão dos indicadores, muito embora eu tenha sido aluno do IBGE, fiz mestrado no IBGE, fui orientada do Paulo Jannuzzi, que é do Ministério do Desenvolvimento Social. Na verdade, queria fazer um elogio público, porque é uma pessoa que tem tido um compromisso hoje aqui dentro do governo, embora seja um acadêmico. Então acho que essa questão dos indicadores, realmente, toda essa questão que ele me trouxe, eu gostaria de publicizar aqui. Porque, realmente, todo esse compromisso que eu estou tendo, de criar essa metodologia junto com o pessoal da Secretaria-Geral e a equipe da Fundação Getúlio Vargas, e com essa participação de vocês hoje, é um pouco dessa bagagem que eu tenho, que o Paulo me trouxe.

Esse projeto que a Fundação está apoiando a Secretaria-Geral tem três eixos, e eu, especificamente, estou mais voltada para esse primeiro eixo, que é a montagem da matriz de indicadores que vai subsidiar esse portal georeferenciado. A ideia, na verdade, não é esgotar a possibilidade de introdução dessas bases, mas a gente sabe das limitações que tem. Agora, nenhum sistema, nenhum conjunto de indicadores, em lugar nenhum, já nasceu forte. Então, na verdade, a gente precisa, primeiro, ter esse processo, mesmo que em graus diferentes de maturação, de trazer as informações que estão disponíveis, compartilhar com vocês essa preocupação e pegar subsídios de vocês que estão vivendo isso na prática. Muitas pessoas aqui dos Ministérios, outras pessoas das organizações da sociedade civil, ou seja, são atores dentro desse processo em posições diferentes, mas que muito tem a contribuir para a maturação futura, espero eu, desse projeto.



Bom, essa matriz de indicadores começou com um levantamento inicial de dados. Como tinha um papel muito forte de entender a questão dos repasses do governo federal para as organizações, dessa relação de parceria entre as organizações e o governo federal, a gente veio buscando as bases de dados em vários Ministérios que tinham qualquer relação com as organizações. Não necessariamente de repasse, mas a gente pensou também em outros blocos, como vocês vão ver adiante.

Então, o primeiro ponto foi esse levantamento de informações, uma estruturação de uma base enorme que tem hoje, começou com quatro bases, hoje já tem quatorze bases que estão sendo incluídas, algumas mais amplas, outras mais sucintas, mas que estão sendo incorporadas. E agora, nesse momento, a gente está fazendo um filtro de variáveis, os parâmetros que Daniel bem colocou aqui, e a construção de indicadores, que na verdade não é um processo só nosso, é um processo participativo com vocês de potencialidades que a gente pode ver desses dados disponíveis. E, finalmente, em um próximo momento, a matriz vai ser feita com indicadores, com todas as contribuições de vocês, e vão ser agregados no portal que deve ser lançado no fim do ano.

Para o desenvolvimento desse trabalho, a Ana apresentou aqui a questão da FASFIL, por questões de sigilo estatístico do IBGE, a gente não pode contar com o cadastro do SEMPRE, como a FASFIL. Então, tomou-se outra linha, que foi utilizar a RAIS como a base principal para cruzamento de informações, por conta do CNPJ. A FASFIL realmente tem uma diferença, não muito grande, da RAIS, porque ela incorpora outras pesquisas estruturais do IBGE, pesquisa de indústria, pesquisa de comércio. Então, na realidade, algumas diferenças vai haver, mas, de forma alguma elas inviabilizam a questão da continuidade do trabalho. A gente até conversou na semana passada com o pessoal do IBGE, inclusive tem a contribuição deles para a gente poder ajustar realmente alguma diferença que tiver aí adiante. Mas não inviabiliza.

A questão da natureza jurídica, o Paulo até comentou sobre essa questão, a gente priorizou, por conta do objeto desse trabalho, como a gente está falando das formais, está deixando, em algum momento posterior, de incluir aquelas que não estão formalizadas no portal. Então a gente fez uma listagem, porque as entidades sem fins lucrativas tem quatorze naturezas jurídicas incluídas pela CONCLA, só que são naturezas jurídicas que, às vezes, não tem absolutamente a ver. Mas é uma discussão que realmente não vou entrar aqui no

mérito da questão. Então foram tirados, assim como na FASFIL, os partidos políticos, os cartórios, cemitérios, que realmente não condizem, e ficaram essas seis naturezas jurídicas que a gente julgou que realmente estão contemplando esse universo que a gente está discutindo. A outra questão é trabalhar com as organizações que estão em atividade. Porque tem organizações já que estão ali declarando a RAIS negativa, não tem atividade nenhuma, essas foram excluídas dessa matriz. Essas são as premissas do trabalho.

Bom, acho que agora na parte da manhã a gente vai discutir mais as bases que estão falando um pouco mais sobre o perfil das entidades. A gente tem algumas bases que muitos de vocês devem conhecer, então é a contribuição de vocês realmente do que a gente pode explorar dessas bases. No material de apoio a gente colocou um pouquinho mais explicado que tipo de informação está disponível. Não necessariamente são todas as informações que contém nessas bases. Foi o que eu falei no início, a preocupação da gente é de não suplantando essas bases. Na verdade, a gente quer valorizar a ideia das bases. Então, no momento que algum usuário queira se aprofundar nessas bases, o link vai estar lá no portal e as pessoas vão poder fazer cruzamento das informações nas próprias bases. A ideia é trazer informações mais básicas, realmente, e que possam depois ter uma contribuição diferente, se alguém quiser se aprofundar mais em um determinado tema, vai na base de origem que vai estar referenciada lá.

Bom, acho que é um pouquinho isso que eu tinha pra dizer. Todas essas bases que foram consideradas bases de perfil, lembrando, a gente dividiu em três partes. A primeira, como a Laís falou anteriormente, as bases que estão dando um pouquinho sobre o perfil. São aqueles registros administrativos que a FASFIL trouxe muito bem, e titulações, certificações... Por exemplo, o CENSO SUAS, foi colocado como uma base de perfil, embora tenha alguma coisa de recurso, mas a gente vai se deter exatamente à questão do perfil que eles estão colocando lá. Atualmente, acho que é uma base bastante rica, com muita informação sobre beneficiários, então ela é muito importante, mas está sendo colocada como perfil, embora tenha características de recursos. Na parte da tarde a gente vai tratar das bases de recurso: SICONV, SIAF, e aquelas leis de incentivo, Lei de Incentivo à Cultura, Esportes... Vão estar trazendo como base de recurso. E, finalmente, amanhã a gente vai trabalhar um pouco mais com a questão da participação social, que embora a discussão dentro da base ainda esteja um pouco incipiente, a gente quer exatamente aquecer essa discussão com contribuições de vocês.

Eu tinha separado algumas análises feitas, mas eu acho que, de repente, vale à pena a gente partir direto para a discussão, pelo avançar da hora. Para esse momento eu tinha trazido um pouco mais de informações, mas eu acho que a Ana, na verdade, já falou sobre muita coisa. Trouxe algumas informações sobre o Cadastro Nacional de Justiça, lá estão as OSCIPS e as UPFs, as Organizações Estrangeiras estão colocadas no primeiro gráfico, muito embora elas não entrem nessa discussão, eu acho que a Laís já colocou que a gente não vai utilizar, exatamente por conta dessa coisa, não precisar de CNPJ, ela ter uma representação, ou não, no Brasil. Então a gente preferiu tirar agora para não ter esse tipo de complicação.

Outra questão: a questão da lei das OSCIPS, que começa lá em 1998, mas, efetivamente, o período de 2003 a 2005 foi o período que mais houve titulações no Brasil de OSCIPS. Então, veio uma curva ascendente de titulações, com queda agora, até 2013. Quer dizer, está tendo uma queda nesse tipo de certificação. Hoje, no Brasil, são 6.400 e uns quebradinhos de OSCIPS no Brasil, divididas por todas as unidades da Federação. A gente pode ver ali no Sudeste, como sempre, está com o maior número de organizações, muito embora isso não reflita a atuação dessas organizações, que, na verdade, podem ter uma capilaridade muito maior, podem estar atuando em outras regiões.

A titulação também das Utilidades Públicas cresceu ao longo do tempo. A legislação é de 1936, e foi regulamentada em 1961. Então até 1961, acho que só foram nove titulações de Utilidade Pública, e a gente não tem nenhum padrão em termos de titulação no Brasil. Sobe, desce em períodos políticos diferenciados. Não vou entrar aqui no mérito de discussões políticas, mas tem alguns períodos históricos que elas descem muito, outros que elas sobem muito, a gente leva realmente para outro nível de discussão. A questão é um pouquinho jogar essas provocações para vocês que entendem muito mais do que eu do assunto poderem dizer, “olha, poxa vida, é interessante cruzar esse tipo de informação, ou não”.

Bom, coloquei algumas bases, alguns indicadores de bases dispersas ali, que é a questão da distribuição das entidades ambientalistas no Brasil. É interessante ressaltar que essa é a única certificação que era feita pelas próprias organizações. Ela não é feita pelo governo. As próprias organizações que estão no CNEAS certificam as outras, mantém no cadastro, a partir de uma discussão das próprias organizações. Só para ressaltar essa questão. A questão do SERVAS, dos deferimentos por regiões, quanto foi colocado ao longo do tempo.

O CENSO SUAS, que tem uma informação que eu acho que é muito importante, e que a maior parte das bases não tem, que talvez seja interessante a gente começar a pensar em qualificar essa questão que a Ana falou, que é a questão do voluntariado. A gente consegue captar muito bem a questão dos vínculos, mas a questão do voluntariado, que é muito maior, a gente não consegue captar. Então, por exemplo, algumas bases, como CENSO SUAS, eles já começam a levantar esse tipo de informação. A gente vê, inclusive, que aquelas entidades com menor volume de recurso, são as que mais têm voluntários. Muito provavelmente, está muito dentro dessa lógica, de que elas não podem pagar, então elas vivem realmente dessa questão do voluntariado.

Eu trouxe algumas informações para a gente discutir, o material está aí. Se alguém tiver alguma dúvida sobre o material, ou sobre qualquer questão que estiver colocada, estou aqui à disposição. Quis encurtar um pouquinho a minha fala, queria falar mais, mas vamos lá. Boa sorte aí nos trabalhos, espero que esse seja um dia bastante útil para todos nós. Obrigada.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada Baiena. Queria lembrar que todos os Ministérios que aportaram as bases estão aqui presentes. Então se alguém tiver alguma dúvida sobre o Cadastro Nacional de Entidades Ambientais, a gente tem representante, enfim. A princípio, eu acho que está todo mundo aqui. Se não estiver, a gente anota para esclarecer depois. Então, a princípio, são essas bases.

Queria dar esse tempo para vocês pensarem. As perguntas são, então, que outros tipos de dados devem ser selecionados para a matriz de indicadores, para exposição no portal? Se você tem sugestões de outros cruzamentos que podem ser feitos, na verdade, de cruzamentos, que podem ser feito para essas bases, e outras sugestões que possam ser feitas pra caracterização das entidades privadas sem fins lucrativos no Brasil nessa perspectiva do que está colocado aqui.

Na hora do debate a Ana está aqui, a Baiena também, então, a gente vai poder fazer as perguntas que forem necessárias. Vamos lá? Vamos fazer em dupla, um cochicho, cada um conversa, pensa, e daqui uns dez minutos a gente volta.

[INTERVALO]

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Como está? Já conseguimos formular as nossas inquietações? Podemos voltar?

Eu não tive oportunidade de escutar todo mundo, mas escutei alguns, e queria nesse momento fazer alguns esclarecimentos para a gente aquecer o debate. A gente conversou que essa era uma etapa da pesquisa, a pesquisa está em construção. Então quando a gente traz o que inspirou o conceito de organizações de sociedade civil no Brasil, e o quanto a gente está utilizando a FASFIL de referência, a gente traz isso para cá para dizer que essa é a base que a gente inicia o trabalho. A gente conhece a discussão sobre as cooperativas, sobre os grupos informais, e por isso a gente trouxe essa discussão para cá. A dificuldade é saber qual é a estratégia para lidar com esse desafio. Uma das alternativas para resolver o desafio das cooperativas, eu mencionei no início, é a base de dados do Sistema Nacional de Economia Solidária. Para cada base que a gente solicita, a gente faz uma reunião com os Ministérios. Os Ministérios que aqui nos forneceram as bases sabem disso. Para conversar, para pensar nas potencialidades, para ver que outras bases podem ser. Foi assim que, na reunião sobre o CEBAS na assistência, a gente ampliou para pegar o CENSO SUAS, o formulário eletrônico, enfim, todas as outras bases, e foi assim nos diversos Ministérios que a gente tem conversado. Então, a base de dados da economia solidária foi solicitada ao Ministério do Trabalho, mas a gente não teve tempo hábil até este evento de hoje de fazer reunião, de obter a base, assim como, por exemplo, no caso dos recursos públicos, a gente já fez a reunião com a FINEP, mas a gente ainda não recebeu a base. Então a pesquisa está no meio do processo, e por isso que é tão importante que a gente hoje tenha as ideias assertivas para resolver esses desafios, para que essa pesquisa tenha o resultado que justamente represente todo o contexto.

A primeira pergunta que a gente colocou é: que outros dados podem ser agregados? Essas são as bases que, institucionalmente, a gente encontrou dentro dos Ministérios, mas pode haver outras. Vocês conhecem outras bases que poderiam ser agregadas? Teriam outras bases, outras possibilidades? Amanhã a gente vai trabalhar as potencialidades do autocadastramento, da autoqualidade da informação feita pelas próprias entidades. O que mais a gente poderia utilizar pra essa caracterização do perfil das organizações da sociedade civil? A princípio, a gente está falando dessas bases que foram encontradas, mas, pode ser, de novo, que haja outras. Assim como a gente pode trabalhar no sistema da classificação, a gente pode ter outros subgrupos que façam sentido, que representem, que

organizem melhor. Mas, a princípio, a gente está juntando o que existe, institucionalmente, de informação. Esse é o esforço, o hercúleo que está sendo elaborado de pegar todas as bases existentes no âmbito federal e juntá-las. É esse o cruzamento que a gente está fazendo.

E aí, tem a potencialidade, obviamente, que da junção dessas bases a gente consiga extrair uma série de indicadores para entender as organizações em grandes números, para além dos números individuais.

### **Interlocutor não identificado**

Bom dia, Laís. Na verdade, eu só acho que eu tenho uma base de dados que está faltando, que eu acho que pode ser interessante, que é toda a base de dados do Esporte. Todas as entidades esportivas, todas são organizadas como entidades sem fins lucrativos, tem o sistema de confederação, federação, clubes, e muitas delas também fazem intervenções sociais, além do esporte de desempenho. Então acho que o Ministério do Esporte pode dar outra base de dados interessante.

### **Carlos Ferrari**

Bom dia. Carlos Ferrari, da Organização Nacional de Cegos do Brasil e da AVAP. Eu anotei aqui algumas reflexões. Primeiro, eu queria cumprimentar a iniciativa, eu acho que vem em um momento muito oportuno. E aí, me perdoem, eu fugi um pouco da metodologia aqui para eu poder contextualizar as reflexões que eu trago para contribuir. Porque eu acho que a gente, inevitavelmente, vai ter que misturar um pouco as coisas, Laís. Apesar de o portal estar para amanhã, e hoje a gente está falando das bases de dados, não tem muito como a gente seguir isso disciplinadamente, porque aí a gente fala de concepção. O que eu quero dizer com isso? Se eu parto das bases formais que nós temos hoje, essa é uma concepção, é uma orientação para começar o portal. Como eu poderia também partir de outra lógica de estruturação do portal, por meio de um processo indutor, que fizesse com que as organizações se autoidentificassem e, enfim, aderissem a esse processo. Porque eu vejo, além de tudo que foi colocado aqui como missão desse portal, como proposta desse portal, entendo que ele pode cumprir um papel indutor muito forte de articulação das organizações no mundo virtual, pra pavimentar a participação e articulação dessas organizações no mundo virtual.

Eu anotei aqui alguns pontos que eu convido vocês a refletirem. Essa distribuição por finalidades que a gente tem, que é trazida pelas bases de dados que nós temos nos Ministérios, fazem com que as entidades, de fato, se identifiquem? Eu vou dar o exemplo do meu segmento. As entidades não se colocam como entidades de assistência, de saúde, de educação. Elas são entidades de pessoas com deficiência. E é assim que nós nos vemos. Assim como são as entidades dos povos indígenas. Eles se colocam como entidade, pelo menos boa parte dos que eu conheço. E aí o processo burocrático faz com que elas tenham que se identificar, se alinhar a uma política A, B ou C, por conta das ofertas que elas tenham. Você pega os dados da própria FASFIL, você tem ali 10% de entidades de assistência social, e se tem mais 15% de entidades de defesa de direitos. No âmbito da própria assistência social, na lei 12.435, você tem uma modalidade de entidade de assistência social, de oferta de assistência, de atuação, que são as entidades de defesa de direito no âmbito da assistência social, que você poderia inclusive fazer uma suposição de que muitas que se colocam como defesa de direito, podem, inclusive, atuar no âmbito da assistência social, que é o caso da nossa Entidade Nacional de Cegos. Nós somos uma entidade de defesa que nos apresentamos como entidade de assistência por conta da maturação, da evolução que nós temos tido na construção das políticas setoriais. Então, eu questiono aqui essa modulação por finalidade da forma que está. Eu acho que a gente precisaria flexibilizar um pouco isso, fazendo com que as entidades pudessem se identificar, de fato, como elas se percebem, e isso implicaria em uma estratégia, talvez, diferente da estruturação do portal.

Aqui na parte de cruzamento de dados, eu acho que a gente pode potencializar demais, inclusive fazer com que esse portal possa potencializar articulação em rede, articular as microrrelações no âmbito do território, potencializando a articulação de ofertas. Eu acho que a gente pode discutir um pouco mais sobre isso, ou seja, o que eu tenho de atendimento aqui, o que a outra entidade tem lá, e como a gente cruza isso. A gente falou de recursos, certificações e participação social. Participação social eu vou deixar para falar um pouco amanhã, mas eu não vi aqui em recursos, por exemplo, não sei se vocês pensaram, como que a gente traz para esse portal estratégias inovadoras de sustentabilidade, como se tem no âmbito da economia solidária, ou como se tem em organizações que trabalham com unidades de negócios, ou outros projetos que fazem com que potencializem sua atuação. E que elas poderiam, inclusive, cruzar isso fazendo com que outras se capacitassem ou trocassem ideias para criar um modelo de sustentabilidade, talvez, mais

padronizado e mais qualificado, com base na troca de informações. Perdoem-me se eu fugi da metodologia aqui, mas eu acho que pode ajudar nas reflexões.

### **Paulo Raugino**

O que acontece é o seguinte: eu concordo, e muito, e digo pessoalmente, com o que o companheiro aqui antes de mim falou. A caracterização, me parece, é uma caracterização muito de assento. Se eu me assento no Palácio do Planalto, se eu me assento no governo central brasileiro, pego meu binóculo e vejo a sociedade conforme eu a divido. A sociedade se divide e se organiza de uma forma completamente distinta do olhar que tem o governante. Eu sei que talvez não tenha uma resposta, geralmente eu não tenho uma resposta para esse questionamento, eu espero que as pessoas entendam isso, é um incômodo. Mas eu só vejo em outros, uma série de pessoas para quem eu advogo, por exemplo, microfinanças, pesquisa de desenvolvimento, economia solidária, comércio ético e solidário. Quer dizer, eu me lembro daquela inscrição antiga no vestibular: casado, solteiro, divorciado e outros. Então está todo mundo em outros, se for na sociedade civil. Talvez a gente tivesse combinado ponto de vista. Sobre ponto de vista dos programas do governo federal brasileiro, você está em assistência social, e sobre o seu ponto de vista, o que você é?

E a pessoa se autodeclarar, a gente talvez tivesse um universo muito maior, muito mais preciso sobre como é que a sociedade civil é, sem ter que ficar esperando que ela vá para rua, como está acontecendo. Os fóruns e as redes... Onde são cadastradas as instituições dentro do Estado brasileiro, de alguma maneira. Eu sei que existe uma vulnerabilidade, por exemplo, no CNEA, com relação ao reconhecimento delas, no SNAS é aprovado também, como elas são, ou seja, nos Conselhos, quando eles implementam. Mas isso é dentro do Estado. Independente se a sociedade civil participa ou não participa com metade das cadeiras, é dentro do Estado. Quer dizer, os fóruns e as redes que são voluntárias e que não têm personalidade jurídica organizam essas mesmas instituições, essas organizações, e são de difícil acesso. Não sei se difícil acesso, mas, organizacionalmente, não sei como vocês resolveriam esse problema. Qualquer pessoa de ONG resolve pegando o telefone. Então, saber conversar esses dois universos, são universos fundamentais, a modelação dessas finalidades, dessas organizações, conforme o seu ponto de vista, e encontrar essas organizações também é fundamental.



O segundo elemento é: se eu quiser enquadrar todo mundo conforme o Código Civil Brasileiro e suas formalidades cartoriais, eu vou perder o mundo. Eu só fico com o meu ponto de vista. E isso significa até, talvez, o empobrecimento do seu ponto de vista, mesmo Código Civil. A lei 10.406, no seu artigo 986 em diante, fala que existem sociedades não personificadas. Elas já existem enquadradas no Código Civil. Era preciso passar do artigo 60 e ler o restante. Então, se era uma sociedade não personificada, como ela se enquadra, e como ela se reconhece como sendo? Isso são visões iniciais desse ponto de vista. Portanto, se notar bem, essa minha entrada inicial é: como caracterizar as mobilizações da sociedade civil? Certamente não pelo olhar do governo. Certamente não abrindo mão do olhar dele, mas certamente não pelo olhar do governo. É necessário entender como a sociedade civil se enxerga, que é exatamente o discurso que o colega fez aqui.

Outro elemento é com relação às organizações estrangeiras. É também tentar enquadrar segundo a lei brasileira. O Código Civil só vê se é finalidade lucrativa de fato duas organizações: associação e fundação. Toda vez que eu pergunto para as pessoas “quantas organizações estrangeiras tem atuando no Brasil?”, ouço números tipo quinze mil, dez mil, cinco mil, e eu descobri recentemente no Ministério da Justiça que eu sou o advogado que mais tem organizações estrangeiras, porque tem 78 só, ou alguma coisa parecida com oitenta, eu não sei. É um número diminuto de formalizadas. Eu não duvido que tenham quinze mil na rua, que não conseguem encontrar a porta de entrada para se comunicar com o Estado brasileiro que não seja por via das organizações brasileiras. Porque não conseguem ser enxergados. Parece aquela história do sapo com o mosquito. Se o mosquito ficar parado, o sapo morre de fome. Ele só enxerga o movimento. Então, para as organizações estrangeiras se legalizarem no Brasil, inclusive tendo uma atuação a olhos nus, é necessário que a gente consiga enxergá-las além desse Código Civil Brasileiro, porque as organizações americanas, por exemplo, parecem fundações e não são associações, e não são nem fundações nem associações, grande número delas. A lei que as regula é americana, não é brasileira. Não dá para enquadrá-las pura e simplesmente conforme o código civil. Eu sei que é difícil, eu não sei responder todas as coisas, especialmente essas que eu estou levantando agora, não dá para enquadrar as organizações estrangeiras como associações ou fundações. Elas são sem finalidade lucrativa, conforme a legislação do lugar onde elas foram constituídas, reconhecidas desde que a lei de introdução do Código Civil tinha esse nome.

## **José Antônio de França**

Bom dia. José Antônio de França, Conselho Federal de Contabilidade, Fundação Brasileira de Contabilidade. Em relação a essas três contribuições que foram solicitadas aqui no arquivo, juntamente com o colega aqui do Ministério do Trabalho, que está compartilhando comigo, a gente pensa que, em relação a esse cruzamento de informações, ele poderia contribuir muito mais se dois outros instrumentos pudessem ser agregados. Foi colocado por uma das palestrantes que uma RAIS negativa traduzia inatividade da entidade. Isso, na verdade, é um pouco diferente. Uma RAIS negativa só significa dizer que não há vínculo de emprego. A entidade pode estar ativa. Por quê? Como há um trabalho voluntário, e os dirigentes não aparecem na RAIS, então eles podem fazer esse trabalho, como há, efetivamente, muitos que assim o fazem. Quem efetivamente sugere, ou indica a inatividade, é a DIPJ. Se houve um cruzamento de dados da DIPJ dessas entidades com a RAIS negativa, aí se pode, efetivamente, assegurar que ela está inativa. Mas, fora isso, a gente não pode ter essa certeza. Por outro lado, a RAIS é um instrumento que fornece informações agregadas, informações anualizadas. Ela, por exemplo, não dá informação do cadastro de emprego, quantos foram admitidos nessas entidades, ou quantos foram demitidos, e qual é o primeiro emprego, qual é a recolocação, qual é o aprendiz. Aí, talvez, o instrumento adequado seja CAGED, que é onde tem essas informações. E dentro do que está sendo colocado, também, da questão de formalização, não formalização, talvez uma fonte seja o - acho que até foi comentado aí também - é a base da economia solidária do Ministério do Trabalho. Talvez pudesse ser um instrumento interessante.

Do ponto de vista qualitativo, que eu acho que foi logo colocado por um dos primeiros apresentadores, parece que alguns Ministérios Públicos têm essa informação, porque os relatórios de cumprimento de objeto são essencialmente qualitativos. A quantidade é importante, e por uma questão formal, de orçamento, de prestação de conta para aquele que disponibilizou os recursos. Mas a parte qualitativa é fundamental para esses relatórios. Parece-me que alguns Ministérios Públicos Estaduais têm essa informação.

E, por fim, acho que um fato que movimenta a economia, vamos dizer, não formalizada e não remunerada, é, essencialmente, o trabalho voluntário. Ou seja, a caridade das pessoas. Não se sabe, efetivamente, quanto a economia movimentaria se o trabalho não fosse voluntário. Então, não se sabe também, eu creio, a quantidade

de pessoas que se voluntariam. Se houvesse uma ação opcional, a gente não está falando nada de obrigação, mas onde se pudesse conhecer o quantitativo de trabalhadores voluntários, e o valor justo dessa remuneração, se ela fosse para o mercado de trabalho, aí a gente poderia ter uma noção melhor do financiamento que essas entidades recebem. Obrigado.

### **Vera Masagão**

Bom, eu sou Vera, da ABONG, junto com a Odisa, da Fundação ESQUEL – ambas entidades da plataforma para o novo MROSC. Sugerimos aqui abrir a sugestão informando daquilo... Tudo bem que não dá pra ir para os cinco mil municípios, mas, pelo menos, para os estados e capitais, tentar mapear quais seriam os cadastros mais relevantes de registro de entidades. Eu sei que São Paulo tem. Eu acho que já seria o primeiro caminho no sentido de ter realmente um núcleo de informações mais universal.

Outro: utilizar o próprio cadastro do CNPJ, e as informações da IPJ, para obter os dados econômicos. Eu estou fazendo meio retoricamente essa recomendação, porque eu sei que esses dados não são disponíveis à sociedade. Eu até outro dia fiz uma queixa em uma reunião, seis meses atrás, sobre isso, que as ONGs não tinham acesso – diferente dos Estados Unidos, que uma ONG pode puxar diretamente os dados da Receita para dar transparência ao que o seu campo representa em termos dentro da economia do país – e um colega que está lá presente, do IBGE, falou: “nem o IBGE tem. Você acha que as ONGs vão ter?”. Então, eu acho que, de qualquer forma, é importante que, de repente a FGV... Hoje a gente tem a Lei de Acesso à Informação, se a FGV entrasse com o pedido de informação, pelo menos, a gente vai construindo um fato político. Porque é um absurdo que a informação econômica num país seja uma informação blindada. Quer dizer, lógico que as pessoas, vendo aí nesse aspecto, se protegem na questão do sigilo fiscal, mas ninguém está pedindo informação por CNPJ. O que a gente precisaria são informações agregadas sobre o setor, que certamente podem ser disponibilizadas, como são disponibilizadas em outros países democráticos.

Bom, outra sugestão aqui também, que provavelmente estará bem blindada, mas acho que vale à pena um pedido de informação para ir criando cultura, são os dados do Banco Central sobre remessas de recursos do exterior para organizações da sociedade civil brasileira. Acho que esse também é um campo que não temos informação nenhuma pra saber o que significa, ainda hoje, e significou a recuperação externa. Porque cada vez é algo que o Brasil está...

Enfim, quando deixar de ser ilegal, a gente também pode registrar o que as organizações brasileiras estão enviando de remessa de recursos para ajudar em outros países.

E, finalmente, editais da Petrobras. Eu diria que hoje a Petrobras é um dos principais órgãos financiadores do campo das organizações da sociedade civil com alguma identificação com o campo de defesa de direitos, e tem uma série longa de editais em que muita gente concorre. Eu acho que essa sim é uma base que não teria por que estar blindada, e eu acho que seria muito recomendável que fosse utilizada, justamente com essas saídas que recebem dinheiro, recurso público, etc. E eu acho que talvez a Petrobras seja a mais consistente. Você tem a Petrobras, os editais de meio ambiente, os editais sociais, mas tem outras iniciativas também, já tem alguns anos, e já tem cadastros relativamente organizados, que é o Cultura Viva, prêmios, o prêmio Itaú UNICEF.. Enfim, daria para mapear aí as iniciativas do campo, nós temos prêmios que organizam cadastros de inscrição que poderiam também ampliar, significativamente, também do ponto da sociedade civil.

### **André**

Eu sou André, do GIFE. Na realidade, o que eu ia falar a Vera já bem antecipou, mas eu quero reforçar essa dimensão, que independente da incorporação de novos cadastros, ou de maneiras de incluir, ou de classificar, como já foi colocado, as organizações, a dimensão econômica está ausente. E quem esteve trabalhando na FASFIL, inclusive o IBGE, compartilha dessa frustração da gente ter um mapa bastante interessante, consistente, das organizações, mas sem conseguir trabalhar a dimensão econômica. E aí a Vera já citou, a gente tem exemplos nos Estados Unidos que até o salário do executivo é publicado. A gente não precisa começar por aí, mas tem alguns avanços em termos de dados agregados que ajudam a gente a dimensionar o tamanho do setor, que seria absolutamente relevante. Se a gente está falando em dar transparência ao campo, e até como instrumento de mostrar o peso que tem, e de responder a questionamentos que estão aí, digamos, difusos na sociedade, no governo, sobre a atuação das organizações sem fins lucrativos. Então, minha questão seria essa. Eu acho que a gente tem que, ciente dos entraves e das dificuldades, tentar, digamos, atacar esse bicho de frente.

### **Antônio Menezes**

Bom dia, pessoal. Antônio Menezes, do registro civil. Eu estou aqui numa perspectiva de compreender em que medida esse conjunto de informações pode facilitar a vida de quem está interessado na ampliação da participação das entidades civis na prestação de serviços. Não só aqueles serviços que são parte do universo de direitos das populações que estão consagradas nos diversos estatutos, na Constituição Federal. Particularmente, na Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, interessada na implementação de grandes ações em torno dos direitos da cidade, do direito à terra, e à moradia regular, urbanizada e regularizada. Cujo principal ator é, sem dúvida alguma, a prefeitura municipal, o estado, sem dúvida alguma competência constitucional, e os próprios protagonistas interessados. E que, ao longo desses últimos nove, dez anos, tivemos algumas experiências, desafios, avanços - modestos eu diria - e que precisam, a partir de uma ação proativa do governo, estabelecer um novo patamar pra favorecer o protagonismo, os próprios detentores de direitos.

Nesse sentido, eu pergunto às minhas amigas, aos colegas pesquisadores, etc, se a classificação em torno da habitação é suficiente. Nós temos o campo do direito a cidade, do planejamento urbano, do desenvolvimento urbano, tem a questão terminológica, mas a terminologia reflete o nosso campo, a nossa preocupação. E nesse sentido, eu coloco como expectativa. Eu vejo muito esse encontro como um grande derramamento de expectativas, se eu posso dizer assim. Então coloco isso. E, segundo, a expectativa é se, não sei se agora, mas se vai ser fácil a gente ver a finalidade social das organizações. Finalidade social mesmo, prestador de serviço. Nós temos tido contato com inúmeras organizações que passaram, foram criadas, se constituíram ao longo dos anos em torno de defesa de direitos, constituindo, enfim, relações em torno desses direitos, mas querendo avançar no campo da operacionalização, do alcance. E, no entanto, mil debilidades, possibilidades, enfim... Então a gente quer ver isso.

Eu contrato prefeitura municipal para fazer regularização fundiária na cidade de Sabará. Eu quero dizer para a prefeitura, e por incrível que pareça, tem prefeito e tem prefeitura que não sabe que uma entidade pode fazê-lo. Muitas vezes nasceu lá nos direitos humanos e evolui. "Não, agora cria aí o Núcleo de Habitação". E eu quero ver isso. Não digo que isso hoje é uma centralidade em termos de política, do Ministério das Cidades, como vocês veem aí nos jornais, no dia a dia, nos monitoramentos da vida, porque é o PAC Urbanização e é o Minha Casa Minha Vida. E a habitação, como a Laís já colocou, na questão

do Minha Casa Minha Vida, entidades organizadoras têm esse compromisso institucional, e diria militante mesmo, em torno desse protagonismo.

Então é essa a expectativa. Quero ver as finalidades, quero ver o hall de serviços, quero possibilitar que a sociedade veja, principalmente prefeituras, estados, organizações públicas, vejam se estabeleçam relações concretas a partir desse mundo informacional que eu vejo, que a gente vê. E, finalmente, a questão do cooperativismo no campo da habitação hoje é muito forte. Eu acho que isso é um assunto lá da Secretaria Nacional de Habitação conosco, mas nós tivemos já experiência de contratar cooperativas vinculadas a implementação de zonas especiais e o cara da CONJUR barrou. Por questões que estão apenas tornando aberta agora, que já até foram colocadas, algumas delas, de maneira mais simplificada. Obrigado.

### **Daniel Rech**

Eu sou Daniel Rech, sou da Plataforma, e represento a UNICAFES (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária). Eu penso que, a respeito desse debate, e tenho batido nessa tecla em diversas outras reuniões, da necessidade de enfrentarmos o tema da classificação. Por quê? Porque estamos partindo de um pressuposto para classificação. E o pressuposto é um pressuposto institucional. Nós não colocamos como foco exatamente aquilo que vem sendo repetido aqui, a respeito da atuação social. E isso está obrigando inúmeras entidades a, gradativamente, partirem para um processo de perder identidade. Por quê? Porque ou preenchem cinquenta mil documentos e pagam ao cartório, ou senão não vão conseguir continuar atuando. Ora, a atuação é que era fundamental, ela vem sendo impossibilitada, exatamente pelo fato de que o parâmetro estabelecido anteriormente no campo da classificação é um parâmetro institucional. Nesse sentido, seria importante abrir um debate a respeito da classificação básica da personalidade jurídica. Eu acho que o fato do IBGE se recusar a discutir a classificação da pessoa jurídica, feita através do CONCLA, na CONCLA II principalmente, que joga as entidades dentro de parâmetros completamente absurdos, me parece que é um pressuposto fundamental para o desenvolvimento dessa discussão.

Especificamente gostaria de me referir a dois grupos. O primeiro, exatamente já citado, a respeito das cooperativas. Existe a impossibilidade de entender que cooperativa são de dois tipos, ou mais. E as cooperativas são obrigadas a se tornarem cooperativas empresariais, já que o IBGE classifica ainda, e as sociedades

empresariais, indo contra o Código Civil, inclusive, se for o caso de citar o Código Civil, porque o Código Civil não classifica como entidade empresarial, o IBGE classificou como entidades empresariais. Então, as iniciativas de economia solidária vão sendo empurradas para serem empresariais, com regulação empresarial. Sem conseguir entender que na história do cooperativismo existe um viés do cooperativismo solidário que é hegemônico no mundo, menos no Brasil e alguns outros países de segunda categoria. Então essa é uma primeira questão. Essa dificuldade de entendimento, nesse sentido.

O segundo ponto - e desculpe Ana, o ato falho - se refere às organizações religiosas. Você disse que as organizações religiosas são aquelas que desenvolvem ritos. Mas isso está dentro de um processo, de novo, de obrigação de perda de identidade. Ou seja, aquele grupo de irmãs que atuam dentro da comunidade indígena está dando a vida defendendo os índios, por exemplo, é obrigado a se tornar associação, desistir de ser organização religiosa. Por quê? Porque elas lá não desenvolvem ritos. Estão lutando pela defesa de direito. Mas são organizações religiosas, elas são obrigadas a se tornarem associações, perdendo a identidade própria na sua atuação de defesa de direitos, a partir da condição da fé. E não só esse exemplo, como inúmeros outros exemplos. Então essa necessidade de enfrentar o tema da classificação como um elemento essencial para se pensar uma pesquisa, um levantamento, é fundamental.

Eu estou vendo o que está acontecendo em relação ao CEBAS. O CEBAS não mais considera a atuação social das iniciativas, considera o comprimento de regras pacanhas a respeito de certificação. Ou enfrentamos isso, sempre nós ficamos atrelados, como diz muito bem o Paulo, ao Estado olhando pelo binóculo aquilo que ele está enxergando. Mas, provavelmente, o binóculo está invertido, não é para distância, é pra curta distância, só enxerga aquilo que interessa ao seu próprio mundo, e não a realidade efetiva que está acontecendo na sociedade. Obrigado.

### **Cláudia Werneck**

Bom, o evento é sobre participação social, eu faço parte desse grupo das OSCIPS. Meu nome é Cláudia Werneck, eu sou fundadora de uma OSCIP que tem onze anos, que atua nos direitos humanos da Presidência da República, tem grande incidência em política pública. Mas as palavras que mais tocaram aqui nessa manhã foram Dia Nacional dos Refugiados, porque eu me sinto uma refugiada nesse universo de relação com o governo. E também gostei muito quando o

Paulo falou da questão que alguns estão saindo do mundo, perdendo o mundo. Eu me sinto assim também, saindo do mundo, embora esteja aqui. E agradeço extremamente a Laís o convite.

Acho que tudo é meritório, que as pessoas estão bem intencionadas. A questão não é essa. A questão é que eu me sinto fora desse processo. E olha, a minha organização tem muita incidência, tem auditoria anual, tem todo mundo com carteira assinada, tem plano de saúde, o mesmo que a minha família tem, tem auxílio creche de R\$550 para quem tem filho e diminui cada vez mais, e não pega mais dinheiro público, porque tem medo. O SICONV, realmente, é uma arma. Eu não confio no SICONV. Como que o SICONV vai me representar num processo como esse? Eu me emociono, desculpem, eu sou assim, nasci assim, mas estou piorando. Estou piorando porque estou acuada. Eu tenho 56 anos, tenho uma história.

Outra coisa que eu acho que tem que estar registrado, a história das ONGs. Ninguém nasce de proveta na sociedade civil. Eu hoje tenho vergonha da minha história, porque quando eu conto a minha história, todo mundo acha... se eu conto que meu marido se envolveu, que meu filho se envolveu, que a minha filha se envolveu, que a minha mãe se envolveu, que todo mundo emprestou dinheiro, isso é uma vergonha, desconfiam de mim. Então eu acho que é importante que em algum cadastrado esteja escrito de onde as organizações nasceram. Porque nascem de pureza. Lógico, tem um percentual aí que não é de pureza, mas o grupo que eu frequento, eu sou da Rede Ashoka de Empreendedores Sociais, Fundação Avina, etc e tal. A minha associação nasceu da pureza e da boa vontade. Bom, então eu não confio no SICONV.

Os gestores públicos que entram no governo por concurso público ou por indicação de alguém, não são organizados e formados pra admitir que um dia vão errar. Então, quando eles erram, eles transformam o SICONV numa arma. Se eles dão um comandozinho errado, ou deixam de dar um comando no SICONV, a reunião no dia seguinte é “como é que eu vou fazer para ninguém saber que eu errei? Vou matar proponente. Vou matar universidade, vou matar ONG, mato todo mundo”. Vira o SICONV, deixa de ser um instrumento de transparência. E não funciona como transparência, porque sai do ar, cai coisas, some coisas. Tecnicamente, não está bom ainda. Mas eu não sou contra o SICONV. Agora, que ele virou uma arma, ele virou. Então não confio no SICONV. Não confio no relatório anual que eu mando todo ano para qualificar e me reformular e me garantir que eu sou digna de ter esse título de OSCIP, que nunca uso, porque também



poucas vezes, na prática, ele é bom. Então eu preencho aquele formulário de OSCIP e essas informações vão estar todas no cadastro de uma forma aleatória. Eu faço tudo, eu ponho tudo, eu conto tudo, feliz, sozinha. Na verdade, só estou eu feliz, porque eu acho que ninguém lê aquilo. Se eu botasse 100% a menos, ou quase nada, eu continuaria sendo OSCIP. E isso me apavora. Então, o que vale realmente? O que vale? Que parâmetros são esses que a gente está construindo, que são os únicos que existem?

Mas, só pra terminar, eu gostei muito do que as pessoas falaram até aqui, me senti bastante contemplada. Minha organização trabalha com políticas públicas, inovação e *advocacy*; não sei como é o indicador de *advocacy* até hoje. Minha organização fez, em parceria com a Comissão de Cultura da Câmara, há um mês, a primeira audiência pública com total acessibilidade do Congresso Nacional do Brasil. Eu cumpro a lei há dez anos, agora o Congresso cumpriu – nesse dia, pelo menos. Qual é o indicador disso? Qual é o impacto? Como eu vou provar para alguém que eu fiz isso? Qual o número? O que eu fiz? Como eu vou contar? Quem que eu garanti? Para quem eu trabalhei, na verdade?

Queria saber também um pouco o que é voluntariado. A governança da minha organização, que é voluntariada, isso é voluntário, ou é só quem trabalha na área técnica? Até hoje não consegui entender também o que é isso. Outro assunto interessante pra mim é: como registrar o esforço das organizações para darem conta do nível de exigência do País em busca de transparência? Porque antigamente, há cinco anos, a organização tinha 80% de pessoas trabalhando na causa e 20% na área meio. Hoje eu tenho 80% de pessoas na área meio e 20% na causa. A causa parou de existir. Eu trabalho para provar que eu sou honesta, eu trabalho para provar que eu sou séria, eu trabalho para tudo. Agora, para a causa mesmo, eu trabalho cada vez menos. Eu também não consigo entender como que a gente não muda isso.

E é um pouco isso. Vocês desculpem o desabafo, mas eu não podia perder essa oportunidade de estar aqui com vocês, contando um pouco dessa história. Gostaria que, de fato, tudo que já foi falado contribuísse para um trabalho cada vez mais consistente, sobre o real, sobre o que está acontecendo. Quando o Daniel fala a questão das cooperativas, existe um real que eu temo que não seja ainda captado, apesar de todos os esforços que estão sendo conjuntamente direcionados.

**Aírton Grazioli**

Aírton Grazioli, eu sou do Ministério Público de São Paulo, e eu vou colocar duas questões bastante objetivas, que discutia com a Paula Storto. Eu acho que este palco de debate, de estudos, desses dois dias vai ter que fazer algumas opções. Porque a gente está pensando em um portal aonde nós vamos publicizar uma realidade do terceiro setor. E aí algumas opções deverão ser feitas para se definir qual vai ser o conteúdo desse portal e qual é o conteúdo útil para o governo e para as organizações da sociedade civil. E eu tenho visto com apreensão, que nem a Paula, nós temos posições firmes a respeito, mas é tão somente algumas apreensões.

Quando o Paulo Raso colocava da informalidade, é uma realidade social, não só de Brasil, mas é uma realidade social de mundo, a existência de um número muito significativo de organizações informais. As redes comunitárias, as fundações comunitárias, e uma série muito grande de outras entidades informais. Elas são uma realidade em termos de atividade na sociedade civil. E eu vejo uma dificuldade intransponível de se trabalhar com cadastros que pressupõe, necessariamente, a formalidade das organizações, e as redes, as organizações comunitárias. Então eu acho que se você tem um fato que é intransponível, você precisa fazer uma opção, você está numa encruzilhada. Então, ou nós vamos trabalhar também com informações das organizações informais - e eu não sei como colher isso com fidelidade, eu não consigo atinar essa possibilidade -, ou vamos fazer a opção. Eu falo em pensamento do grupo de trabalho, evidentemente que a deliberação final é do governo que vai liderar esse instrumento, ou vamos fazer opção que esse cadastro é um cadastro das organizações formais. E aí trabalhar sim com portal, em cima desses cadastros. Mas eu acho que desse trabalho, desses dois dias, haverá momento em que opções deverão ocorrer.

A outra questão que nos preocupa é o tipo de entidade que vai fornecer os seus dados para integrar esse cadastro. É preocupante estabelecer um corte epistemológico para inserção, para consideração dos dados, pelo tipo de pessoa jurídica que a entidade ostenta. Porque você pode ter um portal onde, efetivamente, você tem um número de entidades que não pertence ao terceiro setor. Então, por exemplo, quando a gente trata de associações patronais e profissionais, as atividades desenvolvidas por essas entidades é uma atividade coletiva, mas é um direito disponível de um coletivo. Por exemplo, quando você trata com associação de determinada categoria profissional, eles desenvolvem uma atividade, pelo menos a preponderante, que é de interesse do coletivo daquela categoria, e

não necessariamente de interesse social, ou [ininteligível] carga pública nesse interesse.

A mesma coisa é a gente considerar que todas as instituições privadas sem fins lucrativos são objeto de interesse de um portal nesse sentido. Vou colocar um exemplo que mostra. Evidentemente é um exemplo que é quase um disparate de se entender como terceiro setor: a Associação Brasileira de Supermercados. Ela defende um interesse coletivo dos proprietários desses supermercados. Eles não têm uma atividade de interesse da sociedade. Ou, pelo menos, a atividade preponderante não é de interesse da sociedade. O que nos induz - não estou falando que estamos concluindo - ou nos inclina a dizer que a modalidade de pessoa jurídica também não serve como conceito para definir o que é de interesse do portal ou não. E, talvez, possa se trabalhar então com o tipo de finalidade desenvolvida pela organização, independente de ser ela organização religiosa, associação, fundação, cooperativa. Ou, pelo menos, o tipo de atividade preponderante. Porque uma entidade geralmente não faz uma coisa só, ela defende um interesse individual, às vezes o coletivo, e ela defende também o interesse social. Então, se o preponderante for social, um imanente interesse público é esse hall de entidades, pouco importando se for uma empresa social - que é uma coisa nova que está surgindo - ou se é uma associação, ou uma fundação, ou uma organização religiosa, mas o tipo de atividade, ou pelo menos o tipo de atividade preponderante, como linha de corte para o que interesse para um portal das organizações da sociedade civil, e quais são as entidades que estão em outros segmentos, mas não no que a gente, em regra, chama de terceiro setor. Eram essas as preocupações que a gente gostaria de colocar. Obrigado.

### **José Romão**

Meu nome é José Romão, eu sou da Ouvidora Geral da União, na Controladoria Geral da União. Tanta coisa já foi dita, mas eu queria começar parabenizando a equipe da Secretaria-Geral. Pode parecer saudação chapa branca, governo parabeniza governo, mas aqueles que acompanham de perto o trabalho da Secretaria-Geral sabem o quão difícil é essa interlocução interna, da mesma forma que integrantes da sociedade civil e das organizações acusam, às vezes repudiam, a generalização, no governo se tem a mesma relação. E o fato do que aqui nós vivenciamos hoje, da possibilidade de integração, isso reflete, e muito, a capacidade de articulação, de integração, e de produção de resultados que a Secretaria-Geral aqui representa com ênfase. Quero também cumprimentar aqueles que

fazem parte da plataforma, porque o trabalho que a gente pode hoje discutir e compreender é resultado já dessa interlocução qualificada que a Secretaria-Geral tem promovido com os movimentos e organizações aqui representados.

Quero destacar apenas dois aspectos, que me parecem um pouco o que já foi dito aqui. Primeiro, base de dados. Há outras possibilidades que, certamente, a Secretaria-Geral poderá identificar, e o debate vai nos conduzir, mas o que já foi dito é que, para além dessas bases, pode se estabelecer com organizações não formais, ou não institucionalizadas, ou não caracterizadas por determinada jurídica, mas pode se criar uma interação, uma via de mão dupla com o portal, em que não só se divulgue dados, mas que seja um recipiente, um lugar onde essas entidades ou movimentos pudessem, ali naquele portal, produzir uma interação direta com o Estado, sociedade, e demais organizações. Então, receber dados, funcionar como um agregador de informações, espontaneamente produzidas pela sociedade civil. Experiências que foram também articuladas, num passado recente. Me lembro da experiência da Fundação Getúlio Vargas como herege, que se produziu opções e oportunidade de se agregar informações.

Nessa perspectiva, o portal poderia ser sim, não só forma de fusão para as organizações e a sociedade com quem as organizações interagem, mas o recebimento.

E o que de mais importante eu gostaria de dizer, me antecipando talvez ao debate que amanhã se instala sobre o portal, especificamente, mas não podendo estar aqui Ricardo Pope, a Secretaria-Geral certamente vai abordar esse aspecto, que é do formato desses dados. Porque grande parte das questões levantadas dizem respeito a classificação, a descrição de indicadores, que produzirá, claro, uma agregação enviesada desses dados. Essa opção é sempre indispensável, seja na atividade de pesquisa ou na formulação de políticas. Para qualquer classificação estabelecida ou indicador criado, nós vamos produzir uma relação dessas informações das perspectivas aqui contempladas.

O que eu quero sublinhar é a necessidade de se pensar, tenho certeza que Cláudia vai dizer não só num formato acessível para divulgação desses dados, mas em um formato aberto, que permita à sociedade, ou a qualquer interessado, fazer agregações de quaisquer perspectivas, seja da finalidade de atuação das entidades, eu poderia fazer uma classificação. Então, às vezes, a gente olha para um portal e vê listas. Mas a lista, certamente, é a face mais superficial desse

trabalho. O desafio aqui contemplado pela Lei de Acesso – e aqui encerro –, não é divulgar as informações exigidas em transparência ativa, mas o principal desafio da Lei de Acesso é oferecê-las em formato aberto. E aí, a sociedade, na sua habilidade revelada no uso das novas mídias, poderá produzir para visualização das informações, da interação entre sociedade, dados muito mais estimulantes do que aqui esse grupo, sem qualquer prejuízo da capacidade aqui instalada, mas sem qualquer prejuízo dessa capacidade. Esse grupo tem limitações que o portal revelará. E os dados abertos podem nos oferecer horizontes desconhecidos. É isso. Obrigado.

### **Neimar Rodrigues**

Boa tarde a todos, eu sou o Neimar Rodrigues, sou gerente substituto do Cadastro Central de Empresas, do IBGE, responsável pela atualização de todas as fontes que nós recebemos: RAIS, CAGED, as nossas próprias pesquisas estruturais.

A contribuição é só uma reflexão: que quanto mais a gente trabalha essas fontes, mais a gente vê que o trabalho nunca está acabado. Quer dizer, um trabalho de cadastro é contínuo, ele nunca está pronto, mais nós encontramos problemas. E daqui eu vejo o desafio que vocês terão com isso. E quanto mais informação, quanto mais fontes nós temos, mais rico o cadastro fica. E só um esclarecimento quanto à questão levantada pelo colega da RAIS negativa. Na FASFIL nós consideramos sim as instituições da RAIS negativa. O que nós trabalhamos é com indicador próprio pra identificar se as empresas, se os estabelecimentos estão operando ou não. É o nosso indicador de atividade. Um dos fatores que nós consideramos é o indicador, é aquela pergunta que vem na RAIS, se a empresa exerceu atividade naquele ano de referência do preenchimento. No caso dela ser da RAIS negativa, ela só não será considerada no estudo se ela disser que não exerceu atividade naquele momento.

E, só colocando aqui uma estatística da FASFIL, grande parte das empresas aqui da FASFIL não possuem pessoas ocupadas. Em 2010, das 290.692 instituições, cerca de 72%, 210 mil, estão aí sem pessoal ocupando essa variável.

Agradecer, por fim, ao convite da Secretaria-Geral da Presidência da República a participação de estar aqui, e a prova que a gente quer contribuir, mas a gente quer receber também de vocês o feedback das nossas pesquisas, e a gente está aí aberto a discussão. A gente pode levar questões pra serem discutidas internamente. Obrigado.

## **Eduardo Sabo**

Meu nome é Eduardo Sabo, eu sou do Ministério Público, também tenho vínculo acadêmico, e me considero um simpatizante do terceiro setor. Minha primeira missão é a missão elogiosa ao trabalho que tem sido feito. Não houve, em nenhum momento, iniciativa anterior que buscasse em um evento trazer todos os autores e todos os interlocutores destas bases de dados de referência. Segundo ponto: não há nenhuma dúvida que nós temos que buscar, acima de tudo, e esse deve ser o objetivo, de enriquecer esse trabalho de dados, de indicadores, para que, por meio deles, haja a possibilidade de uma efetiva - e essa efetiva leia-se também eficácia - na transformação social. Ou seja, nós somos operadores sociais, e aqueles que instrumentalizam isso por meio dos dados que são absolutamente novos. Os registros aqui colocados, de forma magnífica pela pesquisadora excelente que é a Ana Maria Liliano, demonstram a grandeza do trabalho, mas demonstram também que é um trabalho absolutamente recente dos últimos dez anos. Não posso nem dizer vinte anos, porque de público não chegou ainda há vinte anos, a publicidade desses relatórios, com a magnitude que eles têm. Portanto, esse é o segundo comentário.

Dentro dessa linha, não há dúvida nenhuma que nós temos que partir, isso foi colocado com maestria pelos que me seguiram, que são dessa área, doutor Paulo, doutor Aírton Grazioli, doutor Eduardo Szazi, essa percepção que nós temos que trazer a questão a nível normativo. E o primeiro passo que nós temos que dar, não há dúvida nenhuma, é definir qual é o universo de entidades que nós queremos e nós precisamos conhecer e entender. Ou seja, quem são essas entidades, essas pessoas jurídicas, que são ficção? O que é verdadeiro somos nós, pessoas físicas. As jurídicas são ficção que foram tratadas dessa forma para que nós pudéssemos, inclusive, dar vida a elas. Hoje elas têm vida, porque nós queremos. Elas nascem, morrem, são registradas. Elas são, ou associativas, ou fundacionais. Não tem como, né? Ou o que impera é a amizade, a fidúcia, confiança, ou é um patrimônio que se deu uma personalidade. Muito bem. E aí? Aí vem o primeiro embate: “Nossa, e aquelas que não têm nem personalidade? São despersonalizadas, e que já há lei reconhecendo isso”. Temos que ficar atentos sim. Mas não vamos gastar todos os nossos esforços para encontrá-las, porque, às vezes, elas são conhecidas, às vezes não. Às vezes, nem são reconhecidas. Vamos trabalhar por parte, ou seja, vamos trabalhar com o que temos. Agora nós estamos aglutinando, trabalho excelente realizado pela Secretaria-Geral, pelo Diogo, pela Laís aqui, que está se

empenhando de corpo e alma para que saia isso, em todas as circunstâncias, inclusive nas circunstâncias que vivemos hoje, que é com clareza.

E aí passa uma rápida digressão, que é com clareza que o governo, ou os governos, precisam se aproximar da sociedade, precisam ouvir a sociedade. E um dos ouvidos da sociedade são os movimentos institucionalizados e não institucionalizados. Ou seja, um cadastro transparente, como o José Eduardo Romão colocou, e que interaja com a sociedade. Nada melhor do que isso, deve ser feito. Mas o primeiro passo é esse, o primeiro passo é identificar as entidades.

E alguns gargalos existem, que já foram colocados aí. Tem um gargalo que não foi superado: organização religiosa. Mas não foi superado ainda não por quê? Porque está desagradando a todos. Aqueles que têm religião e aqueles que não têm religião. Está desagradando a todos. Tem que ser superado, esse embate tem que ser superado. Desagrada aquelas que professam a sua crença, como aquelas, tal qual as OSCIPS, só para que entendam melhor, aquelas que recebem uma titulação que fazem assistência social, que são vinculadas ao CNAS, que mudaram de postura. Então esse é um gargalo, organizações religiosas. Então vamos tratar separadamente. O outro gargalo sempre debatido aqui pelo nosso presidente Daniel Rech são as cooperativas, as sociedades especiais. Agora, vamos colocá-las aonde? Vamos colocá-las no terceiro setor? Vão superar esse gargalo. O último, muito bem colocado pelo Doutor Airton, é a grande diferenciação entre entidades abertas e fechadas, entidades de interesse social ou não. As entidades que representam os promotores de justiça, os magistrados... “Nossa, eles são importantes”. Não são, são do contexto da própria sociedade como qualquer um. São fechadas, interesses corporativos, nós não podemos colocar isso no terceiro setor. De jeito nenhum, não é? Por mais importante que eles sejam, que se acham, não podemos. Bom, essas são algumas reflexões que eu estou fazendo.

E, para finalizar, esse cadastro... Olha, o que eu vou dizer, é infinito. Toda hora vai surgir uma nova classificação. Não vamos nos preocupar com isso. Toda hora, como assim? Aqui o nosso amigo, o nosso colega de estudos, Eduardo Szazi, colocou, e assim eu vou encerrar: atividades desportivas. Ele fez menção a uma lei de 2006, a lei 11.438. No ano passado já surgiu um novo campo, que são as entidades que cuidam do combate ao câncer, a atenção à saúde das pessoas com deficiência, lei 12.715. Então são outras entidades cadastradas aí. Mais uma classificação, ok? E vão surgir outras.

Então, vamos por parte. E que já está bom demais, porque nunca se chegou tão longe. E, com certeza, vai ser aprimorado e muito o trabalho aqui, com essas pontuações. Mas vamos colocar do jeito que está para frente. Do jeito que está, para frente. Inclusive com esse portal, com essas interações todas, e com essas observações belíssimas, que são colocadas pelo pessoal do CEMP, do RAIS, pelo nosso Conselho Federal de Contabilidade, apenas para afinar, mas para que o todo não possa ser desafinado, só vamos afinar um pouquinho. Então é isso. Muito obrigado.

### **Paula Storto**

Meu nome é Paula Storto, eu sou advogada e sou pesquisadora do NEATS, da PUC de São Paulo também. Eu trouxe minhas considerações aqui, para além das que o doutor Aírton já colocou, muito inspirada nas falas também que me antecederam. Eu estou entendendo que se trata de um cadastro amplo, em que todas essas bases que foram apresentadas vão alimentar uma plataforma eletrônica, que as próprias organizações, ou as próprias entidades vão se caracterizar nessa plataforma. Imagino que deva haver uma vinculação mínima necessária, uma plataforma mínima a partir de alguns cadastros de origem pública, mas que a organização pode alimentar e melhorar nessa interface. Caso contrário, fica aquele mínimo, né? E que essa alimentação, pela organização, não pode ser obrigatória. Eu acho que é um grande risco que a gente corre obrigar a alimentação nesse cadastro. E aí eu vejo uma armadilha. Tem uma armadilha em propor um cadastro que seja amplo suficiente para dar cara dessa sociedade civil, que é plural, e que envolve diversas personalidades jurídicas, e outras formas de associação de pessoas, com a finalidade também de buscar maior transparência sobre o recurso público. Aí você tem, enfim, uma armadilha que se não for bem trabalhada, pode interferir na liberdade das organizações, das organizações que não recebem recurso público, das organizações que recebem recurso público, e nem por isso devem abrir mão da sua identidade. Então, financiar organização da sociedade civil não pode significar interferir na liberdade dessas organizações de se auto regulamentarem e de participar em política pública. A questão do SUAS que foi colocada até pelo Paulo, pela pesquisadora também, são exemplos que vão tratar disso. Eu acho que esse olhar é muito importante para abarcar essas três dimensões da liberdade das organizações, da participação em política pública, e, se for o caso, da contratualização, da prestação de serviço. Uma coisa não pode interferir na outra. Eu acho isso bem importante, porque senão o cadastro não vai servir ao propósito que ele se propõe.



E o outro, enfim, mais em termo de proposta: eu acho que o perfil tem que ser amplo, abarcando não só associações, fundações e cooperativas, mas grupos e movimentos, que de forma voluntária, georreferenciada, podem se colocar naquelas comunidades. E eu tinha anotado aqui, e concordo plenamente com a fala da Cláudia Werneck, sobre o histórico, o acervo dessas organizações. Eu acho que isso é fundamental estar colocado, até para termos de justificar a capacidade técnica operacional e contrapartida. Porque é muito comum, “ah, o Estado financia determinada organização e não tem contrapartida”. Essa organização há trinta anos atua na área da deficiência, é uma coisa que o Estado está começando a fazer. Qual o *know how* que tem aí? Se ele for contratar uma empresa no mercado para adquirir esse *know how*, quanto custo isso, né? Então, lógico que nem tudo a gente vai conseguir mensurar economicamente num primeiro momento, mas eu acho que o histórico dessa atuação, das publicações, do esforço, do desenvolvimento das organizações, se esse cadastro tiver só isso, eu acho que ele já está prestando uma grande contribuição. Por isso eu acho que ele tem que ser o mais amplo possível, com os cortes necessários, evidentemente, para a gente entender quando está diante de um financiamento público da União, do estado, do município, e em uma determinada política específica.

### **Ademar Vertuchi**

Ademar Vertuchi, da Cáritas Brasileira, da Plataforma, do comitê facilitador. Mas é bom também afirmar, nesse momento, tem as questões da assistência social, que a gente está trabalhando dentro do Conselho, e no campo da igreja, do coletivo inter-religioso do marco regulatório. Eu estou comentando um pouco por aí, porque o que me chamou atenção, para começar brincalhonamente, é a história do mosquito e do sapo. O sapo só via o mosquito em movimento. Se a gente for falar do Estado, é mais ou menos o contrário. O Estado só vê as coisas paradas, porque em movimento ele não percebe. E eu acho que uma boa parte das nossas falas aqui diz respeito a isso: as coisas estão em movimento. Um cadastro significa retrato. Retrato é sempre uma coisa parada. Mas a gente está vendo, até pela fala do Ferrari, que foi por onde eu fui acompanhando o debate, é que cadastros parados precisam ser renovados. Eu entendi que, entre a discussão mais da institucionalidade formal, que parece que Ferrari afirmava, do conceito que está orientando os cadastros, é um pouco mais a formalidade e em relação sempre a algum tipo de interesse. Não faz

cadastro para fazer, a gente faz porque ele pretende servir pra alguma coisa.

E eu estou com isso também querendo afirmar que a gente, alguns de nós do comitê facilitador da plataforma que estávamos apostando que a gente poderia estar nesse momento brasileiro discutindo o que foi o acordo do GT de governo em relação a minuta de projeto de lei, e que a gente não está fazendo isso. Bom, nós estamos indo pela agenda paralela, que é das coisas que o projeto de lei não dava conta, e que a gente precisava, em passos posteriores, a fazer. Na medida em que o projeto de lei tem o seu momento meio aí de paradeira, a gente está agora até ouvindo as falas, valorizando esse momento. Alguns de nós, inclusive, não estamos querendo vir para cá, a gente está vindo assim: “bom, agenda paralela, porque é mais técnica, não entra no debate, na política do projeto de lei”. Eu estou vendo que não é isso.

A discussão das concepções que orientam os cadastros é de ordem política, não é puramente técnica. Acho que isso que nos ajuda, inclusive. E aí temos que agradecer, podemos estar juntos e olhar que nós vamos desde os preconceitos ligados à igreja, quando bota lá a questão da beneficência... A palavra beneficência, para muitos de nós, é desconfortável, a gente pensa logo naquela coisa existencialista, e tal. E o Ferrari comentou muito bem o que tem dentro da assistência: inúmeras ações diferenciadas que precisam ser visibilizadas. Até o termo terceiro setor, nós decidimos, no nosso comitê facilitador, estruturar uma afirmação que é “organizações da sociedade civil”, porque se entrarmos no debate do terceiro setor, muito de nós vamos ficar desconfortáveis com esse termo, de como ele surge na sociedade brasileira. Então um desconforto daqui, de lá, nós somamos. Somamos porque é importante que haja visibilidade. Talvez seja essa a questão fundamental, né? Nós estamos precisando garantir a identidade. Acho que a palavra foi se despraiando aqui. A identidade, o que significa multiplicidade, e a diversidade da sociedade civil, e que precisa visibilidade. Eu acho que é isso que está um pouco nos unindo e pensando como que a gente trabalha com possibilidades que um cadastro venha a nos oferecer.

Aí eu estou lembrando, até a partir da Vera, a Petrobras pode ser uma base razoável, porque está fazendo apoios e tem cadastros. A Fundação Banco do Brasil pode ser uma base razoável, porque está se fazendo apoio e tem cadastro. Mas eu também gostaria que a gente pudesse estar incluindo nessa discussão cadastros que algumas organizações que trabalham no Brasil há vinte ou trinta anos

- eu posso dizer aqui da CESE, eu posso fazer da FASE - que tem aí o apoio de pequenos projetos e tem cadastros de muitos anos. O que não nos permite dizer que esses cadastros contemplam a maioria da sociedade, mas contemplam aqueles setores organizados que aqui na discussão do que é formalizado, o que não é formalizado, nos perdemos. Setores organizados, que não estão na formalidade das exigências desse cadastro sendo contemplados. Eu estou sugerindo que se leve em conta, nessa possibilidade de tornar visível, sobretudo esses fundos de pequenos projetos, que há mais de trinta anos se articulam, se reúnem.

E o último levantamento que a gente fez, já inclusive beneficiado por um projeto público que vem da economia solidária, a gente identificou mais de mil pequenos fundos rotativos no Brasil. Isso precisa ser levado em conta. É um número muito pequeno, se a gente falar em escala? É sim. Mas se a gente tiver mais recurso para [ininteligível] dizer que é muito mais do que isso. Eu acho que, nesse sentido, eu compartilho, Cláudia, com as suas preocupações, com as suas angústias. A gente está com um pequeno caderno da carteira do marco regulatório, onde tem os dados que dei uma organizada, para dizer como as organizações estão chegando ao fundo do poço, que não há mais condição da gente continuar nesse processo em que não somos visíveis, não há políticas que nos favoreçam. E, é claro, quando eu falo isso, também estou lembrando aqui, e aí vem a FASE e o IBASE, né?

No período do Itamar, no período de efervescência democrática, que já tem mais de vinte anos, e na luta do Betinho, uma luta que era para sair da fase de dar o peixe, de distribuir alimentos, mas era de pensar ações estruturantes, havia recursos que permitiam a FASE, a IBASE, as organizações, formularem cadastros das ações de projetos ligados a trabalho e renda. Eles pararam, porque a perspectiva política, estou dando uma das justificativas, nem sei se essa é a melhor, mas pararam de olhar esse campo e de criar condições para que esse cadastro pudesse ter continuidade. E, por isso, dar visibilidade para esse número enorme de iniciativas que acontecem pelo Brasil, e que eu acho que é o momento de torná-las visíveis para que elas possam ser compreendidas como ação fundamental da democratização brasileira.

Eu acho que é um pouco por aí que a gente está contando que esses dois dias vão ser absolutamente suficientes, de a gente pensar que vamos sair daqui com grandes decisões. Mas se a gente fizer um pouco o que o comitê facilitador fez por conta da minuta de projeto,

também tivemos que definir, na minuta de projeto, a que campo essa minuta de projeto estava contemplada. E nós chegamos a alguns acordos, do que ela contemplaria, e de quem ela não contemplaria. Então eu imagino que haja a possibilidade, se tivermos condições, não nesses dois dias, mas dar continuidade disso, de continuar. Não fazendo o cadastro dos nossos sonhos, mas aquilo que é possível de a gente compreender. Dizer isso aqui, precisa ser tornado visível. E a gente, com o portal, possa criar essas condições. Obrigado.

### **Anna Peliano**

Também concordo aí com a maior das observações, eu só queria lembrar que vocês receberam a versão completa do mapeamento da FASFIL, e nele tem quais são as organizações que estão em cada uma das classificações. Como foi citada a questão da habitação, eu acho que, provavelmente, estão faltando algumas categorias, nós temos menos de trezentas organizações, mas as cooperativas habitacionais estão previstas, elas poderiam estar incluídas. É só um esclarecimento.

A questão, quando a gente falou de algumas instituições religiosas que prestam serviços, se elas tiveram cadastradas como prestadoras de algum tipo de serviço, saúde, defesa de direito, elas não entram como religião, elas entram na finalidade da execução. Pode ser que nisso tenhamos algumas que estejam sendo confundidas, mas a ideia é que se ela presta serviços, vai para finalidade e não para uma instituição de organização, de religião. É interessante, essa questão deu muita discussão, a questão da classificação. Nós mesmos que participamos, nós reconhecemos as dificuldades, as limitações dessas classificações. Nas últimas edições foi um número muito grande de entidades que nós não conseguimos enquadrar. O IBGE fez um esforço, 28 mil, que o IBGE fez um esforço de telefonar para essas organizações, para identificar qual era a finalidade. E para a nossa surpresa, até porque algumas nós conhecíamos muito bem qual era a finalidade, quando a pessoa atendia o telefone e respondia, algumas responderam coisas completamente diferentes, finalidades completamente diferentes do que elas faziam. Até a pessoa que responde dentro da organização sobre a sua finalidade, às vezes, tem dificuldade de classificá-la. Você imagina, se dentro da própria organização, porque desenvolvem uma série de atividades, muitas vezes todas da mesma importância, é até difícil dizer qual é a mais importante, porque se a mais importante é a que te toma mais tempo, ou a mais importante é a que tem um impacto maior? Quer dizer, então a classificação é complicada.

Mas nós não estamos falando, acho, aqui, de cadastro, de um novo cadastro - a Laís tem que reafirmar. Nós estamos falando de um portal, então eu acho que nós temos que ver o instrumento de informações, temos que ser o mais flexível possível. Claro que neste portal as organizações não precisam estar definidas pela sua finalidade principal, mas por tudo que fazem, e aí a pessoa que quiser buscar a informação, quem faz defesa de direitos vai sair todas, quem faz assistência, sai as que fazem assistência. Nós temos que ser criativos, porque nós não temos o gesso de ter que ter a personalidade jurídica. Eu acho importante, porque, por exemplo, às vezes, as prefeituras vão querer saber pela personalidade jurídica. Eles podem querer escolher uma organização.

Mas, o que eu acho, é que nós vamos ter que pensar muito o uso desse portal, para a gente não partir para o portal do sonho. Porque é mais fácil a gente criticar o que a gente já tem, “ah, já está aqui disponível para ser criticado, para a gente partir daquele e ir melhorando”. Porque se a gente começa do zero... A gente pode começar de infinitos pontos, tem n possibilidades. Vamos começar pelo que já está aí, vamos criticar, vamos aprimorar, para gente ter um ponto. A gente pode chegar a uma coisa completamente diferente, nós é que temos que liberar nossa cabeça para não chegar a mais um cadastro semelhante, a imagem e semelhança dos que tem aí. Eles só são ponto de partida, vamos criar à vontade. E, no que diz respeito à FASFIL, acho que outras sugestões para melhorar as nossas classificações, a equipe está totalmente aberta.

### **Interlocutor não identificado**

Uma dica só. A seu tempo, a Rede de Informações para o Terceiro Setor, a RITS, tentou organizar exatamente um site que tivesse essas informações, só que lá tinha um aspecto um pouco mais amplo, e ela tinha uma grande lista de instituições que eram vinculadas, que se vinculavam e tudo mais. Embora a RITS tenha mudado completamente a sua atuação, esteja muito por baixo, ela deve manter esse cadastro, eu participei da pesquisa da RITS, então talvez fosse uma fonte de informação interessante.

Também com relação a esse negócio que eu ouvi aqui, permeando esse negócio de cadastro e de divulgação de dados, eu fiquei um tanto preocupado, como advogado que atua nesse setor. Divulgação de dados sem permissão, sob meu ponto de vista, é uma coisa extremamente problemática, vai criar problemas para todo mundo. Então cuidado com relação à divulgação de dados. E com relação a cadastro, que não era a proposta, se a proposta é criar mais um

cadastro, eu proponho a criação do CNPCN, o Cadastro Nacional das Pessoas que Propõem os Cadastros Nacionais, para controlar a sociedade civil. Porque isso é uma iniciativa que vem desde os delegados de polícia querendo controlar os canteiros de umbanda no Rio de Janeiro, que pesquisava no seu caderninho quem é que podia, quem é que não podia. A sociedade civil tem que ser livre, esse é o nosso grande valor.

E só uma dica com relação a esse negócio de instituição religiosa. Muito tempo atrás, quando eu comecei a atuar com instituição de sociedade civil, todas tinham no seu estatuto que eram filantrópicas. Eu fui compreender direito essa formação estatutária de cópia sobre cópia, por que todas constavam assim, quando eu fui estudar a questão tributária do império português. Todas as igrejas tinham um só campanário, porque elas estavam permanentemente em obra, obra de igreja. Porque no império português, as igrejas que estivessem em obra não pagavam tributos, certos tributos que elas poderiam pagar. Daí por que elas sempre permaneciam em obras, segundo campanário. Do mesmo jeito, no império brasileiro atual, as instituições de educação e as religiosas encontram, no artigo 195, imunidade tributária. Daí porque, se você quiser optar, de alguma maneira, por aquele que tem uma ação social, e ela for religiosa, e você encontrar um advogado que, mais ou menos, entenda do assunto, vai falar, “bota só religiosa porque ninguém questiona”. Ninguém vai questionar santo, né? Pode receber uma punição que não gosta, um negócio chato, e tal. Portanto, essas informações sobre instituições religiosas podem estar, e tendem a estar, talvez, não inteiramente verdadeira, entre o fato e a realidade.

E um registro só para os anais: eu, como advogado, concordo com meus dois colegas do Ministério Público aqui, que é uma exceção, eles são pessoas brilhantes, são meus amigos também, e especialmente com relação ao Airton, talvez a chave dessa saída seja classificar a atividade e não a personalidade jurídica. Digo o seguinte: não é para abrir mão dela, é cruzar as informações entre A e entre B, sabendo que o foco não é o que o Código Civil diz.

### **Laís Lopes**

Obrigada por todas as contribuições. Eu vou tentar aqui fazer um apanhado geral, e acho que a Baiena e a Patrícia, da instituição Getúlio Vargas, querem também se manifestar, para a gente poder encerrar esse bloco e ir para o almoço. Na verdade, quando a gente foi discutir sobre o portal, a gente ficou até na dúvida na concepção do evento, como a gente faria, se discutiria primeiro o portal e depois

os indicadores, ou primeiro os indicadores, depois o portal. A decisão de colocar essa discussão das bases primeiro, é justamente porque elas conformam o conteúdo do portal. Então, pra gente discutir as funcionalidades, os campos, era bom a gente conhecer o que existe de base para que a gente possa já refletir e partir daí.

E aí os dois processos foram pensados, tanto o processo de carregar as bases inicialmente, quanto o processo de induzir. O processo de induzir demora muito mais para estimular as pessoas. Eu estou falando o cadastro em termos do perfil, mas, de novo, isso aqui é uma porta para os demais de dados, mas não é um novo cadastro. Mas amanhã deve aparecer bastante essa discussão quando a gente for falar sobre as funcionalidades do portal. A organização pode se descadastrar, obviamente, ele falar, “não quero fazer parte desse portal”. E a gente está carregando bases que já existem, que já são públicas. E, na verdade, a qualidade da informação, o “a mais” que vai vir, vai vir realmente da alimentação da própria organização. Ela que vai precisar qualificar para além de outras bases, de outras redes, e é tudo isso que a gente está buscando. O portal está sendo construído em software livre, está sendo construído com formato aberto, todos esses conceitos tem nos acompanhado, a gente criou um GT dentro da pesquisa de TI para ajudar a pensar. Então esse tema está pautado. Inclusive porque a ideia é que a gente possa disponibilizar a potencialidade de fazer uma galeria de aplicativos, né? Então as pessoas vão poder produzir novos dados, e produzir novos indicadores a partir das bases existentes. Elas não são, necessariamente, estanques e paradas por si.

Um desafio que a gente vai ter também é o desafio da alimentação, tem uma série de questões que estão envolvidas nisso. A gente traz aqui essa primeira reflexão, justamente por conta da necessidade de a gente pensar essa concepção, essa linha que a gente está assumindo. Então, por exemplo, quando se fala do trabalho voluntário, a princípio a gente não tem esse dado. Na PNAD foi incluída, pelo IBGE, uma pergunta sobre o trabalho voluntário, que está sendo tabulada, foi incluída na última PNAD, então esse ano a gente deve ter os resultados desse campo que foi incluído dentro da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar. No CENSO SUAS a gente tem o número de voluntários das entidades de assistência social, e é possível colocar um campo dentro do perfil da organização, e ela colocar quantos voluntários ela tem. São várias coisas que são possíveis de serem executadas. Algumas delas vão ficar para uma primeira etapa, que é esse momento que a gente está vivendo, e outras para, justamente, alimentar os nossos próximos passos, os

nossos desafios futuros, num futuro muito breve, porque é o futuro consequente disso.

A gente fez uma conversa no Ministério da Cultura, a gente não pegou só a base da Lei de Incentivo a Cultura, mas a gente fez uma conversa mais ampla e, por exemplo, fez a conversa com a Secretaria de Diversidade, que trabalha com os pontos de cultura, então acho que alguém falou do prêmio do Cultura Viva, e essa dimensão de prêmio também está no radar para ser incluída no cenário. Incluso no Ministério da Cultura, eles estão construindo os SESNIC, que é o Sistema Nacional de Indicadores de Cultura, e lá o processo tem sido de indução do cadastramento. E para cada indução de cadastramento, você vai ao Estado, faz um movimento com o Estado para que as pessoas conheçam a iniciativa, e entrem no processo dessa maneira.

Aqui a gente está tentando fazer um acelerador do processo por meio das bases. Obviamente que há os desafios. A princípio a gente vai fazer com o que é possível fazer. Então no caso da RAIS, a gente está trabalhando os dados cadastrais mais rasos, e os vínculos ativos. Ninguém vai divulgar nome de trabalhador individualizado, obviamente, isso não é possível. Assim como nos dados econômicos, mesmo que a gente tenha a possibilidade de fazer um convênio, essa parceria, também, o contato com o CNPJ da Receita, os dados cadastrais, de novo, são os mesmos usados na RAIS, mas os dados econômicos a gente ainda tem uma legislação que os protege. Esse tipo de debate descortina essas coisas e a gente vai elencando se essa é a pauta da agenda, como a gente conforma essa nova agenda para esse tema.

E acho que a Cláudia acabou tendo que sair, mas toda nossa perspectiva é de trabalhar justamente em cima do real. E para não teorizar tanto é que a gente está aqui, justamente discutindo. Enfim, as outras questões todas, mais pontuais, todas serão anotadas, trabalhadas, a equipe da Fundação está toda aí também dividida para dar vazão aos encaminhamentos. E a gente também, nos encaminhamentos políticos que precisam ser orientados para resolver as questões que foram aqui colocadas.

Achei que foi bastante rico o debate, e espero que vocês possam também aproveitar os formulários no computador, e registrar reflexões adicionais, ou as próprias falas que foram feitas.

**Patrícia**



Na verdade, eu não tenho nem muito que falar, porque a Ana acabou falando tudo que eu queria falar. Na verdade, isso aqui é para montar um ponto de partida, para se começar a usar isso. E eu acho que depois da montagem desse portal, da montagem dessa matriz com esses cadastros, o grande desafio vai ser, realmente, aperfeiçoar e ir alimentando esse portal, principalmente com as organizações aderindo. Então não é uma adesão - a Paula tinha colocado - obrigatória, não é moeda de troca, você só faz parceria se tiver aqui; absolutamente não é essa a ideia. A ideia é que, realmente, seja um instrumento de transparência, de informação, de o governo olhar a sociedade civil, de a sociedade civil ter mais isso aqui como um instrumento também para se colocar para a sociedade e para o próprio governo. Então, era só isso. E colocar exatamente o que a Ana colocou aí, que não é ainda o portal dos sonhos; no começo, não é simplesmente um cadastro, mas está aí refletindo todo esse esforço que está sendo feito pela Secretaria.

**20/06 - Tarde**

**Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Nós vamos começar agora a parte da tarde, agora a ideia é conversar sobre o painel de recursos públicos. A gente convidou o Felix, muitos de vocês já conhecem, que é um pesquisador do IPEA, que tem pesquisado bastante essa agenda. Ele vai contar um pouco do trabalho que ele já desenvolveu no IPEA, e depois a gente vai fazer a discussão geral. O Euclides é um dos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas que está, também, bastante debruçado sobre a base de dados do sistema, o SICONV, e a gente vai na mesma metodologia, dialogando sobre os temas.

A princípio, o Felix vai apresentar o trabalho que ele já fez dentro do IPEA, e depois a gente vai entrar nas bases, as bases que a gente tem hoje é o SICONV, o SIAF, a lei de incentivo ao esporte, a lei de incentivo a cultura, e a gente já fez a conversa com a FINEP, pode ter outras bases, outros dados para agregar, e aqui a gente inicia a discussão. Obrigada, Félix.

**Felix Lopes**

Boa tarde a todos. Eu agradeço, em primeiro lugar, a Secretaria-Geral da Presidência, em particular a Laís, pela oportunidade de estar participando junto com esse grupo de pessoas tão qualificadas sobre um tema que é da mais absoluta relevância, como nós sabemos. O

que eu vou fazer aqui é apresentar, muito rapidamente, o processo de montagem e classificação de alguns dados relacionados ao tema da apresentação, que é transferências voluntárias de recursos via convênios, convênios em uma acepção ampla, feita pra entidades sem fins lucrativos. E aqui eu vou apresentar dados das entidades de forma geral, sem especificar, a não ser em subcategorias que eu vou mostrar rapidamente. Eu peço desculpas pela estética da apresentação, o arquivo original foi corrompido, então eu tive que fazer uma rápida adaptação ali, vou apresentar nas planilhas do Excel mesmo. Mas isso não vai acarretar perda substantiva de informações, apenas perdas estéticas mesmo.

Bom, primeira coisa a mencionar é saber que universo a gente está lidando. Então eu tenho dados de 2003 a 2011, estou falando de 36 mil convênios, incluindo termos de parceria, todo tipo de convênio celebrado com organização da sociedade civil, transferidas na modalidade orçamentária, a modalidade cinquenta. Esse foi, de fato, o filtro básico que nós aplicamos. Estamos falando, com valores atualizados em 2012, de aproximadamente 29 bilhões de reais transferidos para essas organizações, 36 mil convênios, e pouco menos de dez mil organizações. Então esse é, digamos, o universo dos dados. Esses dados aqui, na verdade, estão meio incompletos, mas ele mostra a evolução de 2003 a 2011 da transferência de recurso para essas organizações.

A Vera havia mencionado, no início dessa discussão, que a gente observava, eu não sei se pode se falar uma tendência, mas certamente não há uma tendência de crescimento das transferências de dados no nível federal para organizações, mas faltou, porque o dado desapareceu, incluir que a transferência no nível subnacional está aumentando na mesma medida em que diminui para o nível federal. É uma associação, mas a gente não sabe explicar o mecanismo, que parte dos recursos que antes eram transferidos no nível federal, elas estão indo para os níveis subfederais, em particular políticas de educação e saúde. Então você observa claramente, você pega os níveis subnacionais, município, você teve uma transferência de nove bilhões, e estados oito bilhões. À medida que começa a diminuir a transferência aqui para os níveis subnacionais, as transferências pra entidades sem fins lucrativos, a gente não tem dados subnacionais desagregados, amplia.

[Fala fora do microfone]

**Felix Lopes**

Então vamos lá. Na verdade, eu sei que a leitura, talvez, seja muito confusa. O que a gente fez foi pegar esses 36 mil convênios e tentar, de alguma forma, sistematizar e classificar de uma forma mais específica esses convênios e essas organizações. Uma primeira classificação possível, e aí sabemos todos que esse é um terreno muito difícil, não é de fazer alguma coisa que não seja submetida a muitas críticas, foi tentar especificar um pouco melhor os tipos de organização. Isso aqui, obviamente, é só uma aproximação, mas, por exemplo, o que é fundação, a gente tentou, nas bases de dados, usamos lá recursos específicos de classificação, separar o que são fundações de pesquisa. Você separa hospitais, casas, cooperativas que aparecem como entidades em parte das transferências nas bases orçamentárias. No fim das contas, usamos o Siga Brasil, do Senado Federal, uma excelente base de dados que é alimentada pelo SIAF, e parte dos dados que eu vou já mencionar pra vocês, foi baseada em dados do SICONV. Eu agradeço sempre aos colegas do SICONV e do Ministério do Planejamento que foram muito cooperativos. A gente vai utilizar parte do IBGE, que eu antecipadamente agradeço também.

Bom, então aqui você tem a distribuição das organizações. Essa foi uma forma de classificação. Não vou entrar muito na distribuição porque esse não é o relevante aqui, é saber que tipo de classificação foi feita. Então a gente tem, por uma espécie de “natureza jurídica” (entre aspas, muitas aspas”) dado o público aqui. Outra classificação que a gente fez foi pegar objetivos e justificativas que estão sempre constando lá nos convênios e tentar impor uma classificação específica, olhando essas duas variáveis. E aqui acho que esse é um ponto importante, dada a discussão da manhã, a gente fez isso sem olhar organizações, sem olhar para áreas de governo, sem olhar para absolutamente nada, a não ser o texto do objetivo e justificativa.

A partir disso, a gente tentou definir analiticamente uma tipologia que fosse adequada para dar conta das diversidades dos convênios e seus subtipos. Fazendo isso, a gente tentou se desprender de qualquer tipo de pré-concepção sobre que tipos de políticas são estabelecidas por que Ministério, ou que tipos de ações são realizadas por qual conjunto de organizações. A gente fez isso de forma cega e depois então a gente associava com os tipos de organizações. Então, a classificação é, basicamente, uma tipologia com quatro tipos básicos, na verdade uma taxonomia, quatro tipos básicos que se subdividem em subtipos. A gente definiu convênios como parcerias, financiamento, prestação de serviço, ou subvenção, e outros que a gente não conseguiu classificar. Uma versão reduzida desses resultados está em uma

publicação chamada BAPI, que é Boletim de Análise Política Institucional, lá do IPEA.

Então, se a gente fosse pegar esse universo de 36 mil convênios, eles estão distribuídos assim. A maior parte são parcerias e financiamento, distribuídas dessa forma, não é? Financiamento, por exemplo, para projetos, grande parte dos financiamentos é, na verdade, financiamento de entidades que fomentam pesquisa, financiando pesquisa científica. Muito bem, aqui eu vou ter que dar uma adaptada. Isso aqui, que a tabela que se desformatou toda nesse Excel, ela mostra os subtipos dos convênios classificados. Então tem os quatro tipos básicos (parcerias, financiamentos, outros e subvenção) e cada um desses tipos a gente foi aplicando, lendo sempre objetivos e justificativas, tipos mais específicos. Aqui está repetido porque faltaram fundações, mas você tem, por exemplo, financiamento, construção de infraestrutura, financiamento a eventos, atividades ensino exterior, produção científica, produção técnica, produção artística, culturais. Feita essa classificação, a partir dessas duas variáveis, a gente poderia, então, aplicá-las aos diferentes tipos de convênios e fazer as distribuições que fossem adequadas.

O que a gente fez então? Podia pegar esse universo de 36 mil convênios e saber quanto foi destinado para cada um desse tipo geral e subtipos específicos, quantos convênios foram realizados com esse objetivo específico, supondo que a nossa classificação é crível - e eu quero crer que ela é, né?. O ponto é que, uma vez feita essa classificação, agora você pode cruzar diferentes informações, saber que áreas de governo, por exemplo, fazem, de forma dominante, que tipos de convênios, para que áreas elas destinam recurso. Eu posso pegar - e eu já vou mostrar outra classificação que a gente fez utilizando a classificação da FAFIL - saber que tipos de organizações, atuam, por exemplo, no cadastro oficial lá da FASFIL, que tipo de organizações atuam, realizam ações, por exemplo, recebem recursos para construção de infraestrutura, para produção científica, etc. Bom, isso aqui então, na verdade, essa tabela mostra essa distribuição por subtipos.

Essa outra classificação, na verdade, é uma classificação que está apoiada na própria classificação da FASFIL. Eu agradeço, novamente, ao IBGE pela cooperação, porque, na verdade, o que a gente fez foi, ao classificar essas diferentes organizações e os tipos de convênios celebrados, os objetivos e os motivos, a gente então pegou essas organizações e cruzou com a classificação do SEMPRE, construída

pelo IBGE e da FASFIL. Com isso, a gente podia ter a informação, por exemplo, que dessas nove mil organizações, 36 mil convênios, sei lá, você tem 2162 convênios foram associações de produtores rurais, com a classificação feita para a FASFIL.

Outra camada classificatória que permite também você agora cruzar, saber, por exemplo, se a associação de produtores rurais celebram convênios cujos objetivos estão próximos ou afastados, sei lá, de políticas vinculadas a associações de produtores rurais. Eu chamo atenção para esse aspecto porque me parece muito interessante para você verificar se há casamento entre as expectativas que nós temos sobre áreas diversas de atuação das organizações em diferentes áreas governamentais, e os convênios que, de fato, foram celebrados. Com isso a gente pode saber, de forma mais segura, quais organizações e que tipo, em que área de classificação, ou qual a classificação oficial utilizada na FASFIL elas estão efetivamente atuando na cooperação com o governo federal. Então, essa espécie de multiplicidade de atuações nas organizações, ou sua possibilidade de sempre migrar para diferentes áreas de atuação e implementação de políticas, eventualmente, a gente pode observar empiricamente, muito além da classificação que elas dão para sua própria atividade, a gente pode verificar o que elas, de fato, estão fazendo, se olhamos para a cooperação com o governo federal via transferência de recurso. Isso é sempre muito importante mencionar.

Então aqui você tem a distribuição da classificação da FASFIL. Eu tenho, por exemplo, em educação infantil foram vinte convênios celebrados, e o número de organizações. Apareciam quinze organizações nesses dez anos que são classificadas como organizações que atuam na área de educação infantil. Bom, isso aqui, na verdade, no gráfico a ordem está invertida. A ideia era mostrar um aspecto distributivo. Isso indica - e aqui a Baiena e o pessoal da FGV Projetos vai, certamente, ressaltar -, quer mostrar distribuição de recursos por localidade da organização. No orçamento a gente não tem como identificar, a não ser um trabalho muito específico, que tem que ser feito posteriormente, onde a organização está atuando.

Quando eu olho a sede da organização, um aspecto bem relevante é que quinze cidades no Brasil concentram um terço das transferências que são feitas pelas organizações. Quinze... 33% dos recursos transferidos vão pra organizações que estão em quinze municípios brasileiros. Indica, como esperado, mas ainda não desejável, uma alta concentração de recursos, né? Na verdade, o gráfico está péssimo, mas está por ordem, está inversa. Rio de Janeiro e São Paulo quase

iguais; Brasília, Recife, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus, São Paulo aqui novamente está repetido. Como eu disse, eu tive que produzir esses gráficos novamente. Salvador, Dourados... Mas, o ponto é que há forte concentração regional.

Essa é outra tabela que mostra um aspecto que a gente pode ir tentando, e observando, dada a curiosidade ou interesse do analista. No fim das contas, eu olho o Ministério da Ciência e Tecnologia, e observo que mais de 60%, 65% das transferências do Ministério da Ciência e Tecnologia vão para estudos e pesquisas de educação superior, utilizando a classificação da FASFIL. E 7% vão pra organizações que são classificadas na FASFIL como outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos. Com isso, eu posso verificar agora por áreas de governo, novamente, ou utilizando a classificação do IBGE e da FASFIL, ou utilizando a classificação da tipologia dos convênios, ou cruzando essas próprias. Eu posso pegar a classificação de estudos e pesquisas e verificar se a organização de estudos e pesquisas, aqui certamente eu encontrarei isso, porque é um caso atípico, elas celebram convênios que é na área, de fato, de realização de pesquisa. O que eu ressalto é que a gente dá um passo atrás e verifica o que tem ocorrido, de fato, na relação entre organizações e governo federal por suas diferentes áreas.

Bom, o que ocorre então aqui são diferentes tabelas, a distribuição por organizações, e olhando Ministérios. Eu sempre mencionei Ciência e Tecnologia e Ministério da Saúde, porque são os dois Ministérios que mais recebem recursos, em áreas bastante esperadas: Ministério Ciência e Tecnologia recebe área para estudo e pesquisa e Ministério da Saúde para áreas vinculadas à saúde. Esse é um ponto importante, porque, por mais que você pudesse ter descasamento, o que ocorre, de fato, é que cada área ministerial celebra convênios nas áreas específicas que a nossa classificação prévia foi construída, nas áreas específicas esperadas.

Então não há - pelo menos eu ainda não verifiquei isso - nenhum descasamento abrupto entre a área do governo e os objetivos dos convênios celebrados. Estamos falando de dados do governo federal, nos últimos dez anos, com esses casamentos de três bases de dados. Da FASFIL, a classificação própria dos objetivos do convênio e os dados orçamentários, e com isso a gente pode então verificar se há sobreposições entre áreas de governo, motivos para os convênios e volume de recursos, além de outros aspectos específicos, como distribuições parciais e etc. Esse é só um exemplo adicional, isso feito pelo Ministério da Saúde. Então eu verifico que, dos recursos

destinados pra Ministério da Saúde, 28% desses recursos são classificados como hospitais. E assistência social, 17% dos recursos vão pra instituições oficialmente classificadas como assistência social, e assim a gente pode fazer, sucessivamente, para cada um dos órgãos governamentais, ou áreas de governo, se assim for desejado. É isso. Basicamente foi assim que foi construída toda análise subsequente. Aí as análises vão saindo agora no varejo.

Eu penso, por exemplo, só para encerrar, se eu posso pegar um conjunto de organizações específicas que estão articuladas por um motivo principal e verificar qual é a área dominante dessas organizações na cooperação com o governo federal. E assim, sucessivamente, eu posso tentar mapear o campo das organizações civis nas suas diferentes ramificações, suas diferentes ramificações como, de fato, elas tem atuado com o governo federal. Basicamente é isso. Muito obrigado.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada Felix. Bom, todos esses estudos do Felix estão salvos no pendrive que vocês receberam, com o texto escrito, com as análises todas que ele já elaborou. Ele tem nos acompanhado bastante nessa agenda, desde o início do trabalho, em 2011, e para a gente é sempre importante ouvi-lo. Agora a gente vai ter uma apresentação do Euclides, da Fundação Getúlio Vargas.

### **Euclides Pedroso**

Boa tarde. Bom, meu nome é Euclides, tenho trabalhado já na FGV Projetos há mais de dez anos, em várias áreas de conhecimento, em economia, estatística, economias sociais, e desde que o Alex me convidou para esse trabalho, eu fiquei muito empolgado, principalmente pelo tema, que casa muito com a minha atividade acadêmica. Apesar das críticas que a gente houve com relação a manipulação da ferramenta do SICONV, mas dali surgiu uma importante quantidade de informações que, desde que sistematizada, ela serviria para a gente poder obter sinais sobre como esses recursos que são repassados são utilizados, para quem são, e principalmente, como estão sendo utilizados. E dentro do SICONV, na base pública, que é disponibilizada, várias pistas são dadas para gente consolidar essas informações. O trabalho está em andamento, tem muitas das estatísticas que ainda precisam ser fechadas, discutidas com grupo de trabalho, mas alguns dados já foram obtidos, e aí vou repassar pra vocês.

A princípio, para poder estabelecer os indicadores que permeiam, por exemplo, as políticas públicas, como que está sendo utilizado, se bem ou mal, o recurso, a gente precisaria sistematizar as informações, saber o que pode ser mensurável, o que pode ser plausível de ser analisado, e fazer as relações que seriam importantes para obter inferência com relação a esses dados e, principalmente, a gente precisa saber aonde está. Apesar de ser uma pequena amostra dos recursos que são repassados, até o momento, só o que eu pude apurar dentro do SICONV, ainda em dados parciais, representam um volume de recursos atualizados, até o final do ano passado, 2012, aproximadamente... Entre 2008, que é o início do SICONV, setembro de 2008, até o final do ano passado, a gente está falando de um montante de quase dez bilhões de reais, que não pode ser passado com vistas grossas. É um volume de recursos que pode ser importante na forma de análise, pelo menos. Isso eu estou falando apenas os recursos que foram repassados pra entidades privadas sem fins lucrativos, conforme classificada no SICONV. Em etapas posteriores do trabalho, a gente vai qualificar essa informação, usando um método muito parecido com o que já foi publicado na FASFIL, em termos de taxinomia, e classificação das entidades. Até para poder efetuar comparações que são importantes para saber o quanto essa amostra nos dá de sinais na utilização de recurso público.

A princípio, todos os dados disponíveis no SICONV, para entidades privadas sem fins lucrativos, foram selecionados. O SICONV é uma ferramenta gerencial, e ela é uma ferramenta dinâmica, é constantemente atualizada, tanto em termos da sua base, quanto na alteração de características de cada parceria. Por isso, optou-se por escolher a base que foi extraída do portal de convênios, no dia 26 de março, fechou-se em oficinas anteriores que a análise seria apenas até dezembro de 2012, considerando a situação das parcerias na data de 26 de março. Daí foram selecionadas todas as parcerias que foram efetuadas e que estão em execução com entidades privadas sem fins lucrativos. E para obter alguns indicadores relativos, ainda associamos bases como as da RAIS, o DATA SUS, dados socioeconômicos demográficos do IBGE, pra poder relativizar essas informações e saber o quanto ela é importante do ponto de vista econômico e demográfico. Desse banco, foram obtidas 39 mil, quase quarenta mil propostas. Essas propostas não significam que foram parcerias celebradas e assinadas, isso é só a proposta que foi enviada. Algumas estão em análise, outras foram rejeitas, e muitas outras estão em execução, e outras foram finalizadas. E a gente está falando de 8.046 entidades que enviaram essas propostas. Que é





também fazer uma análise qualitativa, de uma amostra pequena desses nove 9.500 convênios. Para quê? Para a gente entender como que é o procedimento da contratação, de todos os trâmites administrativos que acabam, muitas vezes, burocratizando, emperrando, ou dependendo do órgão, ou dependendo do tipo de parceria que está sendo realizada, porque algumas estão sendo mais rápidas. Depois de fazer esse pequeno mapeamento, vamos saber quem são os tomadores de recursos. E a classificação tende a, primeiro, fazer como vem sendo feito tanto pelo IPEA como pelo IBGE, na classificação dessas organizações, vamos separar aquilo que realmente atende a organização civil, e fazer uma análise mais microscópica desses convênios, de acordo com as classificações por área de atuação.

E, por fim, o que está em andamento também é o seguinte: temos também o acesso dos microdados dos planos de aplicação desses recursos. Por isso é importante, e foi nos pautado, que a gente delimita para onde estão sendo enviados esses recursos, como estão sendo gastos, se eles estão sendo gastos mais com mão de obra, mais com contratação de serviços, mais com contratação de materiais. Aonde e por quem concede. E, por fim, a gente vai obter, nos prazos médios de utilização desses recursos, e saber como que é a distribuição dele regionalmente, por órgão, município, população atingida, entre outras coisas. Esse é o andamento da pesquisa que a gente está elaborando com o SICONV. O resultado final, a gente espera pelo menos é de levantar as qualidades e os defeitos do sistema, de forma que a gente possa orientar as políticas públicas, orientar as organizações, e ter, principalmente, uma geração de informações que a gente vai dar publicidade no portal através da matriz de indicadores. É isso aí. A Baiena vai falar agora sobre outras bases que vão ser agregadas ao SICONV, para também obter relativos com relação a outras formas de parcerias que são estabelecidas com outros órgãos concedentes.

### **Baiena Souto**

Por um erro técnico aqui, eu tinha colocado as minhas apresentações e do Euclides juntas, e aí o rapaz aqui completar a apresentação. Porque, na verdade, a gente fala muito da transferência pelo SICONV, só que no decorrer desse trabalho a gente viu, na realidade, o Félix já estava até falando, que o SICONV representa uma parte muito pequena da questão da transferência para as organizações. Então o que a gente tentou fazer, na verdade esse esforço todo que eu já vinha falando de manhã, foi tentar levantar outras formas das

organizações terem algum tipo de parceria com o governo federal, não só pela transferência através de projetos e dos programas, na verdade estão lá na 507 como excepcionalidades, não estão dentro do SICONV, o programa Dinheiro Direto na Escola e os programas do Ministério do Desenvolvimento Social. Então a gente está pegando essas bases para fazer uma análise. Pedimos também ao SIAF, que nos ajudou, e está ajudando muito, para olhar essas coisas que estão fora do SICONV, e entender um pouquinho esses repasses. Além desses repasses, tem outras formas também de parceria, que não necessariamente estão sendo vinculadas a um repasse direto, como as leis de incentivo. Então, quer dizer, nesse sentido, a gente tem aí a lei de incentivo ao esporte, que alguém bem comentou de manhã, tem o volume enorme de recursos crescente, até coloquei algumas coisas exemplificando isso. Então a gente vai falar um pouquinho sobre essa potencialidade.

Atualmente, a gente levantou essas bases, que é a do SICONV, que o Euclides está mergulhando, trabalhando um pouco mais nessa base; a base do SIAF, que a gente tem feito essa comparação do que está fora do SICONV, mas que eles foram muito solícitos também em mostrar o que estava dentro do SICONV, até para uma comparação da questão dos valores nas modalidades; as leis de incentivo (a cultura e a lei de incentivo ao esporte); o cadastro de entidades organizadoras, que é lá do Ministério das Cidades lá, do Minha Casa Minha Vida Entidades, que também não é um tipo de repasse direto pra entidade, na verdade ele vai direto para o público alvo, mas a entidade, na verdade, é mediadora daquele benefício e ela recebe uma parte para poder fazer aquela organização do programa dentro do município; e o sistema de gestão estratégica lá do MDA, que a gente teve uma conversa, e eles estão disponibilizando para a gente também a base de dados deles.

Então, vamos lá. Da lei de incentivo à cultura, o cadastro que está no salicweb, na verdade, é muito amplo. Então, a gente só está pegando realmente as informações mais relevantes, mas acho que é interessante que todo mundo possa entrar e ver, porque tem uma infinidade de informações ali dentro muito ricas, já tem mais de vinte anos que ele tem essa base de dados, já está bem avançada. E é interessante dizer o seguinte: como é diferente, por exemplo, porque não necessariamente o recurso que está lá aprovado para ser captado vai ser completamente captado pela organização. E, fazendo um comparativo das organizações da sociedade civil e das outras, dos outros tipos de entidades que estão pedindo para serem aprovadas para terem programas aprovados, as organizações da sociedade civil

captam muito mais do que o total de projetos que tem. Então, quer dizer, elas têm uma capacidade maior de captação de recursos. Isso eu acho que é um dado bastante positivo, né? Então, a totalidade dos projetos, normalmente quando o pessoal dos programas vai pra captação, consegue captar, do total aprovado, cerca de 25.6%, enquanto o universo das organizações da sociedade civil consegue captar quase 31% desses recursos.

Sobre a lei de incentivo ao esporte, eu queria dizer o seguinte, que é uma base muito interessante, até para essa discussão que a gente está tendo, o tipo de cruzamento de informação que a gente pode ter, porque além de falar sobre a questão do recurso, sobre a captação e o tipo de captação, também está falando do número de beneficiários e o público alvo desses programas. É uma base com uma riqueza enorme de detalhes. Eu acho que a Secretaria-Geral da Presidência da República, um tempo atrás, fez algum esforço de entender, na verdade, indiretamente, como é esse repasse. Não era isso, Laís? Que, por exemplo, na lei de incentivo, na verdade você está permitindo que as organizações captem no mercado esse valor, mas, de qualquer maneira, você está fazendo isenção, depois, para aqueles que patrocinam, para aqueles que estão doando para essas entidades. Então, de qualquer maneira, é uma relação indireta do governo, ele está fazendo uma parceria de forma indireta com essas organizações. Então, a gente queria levantar essas várias perspectivas em termos das transferências, e abrir para ver se tem mais algum tipo de informação que não está sendo contemplada nesse bloco de recursos públicos.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada Baiena. Uma coisa que é importante aqui, de manhã me perguntaram: “ah, mas se eu alterar alguma coisa na base originária eu vou ter que alterar também no portal? Como funciona isso?”. Vamos lembrar que o portal é uma porta de entrada para as outras bases. Então o portal não tem a menor pretensão, não é o propósito, não será o propósito, de substituir outras bases existentes. Os outros lócus continuarão existindo, e aqui o que a gente está fazendo é essa integração. Então quem quiser saber mais referente ao salicweb, dentro da lei de incentivo à cultura, a base do Ministério da Cultura continuará, assim como do Ministério dos Esportes, assim como todas as bases que a gente está aqui conversando. Esse esforço de reunião, de integração, de alimentação, é justamente uma possibilidade de articulação para a gente, num único espaço, quando o tema for

referente as organizações da sociedade civil, a gente consiga enxergar toda essa problemática que está aqui colocada.

Acho que as apresentações anteriores foram um pouco pra estimular e trazer alguns números, algumas possibilidades. E eu queria franquear a palavra, abrir para quem quiser falar, depois de a gente fazer aquela metodologia de cochicho, de a gente conversar entre os pares para ajudar a formular melhor as intervenções que vem posteriormente, e também facilitar o registro das informações nos formulários que estão alocados nos computadores colocados na máquina, ok? Então a gente faz uns dez minutinhos de cochicho e já volta pra fazer o debate. Obrigada.

[Intervalo nas falas - “cochicho”]

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Uma das coisas que surgiu aqui, que há uma necessidade de esclarecimento, foi levantada sobre a questão da RAIS. Eu queria aproveitar aqui para esclarecer que, quando a gente falou sobre a RAIS negativa, acho que foi falado muito rápido, e acabou gerando uma certa confusão. Então, vamos lá.

A RAIS negativa significa que a organização não tem empregados, não significa que ela está inativa; essa é a RAIS negativa. Mas, foi incluída uma pergunta na RAIS, e essa pergunta - Neimar, me corrija se eu estiver errada - é se você teve atividade no ano calendário anterior. E aí, na medida em que as entidades respondem se tiveram atividade ou se não tiveram atividade no ano calendário anterior, é que a gente as considera inativas ou ativas. Para além do cadastro burocrático de ter um CNPJ ativo, de ela estar com sua vida cadastral ativa, ela é considerada uma entidade inativa, porque ela declarou que não teve atividade no ano calendário anterior. Foi esse o critério que a FASFIL utilizou para limpar e para apurar a mortalidade das organizações da sociedade civil, e não necessariamente uma mortalidade cadastral, mas uma mortalidade de atividades. Então não está excluída nenhuma, não é porque, “ah, entregou RAIS negativa”.

Como também foi apurado, mais de 70% das organizações não tem nenhum empregado. Logo, se a gente está falando de uma RAIS negativa, a gente está falando que a gente está excluindo todas as organizações que não tem nenhum empregado, a gente está excluindo 70% das organizações da sociedade civil nesta lógica. Mas não é isto. O que foi colocado, que foi explicado aqui rapidamente, e que estou recapitulando para ver se ficou claro, se resta alguma

dúvida, é de que a RAIS, independentemente de ser positiva ou negativa, mas interessa isso mais nas negativas, tem lá atividade, tem a pergunta se teve a atividade no ano calendário anterior, e é isso que caracteriza a atividade ou inatividade, segundo essas classificações metodológicas. Certo? Então esse era o esclarecimento do que eu escutei do que precisava ser feito.

### **Baiena Souto**

Só pra esclarecer, eu estava até conversando ali com o pessoal do Ministério do Trabalho, do Conselho Nacional de Contabilidade, a questão da RAIS. Não é a RAIS negativa o indicador utilizado, é o indicador de atividade, mas tem uma outra questão. É o seguinte: mesmo a entidade tendo declarado que ela não teve atividade no exercício anterior, às vezes, a entidade continua tendo vínculo ativo. Então, essas entidades, mesmo tendo declarado que elas não estavam ativas, as que mantêm algum tipo de vínculo também estão incluídas nesse universo. Ok? Só para esclarecer. O indicador que se usa como critério não é a RAIS negativa, é o indicador de atividade com essa questão daquelas que mesmo sem declarar atividade mantêm ainda algum tipo de vínculo ativo, que elas estão sendo consideradas. Inclusive, essa conversa a respeito do uso desse indicador também foi feita com o Bruno lá do IBGE, que trabalha junto com o Neimar, e eles também fazem esse tipo de corte.

### **Paulo Haus**

Com relação a esse negócio da RAIS negativa, o que me chama atenção é isso, porque, na verdade, nós temos indicadores de atividade econômica. Grande parte das organizações pode não ter atividade econômica a ser declarada, e pode ter grande atividade em matéria programática, projetos, essas coisas todas, que não envolvam, necessariamente, recursos, ou recursos que entrem na organização e saiam. Elas podem conseguir recurso de outra maneira. Então, é claro que eu acho que não dá muito para você pegar massivamente dados sem pegar uma coisa desse tipo, mas tem que saber ler esses dados, porque eles têm essa possibilidade de erro. Me parece que é, literalmente, isso. Não é falar assim: “não, aquelas que estão inativas na RAIS foram consideradas inativas”; não pode, porque é econômico, é negócio. Nem tudo que as organizações fazem é econômico.

Bem, levando-se dois problemas aqui com relação aquilo que eu vi ali. O primeiro elemento está – para quem não consegue traduzir, talvez tenha ouvido, mas não tem experiência no campo da ciência e

tecnologia -, quando dizem que não está no SICONV, e a FINEP é uma base de dados, a FINEP e as transferências tecnológicas para ciência e tecnologia são, de longe, as maiores, que eu saiba, no Brasil. Não é à toa, você faz um laboratóriozinho desse tamanho de análises super especiais e tudo mais, e ele custa não sei quantos bilhões. Só no campo da inovação, o governo federal determinou - se não me engano - ano passado, para esse ano, 32.9 bilhões para poder colocar dentro de empresas com possibilidade de você desenvolver inovação. Na verdade, não é inovação, é ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, estão mais ligados à competitividade do Estado brasileiro, à necessidade que o Estado brasileiro tem de se posicionar estrategicamente, economicamente para o exterior, do que dessa discussão que está motivando a gente estar aqui para falar sobre convênios, sobre sociedade civil organizada, entre outras coisas. Porque, que eu saiba, a maior parte dos recursos de pesquisa e desenvolvimento que são transferidos tem basicamente dois elementos: os elementos são os fundos setoriais, que são os fundos das grandes iniciativas econômicas, que são, por exemplo, telecomunicações, petróleo, e tudo mais. Ou seja, são extremamente direcionados para pesquisa e desenvolvimento nesses campos.

E, dois: na imensa maioria, que eu saiba também, diretamente para as fundações de apoio universitário internas das universidades públicas. O que significa dizer, em última análise, em primeira análise, qualquer análise, que, na verdade, você está indo de setor público para setor público. Você está tentando fazer, na verdade, um investimento que permite que a pesquisa se dê de maneira mais desenvolvida dentro das universidades públicas, e que você consiga abrir os laboratórios das universidades públicas para que as empresas façam a inovação. Portanto, quando você coloca ali FINEP, ciência e tecnologia no meio, e faz o seu mapa, fala assim: "não estou vendo no seu mapa aquilo que eu vim ver". Eu acho que tem que discernir esse dado, tem que tirar esse dado. A impressão que eu tenho é que quando você tirar esse dado vai ser tão diferente o que você vai conseguir, provavelmente. Se não é para tirar, pelo menos separe ele. Coloque ele para o lado. Isso não é uma pedrinha num lago, isso é uma plataforma inteira caindo num aquário, entende? Você está falando de ciência e tecnologia, não está falando de qualquer coisa.

O segundo elemento que eu vi, e que eu sei: nesse campo aqui a gente estava discutindo e, naturalmente, nós não conseguimos nem chegar a uma conclusão com relação a isso, até porque eu sei que minha posição, nesse caso, é controversa, inclusive dentro da sociedade civil. É quando começa botar lei de incentivo à cultura ali

como se fosse transferência voluntária, ou coisa similar. E esse indicativo, para mim, é um indicativo ruim. É um indicativo de considerar isenção e imunidade tributária como se fosse uma prerrogativa do Estado, uma renúncia fiscal. Isso significa dizer, para quem é advogado e viu a Constituição de 88 garantir as liberdades civis, que a lei deixou de ser aquele plano que era no Estado democrático de direito, a garantia do cidadão contra o arbítrio, e passou a ser uma prerrogativa do Estado. Então o Estado resolveu dar um jabazinho, e dou uma isenção para você poder fazer. Então, isso é público? Não. Isso não tem que entrar pela estrutura do Estado ou ser considerado como uma estrutura de Estado ou financiamento de Estado, ou do poder público, dentro da sociedade civil. Isso é uma prerrogativa de toda a sociedade brasileira, a lei é a nossa garantia para isso. Quando se trata de isenção ou imunidade, quando se trata de incentivo para qualquer tipo de atividade, eu sou contra ser considerado transferência voluntária.

### **Audisa**

Bom, boa tarde. Audisa, e eu estou representando a Fundação Esquel. Eu estava discutindo aqui com a Vera essas questões que foram colocadas depois da apresentação. Primeiro, a gente faz um alerta. Quando se apresentam os dados, seja do IPEA, FASFIL, e que coloca a concentração de recursos de atuação no sul e sudeste, nós temos que lembrar que existem organizações de atuação nacional. Portanto, mesmo que o município base seja no sul e sudeste, ela vai disseminar esse recurso para o resto do país. Exemplo disso é a Pastoral da Criança, ela está em Curitiba, mas tem uma atuação nacional. Então, tem que tomar cuidado quando você vai botar os dados em uma amostra dessa. É só um alerta que a gente quer colocar.

Em relação a incluir novos dados, nós colocamos algumas questões, que são dados de participação social, presença em Conselhos e conferências de políticas públicas, em todos os níveis da federação: municipal, estadual e federal. Acrescer informações de faixas orçamentárias e voluntariado, que para nós é muito importante, porque se não pudéssemos contar com o batalhão de voluntariado que a gente conta, nós teríamos que captar muito mais recurso para fazer o que fazemos. E outra coisa que a gente vem discutindo bastante é que a nossa atuação seja avaliada por resultado, e não por despesa e realização de despesas pequenas. Então o que tem de colocar nessas análises também, considerações em relação a dados de avaliação de resultado de atuação, que para nós é mais importante do que saber se a gente gastou na compra disso ou



daquilo outro, mas que o objetivo, a proposta e a política pública seja alcançada.

### **Interlocutor não identificado**

Complementando o que a Laís falou sobre a RAIS negativa, só para esclarecer: o nosso indicador de atividade no IBGE utiliza uma série de variáveis das nossas fontes. A situação cadastral da RAIS, a situação cadastral das nossas pesquisas estruturais, o porte das entidades, das empresas. E a questão que vem na RAIS – indicador de atividades –, se a unidade teve atividade econômica no ano de referência, ela é mais um elemento. Nosso indicador foi adotado a partir de 2006, e nós observamos uma queda de aproximadamente 25% no SEMPRE todo. No entanto, nós fomos capazes de identificar que, realmente, esse decréscimo era verdadeiro, porque aquelas empresas que deixaram de compor o nosso banco de dados de empresas ativas, nós verificamos que elas não estavam em funcionamento. Porque a gente teve uma variação, por outro lado, das variáveis econômicas.

### **Felix Lopes**

Meu nome é Felix, eu falo pelo IPEA. Apenas para comentar as duas observações que dizem respeito a minha apresentação. Vou começar pelo inverso. A questão da concentração dos recursos nas cidades, em algumas cidades específicas, ou na região sul e sudeste, é um ponto muito relevante, e isso está ressaltado. Não só ressaltei na apresentação, mas está ressaltado no texto, a Baiena também tem muito a dizer sobre isso. O que nós temos no orçamento é a localização da organização. Um trabalho hercúleo vai ser observar onde o recurso é, de fato, executado pela organização. Então a gente tem plena consciência disso. Esse é um ponto muito importante. É muito difícil observar, e isso em algum momento pode ser feito, e isso implica analisar convênio por convênio, porque uma vez que você recebe o recurso, a execução dele vai se dar muito depois, por exemplo, do orçamento a que são definidas ações e programas orçamentário. Então esse é um ponto muito relevante, mas que está, absolutamente, ressaltado e todos temos consciência disso.

Sobre a coisa da transferência: por exemplo, transferência para ciência e tecnologia, e a base da FNEP, que está incorporada ali, apesar de estar fora do SICONV, a gente pediu para a FINEP a base. Eu acho que, no fim das contas, há sempre esse problema, que não vai ser resolvido em nenhum momento, que é saber fatiar que tipo de organização entra ou não entra nas organizações do nosso interesse

analítico. Eu acho que é um avanço incorporar esses dados dizendo que tanto por cento do que é considerada transferência voluntária, oficialmente, por exemplo, no orçamento, vai para ciência e tecnologia. É um avanço separar fundações e identificar, o que também deu um trabalho enorme, porque não é há uma classificação oficial disso, o que são fundações de pesquisa. E aí fica a critério do analista, na hora que você tem a base de dados, retirar, ou fatiar, ou fundir o que é de interesse de análise. Eu acho que esse é um avanço, na verdade.

Ali na apresentação a gente está tratando de transferências gerais, voluntárias, para entidades sem fins lucrativos. Se a gente quer - e é bastante possível um estágio, seguinte da pesquisa - separar organizações, por exemplo, de defesa e desenvolvimento de direitos. Boa parte das vezes nós estamos falando de organizações que supomos essas organizações quando estamos falando de organizações da sociedade civil num sentido bem restrito. É possível extrair essas organizações, usando as classificações tanto da FASFIL, quanto a classificação dos objetivos dos convênios, ou quaisquer que sejam, e analisar esses pedaços da sociedade civil "organizada". Mas não acho que seja um tipo de separacionismo que desvirtue o tipo de discussão que está tendo. Ao contrário, eu acho que é um avanço a gente poder saber o que vai para ciência e tecnologia quando a gente fala em transferência voluntária da União para entidades sem fins lucrativos, que é o dado que consta oficialmente no governo federal.

Agora, a gente tem toda consciência, e eu ressaltai isso, que eles vão, sobretudo, para ciência e tecnologia, para pesquisa feita por meio de fundações de pesquisas universitárias. Mas, não exclusivamente. Esse é um ponto muito importante. Porque, usualmente, a gente também tende a construir determinadas categorias de análise que pretendem retraduzir um campo de forma muito específica, e isso não é propriamente verdade em boa parte das análises que a gente vai olhar. Eu acho que a classificação da forma como foi feita, do meu ponto de vista, tem a vantagem de facultar, compreender que determinados conjuntos de organizações que nós achamos que atuam em determinadas áreas, já não atuam mais nessas áreas de forma dominante quando a gente vai olhar a cooperação do governo federal. Então eu acho que isso é fundamental para repensar determinadas representações sociais que nós temos sobre os próprios grupos organizados da sociedade civil. Eu acho que esse é um ponto muito importante.

## **Interlocutor não identificado**

É só uma contribuição também. Talvez o Felix aí, que é o estudioso da questão do conceitual, dos repasses, possa esclarecer melhor, mas o slide seguinte a este, podia ser mais esclarecedor, se nós conceituamos repasse como transferência voluntária pura e simplesmente. Até porque, eu desconheço algum programa, algum Ministério, alguma autarquia, enfim, que faça algum tipo de transferência em forma de financiamento. E aí sim, incentivo fiscal e imunidade de isenção, que é o que colega Paulo está ali sugerindo, questionando, não entendi perfeitamente, mas se diferencia, até porque isso é uma cobrança permanente, daqueles que lidam com essa modalidade de apoio em função de direitos e de possibilidades de incremento de algumas áreas em que envolve responsabilidade do Estado, e uma vontade do setor não governamental.

Então, minha proposta é que seja, ao invés de três retângulos como esse aí, na verdade são dois. Ou, se pelo menos são três, mas tem uma coisa assim, vertical. E, mesmo assim, poderia dividir também, Felix, aquelas que são constitucionais e aquelas que são repasse a fundo perdido. Acho que isso também vale à pena. Não sei se vale à pena, já que tem os cadastros que resolvem, na saúde, educação, que são as constituições, e as demais não são constitucionais, portanto, são transferências diretas. Mas eu acho que é fundamental, acho que é um direito da sociedade se aproximar desses conceitos de incentivo, imunidade e isenção. É apenas uma sugestão de desagregar isso, enfim, colocar isso de uma maneira mais destacada, o que é transferência e dos incentivos de imunidade.

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Eu me inscrevi para falar aqui, só para tentar ajudar nessa questão referente a essa conceituação. A gente nem trouxe o conceito aqui. Na verdade, era para identificar que a gente tem, no mínimo, três blocos de potencialidades de recursos públicos. Então, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a gente fala, inclusive, em transferências para o setor privado, é onde estão as entidades privadas sem fins lucrativos, as transferências voluntárias são para ente federados, então para órgãos públicos. Por isso que aqui a gente usou transferências diretas, imaginando que aqui também não estamos falando por modalidade do instrumento contratual, porque a gente está falando de convênio, de contrato de repasse, de termos de parceria, de todas as formas de repasse direto de recurso do governo federal para as entidades privadas sem fins lucrativos.

Mas, também identificamos, no âmbito da pesquisa, que há um bloco de recursos públicos que é outorgado, que é acessado pelas organizações via incentivos fiscais. E aqui, por enquanto, a gente tem a base da lei de incentivo ao esporte e da lei de incentivo a cultura. Na imunidade de isenção a gente não tem nada ainda. Eu comentei isso no começo quando fiz a apresentação geral de manhã. Aqui ainda é uma conversa, a gente fez uma primeira conversa com o Ministério da Fazenda a respeito do SIAF, que já foi incorporado na base. Essa conversa sobre incentivos fiscais, imunidades e isenções, a gente ainda não fez com o Ministério da Fazenda, nem com a Receita, mas é ainda uma possibilidade, um radar, são recursos públicos importantes, e esses números, quanto mais estudados e quanto mais sistematizados, menos mito há sobre eles. Porque, muitas vezes, a gente tem diferentes ideias sobre uma determinada questão, justamente porque cada um está com um olhar, e a gente tem bases diferentes para esses olhares, para acúmulos diferentes, por repertórios diferentes. E aqui o que a gente está querendo é justamente ter as bases de referência pra que a gente possa fazer as estratégias em cima dessas bases de referências.

Quando a gente fala das galerias de aplicativos, das potencialidades que essas bases podem gerar, é nesse sentido. Então aqui ninguém está considerando incentivo fiscal como transferência voluntária, e nem misturando nenhum conceito. Quando as bases são apresentadas todas juntas, ali elas não estão segmentadas do jeito que está aqui. Então aqui eu trouxe as três potencialidades de bases de recursos públicos como transferências diretas, incentivos fiscais, imunidades e isenções, e a gente tem aí uma verticalização mais profunda nas bases que já foram agregadas. Quais sejam? Já foi agregado o SICONV, já temos a base do SIAF, já temos a base do Ministério dos Esportes, referente à lei de incentivo ao esporte, e correspondente no Ministério da Cultura. Já fizemos a conversa com a FINEP - a base da FNEP ainda não chegou, ainda não conhecemos a base da FNEP - e, é por isso que para cada base a gente faz uma conversa prévia, para estudar, para conversar, para ver as potencialidades. Até porque, em uma base a gente também descobre outras bases existentes. Esse é o trabalho de pesquisa que vem sendo desenvolvido para essa agregação.

### **Interlocutora não identificada**

Enfim, meio confuso aqui, mas, vamos lá. Bom, a primeira coisa que me chamou a atenção na apresentação do Felix, e era um dado que eu já conhecia, mas agora revendo, me surgiu de uma maneira mais

forte isso, ele pega uma base do orçamento, que são as transferências voluntárias para entidades sem fins lucrativos, e, a partir dela, faz uma classificação, que eu até fui pesquisar aqui no material de apoio, e ele coloca como uma classificação feita pelos próprios autores que interpretaram, a partir da base do SICONV, que tipo de recurso é esse. E aí classificaram em parcerias, financiamento, serviços, subvenção, e outros. Eu me lembrei do projeto do qual eu participei, uma pesquisa sobre convênios, e que no final, a gente indicava que um dos grandes problemas dos convênios, dentre outros que ele tem, é o fato de que muitos objetos diferentes são contratualizados como convênio. Então você tem verdadeiras prestações de serviços que são pagas na entrega, então: “ah, deu dez aulas, é X reais. Atendeu três pessoas no pronto socorro, tanto”; e é um serviço. É um serviço para o Estado, dentro de uma política pública, estrutura, que tem preço, tem conhecimento. Então, juridicamente analisando, aquilo é um contrato de prestação de serviço. Mas ele é formalizado por meio de convênio, e repassado no orçamento como uma transferência voluntária. E isso aparece aqui na percepção do pessoal da área de administração pública, de orçamento de pesquisa. Então a mesma percepção surge.

E essa discussão sobre subvenção e parceria, também está colocada. Então eu acho que tem esse recorte orçamentário, o recorte da atividade administrativa que está sendo desenvolvida. A gente está fazendo o que? Está fomentando uma atuação da sociedade civil, ou está, pura e simplesmente, descentralizando uma atividade administrativa? São duas coisas muito diferentes, e que tem, de alguma forma, não sei como, que ser refletida nesses dados, quando isso for passado para a população, e para nós mesmos, para que não se tenha uma visão distorcida.

E aí eu fico pensando: e os contratos? E aqueles instrumentos precedidos de licitação, ou de dispensa, inegibilidade de licitação, que são firmados com entidades sem fins lucrativos? Deveriam entrar nessa linha de recursos públicos? É dinheiro público também. Aí vem a segunda pergunta: e os contratos com as empresas? Cadê o portal das empresas que conta para a gente onde está esse dinheiro? E o portal do próprio poder público? Então, será que a gente também vai buscar um nível de transparência, indicadores, para as organizações, que sem dúvida, é muito desejável? Mas eu acho que, em termos de prioridade, a maior parte do orçamento público não vem para a mão das organizações da sociedade civil. Então se a gente for entrar nesse nível de detalhe, eu proponho aqui que a gente substitua pelo portal

das empresas e do poder público, para depois vir olhar com esse nível de detalhes para as organizações.

Enfim, fica aí essa percepção que me apareceu de maneira muito forte, que tem questões de classificação orçamentária, de classificação de atividade administrativa, e de classificação de instrumento de cooperação, que se confundem, se cruzam o tempo inteiro, e não são suficientes pra dar essa avaliação que a gente está procurando.

### **Ferrari**

Eu estava meio que ouvindo aqui, para ver se o que eu estava pensando vinha à tona, e na última fala acabou que a colega trouxe um pouco da minha preocupação. E aí eu vou resgatar um pouco da fala que eu trouxe de manhã, que é de concepção do portal mesmo. Ele é um espaço de articulação das organizações, de autoconhecimento, ou ele é um espaço de monitoramento do Estado? Enfim, não sei. Eu entendo a ideia, está muito legal a ideia, mas, quando a gente entra nessa seara dos recursos públicos, que é fundamental que se dê a transparência, a gente tem que tomar... Eu não sei como fazer também, mas a gente tem que cuidar um pouco para que isso não fique como algo que bote as organizações na berlinda de forma indevida. Porque daqui a pouco - é como disse a Cláudia aqui de manhã -, você entra em um nível de burocratização tão grande para dizer o que você está fazendo e para mostrar números, que daqui a pouco você gasta oitenta para executar vinte, para dar visibilidade a execução desses vinte. E entendo perfeitamente a ideia da transparência, mas me parece que a gente... Não sei como trabalhar essas bases de forma um pouco mais *light*, ou de forma um pouco mais... Não sei. Me parece meio pesada a forma que a gente possa colocar isso. Tem organizações que têm quarenta, cinquenta, oitenta convênios. Ela colocaria todos eles lá? Ela teria que lançar ponto a ponto? Como seria isso? Estou tentando visualizar isso na prática.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada, Ferrari. Eu acho que um esclarecimento importante nesse momento que se levanta essas dúvidas, é que a análise qualitativa que está sendo feita sobre o banco de dados hoje disponível no sistema de convênios, contrato de repasse, termos de parceria, ela não necessariamente deve entrar no portal. Ela deve gerar outro relatório, outra publicação, outro tipo de análise. Então, o nível de detalhes do portal não é o nível de detalhes do que a gente está

discutindo aqui. Na verdade, ele vai ser o rumo que a gente aqui também ajudar a iluminar. Mas tem uma coisa que é importante: muitas das discussões aqui não são relacionadas ao portal, mas são relacionadas às próprias bases. Enfim, ao sistema, ao SICONV, às lógicas do Estado, às normas, e às outras questões que estão por trás, que fazem parte de uma discussão que é importante, é relevante, e que esse portal descortina.

Então, a estratégia do portal é justamente essa, não é uma estratégia de grande irmão, não é uma estratégia de a gente ficar... Por isso que na discussão sobre as funcionalidades a gente tem que ter muita clareza que a organização pode querer se descadastrar, não é um cadastro obrigatório, não é condicionante para firmar convênios com recursos públicos, não é nada disso. Não é essa a intenção. A intenção é de fazer um portal de plataforma de transparência ativo, que seja interativo, que possa articular os diferentes atores estratégicos, e possa ser base. A gente está tentando organizar uma coisa que é demanda da sociedade há muito tempo, que é essa integração dessas bases de dados que hoje estão espalhadas em todos os Ministérios. O trabalho que já deu até aqui, até esse momento que a gente está no meio da pesquisa, em um estágio já bem avançado, mas só o trabalho que deu até aqui, de cada uma dessas bases, que muitas já se conheciam, outras foram se descobrindo durante... O cadastro de entidades organizadoras era um cadastro que a gente não conhecia, mas a gente foi indo atrás de cada Ministério, e cada um foi desvelando um pouco como é que faz a inscrição das informações do seu relacionamento com as organizações da sociedade civil, é tudo que a gente está trazendo para cá para discutir. É realmente muito complicado a gente ter tantos cadastros, e a gente ter tantas bases de dados diferentes que não se comunicam.

E outra coisa: isso para não falar da necessidade para o lado das organizações de ter que alimentar esses cadastros todos, muitos deles exigem xerox autenticada do estatuto, dos documentos que comprovem a sua existência no mundo jurídico. Mas, também, o que isso gera de análise para a administração pública, de alimentação, de anuência de cada um desses cadastros. E eles são muito diferentes em termos de maturidade também. Se a gente pega a lei de incentivo à cultura, por exemplo, uma das coisas que nos chamou atenção, e que nos animou de trazer a lei de incentivo à cultura para o debate, é que a lei de incentivo tem vinte anos, eles têm um cadastro que consegue trazer a historicidade das trajetórias do fluxo de recurso público de muito tempo, em diferentes formatos, por patrocinador,

por beneficiário, conseguem trazer dados qualitativos de pessoas atendidas dos produtos culturais que foram gerados com a lei... Enfim, a gente tem ali uma potencialidade de dados que é bem interessante. Mas não tem pretensão de substituir, de “não, agora o salicweb não vai mais existir, e agora todos terão que se cadastrar neste portal”. Não é isso que está colocado.

Agora, outros têm uma planilha de Excel. Outros têm outras formas de cadastramento. A gente citou aqui o caso do Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas, onde tem um processo de inscrição interessante, diferente, onde quem decide as entidades ambientalistas que se cadastram ou não são as entidades da própria sociedade civil. Tem um grupo gestor desse cadastro, tem uma comissão permanente que é eleita pelos membros do cadastro, e que são eles próprios que determinam quem entra e quem não entra no cadastro. Não, não, é perfeito. Não estou falando que está errado, eu só estou chamando atenção para alguns achados da pesquisa, de como são diferentes, como cada um deles nasce de uma lógica diferente.

O Cadastro Nacional de Entidades do Ministério da Justiça tem vinte mil entidades, tem as qualificadas como OSCIPs, tem as qualificadas como entidades públicas, tem as organizações estrangeiras também, e ele é livre, outras organizações poderiam se cadastrar, poderiam estar ali. E ele traz informações diferentes de outros cadastros, como ele tem os relatórios de prestação de contas anuais das entidades, ele traz também informações sobre recursos. Autodeclaratórios, quando as organizações colocam, e não são todas, que é uma coisa que sempre o Davi nos lembra, do Ministério da Justiça, que não são todas que prestam contas, até porque a prestação de contas da Utilidade Pública é obrigatória, e da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, não.

Enfim, a gente tem aí uma dificuldade das próprias fontes, para além daquelas novidades que a gente quer inserir, que é o repensar das potencialidades de classificação, e como a gente está fazendo tudo isso de uma forma, enfim, como a ideia é que isso seja virtual, no cadastramento, a gente pode usar muitas *tags*, e outras possibilidades de outros campos. Então, uma coisa é a classificação que a gente consegue fazer, extraíndo dessas bases, a outra coisa é como a organização se vê. Ela pode preencher de uma forma diferente, ela pode se enxergar diferente, ela pode gerar novidades a partir dessa reflexão sobre como ela se enxerga, e enxerga outras. Eu acho que é um pouco esse o desafio.



A questão da sede do projeto foi uma questão que, logo no começo, a gente já identificou. E o caso clássico é a Pastoral da Criança. A Pastoral da Criança está em mais de quatro mil municípios do país, mas ela tem sede em Curitiba. Então, o sonho de consumo, e a gente quer fazer isso com alguns cases, é fazer as rotinhas aéreas: a sede está ali, mas ela consegue ter uma capilaridade de uma série de outros lugares. Mas a gente não consegue isso com várias, a gente consegue fazer isso muito individualizado, porque hoje não tem essa informação em lugar nenhum. Então isso, por exemplo, a pesquisa pode gerar uma recomendação para o SICONV de que o SICONV dê a possibilidade de fazer um clique, e clicar o município onde você está atuando. Isso é um dos achados da pesquisa.

É um pouco isso, o que é possível fazer a partir do sistema que está posto. A gente tem identificado os problemas, tem buscado soluções pra cada um deles, traz aqui os mesmos problemas para tentar discutir com vocês algumas outras potencialidades de solução. E, ao final, o que não tiver uma solução já colocada, vira uma agenda, uma pauta de coisas que precisam ser cuidadas, de recomendações, de coisas que precisam ser modificadas, e de atuação para ser feita em ato contínuo. Acho que esse é o espírito.

## **Jorge**

Eu estou sentindo certa dificuldade para entrar nesta discussão, que talvez se deva ao fato de o próprio sentido mais geral da construção desse portal entrar mais na discussão de amanhã. Porque, de repente, me caiu a ficha: com essa conversa sobre dados, sobre transferências de recursos públicos, quer dizer, o portal é para facilitar o conhecimento pela sociedade, das organizações da sociedade civil, enquanto tais, ou é focado na relação das organizações da sociedade civil com o Estado brasileiro? Por quê? Nós estávamos conversando aqui no intervalo, nós desviamos um pouco desse tema estrito dos recursos, mas, conversando sobre as dificuldades que as entidades têm para executar ações com recursos públicos, porque elas não têm, ou tem muito pouco, os recursos próprios. Porque custa bastante funcionar para poder executar ações com recursos públicos. E essa é a questão prática que hoje leva ao estrangulamento das organizações da sociedade civil, sobretudo daquelas que tinham uma dependência maior da cooperação internacional que, como todos sabem, reduziu o seu apoio em muitos casos.

Então, para ficar no assunto: o portal vai também oferecer informações sobre recursos que não sejam públicos? Quer dizer,

sobre os recursos próprios com que as entidades viabilizam a sua atuação? Isso não seria igualmente relevante para mostrar para a sociedade brasileira a verdadeira fotografia dessa sociedade civil organizada? Inclusive do esforço próprio de captação de recursos, independentemente de transferências feitas pelo Estado? Enfim, eu não sei se isso pode ser respondido agora, mas eu acho que tem a ver com a discussão sobre o significado desse portal.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada, Jorge. Na verdade, é exatamente isso. A diferença entre uma coisa e outra é o como fazer. Então, daqui a gente consegue iniciar botando num mapa georreferenciado todas as organizações da sociedade civil no Brasil, fazendo esse esforço da articulação de base de dados públicas do âmbito do governo federal. Os próximos passos, as próximas etapas, e toda vez que a gente fala da potencialidade de qualificação do perfil, de inserir novas informações, de *upload* de documentos, de inserir informações sobre outros projetos, sobre outras fontes de financiamento, a gente está falando da possibilidade de uma interatividade, onde as organizações vão poder se manifestar e vão poder incluir coisas, a partir do momento em que tiver uma base. Só que, para a gente lançar uma base, a gente tem como lançar uma base com os recursos públicos do âmbito federal. Essa é a nossa potencialidade de ação nesse momento. E a indução é de que as organizações possam colocar suas outras informações.

A gente não tem uma base onde tem todas as outras informações, exceto se a gente tivesse a declaração de imposto de renda de todas as organizações, o que não é possível pela legislação brasileira hoje. Esse é o ponto. Que seria o sonho de consumo da Vera e de muitos de nós, se a gente tivesse a potencialidade de ter os dados econômicos em um lugar onde a gente pudesse publicizá-los. Isso, hoje, ainda não é possível. Então a gente está fazendo, dentro do possível, colocando as informações que são possíveis, tendo a possibilidade de que os outros possam agregar outras informações. Essa é a estratégia que está por trás do caminho que foi definido, e que está sendo percorrido para se chegar a esse portal – as que quiserem.

### **Interlocutor não identificado**

Mais uma questão, aparentemente simples, ou que pode se complicar: como tornar possível a comunicação dessas bases de repasse? No nosso caso, no cadastro central de empresas, nós temos a recepção de RAIS, CAGED, e as pesquisas estruturais, indústria, comércio, serviço de construção, em quatro grandes dimensões,

tabela de empresas, tabelas unidades locais, informações mais recentes, e outras duas tabelas de histórico. E essas tabelas se comunicam, e é com elas que a gente procura gerar novos indicadores, como no caso da FASFIL, os indicadores de sexo e escolaridade. É através da associação dessas tabelas que a gente procura melhorar a qualidade, identificando as empresas que realmente estão ativas. E só é possível conectar essas tabelas com as diferentes fontes a partir de uma chave de identificação. A minha questão é: há como vocês estabelecerem para essas bases um número identificador? Em que momento vai estar disponível o CNPJ, ou não? É a chave do cadastro nacional de empresas.

### **Baiena Souto**

Eu acho que assim como vocês, hoje, a única forma realmente de a gente fazer qualquer cruzamento de informação dessas organizações que estão formalizadas, é através do CNPJ. De fato, é a única chave que a gente tem aí para todas essas bases, está sempre disponível. Na verdade, essa é uma das premissas: nenhuma base que não tenha esse tipo de registro eu posso... Porque, senão, não tem como qualificar, nem cruzar esse tipo de informação. A questão que está sendo colocada aqui, posterior à publicação do portal, é que elas já estão *plotadas* lá, elas já estão colocadas naquele mapa, então elas virem a qualificar e colocar mais informações sobre a questão de recursos advindos de outras fontes que não sejam parcerias com o governo, ou qualquer outro tipo de relação com o governo... Aí você já tem essa chave.

Agora, a gente vai ter que ter uma separação, obviamente, do tipo que é fonte oficial, e o que não é, ou seja, fonte disponível – seja um registro administrativo ou fontes como do IBGE – das informações que sejam dadas, voluntariamente, por essas instituições. Até porque, senão, a gente comete um erro metodológico aí de cruzamento de informações, que na verdade, na teoria, elas não conseguem se falar, tá? Então é uma questão clara, que não está definida nesse momento porque a gente ainda não tem esse tipo de informação, mas que ela vai estar possível, assim que esse portal estiver pronto. O que o Paulo falou, é o nosso sonho, que todas elas possam cadastrar informações, qualificar melhor as informações que elas têm.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Se a gente pensa que a chave de identificação do cruzamento das bases é o CNPJ, então, para a gente o importante é que todas as bases tenham o CNPJ. No bloco de participação social, por exemplo, a

gente fez uma solicitação a todos os Secretários Executivos de todos os Conselhos e Comissões Nacionais para que nos forneçam os dados de quais são as organizações da sociedade civil que têm acetos nesses Conselhos Nacionais, para qualificar essa participação, essa intervenção política dentro do âmbito do governo federal. Então, por exemplo, a gente recebeu resposta de um dos Conselhos, que eles têm o nome de todas as organizações, eles têm o CPF de todos os conselheiros, porque eles pagam passagens e diárias, inclusive eles têm a conta bancária do conselheiro, tem tudo, mas não tem o CNPJ da organização. E aí ele falou: “ah, que bom que vocês nos pediram isso, porque realmente a gente sentia falta. Então agora nós vamos oficial e vamos pedir o CNPJ”. Então a gente está também trabalhando com as estruturas internas. Por isso que eu falei dos graus de maturidade diferentes de cada uma das bases, porque alguns já estão mais avançados, outros nem tanto.

### **Interlocutor não identificado**

Laís, eu sou representante do Ministério dos Esportes, e eu tenho uma preocupação com relação a essa atualização dessa base de dados, principalmente com relação ao SICONV. Hoje eu tenho uma listagem dentro do meu Ministério, de mais ou menos 150 empresas, ou CNPJs, melhor dizendo, que a CGU me informou que existe algum tipo de irregularidade com esses CNPJs. Então, hoje eu não consigo autorizar que alguma entidade consiga apresentar projeto junto a Lei de Incentivo ao Esporte. Minha pergunta seria: quanto tempo o SICONV demoraria para atualizar essa base de dados? Porque essa base de dados que eu tenho hoje é de quatro anos. Há quatro anos o SICONV fez esse levantamento, nos informou, a Comissão de Lei de Incentivo ao Esporte se reuniu, e decidiu suspender todos esses CNPJs. Só que eu tenho várias demandas que são apresentadas, e com as quais eu não posso autorizar a utilização do dinheiro público, tendo em vista essa suspensão. Então, como a gente pode criar um mecanismo de acelerar esse processo de análise desses CNPJs para que eu possa destravá-los, e com isso eu consiga, inclusive, alimentar o portal de vocês? Não sei se eu estou tendo a visão correta de como vai ser elaborado o portal, mas eu imagino que o portal esteja por cima de todos esses outros mecanismos que vão fomentá-los, digamos assim, ou atualizá-lo. Se eu estiver errado, por favor, me corrija. Então, eu gostaria de verificar isso com o pessoal que cuida do SICONV.

### **Neto**

Boa tarde a todos, meu nome é Neto, eu trabalho na coordenação que desenvolve o SICONV dentro do Ministério do Planejamento,

especificamente na SLTI. Alguns dos colegas já me conhecem, porque eu tenho participado do evento marco regulatório desde o seu início. Então, primeiro um entendimento que nós temos enquanto Ministério, é que o portal que está sendo projetado aqui não é para informações cadastrais, se fulano está adimplente, inadimplente, se está irregular ou está regular. O objetivo aqui é termos visão de país de como estão distribuídas essas organizações sociais, civis, e como elas atuam no país. Certo?

Um segundo momento, eu gostaria de informar que o SICONV não é repositório de informações de dizer se uma entidade está irregular ou regular, na ótica da CGU. Esse repositório é o próprio Portal da Transparência que informa para vocês, como foi dito aqui pelo representante do Esporte, foi a própria CGU que passou esses dados, mas esses dados não foram coletados exclusivamente no SICONV. O SICONV vai, simplesmente, informar se aquela entidade está cadastrada e apta, dependendo da sua atividade, a atuar em algum projeto e, mais do que isso, vai informar se aquela entidade prestou conta, ou não, daqueles objetos. Que também é outro desafio aqui nosso, do marco regulatório, que é, justamente, podermos passar por um processo, sem perder a transparência, mais simplificado dessa prestação de contas.

Então, são coisas distintas: quando nós falamos do projeto do marco regulatório, da disponibilização, e do SICONV. O SICONV tem servido como uma grande base de dados de informações, visto que os outros sistemas quem comportam as transferências voluntárias não disponibilizam uma série de documentos que o SICONV possui, do tipo informações cadastrais, por exemplo, os estatutos das entidades privadas sem fins lucrativos, na fase de formalização e execução de um convênio, toda aquela parafernália dos documentos de liquidação, fiscais, etc., que hoje, pela legislação, as entidades são obrigadas a digitalizarem e disponibilizarem também no SICONV, como forma de prestar contas.

Então, só para ilustrar, eu acredito que essa verificação das entidades continua sendo feito, pelo que a gente acompanha, enquanto comissão gestora, participando da comissão gestora das transferências voluntárias, da qual faz parte a CGU. A própria CGU é que consegue fazer os levantamentos nos fóruns específicos, através de SIAF, principalmente, para identificar aquelas entidades que são consideradas inidôneas em relação às transferências voluntárias. No caso do SICONV, ele informa aquelas que estão aptas a celebrar

convênios, mas jamais ele diz aquelas que não estão aptas, está certo?

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Aqui surgiu um assunto muito importante, de uma decisão que foi tomada anteriormente e que apareceu aqui, que foi sobre o CEPIM. O CEPIM é o Cadastro de Entidades Impedidas, que hoje é gerenciado pela CGU. Ele foi criado no final de 2011, e é ele que recebe as informações dos Ministérios sobre as entidades que teriam que ser consideradas impedidas de acordo com as normativas, e as interpretações que estão sendo feitas. Justamente, porque essa não é a intenção do portal, de ser um lugar de chancela para repasse, ou não, de recursos públicos, é que a gente desistiu de integrar o Cadastro de Entidades Impedidas, entendendo, inclusive, que ele gera outras questões no cadastro, que não coadunam com a nossa agenda de valorização do trabalho das entidades. Então, o CEPIM é um cadastro que hoje está sendo estruturado. A gente escuta das entidades diversos problemas, diversas reclamações, e muitas vezes também a CGU tem uma atuação mais limitada, haja vista que as informações advêm dos próprios Ministérios. Então, eu acho que depois, Pedro, a gente pode fazer uma conversa específica para ajudar.

O Romão esteve aqui hoje de manhã, não pode ficar à tarde, ele é o ouvidor geral da União, e é quem tem uma interlocução muito importante com a gente dentro da CGU, e estava justamente nos alertando da necessidade de a gente fazer uma conversa com todas essas nossas escutas referentes ao CEPIM. Até quem tiver algum caso, alguma questão específica, e depois quiser nos circunstanciar por escrito, vai ser importante, porque a gente deve produzir um relatório e uma conversa com a CGU, de como melhorar o desafio do Cadastro de Entidades Impedidas. Mas, justamente porque ele tem uma agenda, que não é uma agenda positiva, como são todos os outros cadastros, a gente tomou uma decisão de, nesse portal das organizações da sociedade civil, não incluir o CEPIM.

A questão da alimentação. O Vitor vai falar melhor amanhã, hoje pode também responder, de construir a PI, coisas que eu estou aprendendo, tecnologia, mas, enfim, potencialidades de integração das bases de dados. E é isso, algumas vão ter uma alimentação automática mais sistêmica, porque é um sistema, outras não são sistemas, então a alimentação tem que ser manual mesmo, de envio periódico das bases, algumas só mudam a base de ano em ano. Vai depender de cada base o que vai acontecer com ela. Então, a

princípio, a primeira versão realmente será uma fotografia de até onde a pesquisa foi. E a gente vai ter as estruturas para potencialidade de que essa fotografia vire um super filme. Mas isso vai depender, realmente, do que a gente vai conseguir fazer em relação. Aí é um desafio que está colocado. A Fundação Getúlio Vargas está se debruçando muito sobre isso, para tentar ver como conectar coisas tão diferentes, mas que precisam ser conectadas.

Enfim, alguém falou aqui em uma reflexão, apesar disso aqui não ser a potencialidade do cadastro, mas alguém já me chamou de canto: “ah, a gente devia fazer um cadastro único de organizações da sociedade civil, assim como tem o CAD ÚNICO, que hoje ajuda a identificar os beneficiários de diversas políticas públicas”. É uma ideia, mas não é essa a ideia inicial do portal, e não é essa ideia para a qual o portal vai se encaminhar, ele tem uma ideia que tem um horizonte, e que pode ser que nesse horizonte se recomende. Enfim, isso é um registro que a gente pode fazer, se for uma ideia de outras pessoas também, vocês podem colocar, e isso pode virar uma recomendação para os próximos passos, para que, no futuro, a gente tenha um cadastro único. Nesse momento nós não estamos construindo um cadastro, nós estamos construindo um portal que está integrando bases de dados existentes, que está promovendo a interação entre os atores, que está promovendo o maior conhecimento da sociedade, que está tentando trazer à tona, descortinar todo esse universo para que a gente possa, cada vez mais, refletir sobre isso, conversar, e gerar todo esse debate.

Agente tem o lançamento de dois livros hoje, aqui no restaurante do lado, que é um livro do promotor Eduardo Sabo Paes, e do Aírton Grazioli, e tem também uma cartilha super importante, que foi produzida pela Caritas. Os dois são livros sobre associações e fundações de entidade de interesses sociais, no caso do Eduardo, e do Aírton, acho que tem o nome aí, não sei exatamente qual é o nome, mas é também de fundações privadas. E a Caritas produziu uma cartilha sobre o marco regulatório das organizações da sociedade civil, de uma forma bastante didática, eu recebi agora, então ainda não tive tempo de ler, mas do que eu folhee, já vi que é um material super importante, é um material de mobilização para a sociedade civil, que traz diversas informações. Tem ali alguns exemplares, quem quiser pode pegar com o Ademar, da Caritas.

## **Flávio**

Quem fala é Flávio, do Ministério do Trabalho. Eu sou um dos gestores do Cadastro Nacional da Aprendizagem Profissional, que vai fazer

parte também da base de dados. A gente está muito contente com isso, de fazer essa integração. Mas, hoje, uma das nossas dificuldades, é que a chave de entrada no nosso sistema é o CNPJ, mas a gente vê que ainda não é suficiente. A nossa articulação com aprendizagem é muito com os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, que não tem, às vezes, essa base informatizada. Então, a gente está até adaptando nosso cadastro para instituições que, às vezes, têm um CNPJ em um local, mas a atuação em outro município, ela não necessariamente seja essa entrada por CNPJ. Essa foi uma preocupação que, pela manhã, também foi colocada, dessas instituições que, às vezes, não conseguem se formalizar através dessa modalidade, e elas são de extrema importância que apareçam. Uma das formas que foi colocada foi a integração com as bases de economia solidária. Mas, não são as únicas, né? Então a gente tem que pensar outras formas também de entrada no sistema, que são instituições de um grande volume, fazem a diferença. Eu gostaria de ressaltar essa preocupação.

### **José Antônio de França**

Boa tarde. José Antônio de França, Conselho Federal de Contabilidade, Fundação Brasileira de Contabilidade. A gente observa que, com toda discussão, a questão da transparência do recurso público, parece uma forma unilateral de fazer. Ora, há um lado cedente e há um cessionário. Do ponto de vista da contabilidade, olhando pelas grandezas quantitativas, determinadas entidades, em função de seu porte, devem fazer a divulgação dos seus relatórios. Até porque, essas informações todas estão nos balanços. Os balanços são instrumentos, são informações públicas, independente de qual seja o tamanho da entidade, seja grande ou pequena. Para as entidades de porte financeiro elevado, isto é obrigado, há obrigatoriedade que essa divulgação seja feita. Mas, você sabe que isso tem um custo. E, por uma questão de racionalidade, isso não é exigido das entidades pequenas, porque não há o financiador para isto.

Como se está discutindo uma questão de portal, já foi dito que a ele não se aplica isso que eu vou colocar, mas, de repente, apenas para a gente refletir para um futuro. Será que, nessa plataforma que se tenta construir, não poderia ser um dos veículos de transparência? Ou seja, das entidades poderem colocar essas informações sem custo? Porque, indo para a imprensa, isso tem custo. E se o portal pudesse fazer isso? Quer dizer, o lado cessionário colocaria as suas informações, ou seja, aquilo que está se buscando fazer. Só do lado cedente você teria o reverso disso. Eu sou o beneficiário do recurso,



então eu presto contas daquilo que eu recebi. Porque, aliás, a prestação de contas, me parece que, no fundo, é o que a gente está discutindo. Só que a gente discute de um lado só, o outro lado a gente não está, no meu ponto de vista, fazendo a ênfase.

## **[INTERVALO]**

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Nessa última uma hora a gente queria um pouco refletir sobre esses dois blocos que a gente passou, o bloco um e o bloco dois. E aí acho que depois de todas essas discussões a gente tem mais clareza agora de propostas e sugestões mais assertivas que nos ajudem a fazer a conexão com o dia de amanhã. Realmente, foi uma dúvida grande. A princípio, eu mesma achava que devia ser primeiro o portal e depois falar sobre os indicadores. Mas, também, se a gente comesse a discutir o portal sem conhecer as bases, sem saber das potencialidades que existem nelas, talvez a gente fosse para um sonho mais desconectado. Acho que agora a gente tem mais realidade do que está colocado. Então, eu queria fazer essa última rodada aqui com vocês, nesse sentido, que a gente possa, a partir dos dois blocos que foram falados, tanto o bloco de caracterização das entidades, quanto o bloco dos recursos públicos, a gente já conversou que poderão ser agregadas outras fontes de financiamento, poderão ser agregadas outras entidades, que não as que a gente primeiro agrega no portal, que são as associações e fundações.

Mas, para essa reflexão eu queria, para além das coisas que vocês estão colocando no formulário, que a gente fizesse essa rodada final de propostas mais assertivas, ou de desafios também concretos, que a gente possa ajudar. Porque, no fundo, essa oitiva, esse processo de escuta dessa etapa do trabalho é justamente para orientar a equipe da Fundação Getúlio Vargas que vai entrar em uma fase agora de finalização. Então, amanhã, por exemplo, quando vocês forem olhar a proposta de arquitetura do portal, a partir das reflexões desse evento, eles vão passar para a fase já de desenvolvimento para entrega do portal. Então, nesse momento é muito importante que a gente possa fazer essas colocações e pensar para além de todas as reflexões que a gente já fez durante o dia, nessas propostas mais concretas de potencialidade.

A base de dados da economia solidária nos foi entregue em mãos, nesse momento ainda o CD não foi aberto, então não temos acesso ao seu conteúdo, mas o representante da base de dados da economia

solidária está aqui, do Ministério do Trabalho. A gente falou tanto sobre ela durante o dia, e queria contar que ela apareceu, ela foi entregue, então é bom. A sociedade tem que pressionar, que o governo aparece com a solução.

### **Rodrigo Mides**

Eu fiquei com duas perguntas no dia de hoje. Primeiro: a quem se destina o portal? Quer dizer, quem é que vai se beneficiar com esse portal? E qual a sua utilidade para esse eventual público que vai ser beneficiado do portal? Fiquei com a pergunta muito parecida com a do Jorge: qual é o objetivo desse portal? E hoje a gente ia falar sobre indicadores, mas eu senti falta de uma discussão sobre indicadores, eu acho que a gente não discutiu indicadores hoje. Eu senti que a gente está discutindo ainda as bases de informação que vão ser aglutinadas para gerar algum tipo de informação, mas qual é a informação final que a gente quer que seja gerada? Não foi discutida. Porque eu acho que essa reflexão deveria vir antes do dado. A gente está falando de dados, mas a gente não está falando de inteligência. Então eu acho que a gente deveria trabalhar quais são os indicadores, para, com base nos indicadores que a gente quer gerar, a gente ir buscar essa informação, saber se existe essa informação ou não.

E acho interessante a possibilidade das organizações alimentarem de informação o portal, mas tem que se avaliar a fidedignidade dessa informação. Ou seja, a informação que vem através de uma via oficial tem alguma fidedignidade. A informação que não vem, não tem. Mas isso pode não importar tanto, dependendo do objetivo que a gente tenha com esse portal. Por exemplo, se o objetivo desse portal for gerar uma base fiel de informação sobre as organizações do Brasil para mobilizar doadores que queiram saber quem são as organizações nas quais eles podem confiar, essa informação tem que ser fidedigna. Se não é esse o objetivo, talvez, enfim... Mas, para mim, eu acho que a gente está começando do final, né? Eu acho que o começo disso deveria ser a gente estabelecer quais são os indicadores, afinal, que a gente quer ter nesse portal, e a quem se destina o portal, e qual é o objetivo dele. Então eu senti falta disso no dia de hoje.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

A quem deveria se destinar, né? Porque, enfim, você está me fazendo pergunta, a quem se destina e eu estou te devolvendo a quem deveria se destinar.

## **Rodrigo Mides**

Eu acho que deveria se destinar a sociedade civil que poderia contribuir com essas organizações. Ou seja, criar uma base de dados de informações para que a sociedade civil doadora pudesse se basear para apoiar essas organizações. Essa é minha percepção.

Qual foi a outra pergunta que eu mesmo fiz? Ah, os indicadores, eu acho que precisa de um trabalho em cima deles. Agora, eu volto na fala do Daniel, que falou sobre indicadores no começo, que ele fala de quatro linhas nas quais a gente poderia se basear, que foram estabelecidas no evento da UCDE, em 2005, que fala de relevância, de eficiência, de eficácia, e de sustentabilidade. Eu acho que são quatro boas bases para a gente construir indicadores a partir desses quatro pilares. Quer dizer, essa foi uma primeira ideia. Agora, construir indicador não é simples, precisa de uma conversa mais profunda para se pensar nesses indicadores. Isso se o foco do portal for a sociedade civil que vai apoiar essas organizações. E aí estou puxando um pouco a sardinha para o meu lado, eu falo de doação privada, vamos dizer assim. Se esse for o objetivo, acho muito relevante a gente falar desses quatro pilares aqui que são relevância, eficiência, eficácia e sustentabilidade.

## **Interlocutor não identificado**

Bom, a gente está entrando no momento de propositura mesmo, pelo que eu estou entendendo, de reflexões e de entendimento do que é o portal, com base em tudo que a gente discutiu. Então, eu vejo que aqui a gente tem duas linhas de entendimento: uma um pouco mais burocrática, e outra um pouco mais voltada ao que é, de fato, um portal, um espaço de internet. Um espaço que é o que eu acredito que deveria servir esse portal. Um espaço onde as organizações pudessem se conhecer, se articular, e se fortalecer, com base no autoconhecimento e na troca de informações. E aí, inclusive, criando metodologia de “acreditação”, ou seja, de qualificação dessas organizações, por parte da própria rede, da própria sociedade civil. Por isso, eu bato na tecla: é importante que estejam lá grupos que se percebam como tal, né? Então, a rede de entidades de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, a rede de entidades de desenvolvimento negro, quilombola, indígena, enfim, que elas se percebam, que possam se colocar, que possam trabalhar a questão da transparência.

E, inclusive, amanhã nós vamos discutir o portal propriamente dito, mas, antecipando um pouco como eu vejo isso, que inclusive esse

portal possa ser um espaço para que elas possam pavimentar sua estrutura virtual. O que é isso? Muitas organizações ainda não têm uma musculatura estruturada virtualmente. Não estou falando de site, eu estou falando enquanto rede mesmo. Como disse a companheira aqui de manhã, com dados históricos, com possibilidade dos seus associados visualizarem ela georreferenciada, o cara bater o olho no mapa e ver ela ali, uma entidade que trabalha com defesa de direito amarrada com uma outra entidade que articula oferta de serviços na área de saúde, ou na área de habitação, ou na área de geração de emprego e renda. Então eu acho que é isso. É menos formalista, é menos números, e mais uma estrutura de articulação mesmo que permita com que as organizações possam se ver e serem vistas.

### **Cecília**

Sou Cecília, de Belo Horizonte, do Instituto Rackman Rigueira. Eu confesso que fiquei surpresa com esse portal partir do governo federal. Porque, normalmente, a minha experiência é no exterior, em Nova Iorque, e isso seria uma iniciativa das fundações, que gostariam de trazer transparência para o setor. Então, quando vem um convite da parte do Estado, eu não sei qual será o impacto que isso vai gerar nas organizações, nas fundações, de qual é o propósito de nós fazermos parte disso. Porque existe, nos Estados Unidos, o Foundation Center, que foi criado, acho, que nos anos 1950, justamente com esse interesse de trazer transparência, de mostrar à sociedade civil quais são as fundações que vão fazer aporte, o desejo das fundações de conhecerem as organizações sociais também que fazem prestação de contas transparentes. Então eu estou um pouco confusa como será recebido. Aqui, nós temos um grupo reduzido, mas quando isso for apresentado, como vai ser apresentado, para que as pessoas entendam quais são as intenções. E aí vai muito ao contrário do seu comentário, Rodrigo, para que o portal. E aí eu também estou um pouco na dúvida: para que o portal? E como será o portal? Qual será esse papel, como serão inseridas as informações, qual interesse do governo de estar fazendo essa proposta, e como vai ser visto? Porque a gente tem essa desconfiança. É para fiscalizar as nossas atividades? É para incentivar? Então, isso, para mim, está um pouco ainda no ar. Mas, sem críticas, estou aqui tentando me assuntar. Foi a minha primeira vez aqui, eu vim de surpresa.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Na verdade, Cecília, eu queria te fazer a mesma provocação, porque acho que essa é uma fase que a gente está escutando, então mais do

que a gente responder as perguntas de vocês, eu gostaria de devolver as perguntas mesmo. Quando você fala: “ah, qual é a função?”, então qual você acha que deveria ser a função? É esse tipo de debate que eu acho que pode nos ajudar nesse momento, e que a gente, nessas reflexões, está todo mundo escutando e pensando, justamente para que a gente possa processar a partir desse diálogo. Obviamente, a gente tem ideias, tem estratégias, das quais muitas delas a gente já passou o dia falando e apresentando, mas eu acho que esse é o momento que a gente queria dialogar com vocês, para que vocês levantem as dúvidas, e as propostas. Então você está trazendo que o portal, normalmente, em outros lugares seria de outra forma, né? Aqui, pode ter uma proposta de uma governança compartilhada. Esse debate ainda não tinha aparecido, que é um debate que a gente deve fazer amanhã, um pouco sobre os próximos passos, as potencialidades. Existe uma ideia de fazer um observatório das organizações da sociedade civil, a gente está em um esforço de integração de dados que pode gerar diferentes funcionalidades depois. Então, quem tiver a possibilidade de fazer as falas agora, eu gostaria de sugerir que fizessem a fala não só fazendo perguntas a nós, mas fazendo sugestões, dando suas opiniões sobre como deveria ser. Independentemente de como no final vai ser possível fazer.

## **Cecília**

Eu fico imaginando como nós poderíamos fazer uma articulação entre os três setores para que nós pudéssemos fazer a gestão desse portal, qual a continuidade, eu não tenho a menor ideia ainda como vocês estão pensando a manutenção desse portal. Porque, normalmente, a gente faz uma ação dessa e muda o governo, acabou. Quem é que vai cuidar disso? Então, como isso vai ser? Até eu perguntei aqui para o André: vai ser a Fundação Getúlio Vargas que vai se encarregar de fazer isso? Como que isso acontece? Eu não tenho a menor experiência, confesso, de como isso seria. Mas eu tenho impressão que a tendência vai ser a sociedade civil assumir isso aí, vai ser um GIFE da vida assumir um negócio desses. Vai ser uma associação GIFE, ABONG, uma coisa assim, é o que eu imagino que aconteça. Não estou te botando no fogo, mas estou te botando no fogo. Mas, são essas as minhas dúvidas, da minha pouca experiência. Confesso que minha pouca experiência foi no exterior, a maior parte do tempo, por isso que veio a minha dúvida. E sempre com aquela ideia de que nós estamos unindo para ter o que lá eles chamam do *glass pact*, que é o bolso de vidro, que todo mundo pode ver o que está dentro. Então, se for com essa proposta, louvores à proposta. É isso que eu acho.

## Vera Masagão

Quer dizer, a ABONG, discutir também no âmbito da plataforma, essa ideia, que um dos nossos compromissos, que apesar da Dilma não ter cumprido os dela, a gente pretende cumprir, é no compromisso de transparência, de zelar, vamos dizer, pelo sentido social da existência das nossas organizações com transparência. Então, a gente pensou diversas formas, pensou numa carta de princípios que a gente assinaria. E essa ideia, de qualquer forma, de socializar a informação, a gente entende que é a melhor forma de dar transparência, e não na perspectiva unicamente contábil dessa transparência, mas viemos trabalhando isso porque é uma ideia que gera resistência. Primeiro, porque é mais um cadastro, que daí fica desatualizado, que ninguém pega, que ninguém atende. A gente sabe que manter um cadastro é uma tarefa de Estado, é uma coisa completamente grandiosa, e a gente foi percebendo os nossos limites. Por outro lado, temos acompanhado e monitoramos algumas iniciativas internacionais, acho que o Foundation Center é uma experiência exemplar, que também funciona tão bem porque tem acesso direto, quer dizer, puxa seus dados direto da Receita Americana. Eu não sei qual é o sentido dessa lei brasileira, se as contas públicas tem que estar abertas, por que não abertas as contas das entidades que, por serem entendidas como de interesse público, recebem recursos públicos direta ou indiretamente? Então, eu acho que isso é um tema.

Mas, de qualquer jeito, dada essa cultura pouco transparente ainda, a gente vai ficar com as informações laterais quanto às pessoas, e não vai ter informação dura, que é a questão do dinheiro afinal, como o Foundation Center consegue. Agora, eu acho interessante, porque o Foundation Center, sendo uma entidade autônoma, usa o dado que é público. O Foundation Center não tem obrigação de gerar um dado, porque quem tem que gerar é o Estado. Então nós, da ABONG, acabamos pensando que seria muito melhor a gente poder contar com dados públicos para gerar observatório, porque aí vai ter que, simplesmente, tornar esse dado uma informação crítica, né? Hoje, pensa mais esse observatório como uma coisa autônoma mesmo, que consiga captar esses dados e fazer uma leitura crítica deles. A ideia é um pouco essa.

Agora, de fato, eu tenho preocupações também. A sensação que eu tenho, até pelo próprio da FGV fazendo isso, ou mesmo se fosse a ABONG fazendo, eu tenho a impressão que isso me parece mais algo que interessa ao estudioso do campo, do que de uma pessoa que queira achar uma ONG, né? Vai gerar o tipo de informação sobre o

que são as organizações. Quem são os interessados? Nós que estamos aqui. Mas é esse tipo de gente que nem nós, os especialistas no campo. Eu acho que essa pessoa que quer doar para um e para outro, do jeito que está, não sei se é interessante. E não sei se é esse, tem várias outras iniciativas que trabalham nessa linha de fazer cadastros positivos de organizações para doar. Não sei se isso é tão interessante, ou se isso seria tarefa do Estado. Tenho minhas dúvidas.

Então, pensando que isso que vai ser feito é uma iniciativa de Estado, pode até ter uma certa governança compartilhada, mas eu acho que a gente tinha que trabalhar em dados mais de base, e esse trabalho de, de fato, gerar transparência e informação sobre a relação Estado sociedade. Eu acho que esse que é um pouco o foco. Agora, talvez seja, de fato, um público muito restrito, mas, eu acho que certamente é uma informação relevante, sobre uma questão que é importante, porque é menos para quem doar meu dinheiro, é mais um retrato de como se dá a relação do Estado com a sociedade. A impressão que eu tenho é essa. De alguma forma, a perspectiva desse observatório autônomo, se a gente conseguir construí-lo, é nessa linha de criar pensamento crítico sobre essa questão e sobre o sentido mais político e sociopolítico da existência dessas organizações no Brasil e no mundo. É um pouco a ideia. Mas eu acho que é muito relevante a sua pergunta: qual é o tamanho desse público? E visa os esforços todos que tem que ser feitos pra construir isso aí.

### **Cláudia**

Eu me chamo Cláudia, trabalho na Parceiros Voluntários, é uma organização sem fins lucrativos que tem sua sede principal em Porto Alegre, mas que atua em todo estado do Rio Grande do Sul e agora com algumas participações em outros estados. Eu quero aqui registrar a importância desse processo, que eu vejo, de profissionalização. Eu acho que mais do que nunca, a gente como sociedade civil, e eu lá trabalho com 2.700 organizações de base no estado do Rio Grande do Sul, a gente vê claramente essa vontade e essa necessidade de profissionalização, de mais informação, de sair de um lugar do seu bairro, da sua cidade, para uma visão maior, para uma visão mais profissionalizada, para uma visão mais de participação e de engajamento na sociedade.

Então, eu acho que a primeira coisa é dizer da importância desse espaço que foi criado. Nós estamos participando, desde o início, desses diálogos, então isso tem sido rico, isso tem feito com que a gente conheça outras pessoas, conheça outras experiências, e mais do que nunca se faça algo que, acredito, pouco se faz, que são as

possibilidades de correlações e de trabalhos colaborativos entre outras instituições brasileiras. A gente aqui conhece gente, fica sabendo o que faz, como que faz. Então, se, no mínimo, este portal oportunizar que a gente conheça o que está sendo feito aqui, acolá, e que eu possa fazer um contato, mandar um e-mail, me conectar, trabalhar junto, apresentar projetos juntos, colaborativos, e ganhar força, eu acho que a gente tem aí um objetivo muito importante, que eu entendo que é um dos papéis que o Estado, que o governo pode ter, uma vez que ele também está investindo nestas organizações.

Eu quero ressaltar e mostrar que, para nós, tem sido bastante importante o desafio todo. Nós somos uma organização que dezesseis anos atrás trabalhava a cultura do voluntariado. Nós nascemos lá no Programa Voluntários, quando a Dona Ruth Cardoso incentiva a abertura dos centros de voluntariado, e a gente foi, ao longo do nosso trabalho, percebendo que não adiantava mandar voluntários pra dentro de organizações, se essas organizações não tinham um bom gerenciamento dos voluntários, dos seus recursos, não tinham uma gestão profissionalizada. O maior índice de perda de voluntários dentro das instituições é a falta de profissionalização e a falta de transparência e visibilidade.

Hoje a gente vem se dedicando intensivamente a um trabalho de profissionalização dessas organizações. Porque, nós mesmos, quando a Política Nacional de Assistência Social fez a sua tipificação, nós fomos enquadrados como de assessoramento e não de atendimento. Para isso, tivemos que mudar toda nossa gestão. E a gente tem organizações no Rio Grande do Sul que até hoje não conseguiram se qualificar, ou se tipificar, porque tem dificuldade de compreender a legislação. Então, se esse portal for um espaço legítimo de informação, de contribuição, de ampliação do que é ser uma organização da sociedade civil, ele já está cumprindo um bom espaço e tendo aí certamente uma função relevante.

## **Dimas**

Boa tarde, eu me chamo Dimas, eu trabalho na CESE, Coordenadora Ecumênica de Serviço, com sede em Salvador. Só para quem não conhece, a CESE fez quarenta anos agora em junho, tem um fundo de projetos, um cadastro de mais de treze mil organizações, dez mil projetos apoiados ao longo de quarenta anos. Estou dizendo isso não para me gabar, mas para dizer que nós temos um banco de dados de organização de estado civil que tem certa relevância ante o assunto que está sendo discutido aqui.



Mas eu queria voltar atrás e trazer à tona a ebulição que o país está passando nesses dias. Hoje, amanhã, talvez dupliquemos o número de pessoas nas ruas pedindo transparência, pedindo transparência nos gastos públicos, pedindo direito, respeito, e tudo mais. Acho que tem a ver com o que a gente está conversando aqui. Estamos falando de nos articularmos para nos mostrarmos melhor à sociedade para qual trabalhamos, e para uma sociedade que, provavelmente, você pergunta para o cidadão comum o que você acha de uma ONG, um percentual alto vai dizer que ONG é aquela que rouba. Não é isso que está no imaginário comum? Exatamente. As “pilantrópicas”. Então, porque tem umas “pilantrópicas” que apareceram nos noticiários, todas se tornam, pelo censo comum.

Eu estava ali perguntando para a Vera: “Vera, eu não participei do processo do GT, a Eliana que participou, representando o CLAI, e tal... o portal já é um processo de discussão, é uma oportunidade que está sendo colocada agora?”, para não falar besteira, entendendo que já houvesse um processo em relação a isso. Mas entendo como a oportunidade para a gente poder se articular com a sociedade civil e prestar contas a ela antes de tudo. Porque grande parte das organizações... A CESE não tem nenhum recurso público. Com quarenta anos, a CESE é apoiada por recursos unicamente da cooperação internacional. Temos sim recurso da filantropia, porque a CESE tem, reconhecida, comunidade filantrópica, então uma parte do dinheiro do recurso patronal vai para projetos. Mas vai para projetos, não vai nem para pagamento de salário. Então acho que é uma oportunidade de criamos uma estrutura de dialogar com a sociedade que desconfia da gente. Uma parte dela desconfia. Eu mesmo conversei com cidadãos lá da cidade, lá de Salvador, e boa parte deles acham que ONG está se aproveitando, rouba. O cidadão comum tem essa percepção porque passaram a ele essa ideia.

Eu acho que um portal seria um instrumento interessante para essa interlocução, e para dialogar com essa sociedade para capitalizar dela a credibilidade e o apoio que nós precisamos para continuar o nosso trabalho. Então, de que forma esse portal pode interagir com a sociedade? Sendo um portal virtual, quais os mecanismos para dialogarmos e interagirmos com esse cidadão que está saindo aos milhares nas ruas? São cidadãos que não participam de organização popular. Eles estão se comunicando via Facebook. Aliás, o Facebook poderia até ser uma base de dados, porque todo mundo está no Facebook. Todas as organizações tem página no Facebook, no Twitter. Fazendo aqui quase uma gozação, mas, enfim, estamos todos aí nessa ciranda da comunicação virtual. Então eu acho que o portal é

uma oportunidade, acho que as pesquisas que foram apresentadas hoje, pelo menos para mim, não serviram muito, porque pesquisa, para quem não trabalha com isso, tem que ler muito, conhecer, e foram apresentadas muito rapidamente, então conversei com algumas pessoas... Bom, foi apenas um fragmento de uma pesquisa mais profunda, que daria mais substância para uma pessoa como eu, por exemplo, com base na pesquisa, sugerir alguma coisa. Então, eu tenho essa dificuldade. Mas acho que é uma possibilidade.

Por exemplo, nós, nos quarenta anos que trabalhamos - aí volto a uma questão colocada lá no início -, nós apoiamos muitas organizações que não são juridicamente constituídas, mas a gente apoia, porque são organizações que fazem luta social e estão fazendo diferença em suas comunidades. Como, no diálogo transparente com a sociedade civil, como interagir com elas? Como dar luz e visibilidade a essas organizações que, juridicamente, não existem? Mas existem, porque estão na comunidade fazendo um trabalho, e são reconhecidas lá. As articulações, os movimentos, que não tem personalidade jurídica, mas existem de fato e de direito, e fazem a diferença. Esse movimento Passe Livre, de repente, virou um ator. Como isso passa a existir como uma interlocução com a sociedade? Várias capitais resolveram baixar o preço das passagens pelo movimento. Então tem outras formas de interagir, de agir socialmente, que não estão nos marcos do que estamos discutindo aqui. E como esse portal pode ser um canal de interlocução, um canal de diálogo com esses outros sujeitos, atores políticos que emergem na sociedade brasileira?

Eu acho que, para além do perigo desse portal se tornar um banco de dados que pode servir depois como um tiro contra nós mesmos, pensar nesse portal como um instrumento de diálogo para capitalizar o apoio da sociedade para as nossas lutas. E até, quem sabe, mobilizar recurso com o cidadão comum para apoiar as nossas lutas, os nossos trabalhos. Eu penso no portal, agora, com essa finalidade. E aí comentava, inclusive com a Helda, também com o Neimar, que ao discutir o portal e discutir indicadores, temos que ter clareza qual é o portal que queremos para construir os indicadores adequados ao portal que queremos. E aí eu concordo com você: a gente não discutiu. Não sei se todo mundo aqui está antenado com esse conceito, o que é indicador. Mas só indicador não adianta, tem que ter também eficácia, eficiência, enfim, resultado. Quer dizer, é uma série de instrumentos que se utiliza muito nos processos de PMA institucional e sistêmico que não foram discutidos aqui.

Ou seja, não é uma tarefa muito simples, porque estamos mexendo com uma série de ideários e instrumentos que balizam a estruturação, arquitetura da organização de um projeto da sociedade. Eu acho que talvez até antes de discutir indicadores, não sei se estamos ainda maduros para isso, mas continuar a discussão sobre esse portal que queremos, para uma vez tendo claro para todo mundo o papel desse portal, construirmos indicadores para que eles expressem o instrumento que estamos querendo construir. Não sei se eu confundi mais, mas, de toda maneira, está aí a minha contribuição.

### **Paula Storto**

Bom, eu tinha também aqui registrado uma proposta geral, que eu acho que foi objeto também de todas as falas anteriores, de que eu acho que esse portal tem que ser voltado para o cidadão médio, para a pessoa que quer conhecer esse universo, eventualmente, para o jornalista, para o estudante, para a população em geral. Eu acho que o cidadão que é o nosso destinatário dessa informação toda. Ela não é nem para pesquisadores, nem para as próprias organizações, e nem para um controle público, porque para isso já existem inúmeros mecanismos.

E, nessa linha, eu acho que tem alguns pontos de partida, tentando aqui fazer propostas mesmo, né? Um é o próprio diagnóstico que o grupo de trabalho fez, um diagnóstico preciso, profundo, de como estão as organizações da sociedade civil e as dimensões que precisam ser trabalhadas. Então eu acho que ali já tem um roteiro muito bem colocado, sobre os principais pontos. E aí eu acho que o objetivo principal, já que o interlocutor, o destinatário é o cidadão médio, tem que ser gerar informação simples e de qualidade e reduzir a desinformação que existe na área. Ter cuidado para trabalhar os temas que a gente sabe que são polêmicos, por exemplo, a classificação. Estamos aqui, e essa discussão não termina, e tem divergência, tem dúvida, e vai continuar mudando. Então, fazer um esforço para não ser simplista, mas, ao mesmo tempo, também não complicar a visão da pessoa que está buscando esse tipo de informação. A mesma coisa com relação a recurso público. Então, ter um nível de cuidado no tratamento da informação, mas, tentando, como alguém conversou no coffe break agora, olhar, dar um retrato, um diagnóstico, acima das nuvens ali, mais geral mesmo, não descendo específico, porque senão a gente vai dar informação equivocada. Porque para dar uma informação precisa é muito complicado, e acho que não seria o portal que teria essa função.

E aí, em termos de propostas, aquilo que a gente já colocou: contemplar não só pessoas jurídicas formalmente estabelecidas, não só associação e fundações, mas também cooperativas, eventualmente até consórcios, e assim por diante. E o destino, enfim, é um controle social. Eu acho que tem que ter essa interatividade das pessoas, físicas, de alguma forma se cadastrar e poder participar. E essa fidedignidade que se fez referência aqui, que deve haver, eu penso que ela deve ser feita de uma forma cruzada entre aqueles que participam. Então, ou as organizações, redes e movimentos curtem, apoiam, diz que é bom, diz que não é bom, coisa do gênero, ou só diz que é bom, né, se não é bom... sei lá, como Facebook, né? Você só curte, não... Mas é um tipo de indicador que pode trazer ali, né? E... enfim, buscar essa coisa recíproca, eventualmente, entre a própria rede, e... e o cuidado com esses temas que a gente já tem o diagnóstico de que são polêmicos e pra combater a desinformação, porque eu acho que tem muita desinformação na área também.

### **Bianca dos Santos**

Meu nome é Bianca, eu estou trabalhando na Secretaria-Geral também, fui recém-incorporada. Quero fazer uma contribuição, porque tudo isso que vocês estão falando agora, que o Dimas falou, e você, Paula, desse formato de portal, está sendo discutido no Ministério da Cultura, com o sistema que eles estão criando lá agora, que chama SNIC - Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais. Eles também tiveram muita dificuldade, no começo, em estabelecer uma taxonomia para classificar todos os grupos, para ver quais bases de dados iam ser utilizadas, e estão fazendo agora uma estratégia inicial de autocadastramento dos grupos, dos produtores culturais, das entidades, num formato de rede social, que foi muito difícil até de convencer, e até no próprio Ministério, algumas instâncias, de que isso funcionaria. Eu participei de alguns eventos em que as pessoas perguntavam muito como se daria a validação do dado, como que eu vou validar. E a pessoa responsável no Ministério fez uma provocação parecida com a Laís, dizendo assim: “é você quem vai me dizer como o dado vai ser validado”. Ou seja, a própria sociedade vai validar esse dado. A gente tem que lembrar que o Brasil é um dos maiores usuários de redes sociais no mundo, as ruas estão mostrando isso para a gente agora, e é romper com uma lógica de quem detém o poder da validação, essa descrição de dizer que uma coisa é válida ou não. Acho que essa é uma potencialidade para esse portal, que parte de informações já existentes, mas agrega a possibilidade de complementação por parte das organizações. Acho que está aí, a potencialidade está dada, e acho que a gente tem que

começar a se acostumar também a pensar na sociedade civil, em uma forma de validação descentralizada de toda a sociedade.

### **Anna Peliano**

Ouvindo um pouco essa discussão aqui de “para que o portal”, acho que a Secretaria já fez aí, junto com a Fundação, um mapeamento dos bancos de dados disponíveis, das informações, e outras foram citadas aqui hoje, o que a gente observa é que a gente já tem até um conjunto grande de informações que não estão sendo utilizadas, ou porque até não se sabe utilizar. E a gente começar a discutir, às vezes eu fico pensando aqui, os indicadores sem saber as perguntas que a gente quer responder, fica difícil, porque se a gente discutir os indicadores em cima dos indicadores disponíveis, vai ser uma tarefa complicada. Então, só com uma provação, se a gente já fez esse exercício de começar por outro lado.

Quais são as perguntas mais frequentes? Eu também concordo que esse portal será um instrumento de diálogo com a sociedade. E que a sociedade tem muitas dúvidas e muito desconhecimento sobre qual é o papel das organizações na sociedade civil, o que fazem, aonde estão. E se a gente começasse um pouco, quer dizer, já fez um mapeamento do que existe, e se tentássemos fazer um pouco do mapeamento das perguntas mais frequentes que esse portal deveria responder, e aí começar a saber aonde buscamos essas informações, e como organizamos essas respostas? E ele vai ser dinâmico. Quer dizer, a atualização não vai ser, necessariamente, que cada um tenha que botar todo ano essas informações, porque isso é uma tarefa hercúlea. Mas é que está permanentemente buscando respostas para as perguntas que são feitas. Porque muitos desses bancos de dados que nós temos aqui são atualizados pelos respectivos Ministérios, quem administra esses bancos de dados, eles atualizam. E você ter alguém só atualizando muitas informações que não vão ser buscadas, e que não vão ser utilizadas, talvez seja um esforço muito grande.

Você reuniu aqui um grupo de pessoas que tem uma experiência tão grande de trabalhar, e que também vão ser usuários dessas informações. Quais são as perguntas mais frequentes e que não se consegue respostas? Quais são as perguntas que vocês ouvem com mais frequência e que não sabem onde encontrar? Que esse portal olhasse esse outro lado. Quer dizer, ele conhece, ele domina as bases, mas ele também tem como responder as perguntas mais frequentes, aquelas perguntas que não querem calar e que estão aí. Que, aliás, em algum momento, em alguma pesquisa de opinião pública poderia até se pensar de levantar essas perguntas. Quais são

as perguntas que vocês gostariam de saber sobre as organizações, que vocês não sabem? Quer dizer, eu acho que isso é interessante, porque, de fato, acho que tem essa coisa que ficou, como você falou, de “filantropia”, mas que não tem essa base toda, essas coisas pegam. Está precisando mostrar o outro lado, tem que assumir essa posição do portal, que é informação e esclarecimento, aquelas perguntas que ninguém sabe aonde buscar.

Só como uma provocação de metodologia de trabalho: a gente pode começar de “n” lados, mas que é difícil discutir indicador se a gente não sabe exatamente o que a gente quer mostrar. Então eu acho que é bom a gente explorar um pouco com esse grupo que está aqui.

## **Jorge**

Começando pelo que a gente quer mostrar. Eu parto do convite feito pela Secretaria-Geral da Presidência da República, que diz: “o portal evidenciará a indispensável contribuição dada pela sociedade civil às instituições públicas brasileiras, ao alargamento da cidadania, e as ações de interesse público”. Então eu estou entendendo que essa proposta vem como parte de uma estratégia do governo de fortalecimento das organizações da sociedade civil. Não foi feita uma oferta de recursos para a sociedade civil se auto-organizar ou criar um portal, não é isso. E eu acho que no contexto atual essa proposta é positiva, mas tem um risco político muito grande, que, a meu ver, reside na ambiguidade do governo com relação a esse objetivo, definido aqui nesse convite da Secretaria-Geral da Presidência. Porque é muito arriscado investir, não sei quanto de recursos públicos, e assumir uma iniciativa dessa, se essa afirmativa que eu acabei de ler não for efetivamente encampada pelo governo da Presidente Dilma. Porque desde que começou o processo de discussão sobre o marco regulatório, a sinalização vem sendo, no mínimo, ambígua. Quer dizer, nos mesmos dias em que se realizou o primeiro seminário promovido pela Secretaria-Geral, para tratar da questão do marco regulatório, que a Presidente Dilma não quis que a imprensa tivesse acesso a esse seminário, foi baixado decreto suspendendo repasses para organizações da sociedade civil. E é nesse ambiente de indefinição que nós estamos vivendo desde então. É nesse ambiente de indefinição que a agenda central do marco regulatório não tem um andamento claro.

Então, eu acho o seguinte: para fazer um portal em que o governo assume, diante de questões que são polêmicas na sociedade brasileira, e em relação a qual nós aqui, da sociedade civil, obviamente estamos posicionados no sentido de enfrentar esses

desafios, não é de ficarmos acuados, eu não me sinto acuado porque alguém diz que as ONGs são “pilantrópicas”, ou são ladrões. Eu acho que não pode ser essa a nossa postura. Agora, realmente, se não houver um posicionamento político bem claro, lançar um portal desses pode ser um tiro na água. Quer dizer, pode ser uma coisa que não dê em nada, ou que dê até resultados contra produtores, porque, realmente, a questão da determinação política para fazer um esforço de esclarecimento junto à sociedade civil sobre a importância e o papel dessas organizações, é imprescindível. Não dá para entrar em uma coisa dessas vacilando com relação ao cerne da questão.

### **Interlocutor não identificado**

Eu só não aplaudi porque estava com o microfone na mão. Eu acho que você deu, Jorge, algo que eu estava com dúvida. Ele deu o tom de algo que eu estava com dúvida. Eu estava com dúvida se esse portal tinha que ser do Estado ou da sociedade. Bom, e essa dúvida estava me levando a dizer que é fundamental, como princípio, que base de dados e informação que orientem o Estado para suas políticas sejam feitas. Eu acho que isso é uma necessidade. E hoje de manhã a gente estava meio nadando na maionese, parecia assim, um quadro, algo amplo que a gente podia estar olhando na vinculação de dados que estão soltos, a possibilidade de perceber melhor a sociedade civil e olhar a possibilidade de políticas. Isso eu entendo, é necessário, e tem que ser feito a partir de iniciativa de Estado. Agora, eu acho que a dúvida que eu tinha é essa: fazer isso hoje, com uma coisa de nosso interesse, para dar visibilidade, quando o governo não está firmando isso de maneira mais categórica, pode ser um tiro no pé mesmo. E acho que aí também nos ajuda, talvez não devesse falar desse jeito, a afirmar que a gente tem compromissos negociados com esse Estado, que a gente quer ver resolvido para que a gente possa colocar isso como um instrumento dentro desse compromisso, e não como algo solto, isolado. Porque alguns temem, e eu entendo o temor dos dados depois serem utilizados para outros fins.

Eu digo: não devemos temer, estamos em uma democracia, a gente tem que tornar tudo transparente. Mas a gente tem que tornar tudo transparente dentro de um quadro de segurança, né? E nós estamos falando exatamente da insegurança que nós vivemos. Eu acho que isso ajuda a dizer, precisamos, para continuar esse debate, inclusive nessa perspectiva que a Paula deu um quadro de síntese mais ampla, que a gente tenha segurança que, para entrar nesse quadro mais amplo a gente possa estar fazendo isso em uma convicção de que

tenha um desejo, uma vontade explícita do governo de botar isso como um instrumento, porque não é um fim isso mesmo.

Hoje de manhã a gente falava de visibilidade, nós estamos precisando de visibilidade para enfrentar a mídia, nós estamos precisando de identidade, de cada vez mais que a presidência nos permita estar juntos. A gente percebe que a presidência está cumprindo um papel de nos favorecer, nos encontrar. E isso eu acho que deve continuar, independente do que a gente decidir aqui. Mas, até por conta de alguma contribuição nesse campo, eu diria, resolvida essa questão: qual é a segurança que a gente tem que uma afirmação, a respeito do portal, nos permite dizer que isso feito a partir do Estado vai a nosso favor? Esse mesmo encontro nosso aqui... Eu estou lembrando, CESE, que até 2003, quinze organizações que trabalhavam em um campo específico de apoio a pequenos projetos, conseguia, juntos, reunir informações de todos os seus projetos e, de alguma forma, definir uma política nacional, de onde é que a gente tinha que botar mais apoio, para que tipo de trabalho, para que tipo de região do país. Fizemos isso como exercício.

Eu estou querendo fazer isso porque nós estamos também percebendo aqui que nós buscamos uma identidade da sociedade civil, mas temos campos muito diferentes de atuação. Eu me permitiria dizer: quem sabe a gente também não avança para olhar o que essa oportunidade de voltar a nos encontrar com algumas identidades nos permitiriam voltar a fazer experiências mais localizadas, menos amplas, mas que nos permitisse continuar algo que a gente fazia no passado, ou incorporar, da forma como há dez anos? Dimas, eu estou lembrando que a gente dizia: “a gente faz acordos de conjuntos e a gente faz acordos bilaterais”; você se lembra dessa conversa? De ações conjuntas, de identificação de iniciativas que aconteciam pelo Brasil. Se a gente tivesse condições de pensar mais modestamente, em um quadro mais amplo a que Paula ofereceu, que a gente pudesse ter a segurança de poder retomar algumas iniciativas que vão nos enredando – para usar a palavra da moda –, nos enredando daquilo que a gente tem em comum, que a gente já fez, e podendo nos dar certo, nos diz que temos possibilidade em um portal ter pequenas iniciativas de janelas abertas que nos permitem fazer isso conjuntamente.

É claro, ao falar isso, eu tenho que dizer também com uma economia solidária. Com todas essas contradições de governo, está aqui a SENAES, a Secretaria de Economia Solidária, enquanto a maioria dos Ministérios Federais está cada vez mais reduzindo convênios com as



organizações sociais, a gente tem um pequeno espaço, que, inclusive, foi comentário de manhã, que nos permitiu hoje identificar esses mil fundos solidários que tem pelo Brasil, que está nos permitindo nos voltar, encontrar e olhar como a política de uma parcela. Eu não estou querendo aqui advogar corporativismo, mas eu estou querendo dizer que tem iniciativas, e, sobretudo em um campo - que aí também tem que falar das entidades que trabalham afirmativamente no campo das organizações populares, dos grupos mais excluídos - e que é possível a gente buscar nossa identidade, e buscar uma experimentação de algo que já começa, que tem um Ministério ou outro, a SENAES, oferecendo condições de a gente fortalecer essa identidade. Eu iria um pouco por aí.

Eu queria também, para não parecer omissão da minha parte, o caderno que aqui está colocado, e Laís comentou bem, ele tem a intencionalidade de favorecer com que as pequenas organizações, essas que algum de nós ainda estamos chamando de organizações, que são pouco hábeis para se estruturar, nessas estruturas que a gente faz sem levar em conta a realidade brasileira, que possa chegar, que a gente possa, cada organização, estar levando esse debate do marco regulatório, que não está chegando as bases. E nós estamos afirmando cada vez mais que se não houver algumas formas de mobilização em torno desse tema, a gente não consegue alterar esse quadro no governo, que não nos favorece. Porque todas as conversas, os acordos, as nossas eficiências técnicas de trabalhar com os grupos de trabalho técnico, não tem, por si só, criado condições de que esse tema seja assumido de maneira mais clara e definitiva pelo Estado. Por isso, essa preocupação, que isso possa estar ajudando a animar as bases, porque elas são, efetivamente, as principais vítimas desse processo de criminalização que a gente vem sofrendo alguns anos. E está desconhecendo disso.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Acho que essa rodada cumpriu o objetivo, que era exatamente a gente fazer um processo de escuta, não só sobre o dia, mas uma concatenação com o dia de amanhã, e com a realidade que a gente está vivendo. O relatório do grupo de trabalho, inclusive, está dentro do *pendrive* que a gente disponibilizou para todo mundo. Para quem não conhece a história do grupo de trabalho, quem tiver participando aqui pela primeira vez, ou alguns servidores de Ministérios, podem ter sido outros que tenham participado dessa construção, mas o que a gente está falando aqui é de um trabalho que foi bastante intenso, interministerial, com participação da sociedade civil, que gerou

minutas de projetos de lei, de decreto, além de identificação de estratégias a serem desenvolvidas. Dos seis produtos do grupo de trabalho, o anteprojeto, decreto, a melhoria no orçamento, a necessidade de criar canal de uniformização de entendimentos, agente da capacitação, a gente tem também essa agenda de estudos e pesquisas. Então, o que a gente está fazendo aqui hoje é operacionalização daquele diagnóstico do grupo de trabalho, que determinou que também era necessário aumentar o nível de informações sobre o campo.

Acho que a gente tem aí um processo, obviamente, de disputa dentro do governo, dentro da sociedade, isso está claro, cristalino. Acho que eu nem preciso muito entrar nesse debate mais do que ele já está colocado e do que as pessoas que participaram desse processo nos trouxeram aqui, a lembrança, a memória e o registro da necessidade de se avançar. Dentro do governo, a gente está batalhando por isso, e acho que essa iniciativa de construir a cartilha para mobilizar as organizações também vai nesse sentido. A Secretaria-Geral está com uma iniciativa que chama Agenda Brasil, que é uma iniciativa de levar aos estados brasileiros diversos temas de relevância, e aí a Secretaria-Geral escolheu como temas de relevância da sua pasta o Programa Juventude Viva, que é um programa importante de enfrentamento de violência contra jovens negros, da Secretaria Nacional de Juventude, a discussão sobre o marco regulatório das organizações da sociedade civil, além da discussão sobre a política nacional de participação social. A gente foi em João Pessoa, agora em junho, a gente deve ir a Porto Alegre na próxima agenda, e deve rodar as 27 unidades da Federação, tentando levar esse tema para as bases, para além dos temas dos eventos e dos espaços de discussão que já estão sendo organizados, que foram muito mobilizados no ano passado, e que esse ano a gente também espera intensificar.

Essa agenda, internamente, dentro do governo, continua sendo trabalhada. Ela não está esquecida, nem adormecida, ela tem as dificuldades inerentes, e uma das estratégias desse portal é, justamente, a gente tentar produzir informações que desmistifiquem muitas dessas questões. Fica essa reflexão do dia de hoje para o dia de amanhã, para que a gente volte um pouco com as potencialidades dessa oportunidade, que obviamente ela está sendo tratada com muito cuidado, e que não se pretende levar nenhum tiro nem na testa, nem no coração, nem no pé, é um desafio que a gente traz, e que a gente está construindo, que a gente conta com a colaboração de vocês, e que a gente traz para reflexão de pensar soluções para o enfrentamento dessa agenda.

A gente está falando de uma agenda onde, juntos, estamos enfrentando o tema da criminalização das organizações, dos movimentos sociais e de tudo isso que está colocado. A gente tem propostas de mudanças, essas propostas estão sendo conversadas, estão sendo negociadas, e a gente espera que essas mudanças venham a se efetivar o mais rápido possível, mas as velocidades do governo nem sempre são os tempos que a gente gostaria que fossem. Então eu acho que vocês estão super legítimos no papel de vocês de continuar pressionando. Não esmoreçam, porque a gente não está esmorecendo enquanto governo.

E acho que esse é o recado que eu queria deixar, agradecendo a participação de vocês, e dizendo que a gente está aqui continuando o nosso trabalho, tanto hoje quanto amanhã, não só nessa janela que é essa pesquisa que a gente está conversando, mas sobre todos os outros temas, eles estão tendo tratamento adequado, eles estão andando. E, enfim, não tenho respostas muito diferentes para dar para vocês do que a gente já conversou, mas estou super aberta para esclarecer, debater, e a gente pensar juntos que outras estratégias, para além das estratégias que já foram adotadas, a gente pode fazer para acelerar esse processo de avançar na questão regulatória, para além da questão estrutural, institucional que a gente está aqui trabalhando também. O compromisso da Secretaria-Geral da Presidência da República com essa agenda é 100% infinito, então estamos aqui para esse debate, esse diálogo.

E, obviamente, a gente queria hoje ter tido uma presença mais massiva da própria Secretaria-Geral, várias pessoas tinham se interessado, se inscrito, o próprio Diogo queria ter estado aqui com vocês hoje também, mas o tema das redes nas ruas, nas manifestações, da liberdade de reunião pacífica, de associação, e de liberdade de expressão, se expressando de forma tão ativa hoje no nosso país, tem chamado, demandado e chamado atenção muito da nossa direção, da Secretaria-Geral, que tem por competência precípua esse diálogo com as organizações dos movimentos sociais. Então, como eu comentei no começo, a gente não cancelou o evento justamente entendendo que essa é uma forma também de a gente estar na rua, apesar de a gente estar dentro de uma casa aqui, mas a gente também está trabalhando, a gente também está batalhando para fazer alguma coisa de diferente, para tentar enfrentar todos esses desafios que estão sendo colocados. Então, agradeço o dia de hoje. Quem quiser ir para o lançamento do livro, vai ser aqui em frente, no restaurante Places, e nos vemos amanhã às nove e meia, está bom? Obrigada.

**21/06 - Manhã**

**Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Bom dia a todos e todas. Se, por acaso, tiver alguém que não veio ontem, tem ainda mais material, pode pegar. O nosso dia de hoje, a ideia é discutir, continuar as discussões e focar mais, agora na parte da manhã, na arquitetura, nos campos e nas funcionalidades do portal. E, na parte da tarde, a gente vai apresentar as experiências complementares da Secretaria-Geral: Participatório, portal da participação social e a gente discutir, também, esse campo da participação social. A ideia aqui é a gente fazer agora essa discussão do portal, mas também a gente está querendo pactuar com vocês, nesse programa no dia de hoje, a possibilidade de a gente abrir uma janela, para a gente também discutir esse momento, essa conjuntura que a gente está vivendo um pouco dessas manifestações. Acho que várias pessoas que estão aqui hoje foram ontem na Esplanada. A Elisa Guaraná, que trabalha com a gente na Secretaria-Geral, é da Secretaria Nacional de Juventude, ela viria à tarde e não vai poder vir porque ela está envolvida nessas respostas às manifestações, mas ela pode vir agora de manhã, então eu combinei com ela para vir, mais ou menos, umas 11h ou 11h30m, então a gente faria essa parte do portal agora, e no final da manhã a gente abriria para esta outra pauta que está colocada no cenário e que eu acho que seria legal a gente conversar um pouco sobre isso. Todo mundo de acordo?

Então eu vou passar a palavra para o Vitor, ele vai começar aqui, apresentar qual foi a proposta, até onde ela avançou, para que a gente possa fazer a discussão em cima dela, ok?

**Vitor**

Bom dia a todos, sou Vitor, responsável pelo desenvolvimento do portal. Primeiro, quero fazer um agradecimento à Secretaria-Geral pela oportunidade de estar desenvolvendo este portal e estar apresentando isso hoje para vocês, agradecer a presença de todos aqui. No momento, a gente está tentando entender tudo que está acontecendo por aí, mas uma das coisas que a gente pode já entender é a força da internet, das redes sociais, a força de comunicação com a sociedade. Está muito claro, a partir destes movimentos que estão acontecendo.

O objetivo desse portal, um dos principais objetivos, é fazer essa comunicação das organizações com a sociedade, com os usuários

desse portal e dar transparência, uma transparência ativa também para as informações que vão ser publicizadas. Eu vou começar a apresentando aqui alguns conceitos que estão sendo colocados nesse portal. Só algumas observações iniciais: o que a gente está fazendo aqui é apresentar um protótipo de telas, que é para ser discutida entre vocês, para ver se vocês acham que isto está adequado, se está alinhado, do que vocês pretendem, e, lembrando que, por ser um protótipo, não tem dados reais, tem algumas informações que a gente pegou das pesquisas que foram feitas, mas nem tudo é fidedigno, não está conectado a um banco de dados, nada disso. Então, bem, conceitos mais gerais: a gente vai ter aqui uma área que ainda está para ser definida na parte superior, mas que vai ter uma parte de identificação de usuários que queiram se cadastrar nesse portal, um *menu* de acessibilidade aqui na parte superior, seguindo as normas de acessibilidade, da W3C e do EMAG, que é uma proposta de acessibilidade do governo.

[Fala fora do microfone]

## **Vitor**

Não, o protótipo não. Tem um roteiro, mais ou menos elaborado, em um material de apoio de vocês, porque este protótipo já é funcional, precisa de uns requisitos para poder funcionar. Então aqui no menu superior, é um menu, por enquanto, bem simples. Tem um menu superior onde a gente vai apresentar aqui algumas informações gerais sobre o que é o portal, divulgação do portal, os FAQs, as dúvidas frequentes e sempre um link para voltar para o estado inicial do mapa.

Tem uma área que vai ser de identificação dos usuários, o menu de acessibilidade aqui e o menu do próprio portal, onde a gente vai ter um link para voltar para o estado inicial do portal, as dúvidas frequentes e informações sobre o portal. Essa área, que é a área mais útil do mapa, a área realmente de interação do mapa, vai ter uma área de busca que vai ter algumas informações já para orientar a busca do usuário, como ele faz essa busca, e vai ter dois menus, um desse mapa que está sendo apresentado aqui e um de indicadores que eu vou falar posteriormente.

Tem três maneiras de navegar nesse mapa. Uma pelo próprio mapa, onde você vai explorando o mapa, fazendo zoom até encontrar a organização que você está querendo achar e aí, nesse sentido, elas vão estar espalhadas pelo mapa do Brasil. Inicialmente, você vai conseguir fazer as buscas com agregações, já podem ver algumas

agregações de quantidades de organizações que são clusters de organizações e você pode navegar através da própria busca ou através do menu lateral esquerdo. No menu lateral esquerdo é possível navegar por região e aí, aqui já tem algumas informações agregadas para cada região ou para cada estado, cada município, cada UF ou cada município, algumas informações agregadas, a fonte da informação de onde vieram essas informações e assim navegando o mapa reflete a navegação que está sendo feita no menu, ou seja, ele vai apresentando aqui já a região que você está buscando a informação que você quer. Então, entrando aqui mais profundamente na região de São Paulo, por exemplo, a gente pode encontrar as várias instituições que tem nessa região.

Como exemplo, a gente colocou duas instituições aqui para apresentar para vocês. A ideia é que quando entrar na instituição em si, esse menu mude para uma área que vai ser o resumo dessa instituição vista ao lado do mapa, aí você tem dois níveis de informação: um nível mais imediato no menu, que você tem o nome da fundação, alguns dados dessa fundação e os documentos dela, se estiverem disponíveis; e aqui você tem uma informação em um nível com um pouco mais de detalhes, que é informação sobre CNPJ, endereço, informações gerais e esse menu aqui vai mudar de acordo com as várias bases de dados que a gente tem das instituições. Nem todas as informações que a gente tem então de acordo com a fonte, isso aqui pode mudar um pouco. Então essa daqui é uma fundação, por exemplo, que está no SICONV, então a gente tem aqui algumas informações que a própria instituição vai fornecer - depois vou mostrar como isso funciona -, informações do seu site, do seu e-mail, agora tem informações aqui do SICONV, de número de parcerias, valor total de parcerias, se ela está habilitada ou não, quantidade de propostas que já enviou, informações da RAIS, CNPJ, endereço, atividade econômica, etc.

Aí a gente ainda não entrou na questão da classificação das entidades. Informações do SICONV, como os documentos que essa instituição possui, os documentos da RAI que ela possui, a possibilidade dela alterar a localização dela porque, por algum motivo, nesse processo de transformar endereço em posição geográfica, pode ter acontecido algum problema, então a gente vai dar a oportunidade da própria instituição dizer se aquele local que ela está é realmente o local dela ou se ela quer mudar de localização geográfica e até aqui a gente pode ver a informação com mais detalhe. A gente vai entrar com mais detalhes em uma página da instituição onde vão ser apresentados, também, os dados gerais, os

documentos, uma avaliação que depois eu vou falar um pouco mais na parte de interatividade do portal, como funciona. E ela tem a oportunidade de apresentar os projetos dela. Tiveram algumas ideias que surgiram ontem sobre o portal. Uma delas, a pergunta era se a instituição poderia informar os outros projetos, além dos projetos que ela teria com o governo federal e essa é a área para isso, colocar os projetos aqui e informar, de uma maneira muito simples e direta. Afinal de contas, a gente está querendo que a entidade se comunique com a sociedade como um todo, então, de uma maneira bem direta, mostrar o objetivo de descrição do projeto, o valor total e as instituições financiadoras. Essa é a proposta inicial para a gente levar para debate para a gente ver se é melhor enriquecer mais esse perfil ou não.

Bem, aqui no mapa, quando entra no nível de detalhe maior, a gente está usando a ferramenta Mapeie, do Google Maps, a proposta é usar a API do Google Maps por algumas razões. Uma delas é que quando chegar a uma determinada escala, você consiga visualizar a informação de satélite dela também. Então fica mais fácil você visualizar onde está localizada a instituição. Além disso, tem uma ferramenta do Google que é o Google Street View, não sei se todo mundo conhece, mas muita gente conhece, que você vai poder visualizar, realmente, o local onde está a instituição, a rua, o prédio onde ela está.

Outra área desse portal- eu acho que é uma área que precisa muito bem conversada, discutida - é a área de indicadores, que, na verdade, conversamos muito pouco ontem, mas a gente tem uma proposta inicial para ser discutida. A ideia é que nessa área de indicadores a gente não trabalhe mais com mapa de forma exploratória para buscar a instituição, mas com dados mais agregados por município, estado, região, e que a gente trabalhe com alguns indicadores agregados por esses três níveis. Então, a gente usou como exemplo aqui a quantidade de organizações como primeiro teste, obviamente isso aqui não tem dados reais, é só uma ilustração, mas a ideia é que tenha um mapa com a distribuição da quantidade de organizações no País, e que isso vai explodindo através das regiões, e sucessivamente você consegue ver o panorama da quantidade de organizações distribuídas dentro de uma determinada região ou dentro de determinado estado, até chegar ao nível de município, onde você vai ver todas as organizações. Uma questão importante é que você pode comparar essas organizações ou os municípios ou os estados, vendo o valor total desse determinado indicador, o percentual dentro desse grupo, o ranking dele dentro

desse grupo e comparar com o menor valor e o maior valor. Além disso, você pode ter um intervalo de tempo, já que a gente está trabalhando com as informações de 2008 a 2012, pode analisar só em 2008, só em 2012, ou intervalo.

Agora vou falar um pouquinho sobre a parte de cadastramento dos usuários. Primeiro, o portal é completamente aberto, a ideia é que qualquer usuário que queira navegar não precisa fazer cadastro nenhum. Então ele vai estar aberto para que todo mundo consulte as informações, interaja com o portal, até um determinado nível. A partir de um determinado nível a gente pede que faça o cadastro no portal e é isso que eu vou apresentar agora. Então o usuário tem a opção de fazer três tipos de cadastro. Primeiro, um cadastro que vai ligar ele diretamente as rede sociais que ele participa e, assim, a gente pretende estabelecer um link através das redes sociais entre esse portal, que fala das organizações e a sociedade como um todo, então ele vai poder postar alguma informação que está aqui no portal na rede social dele e estabelecer uma discussão sobre isso dentro da rede social dele.

Vai ter outro perfil, que é o perfil de cadastramento do próprio portal, onde ele vai poder fazer algumas ações além dessas que são as ações padrão, de forma padronizada. Uma delas é fazer a avaliação da entidade. Avaliação a gente está falando só colocar as estrelinhas lá sobre o que ele acha daquela entidade. É uma forma das entidades conhecerem o seu potencial perante o público, o que ele está achando da atuação daquela entidade. Isso é uma ideia também que a gente está trazendo para debate, para a gente ver como é que vocês enxergam isso. Além disso, compartilhar informações com os seus amigos, ou seja, isso já está nesse perfil e definir algumas preferências suas dentro do portal. Então é um cadastro simples, que você coloca as informações mais gerais, e-mail, senha, nome e CPF da pessoa que está cadastrando.

Além desses perfis, tem aqui o perfil do representante da entidade, ou seja, alguém da entidade ou alguém que é funcionário da entidade que vai entrar com seu perfil para incluir informações dentro desse portal. A ideia é que ele encontre aqui, através de uma busca, a entidade. A partir do momento que ele encontra, vai ser pedido o certificado digital dessa entidade, para que ele inclua o certificado digital para a gente garantir que esse representante é realmente da entidade. Então isso vai ser obtido com o contador da entidade. Vai entrar com os valores de e-mail, senha de confirmação do cadastro e, nesse passo a passo que a gente está fazendo, a gente já vai



qualificando mais o perfil dessa entidade, que é colocar uma descrição, o site, que é aquele que aparece lá no mapa, o e-mail da instituição, o ano de fundação dela, os seus documentos – os documentos do SICONV já vão estar pré-cadastrados nesse portal das instituições que tem parceria com o governo federal. Agora, as que não têm, também se quiserem disponibilizar tem uma área para colocar documentos aqui e os seus projetos, onde vai poder adicionar os projetos e assim finalizar o cadastro. Bem, finalizando, vai estar com o perfil dele ligado ao portal e ele vai poder também alterar esse perfil a qualquer momento.

Vocês veem que é um perfil bastante simples, a ideia não é complicar muito esse cadastro, que ele seja bastante simples. Vai poder ter a logomarca da entidade aqui, inclusive, que vai aparecer no mapa também, e somente usuários cadastrados no portal vão poder fazer avaliação aqui, colocar as estrelinhas que eles acham. Então é uma forma também de a gente identificar quem está realmente avaliando para que não saiam avaliando de qualquer maneira, seja uma avaliação criteriosa. Pedir que uma pessoa fique avaliando a esmo, avaliando de qualquer maneira, avaliando várias vezes ou por critérios que não sejam os critérios realmente de avaliação do potencial daquela entidade.

Eu acho que é isso, deu para dar uma passada geral. Tem só outra questão: a gente colocou outro tipo de instituição aqui com o perfil já diferente, só para exemplificar, onde pode parecer o número de vínculos dessa instituição, se ela tem certificação ou não, quais certificações ela tem. “Dúvidas frequentes” vai ser uma área que os usuários vão poder tirar dúvida sobre o portal, sobre como fazer, como acessar. Em diversas áreas do portal a gente vai ter um link para redes sociais, onde vai poder publicar diretamente nas redes sociais as informações e, na área sobre o portal, a ideia é que tenha um videozinho explicando o portal e explicando as ações do portal, os parceiros, contatos, rede sociais.

Então é isso, a gente procurou fazer algo bem simples e direto, mas, ao mesmo tempo, bem intensivo em tecnologia e bem ligado ao momento atual de conexão com as redes sociais, trazer o público em geral para conhecer essas entidades e uma atuação em rede das entidades, então o objetivo é esse, e agora a gente abre um período de conversa, para a gente ver o que vocês acharam.

**Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada, Vitor. Na verdade, tudo isso é uma proposta, vocês veem que não está com uma cara formatada, nem final, justamente porque o desenvolvimento da arquitetura do portal vai continuar a partir dessa nossa conversa. Então é bem importante que vocês possam ajudar a pensar nos campos que a gente conversou ontem, de diversas potencialidades, que a gente pense nessas funcionalidades, que possa atender aí as possibilidades de interação, de conectividade, de diálogo, de uma plataforma de transparência ativa. Então vamos fazer o que a gente tem combinado, na metodologia do cochicho de vocês conversarem entre vocês, a gente conversar entre a gente e, daqui uns dez minutos, a gente voltar para fazer as formulações em plenária. Nos computadores tem os formulários para fazerem os registros e as sugestões que vocês queiram fazer e daí a gente volta daqui a pouco, certo?

[Intervalo - "Cochicho"]

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Podemos voltar? Esse é o Ricardo Poppi, trabalha com a gente na Secretaria-Geral, é Coordenador de Novas Mídias da Secretaria Nacional de Articulação Social e ele vai ajudar a conduzir o debate junto com o Vitor. Eu estou por aqui.

### **Ricardo Poppi**

Olá gente, bom dia? Vamos ouvir e debater um pouquinho a apresentação do Vitor. Queria até pedir para o Vitor para a gente tocar junto aqui. Vera levantou a mão, você começa, Vera?

### **Vera Masagão**

É engraçado, porque nós estamos em uma mudança de registro da apresentação de ontem com a de hoje. Queria parabenizar, acho um trabalho bonito, mostra um empenho, temos que considerar porque acho que os produtos, tanto de ontem como de hoje, são muito relevantes em termos de sistematização de dados e, no caso desse, essa perspectiva de a gente, realmente, ter acesso às informações das organizações da sociedade civil brasileira. Agora, eu notei que ontem a gente estava falando muito de dados agregados sobre o setor, inclusive quando a gente, no finalzinho, fez a discussão para quem e para que serviria o portal, a gente ficou nessa coisa: é uma análise de um campo como um todo, para um jornalista ou para alguém que queira saber o que são ONGs ou para quem? O Rodrigo tinha colocado também em outra opção, que era "eu quero buscar uma ONG para doar, ONG para chamar de minha". Até onde eu

entendi, o portal está mais fazendo essa função, está facilitando a busca de uma individual, enquanto tinha a sensação, pela conversa de ontem, que nós estávamos falando em construir dado sobre o campo das organizações da sociedade civil.

Agora, não necessariamente esse portal precisa ser tudo. Se opta pelo portal fazer esse tipo de serviço, que acho que pode ser um serviço relevante, e pelos campos que se escolhe você também vai educando a sociedade sobre quais são os elementos importantes de se verificar em uma entidade, se ela participa de conselhos, conferências, enfim, além de outras coisas, com que níveis de governo ela se relaciona, é só com um ou tem mais de um. Evidentemente, aí eu também sinto muita pena de não poder agregar também dados das outras esferas de governo, mas tudo isso ajudaria realmente o público a ter uma visão mais qualificada das organizações.

Mas eu temo muito - vou lançar essa pergunta -, se ao montar o portal e toda a infraestrutura de dados que está atrás, vocês pensaram na questão de toda a discussão - eu imagino que vocês pensam - de dados abertos, né? Porque eu acho que, por exemplo, a ABONG, que tem planos de fazer um observatório autônomo em relação a esse governamental, eu gostaria de poder entrar e trazer esses dados para fazer as análises que nos interessarem, da perspectiva que interessar, enfim, acho que essa perspectiva de dados abertos existe. Eu acho isso fundamental. Imagino também que qualquer profissional da FGV e pesquisadores da FGV também se interessariam igualmente por isso. Que dizer, a gente quer o dado para poder pesquisar, para poder entender o campo, como fenômeno social que é e não apenas achar uma ONG para doar, uma ONG aqui na vizinhança para deixar meu filho, enfim, seja lá o que for, que também é importante, não estou desconsiderando, mas eu acho que alguma coisa a gente precisaria fazer para integrar essas duas coisas. E, evidentemente, essa coisa "grande irmão" do Google, que eu acho que a gente tem que efetivamente se acostumar, mas gera certo temor: "nossa, isso nas mãos erradas...". Essa informação, eu acho, de onde estamos, na verdade eu acho que as mãos erradas já conhecem, já sabem nossos endereços, nossos CNPJ, já está no SICONV.

## **Vitor**

Só um detalhe sobre isso, para esclarecer: as informações não vão estar na base de dados do Google, elas vão estar em uma base de dados separada, própria nossa, então isso não vai estar dentro, a

gente só está usando toda a infraestrutura que o Google disponibiliza para agregar mais informação a esse portal.

### **Vera Masagão**

Entendi, mas como ficou expresso pouco ontem, existe certa desconfiança de qual é a simpatia que o governo como um todo tem em relação à nossa existência. Agora, eu acho que isso é uma questão estrutural. Lógico que é importante que nossos dados sejam preservados até, vamos dizer, de interesses comerciais, para não nos infernizarem com vendas de coisas – a gente sabe que hoje cadastro é valor –, mas eu acho que, de qualquer jeito, isso tudo remete à questão da governança desse portal. Quem vai poder decidir, quem vai ter acesso, quem, de fato, tem o controle sobre essas informações? E eu já indicaria desde já uma gestão compartilhada.

Por outro lado, sinto ainda, também no nosso campo de organizações, certo temor de controle estatal, que eu acho que nós temos que superar, quer dizer, não vivemos mais sob a ditadura, a gente teve avanços em termos de transparência de dado público que eu espero que a gente avance também, não fique a reboque. A gente tem um pouco essa obrigação de se inserir no novo tempo de governo aberto, em relação de informação em público, então depende também de a gente se recompreender como organizações de interesse público, portanto, entidades públicas que tem certas vantagens fiscais e isso tudo porque somos entidades públicas. Porém, é isso, não somos também estatais, então, qual é o limite? Toda a responsabilidade de abertura e transparência que o Estado deve ter com a sociedade é o mesmo que as organizações precisam ter? A gente já acaba encontrando questões conceituais que merecem ser explicitadas e aprofundadas. O resultado dos meus cochichos aqui foram um pouco essas. Então deixo para o conjunto do pessoal.

### **Ricardo Poppi**

Legal, Vera. Acho que vale a gente fazer um debate sobre essa questão da Vera antes do próximo, porque acho que é bem central e vai servir de base para a gente continuar. O portal, na verdade, é uma provocação que a gente se fez, que a Laís fez para todos nós, no momento de construir alguma coisa em cima das bases. Era a partir da pesquisa: como é que a gente trabalharia em cima da pesquisa um mapa das organizações que virou um portal das organizações? E aí, essas premissas, de ter acesso às bases e poder fazer as visualizações, estão todas garantidas, mas a gente não quis, na

verdade, parar em um grande catálogo, a gente quis ir além, já pensando no que está acontecendo com a própria.

Outros exemplos dessa questão na internet, que é aquela coisa de você construir cada vez mais bases e cadastros que sejam vivos. Quer dizer, a partir do momento que eu tenho um ponto de partida e as próprias organizações se apropriam daquela informação e começam a exercer um trabalho de manter aquela informação atualizada e qualificar para vários sentidos, se apropriar mesmo daquilo, tanto nesse princípio aqui do debate, de estar sendo feito um debate antes de o projeto existir, mas também posterior, à medida que vai usando e também vai indicando caminhos para essa tecnologia.

Então, basicamente, tem os dois sentidos que você perguntou. Tem o sentido inicial, que é acesso desimpedido para o uso dessas bases, não só o acesso, que eu vou chamar assim, mais tradicional, que é você baixar uma base e usar em tua planilha, mas também o acesso já conectado com essas culturas de desenvolvedores, de hackers cívicos na internet que podem acessar direto essas bases através de APIs, construir aplicativos móveis para várias funções e sentidos. Então, tem essa preocupação e, em cima dessa preocupação, o portal que, bebendo desses dados, cria um espaço para as próprias organizações se apropriarem. E para ter uma ideia disso, tipos de ações que são possíveis fazer a partir do momento que você tem uma infraestrutura dessas.

Não sei se alguns aqui acompanharam, recentemente, o INEP, a fundação de instituto de pesquisa ligada ao MEC, promoveu um evento que foi um Hackaton, uma maratona de hackers durante dois, três dias, com o objetivo de desenvolver aplicativos que utilizassem os dados das pesquisas Prova Brasil e outras bases ali que disponibilizaram e saíram resultados muito interessantes, inclusive que questionam, porque tem um debate até do próprio questionamento dos indicadores. O INEP saiu em um aplicativo, por exemplo, que você criava seu próprio indicador e podia questionar o próprio indicador oficial do governo. Foi super rico. Saiu um aplicativo que você pegava e colocava o endereço da sua casa, endereço do trabalho também, e aí ele te mostrava todas as escolas públicas no caminho e já identificando por cores as notas que elas tinham recebido em vários quesitos. E foi interessante porque a narrativa do criador, do hacker que criou esse aplicativo do mapa da escola, foi que ele estava criando esse aplicativo porque ele achava que as pessoas, às vezes, colocavam os filhos em escolas particulares de

pior qualidade que escolas públicas que tinham no caminho da casa até o trabalho dele, então ele criou esse aplicativo para incentivar as pessoas a tirar os filhos das escolas particulares e colocar nas escolas públicas. Sem entrar no mérito de, se vai ter efetividade ou não, mas a questão é que a motivação do hacker foi uma motivação republicana, e que ele manifestou a partir da construção de códigos que liam informações das bases que o INEP disponibilizou. Então, se a gente pensar isso para o nosso campo aqui, tem um potencial bastante rico.

## **Vitor**

Sobre a questão das informações, também tem uma área que eu acabei não mostrando. Ao longo de várias páginas do portal, vamos ter a oportunidade de exportar informações do portal para um Excel, para um PDF, para um CSV, para que as informações sejam trabalhadas. Então tem uma ferramenta dessas nas áreas principais, do portal onde quem quiser vai poder exportar essa informação, vai poder trabalhar.

[Fala fora do microfone]

## **Vitor**

Por isso que eu falei que vai estar espalhado pelo portal. A gente tem que identificar quais são as áreas que a gente quer disponibilizar a informação ou não.

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Acho que essa é bem a discussão que a Vera trás: "bom, ontem a gente estava conversando sobre dados macros e hoje vocês estão conversando sobre organizações individualizadas". Essa é, exatamente, a diferença do porque o programa tentou localizar a discussão dos indicadores em um dia e o portal no outro. O portal tem a potencialidade pelas bases reunidas, que foram pesquisadas, de gerar números grandes através de cruzamentos que façam sentido. Então, acho que é um pouco essa. Quais são as perguntas, quais são os caminhos, o que a gente quer mostrar dentro dos quatro indicadores que o Daniel nos trouxe, que ontem foi hachurado no final do dia, do indicador de sustentabilidade, de eficácia, de eficiência... Então tem essa lógica, mas, para além dessa lógica, tem também outra funcionalidade, outra potencialidade, que é essa interação, essa conectividade, essa individualidade, se soma. E a ideia aqui da reflexão é como aproveitar essa oportunidade, quais são os campos, o

que é melhor, o que deve ser divulgado, o que deve ser publicizado no sentido da valorização do trabalho das entidades.

### **Interlocutor não identificado**

Bom dia. Primeiro, cumprimentar. É bom demais o Estado brasileiro caminhando para uma linha de tentar criar mecanismos modernos, então estão de parabéns.

Eu queria começar a falar um pouquinho sobre acessibilidade, esse desafio que nós vamos ter, e já aproveitando para dizer, publicamente, cumprimentar, na pessoa da Laís, a Secretária, de se preocupar com isso no início. A gente está começando a fazer o prédio e fica mais fácil fazer rampa, fazer o banheiro adaptado. Fazendo uma analogia, está começando a fazer o portal e já houve a preocupação da Secretária com a questão da acessibilidade, aqui representando o movimento de cegos, a gente vai dialogar e o portal nos põe sim um desafio grande, porque, na medida em que ele tem funcionalidades de ordem visual, de olhar para o mapa, clicar em um ponto do mapa e ver naquele ponto determinada organização, nós vamos ter que traduzir essas funcionalidades também para que pessoas que não estejam vendo o mapa possam operar da mesma forma. O que é plenamente possível, desde que a gente já comece a pensar isso na concepção do portal.

Ouvindo o Vitor, eu fui fazendo quase um *brainstorming* interno e anotando as coisas, mais do que propor, para jogar para a gente pensar junto mesmo e ver até onde a gente consegue ir com esse portal ou não. E a primeira pergunta ou reflexão que eu acho que precisa ser colocada, começa a partir da fala da Vera, ou seja, como é que vai ser a gestão desse portal? Vai ser a partir de um braço da Secretária, de um departamento, ou é uma gestão compartilhada, uma gestão mais aberta? Porque isso implica em grande número de possibilidades que se pode ter a partir dessa decisão. Por exemplo, qual é o acesso ao mailing de usuários desse portal? Então, se a gestão é pura da Secretária, o acesso, óbvio, vai ser a partir dali. Se não é pura, pode-se decidir que não, que esse acesso é livre, tanto para quem entra, quanto para quem queira acessar. E o que isso implica? Implica na interatividade das organizações com os cadastrados, inclusive dialogando com perfis. Eu sou do movimento de pessoas com deficiência, posso dialogar com familiares, com pessoas com deficiência, com empresários, fazendo filtros e tentando identificar posicionamentos. Então essa é uma decisão: quem tem acesso ao mailing ou não existe esse acesso?

Outra dúvida é da intenção ou não desse portal de, além de ser um espaço de conhecimento, de publicização, de ser uma ferramenta também de alavancagem das organizações, ou seja, quando tem a ideia da estrelinha, que eu estava até conversando aqui com a Paula e com o companheiro aqui, que não sei se é por aí, uma, duas, três, quatro estrelinhas, imagino que o melhor seria você acreditar a entidade ou não, porque você entra em níveis, é um negócio complicado. "Ah, eu sou três estrelas, a entidade vizinha é quatro e a do meu amigo é duas estrelas". Fica um negócio meio esquisito. Mas, enfim, a partir dessa lógica de você poder acreditar na organização, de você dar um *like*, dar um apoio – que eu acho muito bacana –, quais as possibilidades que esse portal teria de criar interfaces para que ela possa vir a captar doadores, parceiros? Seria só pelo simples fato do número em si, ou teria um mecanismo para interlocução com possíveis doadores, possíveis articulações com empresas ou com financiadores, como seria isso?

Coloquei uma pergunta aqui: já se pensou em um domínio para esse portal com uma linguagem atraente? Porque uma coisa é colocar lá como domínio [www.sgpr.gov.jesuschristo.br](http://www.sgpr.gov.jesuschristo.br), fica um negócio enorme e ninguém acessa, outra coisa é eu colocar um negócio atraente, que as pessoas queiram. Não sei se vocês pensaram nisso, como funcionaria. Qual a possibilidade de grupos ou comunidades por temática, como tinha no final do Orkut ou tem no Facebook? Eu tenho uma comunidade de organizações do movimento negro, para a gente romper com aquela ideia das bases e finalidades que a gente tem hoje. O próprio portal ia poder se organizar em comunidades, em grupos e eu visualizo isso no futuro médio, a possibilidade, inclusive, de a gente potencializar politicamente essas redes, criar novas redes a partir de uma articulação virtual, seria um ciberativismo positivo. Eu acho que é isso que eu anotei aqui. Obrigado.

### **Daniel Rech**

Obrigado. Daniel Rech, Onlicafes, Plataforma. Queria fazer três comentários. O primeiro está relacionado à questão dos pressupostos, eu vou voltar ao tema dos pressupostos. A par da iniciativa, acho muito interessante, mas eu parto do princípio de que o portal, os pressupostos estão relacionados à questão institucional e à questão de acesso a recursos públicos e, no meu ponto de vista, completamente à relevância das iniciativas sociais. Ou seja, o que importa é a institucionalidade, o que importa é a transferência de recursos, sim, mas o foco deveria ser a importância do trabalho. Portanto, o foco não pode ser na atuação do Estado, não pode ser nos



dados institucionais, o foco tem que ser exatamente na importância que tem essas iniciativas no trabalho social. Esse é o foco central que deveria motivar ou orientar um portal desse tipo. Eu acho que é fundamental fazer essa relevância do papel, da atuação dessas iniciativas em nível nacional. Eu acho que temos que fazer um trabalho fundamental: o Estado continua não reconhecendo a importância das organizações de sociedade civil, ao contrário, ele só reconhece aquilo que ele cede: "ah não, eu estou dando dinheiro para eles, ai que bom que eu estou dando dinheiro, isso que é importante". Ao invés de partir do reconhecimento da atuação das organizações e dizer: "ah, que importante, que ótimo que existem essas organizações que são, inclusive, a base da democracia". Não é o Estado a base da democracia, são as organizações de sociedade civil a base da democracia. Então, esse foco é um foco fundamental de ser resgatado.

Segundo ponto é o que nós discutimos aqui: na medida em que nós focamos na transferência de recursos para as organizações da sociedade civil, nós não conseguimos fazer um paralelo às outras transferências, ou seja, seria fundamental que as outras transferências também aparecessem. Os últimos levantamentos indicam uma passagem do governo atual brasileiro, saindo das organizações, para ir para estados e prefeituras, principalmente prefeituras, municípios, a transferência de recursos através de convênios. Ora, isso é fundamental de ser explicitado, porque aqui passa a impressão de que elas estão recebendo milhões de recursos. De fato, algumas entidades, principalmente ligadas à própria estrutura do Estado, estão recebendo milhões, mas haveria a necessidade de estabelecer esse paralelo sobre aonde vai o recurso, os diversos repasses de recursos, para saber exatamente o que significa essa presença das organizações da sociedade civil, relacionada com o seu importante papel na construção da cidadania, da democracia.

E, finalmente, apenas uma observação: eu fiquei meio assustado com essa história de certificado digital. Já fiquei imaginando que um monte de organizações já dançaram nessa história. Por quê? Tudo bem, é uma tendência, vai ser isso mesmo, para sobreviver você vai ter que cumprir cinquenta mil regulações, a receita vai exigir que você faça mil coisas, mas tem um monte de organizações da sociedade civil que tem extrema dificuldade de acessar essas estruturas, atender aquilo que está sendo proposto. O certificado digital é uma coisa moderna, mas tem um monte de organizações que sequer têm computador. Então essas já estão fora, elas não vão

aparecer. E elas são fundamentais no trabalho social. Então eu acho que tem que repensar essa questão, na medida em que nós devemos abrir então a possibilidade de uma maior participação. Independentemente disso, eu valorizo o esforço e a importância da iniciativa, acho que é por aí, mas, considerando esses novos aspectos que eu gostaria de contribuir. Obrigado.

## **Felipe**

Eu vou começar me apresentando porque é minha primeira vez aqui. Eu sou o Felipe, sou do Data for Good. Vou falar um pouquinho do que a gente conversou, e aí se você não concordar com alguma coisa, você também me... A gente estava conversando aqui, a gente tem que voltar também um pouco em uma discussão que a gente teve ontem. Não quero voltar exaustivamente essa discussão, mas acho que é um ponto relevante para a gente começar a olhar para o portal e a cara desse portal. O que a gente ficou discutindo é qual o objetivo do portal e para quem é esse portal. A gente elencou aqui quatro principais grandes públicos que podem ser subdivididos, mas o portal passa pelo governo, e aí tem que tomar cuidado para não ter uma cara de fiscalização.

O portal pode ser para a sociedade como um todo, que é, basicamente, o que a gente estava conversando, o portal pode ser para outras organizações se articularem, formarem essa rede, e o portal pode ser para pesquisadores. O portal para pesquisador é completamente diferente de um portal para a sociedade civil. Eu, como pesquisador, quero ver um tipo de informação exposta de determinada forma. Eu, como sociedade civil, como cidadão, quero ver esse dado da forma mais descontraída possível, da forma mais simples possível, da forma mais acessível possível. Então, acho que essa discussão é importante. Com relação à sociedade civil, ao cidadão comum, eu acho que a gente está olhando para ele com uma ótica muito nossa, e eu acho que é um pouco perigoso. Todos nós aqui nessa sala teríamos interesse de entrar nesse portal para conhecer essas informações. Eu não sei se a gente parando alguém na esquina ali embaixo e perguntar se essa pessoa teria interesse em conhecer esse portal, eu não sei de fato qual seria o interesse dessa pessoa nessas informações.

A questão de captação de recursos como pessoa física, que foi comentado aqui, eu não sei também se é o principal objetivo desse portal, acho que tem outros sites que funcionam dessa forma. Para voluntariado a mesma coisa, tem outros sites que suprem essa questão do voluntariado, tem um banco de instituições para

voluntariado. Eu acho que captação de recursos como pessoa física é um processo muito mais complexo do que esse, a pessoa já tem outra ligação com a instituição por trás antes de ir à base de dados pesquisar as instituições. O pessoal do terceiro setor que está aqui pode me contradizer ou concordar, não sei, mas acho que é um processo muito mais complexo que vem antes disso. A doação pessoa física, acho que o site não serviria para isso também.

Então teria que pensar para quem de fato é o site e como as informações seriam expostas para esse público prioritário. O que a gente conversou aqui é que, eventualmente, não querendo descaracterizar totalmente o portal, mas ele poderia se dividir em dois pequenos portais. Um que você vai trabalhar com essas fontes que você já tem, de dados fidedignos, de dados estruturados, bases confiáveis do governo, enfim, todas as bases que você já tem em mãos e essa base pode ser exposta dessa forma para pesquisador, para quem quer conhecer mais sobre o tema, para quem quer ter essa informação já referenciada, informação macro, um portal com essa característica. E, de outro lado, você pode ter dentro de um mesmo portal a parte das instituições que você vai entrar no micro. Aí você precisa entender para quem é essa parte micro, quem vai ter interesse de conhecer essas instituições e trabalhar informação para essa pessoa.

O que eu olhei do portal nessa apresentação e que eu achei é que ele está muito quadrado. Como cidadão, não me atrairia entrar. Como pesquisador, com certeza, está dentro do que eu gostaria de ver como pesquisador, agora, como cidadão, não sei se me atrairia. Aí pensar como deixar essa parte da instituição mais *fun* e mais aberta mesmo, e aí quem entrar nessa parte, sabe que está entrando em uma parte que foi autopreenchida, que não é uma base de dados do governo, uma base de dados necessariamente confiável, que tem todo viés do autopreenchimento, e trabalhar dessa forma, duas partes diferentes, distintas, sabendo das limitações de cada uma delas. É um pouco da minha visão. Não sei se tem gente que concorda, discorda.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Felipe, como esse é um processo para a gente de escuta, para a gente é importante quando você fala "o portal deveria ser mais atrativo", qual é a sua opinião, como torná-lo mais atrativo? Porque se vocês puderem fazer colocações e puderem também dar sugestões concretas para as reflexões que vocês levantam, ajuda muito a qualificar esse processo de escuta.

## **Felipe**

Com relação à atratividade sim, aqui está bem inicial a proposta era essa, trazer o portal inicial assim, mas, basicamente, o que eu diria é a parte visual, trabalhar a informação visualmente, aquelas caixas de texto de objetivo...

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Ah não, se for só visual, o design ainda não está colocado, aqui não tem nenhum design, existe um designer que vai trabalhar tudo isso.

## **Felipe**

Eu não digo nem o design do portal como um todo, digo design de trabalhar com informação em si, lá dentro a menor quantidade de texto puro possível, trabalhar com imagens, representações gráficas, enfim, entendo que não era nem o momento de vocês trazerem isso já finalizado, era só uma... Aí vou dizer de novo: eu, como pesquisador, adoraria ter o texto ali, poder exportar aquelas informações, tabelas, planilhas. Como cidadão, é a forma de visualização que não atrairia.

## **Interlocutora não identificada**

Bom dia. Bom, é muito difícil, eu acho que sempre saber essa divisão entre o que nos aflige e só nos aflige, ou o que nos aflige e aflige a todo grupo, a grande parte do grupo. Então, sem ter essa resposta, eu prefiro falar de tudo que passa nesse momento pela minha cabeça. Conversamos aqui, foi uma sorte ficar com uma representante da FGV e poder fazer um tête-a-tête bem caprichado. Inicialmente, eu tenho muito orgulho de ter a Laís nesse processo, de ver a Laís na Secretaria-Geral da Presidência, porque eu conheço a Laís da sociedade civil e ela é uma grande defensora também da questão de direitos humanos para pessoas com deficiência. Então isso me deixa bastante tranquila em relação à acessibilidade, que eu sei que a Laís jamais deixará que esse site não tenha acessibilidade nível três. Eu sei disso, nem vou perder tempo com isso, eu até perderia, mas não vou perder porque eu sei que a Laís jamais permitirá que a FGV vacile nesse sentido. Não vou falar, mas a verdade é que também uma equipe terá que ser formada para alimentar o site para que ele continue sendo acessível e que cada fotografia e cada gráfico, cada mapa tenha que ser exaustivamente descrito não só para as pessoas cegas, naturalmente, para as pessoas analfabetas, das cooperativas, dos locais sem computador, pessoas com baixo letramento, pessoas com dislexia, com TDH, com

depressão, por qualquer razão, mas, eu não estou preocupada com isso porque eu sei que isso está certo e posto.

Segundo ponto: para que serve o site, o portal? Toda vez que eu recebo uma ferramenta do governo, isso gera um trabalho para mim porque, é lógico, se meu nome está no Salic, se meu nome está no SICONV, mesmo que eu já não queira mais captar recursos públicos, tem dez anos que eu tenho que tomar conta da minha imagem, certo? Isso são horas técnicas, isso é um trabalho. Isso não é assim "plim!", você tem que preparar uma pessoa, tem que ter alguém que entenda, tem que ter alguém que olhe, tem que ter alguém que avise, que interaja com o governo. Então esse portal também vai me gerar mais trabalho, mais horas técnicas, mais envolvimento, porque se eu estou nele e tive uma relação no governo que me permite estar nele, isso é um trabalho. E eu gostaria que o governo tivesse igual trabalho.

Então eu vejo que esse portal, para ter sentido para mim, tem que ser um portal de responsabilização dupla, porque eu vejo muito mais aí a sociedade civil tendo trabalho. Mesmo sem me sentir contemplada, concordo plenamente com o que o Daniel falou, uma questão de pressuposto, de entendimento, uma questão conceitual, mas quero que o governo também se exponha, também quero saber do governo para além do que já está posto no SICONV, nesse blábláblá todo. Por exemplo, o governo não paga auditoria. Por que não paga? Eu faço, às vezes, uma pergunta para o governo no e-mail, recebo uma resposta atravessada, que fica guardada para mim, ninguém sabe, não está no processo, não está em lugar nenhum. Às vezes, respostas contraditórias, às vezes, respostas que não chegam. Isso está só comigo, na minha caixa de e-mails. Eu tenho acesso ao meu processo e não está no meu processo, ninguém sabe disso e, de repente, tem várias outras pessoas vivendo a mesma situação. Então, como é que eu crio um portal que aumente a responsabilização do governo por aquilo que não está posto em lugar nenhum e que a gente cuida disso quase que secretamente? Por que isso também não pode estar público?

E aí, nesse sentido, algumas coisas que eu gostaria de ver no portal, além da questão da origem, que a gente conversou ontem, que eu acho importante. Eu acho que a questão da própria construção de indicadores – você deu uma sugestão de ter uma oficina de indicadores –, eu gostaria muito que a gente pudesse dividir esses indicadores, que a gente tivesse um parâmetro de análise para qualquer usuário do portal, mas eu tenho dúvidas antigas. Quem sabe

essa é a hora de resolver, de se tornar público e construir conjuntamente. A questão dos indicadores também de acessibilidade, porque a gente não pode continuar fabricando projetos e dados e tudo, levando em conta ou não levando em conta a existência de quase um quarto de brasileiros com deficiência. Mesmo que esse dado seja exagerado, isso é um fato ainda ignorado em muitas situações e eu acho que é hora de levar isso para o portal também.

Redes que as organizações participam, indicadores de incidência, o quanto que, de fato, a gente incide em tudo o que a gente faz, essa é uma grande questão. Que redes nós participamos? Que redes nacionais e internacionais nós participamos? De que forma nós nos posicionamos no mundo para muito além do Brasil? De que forma nós nos relacionamos com outros órgãos do poder público? Eu gostaria muito de saber as organizações que continuam captando recursos com o poder público ou que não continua mais, ou quem migrou do governo federal, para o estadual, para o municipal. Dizer como é que eu vou tramitando nessa captação dos recursos públicos, porque para eu saber que as pessoas também decidiram outras organizações não captar recursos públicos é uma informação importante. E por que razão? Outros órgãos do poder público, porque muitas vezes, a relação com poder público, governo, com o Ministério que nós temos Termos de Parceria, é afetado por outro órgão do poder público, como a Receita Federal, que erra e coloca uma organização como inadimplente, quando ela está adimplente, isso desencadeia todo um processo muito sério. Eu gostaria de saber também como é que tudo isso está inter-relacionado. Acho que é basicamente isso.

### **Interlocutora não identificada**

Acho que a gente colocou mais umas coisinhas que achei interessante. Para o perfil ter esse registro de redes, e a partir daí se criar o indicador, poderia ser sugerido, já que está tratando de parcerias, um FAC exatamente com essas dúvidas, dúvidas específicas do que pode e o que não pode na diária. Ela comentou aqui que tira dúvida com o gestor, mas ter um FAC lá das principais dúvidas sobre o processo de convênios para que isso também fique claro. Para isso ter clareza também por parte do governo, ele também se expor dentro do site. Poderia se construir alguma coisa nesse sentido.

### **Interlocutora não identificada**

Posso optar também de colocar ou não as informações. Porque a gente vai optar ou não de colocar as informações. Que o governo

também tenha essa oportunidade de optar ou não, porque isso também é uma informação. Se o governo coloca ou não alguma coisa que eu acho que ele deve colocar também é uma informação para mim, como para pensamento de sociedade civil.

### **Interlocutora não identificada**

E aí também no perfil tem um espaço muito importante para colocar o histórico da entidade, a origem, é preciso que isso esteja não apenas na descrição, mas qualquer tipo de documento que relate a memória da entidade, fotos, enfim, memoriais.

### **Jorge Arruda**

Bom dia, meu nome é Jorge Arruda, do Ministério da Cultura. Antes de tudo, eu fiquei muito contente como funcionário e como cidadão vendo a preocupação do governo junto às sociedades civis dessa mobilização. Então vou partir de alguns princípios para discorrer sobre as minhas sugestões. Então parto disso que eu acabei de falar, mobilização do governo e organização social por meio da colaboração e cooperação entre todas e para todas. Temos aí a identificação do público alvo. Como já foi dito anteriormente, nós temos uma cara governamental que também precisa ter uma cara social. Então eu proponho vários endereços para o mesmo site, com as mesmas informações, distribuídas para atender as diversas categorias de acesso, como o colega falou, pesquisa, etc. Então ele passa a ter as mesmas informações distribuídas e visualizadas de acordo com o perfil que a pessoa queira. Então se eu sou da organização social eu vou dar o endereço que tenha essa cara social e não uma cara governamental. Mas, se eu quiser, como governo, entrar no site, eu posso começar tendo uma cara governamental. Então eu tenho vários endereços apontando para o mesmo lugar, com as mesmas informações, mas distribuídas de acordo com o perfil daquele grupo da sociedade que acessar as informações.

Aí eu proponho o seguinte: no caso das entidades, eu não percebi ainda como teve uma visão apenas a respeito de indicadores, seria importante que todos os sites fossem categorizados por área e seguimento que a entidade atua, para que você possa ter uma pesquisa mais elaborada e depois, no final, até outros indicadores que não foram propostos na apresentação do site. Então, no caso, por exemplo, de uma entidade, o objetivo social, além de ele estar textualizado como a pessoa queira no seu estatuto, no seu contrato social, não sei, também categorizado, porque se eu quiser fazer uma pesquisa para saber a sua atuação, eu poderia também através da

categoria daquela entidade, eu ter acesso a todas aquelas entidades que pertencem àquela categoria. O mesmo para área de atuação, para as ações, tudo categorizado.

Outro caso muito importante é como sobrevivem essas entidades e como cada um pode ajudar. Assim nós podemos ter captação de recursos também categorizados, se é pelo governo, se é por empresas privadas, se são por pessoas físicas. Tudo sempre categorizado. Captação de voluntários, como participar - acho que vou ler corrido, aí depois se alguém quiser perguntar com maiores detalhes eu explico senão vou demorar muito. Os custos que aquelas entidades têm por categorias, os projetos daquela entidade categorizados também por com incentivo do governo, sem incentivo do governo, as parcerias existentes que é aquela que a entidade tem, quais são as suas necessidades e dificuldades, pendências, tudo categorizado. Quando eu falo categorizado é porque isso me permite eu ter uma atuação mais pró-ativa sobre aquilo que eu estou querendo fazer. Eu como cidadão, eu como entidade privada, eu como entidade, vamos dizer, com fins lucrativos, sem fins lucrativos. Programas em desenvolvimento pela entidade. Seguidores nas redes sociais, qual a mobilização aquela entidade tem perante o seu público, quantidade de voluntários, quantidade de beneficiados, famílias assistidas. Teremos que ter uma forma de se comunicar com essa entidade (fale conosco), qual é a sua capilaridade, o seu site, seus e-mails, as rede sociais para as quais ela tem atuação. Assim como, eu ia explicar lá na frente, mas pode explicar aqui nesse momento, que também o governo deveria proporcionar para aquelas entidades que não dispõe de recursos para ter a sua própria página na internet, que isso fosse disponibilizados através de recursos de software livre que permitem, pelo governo, que aquela pessoa possa ter seu próprio site, já que ela não dispõe de recursos para isso.

E eu me esqueci de falar logo no início sobre a questão do acesso ao site, que de maneira nenhuma tem que ser por CNPJ, nem certificado digital, como aqui já foi dito. Por quê? Porque o meu colega aqui ontem mesmo falou que tem muitas entidades que, não vamos chamar de fundo de quintal porque às vezes têm mais atuação do que aquelas que são estabelecidas com seu CNPJ, porque a quantidade de voluntários que ela possa ter no interior do Amazonas, como foi citado aqui anteriormente, podem ser muito grandes, mas ela não tem CNPJ. Ela não poderia estar fora de jeito nenhum, por isso que eu disse aqui no início é colaboração e cooperação de todos, é governo e entidade social.



Com relação aos incentivos governamentais, também sempre por área e seguimento, quando eu falar em seguimento é a categorização que eu estou falando. Quais são as áreas e seguimento que o governo federal, estadual e municipal, a que nós fizemos muita referência, aos incentivos do governo federal, pelo menos não percebi nas vezes que aqui fiquei as referências com relação aos incentivos estaduais e municipais, nada foi dito nesse sentido. Então aqui seria o local aonde a entidade social, no caso, iria ter acesso por área e seguimento às entidades governamentais: onde eles podem obter recurso, a legislação pertinente ao caso, como obter, como fazer o convênio, como obter um incentivo fiscal, por exemplo, do Ministério da Cultura, modelos e exemplos. Os links para acesso a esses serviços oferecidos pelo governo, como já foi dito aqui, o FAC para poder tirar dúvidas a respeito de como obter aquele incentivo. Poderíamos ter também uma biblioteca virtual aonde nós poderíamos ter livros sobre os assuntos, os artigos os manuais, vídeos e áudios que poderiam enriquecer uma visão mais abrangente das atuações das entidades sociais. Outro fator muito importante que deveria estar aí claramente bem definido para que possamos acessar as boas ideias, os bons projetos, os casos de sucesso e também uma área onde a gente poderia apresentar sugestões de projetos para enriquecer a todos e compartilhar experiências de sucesso no mesmo tempo que também a gente poderia ter as críticas com relação às atuações, tanto pelo governo, como pelas organizações.

Outro fato que eu gostaria também de realçar é que nós temos uma oportunidade de fazer uma divulgação a respeito de programação de eventos, que várias entidades fazem mobilizações em determinadas épocas, às vezes, bem claras e definidas, em determinados municípios carentes, para prestar uma ajuda social, aí mobiliza médico, enfermeiro, dentista, seja por conta de entidades públicas e privadas. Então a gente poderia ter esse acesso a essas mobilizações que a entidade promove. E também acho que seria muito importante, da mesma forma como aqui nós estamos debatendo o assunto, que esse debate também fosse virtual. Através de um fórum onde cada um poderia expressar a sua opinião, seu projeto, a sua sugestão. Verificar como uma entidade obteve ajuda, trocas de ideias, “como eu faço isso, como eu faço aquilo”.

Temos que lembrar que isso é uma atuação de ponta a ponta do governo. Então a gente não pode ter uma visão simplesmente das captais, onde as pessoas possuem um determinado discernimento a respeito de mobilização para obter determinado benefício. A gente tem que ter essa atitude pró-ativa e buscar cooperação daqueles

outros, de forma desburocratizada, que é através de um fórum. Da mesma forma, as bases de dados estariam disponíveis. Como eu dou acesso a essas bases de dados? Na verdade, elas foram já trabalhadas e precisam ser também, como o pesquisador falou, eu tenho que saber como vou ter acesso a essas bases para que eu possa ir direto ao ponto.

Então, com relação à base de dados, de acordo com o interesse da pessoa, para que ela pudesse fazer seu próprio cruzamento de informações. Por isso eu frisei bem: categorizadas as informações por área e segmento para que esse cruzamento de informações possa ser viabilizado. Então a gente também teria uma opção de como participar, também de forma categorizada, pessoas e empresas interessadas em participar como voluntário, como ajudante ou financeiramente. Acho que eu já falei tudo. Muito obrigado pela atenção.

### **Caiton**

Eu vou só me ater aqui bem rapidamente, são algumas questões técnicas que me preocupam. Parabéns pela iniciativa, achei bem interessante, bem legal. Foi contemplado em algumas falas do colega, que é uma preocupação que ele mencionou aqui, sobre o público que a gente quer alcançar com o portal. É uma preocupação que eu tenho. Por quê? Definida a minha parte do público, conhecendo meu público, a gente vê que o site hoje está carregado de recursos gráficos, então uma preocupação que eu tenho, que a gente teve um problema em uma iniciativa semelhante a essa lá no nosso ministério, em que a gente procurava alcançar o público mais do interior, mais local. Então a gente desconhece, às vezes, a realidade de Amazonas, norte, que têm uma grande dificuldade com acesso à internet. Então eu vejo esses recursos gráficos, e uma preocupação que eu tenho é exatamente isso daí, a possibilidade de a gente alcançar essas pessoas no interior. Para quem é o site, para quem é o público? Talvez o que o colega falou, na parte inicial, ao invés de começar com mapa, começar com algumas informações que vão atender, satisfazer aquele público do interior. E se o cara quiser buscar mais informações, ele segue para outro ambiente, onde tem os recursos mais sofisticados de uso de internet. Então essa é uma preocupação que eu tenho, que limita essas conexões.

Bom, outra coisa que eu fiquei pensando: qual seria o incentivo para essas entidades acessarem o site e atualizarem as suas informações ali? Qual é a contrapartida, o que eles vão ter de retorno em relação a isso? Para mim, faltou também, eu acho que vai ter, só não vi na

apresentação, ferramentas de exportação, de cruzamento de dados, alguma coisa nesse sentido. Em relação aos dados que as entidades vão alimentar, ele disse também que pode "se meu endereço está incorreto, eu posso clicar aqui e atualizar meu endereço". A minha pergunta é: como isso vai ser retroalimentado na base original? Porque a base original não é essa, essa é uma base secundária, então como isso iria impactar, atualizar a base de dados original? Bom, as demais questões os colegas já levantaram, que é a questão do fórum e da comunidade também, que eu acho interessante a gente colocar. Obrigado.

### **Alex**

Só quero fazer um comentário. Essa questão dos cruzamentos dos dados, que acho que também responde um pouco do que a Vera colocou, são dados macros sobre o perfil das entidades, sobre o setor no país. Tem na parte dos indicadores já uma ideia inicial do que seria, que dados podem se cruzar: eu quero pesquisar organizações de defesa de direitos no nordeste, aí eu ponho os filtros que eu quero e visualizo o que eu quero, quantas OSCIPs ou quantas Utilidades Públicas Federal ou posso puxar por qualificação, por área de atuação, e assim ver no país como um todo. Eu não estou querendo enxergar uma organização, eu estou querendo enxergar o setor. Isso está em construção e a parte de indicadores que o Vitor mostrou ainda está muito pequena perto das potencialidades que tem, que essas bases que estão se somando nas últimas semanas ao trabalho vão agregar aqui todos. Os Ministérios estão colaborando com a gente, cedendo as bases, vão agregar cada vez mais indicadores. E a ideia de hoje, essa oficina de indicadores, que foi ontem indicadores e hoje portal, exatamente para a gente ver com vocês: são esses indicadores relevantes, são esses cruzamentos relevantes? Quais vocês acham que deveria ter para eu ver o setor como um todo? O que é interessante eu ver, que informação é interessante eu cruzar e ver? Nosso objetivo desse diálogo entre o setorial.

Em relação à certificação digital e às organizações informais, há uma preocupação nossa, a Laís até colocou de início na apresentação "organizações não formalizadas, vai ter ou não vai ter?". Primeiro dessa parte, se tiver as informais, todo mundo pode entrar e criar o seu movimento, colocar aqui no mapa. Uma dúvida que eu coloco para vocês: será que isso ficando tão aberto assim não vai acabar poluindo, entrando muita informação errada irrelevante, que vai estragar a nossa base de dados? Ponto para reflexão. Na parte para a certificação digital, por que a gente chegou nisso? Não é uma

estratégia para dificultar a vida das organizações, muito pelo contrário. A partir do momento que tem dados aqui e que são públicos e que foram puxar em alguma parte, para aqueles que têm parceria com o governo foram puxados já só sistema do governo, se eu dou a possibilidade da entidade mexer no perfil da organização, se eu não tiver um mecanismo de ter certeza que é a organização que está mudando, qualquer um vai entrar na organização de vocês e pôr qualquer informação.

Então tem uma preocupação com a segurança das organizações, as informações que estão dispostas aqui, como quem pode editar a informação da organização é a organização. E como a gente vai garantir que é ela? A ideia da certificação digital primeiro pareceu meio radical, mas dado que todos que têm CNPJ, pessoa jurídica, para se relacionar com a receita tem que ter a certificação digital, então, a princípio, toda pessoa jurídica tem CNPJ, já tem isso. Se não tem vai ter que ter para se relacionar com o governo. Ela já precisa ter. Em geral, que o Vitor falou, é o computador que tem, tá bom, isso é uma realidade, mas foi uma ideia nossa para ter essa certeza. Se a gente deixa em aberto, sem segurança, outras pessoas podem entrar e pôr qualquer informação na organização e vocês estarão se sentido mal representados. Então a preocupação é essa, a gente está colocando para debate: será que é melhor reduzir a segurança e aumentar a liberdade? A gente tem que achar um ponto de equilíbrio. Obrigado.

### **Baiena Souto**

Eu só queria complementar um pouquinho o que o Alex, na verdade acho que ele já falou bem o que eu queria falar, mas dentro da fala tanto da Vera quanto do Daniel, de se sentir contemplado ou não dentro dessa coisa do portal, eu acho que a junção de várias bases... Na verdade, eu, enquanto cidadã, não estou falando aqui em nome da pesquisadora, a gente quer ter acesso a informações de gastos do governo, então acho que juntar todas essas bases tem sido uma contrapartida para iniciar, é um chute inicial para esse portal e que eu acho que é super importante. Agora, a gente estava conversando ontem, na hora do almoço: é importante, claro, uma distinção quando as entidades forem entrar para poder cadastrar qualquer coisa, o que vem de fonte oficial e o que é dado que está imputado ali dentro, para a gente não cometer o erro metodológico de fazer cruzamento de informações que não podem ser cruzadas.

Então acho que era um pouco essa preocupação. Eu acho que é um ponto inicial, é o que a gente tem disponível e, na verdade, juntar um monte de base que está dispersa por aí é um trabalho bastante

grande e que a gente queria escutar opinião, acho que isso é um processo de escuta mesmo da opinião do que as pessoas gostariam de saber. O que vocês gostariam de ver revelado nesse portal e o que contemplaria alguma das agonias de vocês? Não vai dar em um portal, em alguns meses, para todas as agonias de trinta anos, por exemplo, a gente poder contemplar, mas é um passo inicial e eu acho que esse processo de escuta e de crítica é muito construtivo. Mas, inicialmente, é o que tem disponível.

### **Paulo Haus**

Para quem não me conhece, meu nome é Paulo. Em primeiro lugar, uma ficha que me caiu aqui com relação a inteira discussão de ontem: onde conseguir dados, em qual lugar conseguir dados sobre sociedade civil organizada e que, de fato, a relaciona com as atividades que ela tem? Os conselhos são o caminho certo para isso, é um dos caminhos, talvez o mais certo para isso. Não vai encontrar todo mundo, mas vai encontrar as pessoas mais ativas, mais vinculadas aos movimentos. Os conselhos, para quem não sabe, talvez vocês que estejam falando não saibam disso, eles geralmente têm uma estrutura vertical da União Federal até o município, menorzinho que seja. Como eles recebem dinheiro de fundo a fundo, todo município faz seus conselhos dos mais variados para poder receber o dinheiro federal e fazer os programas federais. Como, por exemplo, na assistência social, saúde, educação. O que significa dizer que, em última análise, o contato com o conselho federal aqui em Brasília te dá contato com todas as organizações escritas nos conselhos municipais nos mais distantes do Brasil. Então você precisa é saber como fazer essa conversa com os ministérios, como fazer com que eles levantem esses dados e ter contato com a sociedade civil que, de fato, está organizada nos movimentos e dados organizados dela. Então, em primeiro lugar, eu queria deixar claro, talvez levar para frente tanto agora nessa (ininteligível) o contato com os conselhos.

O segundo lugar é, de fato, esse negócio de transparência - eu confesso que eu comecei a me questionar sobre essa necessidade de conveniência e transparência quando eu tive a primeira namorada séria. Transparência é bom quando é dos outros. E você tem um dado que passa a ser não certamente uma conquista de direito da cidadania, mas a ser uma intromissão do Estado, da oficialidade, da polícia em cima das organizações. Isso por quê? Porque tudo o que eu ouvi aqui não foi como anunciado, se me permite, um portal da sociedade das organizações da sociedade civil organizada. Ele deveria

se nomear Portal sobre as organizações de sociedade civil organizadas que se relaciona com o governo federal da forma como ele está enxergando elas hoje. Não é isso que o Regis falou? E eu concordo plenamente. Se vocês quiserem saber como faz um portal desse que inclui sociedade civil organizada, nesse mesmo ambiente aqui, em 1997, também foi feita uma lei (ininteligível) também foi feito um portal que era a RITS. Pega essa experiência da RITS e traga a experiência da RITS para aí, que esse não era um portal oficial, era um portal da sociedade civil organizada.

Agora, tudo bem, vamos trocar, se o governo quer entrar no meio e, de repente, quer participar e quer botar seu ponto de vista, então olha, princípio básico da justiça - e nisso eu acho que a única vez eu estou acompanhado do meu colega de profissão Pedro Elias que sendo do ministério discordou de quase tudo o que eu falei aqui no cochicho -, que "pau que bate em Francisco, bate em Chico". Não é isso o princípio básico da justiça? Pois se é para abrir nossas contas, abra as contas do governo nas mesmas bases. Não Diário Oficial, vamos lá, vocês têm que colocar o índice governamental também. Com quantas OSCs, vocês matem relações contratuais e conveniais? Quantas nas relações contratuais são feitas sem licitação? E quantas nas relações conveniais deveriam ter sido feitas por contrato, já que são prestação de serviço, como a Paula comentou? Quanto foi transferido pelo governo? Quanto recebe delas em contrapartida? Para a gente poder contabilizar, inclusive, o trabalho voluntário. O percentual dessas transferências no seu orçamento total? Até para poder fazer uma comparação precisa com a sua própria manutenção, dos seus servidores internos, prestação de contas e controles internos que só servem para poder morder e poder impedir uma prestação de contas das instituições.

Eu estou falando sério, de fato, eu estou pedindo o registro disso. Quantos problemas têm nas suas prestações de contas passadas? Quantos mandados de segurança e ações da sociedade civil têm na justiça por conta dessas prestações de contas? O índice da pontualidade dessas instituições governamentais nas suas transferências em convênio, que elas contratam e que elas não transferem e que impede que seja feito. Mas, principalmente, se atrasou após alguma transferência de governo. Se tem algum funcionário punido ou em processo disciplinar por conta de contas mal prestadas. Porque, até agora, eu só vejo contas nos tribunais de contas. As organizações são as culpadas e, depois de fazer todo um projeto que foi todo liderado e organizado e induzido, inclusive pelo

funcionário público, eu não vejo nenhum servidor público lá no meio desses processos.

E quantas ações trabalhistas? Essa é uma proposta que meu colega tem, foram acionadas por conta do convênio, especialmente aquelas indicativas por conta das obrigações legais trabalhistas, que alguém do staff desse órgão público disse que o órgão público não pode assumir como fundo de garantia, férias, décimo terceiro, convenção coletiva ou dar para eles, por exemplo, um seguro saúde, que seja um seguro de saúde fora, como se não pudesse dar para as pessoas contratadas. Isso para dizer o seguinte: para quem tem experiência com sociedade civil e sabe que já aconteceu antes nos municípios e vai acontecer agora com a transferência da união para os municípios fazerem, é que em geral os municípios fazem só terceirização de mão de obra, muitas vezes por via das ONGs, para poder fazer. Elas desesperadas atrás de recursos, acabam contratando quatrocentas pessoas a mais no seu staff. Na primeira convenção coletiva, os governos municipais simplesmente declinam na convenção coletiva e elas ficam com uma dívida enorme que elas não conseguem pagar depois e vira uma bicicleta. Se não fizerem o próximo convênio não conseguirá pagar a convenção coletiva anterior. Portanto, quando se avaliar convênios, senhores, "pau que bate em Francisco, bate em Chico": avaliem também os convênios que saíram dos seus recursos quando chegam aos municípios. Essa é minha proposta.

### **Cecília**

Gente, eu não sou de muitas palavras não, viu? Agora, eu estou totalmente perdida, estou achando que a gente não está focando no desenho do portal, especificamente. Creio que houve uma falta de explicação dessa reunião para todos, e aí eu vou para as cinco perguntas básicas de Peter Dracker: qual é a missão desse portal? Quem é o nosso cliente? O que nosso cliente valoriza? Quais resultados nós queremos alcançar? E qual é o plano de ação? Se a gente focar só nisso a gente resolve esse desenho em cinco minutos. Porque senão, a gente vai ficar divagando e vai querer incluir mil opiniões e mil coisas que não vão poder ser atendidas agora no portal. Então vamos começar a simplificar nossa vida e vamos começar a fazer o que é possível fazer hoje e não ficar discutindo o que foi que aconteceu na minha vida de relação com o governo, o que a gente aqui junto pode fazer para que isso seja eficaz e eficiente? Vamos fazer. Eu sou mais isso, não sei se é porque trabalho com gestão, aí tem que ter uma estratégia disso aí, vamos deixar bem claro o que a gente quer. Não quis ofender ninguém, mas é que eu

não gosto muito de ficar no discurso, se a gente não vai conseguir atender o portal agora. Qual é o papel desse portal? Vamos deixar bem claro para nós todos. Obrigada.

## **André**

André, do GIFE. Tem alguns comentários, alguns que partiram aqui da nossa conversa, e uns acho que mais gerais. O primeiro que eu queria fazer é com relação à conversa que a gente teve ontem de taxonomia, que não voltou para hoje, acho que isso é meio uma espinha dorsal do portal, tanto para identificar as organizações na visualização individual, como para os indicadores. Então, primeiro, eu gostei muito de ver a proposta hoje, para mim deu muito mais concretude ao que está sendo pensado e acho que eu consigo até contribuir e reagir com mais facilidade em cima, entendendo o pensamento que já está colocado.

Pelo que eu entendo, tem claramente uma dimensão que é dar visibilidade para as organizações, eu conseguir identificá-las, conjunto de informações orientadas por bases existentes e com possibilidade de agregar informações diretas. Eu acho que essas duas coisas têm que estar muito bem definidas, o que é uma coisa e o que é outra. O tratamento das informações tem que ser diferente e acho que até o layout pode ajudar nisso. Porque senão aí você começa a confundir as coisas mesmo. Nos indicadores, e eu acho que está colocado isso como eu entendo, a visão mais agregada e a explicação dos filtros está bastante clara. Eu acho que na estrutura das áreas da taxonomia básica do portal, ue a gente tem que seguir taxonomias existentes para a comparabilidade da base, para que isso tenha validade em termos de comparação com outras pesquisas brasileiras e internacionais. Toda taxonomia vai implicar uma simplificação ou uma generalização de alguns casos específicos e eu acho que o portal tem que trabalhar com *tags*, com palavras chaves, que a própria legislação identifique e que isso alimente uma busca mais aberta no portal. A taxonomia mais rígida serviria para essas totalizações e um campo mais aberto que permita que a organização dê a especialidade que ela quer para o trabalho que ela está buscando. Aí tem uma série de potencialidades que eu acho que poderiam ser exploradas, por exemplo, na possibilidade da organização identificar quais são as redes, fóruns, plataformas que ela faz parte e aí totalmente aberto. Eu vou lá dizer "eu faço parte do fórum do não sei o que lá". Se outras fizerem isso, na hora que alguém for buscar, vai conseguir puxar essas organizações, então vai criando diferentes níveis de consulta.



Comentários mais objetivos: uma coisa que apareceu foi, dentro das informações apresentadas, tinha coisa, por exemplo, se a versão está habilitada ou não. Em nossa opinião, essas informações devem estar referenciadas externamente. Não vale à pena trazer para dentro coisas que já têm acesso público direto, facilitado pela internet. Até porque, vai gerar uma necessidade de atualização, a não ser que isso seja feito automaticamente, desnecessária. Então restringir naquilo que é mais essencial.

A outra coisa é da avaliação. Para mim a avaliação está meio despropositada, não está claro para que serve, o que eu vou fazer com essa informação, ela está com base no quê? É se eu gosto da organização? Se eu acho que o perfil dela no portal está bem feito? Eu não entendi para que serve. Eu acho que seria mais útil ter, por exemplo, um indicador do quanto a organização prestou de informações para o portal em uma barra que vai de zero a cem e podia ser feito com base em um conjunto de informações básicas e que, se ela preencheu 20%, aquilo vai estar indicado. Que dizer, não é indicador de qualidade, é simplesmente um indicador de transparência e do tanto de informação da organização que está colocada no portal. Não é se ela é boa ou se ela é ruim.

### **Ricardo Poppi**

Aí gera um incentivo, não é? Uma proposta de incentivo que foi colocada...

### **André**

Não. Até sim, se eu entro lá e aquela organização está muito frágil, e eu vejo que ela colocou 10% da informação, eu sei que não é que a organização não tem, é que a informação não está disponível. E o que mais que eu estou esquecendo aqui?

### **Vera**

Que a data em que aquela informação foi prestada tem sempre que estar lá. Inclusive, precisa você saber se aquela ficha que foi feita há cinco anos, ou há dois, ou há três meses. Eu acho que isso é importantíssimo. Inclusive, vai ter uma temporalidade diferente, então isso precisa estar muito claro, porque isso faz a maior diferença.

### **Ricardo Poppi**

Eu vou fazer alguns comentários, mas é importante a gente dar a palavra para o Vitor, que ele também tem bastante coisa para nos dizer. Eu acho que tem uma questão aí de gestão, que eu acho que é

melhor você falar essa parte, que está em processo, pelo menos, de debate. Porque você tem uma gestão técnica, você tem uma gestão de conteúdo aí, então é a diferença entre a gente pensar o portal como uma foto, que é só a gente... Carregou o estado da base, pensar ele como processo contínuo, que envolve atualização pelas organizações, atualização das bases pelo governo.

Outra questão: um tipo de uma contrapartida por parte do governo na publicação, na transparência. Eu tenho o entendimento de que isso está acontecendo em alguma medida, pelos próprios benefícios da lei de acesso à informação, que você consegue fazer requisição dessas bases agora com prazo para retorno. E aí, nessa questão, por exemplo, você tem o portal de transparência, você tem um esforço da infraestrutura nacional de dados abertos, que está cadastrando bases para acesso, para catalogação, para download. E aí a gente tem em vista, quando a gente tem portal das organizações, de fazer essa conexão. Quando as bases estão sendo montadas, elas podem ser complementadas. Então eu acho que isso pode estar dentro de um plano de complementação das bases do portal, a partir desse marco legal que a gente tem agora, que é a lei de acesso. O que for público, pela lei de acesso, a gente pode...

Aí um pouquinho a fala dela, de pensar, realmente definir claramente missão, objetivos do portal. Quer dizer, se for relevante para os objetivos, para a missão do portal, a gente tem como integrar. Então é mais uma questão de organizar a informação nesse produto, nesse esforço do que ter ou não essa informação disponível. Então eu não faria muito essa divisão de contrapartidas, de dizer: "olha, está pesado só para o lado da sociedade civil, do governo", porque eu acho que esse próprio encontro aqui é uma oportunidade de construir isso junto e trazer essa relevância. Essas bases que você propôs, acho que a gente tem que fazer esse trabalho de análise e avaliar junto com a FGV por que não está, se é possível inserir. Então acho que foi importante você ter trazido isso, mas acho que não dessa forma. Eu só queria deixar claro essa questão de que não há uma preocupação em assumir um lado da história. Quer dizer, eu acho que a gente tem que abrir mesmo e considerar isso que você colocou das bases, que poderiam estar contempladas no portal também.

## **Vitor**

Eu queria comentar algumas coisas que foram colocadas aqui, a começar pelas considerações que foram feitas pelo Ferrari. A questão da acessibilidade de mapa é um assunto, assim, eu sou pesquisador na área geoespacial, e eu vou te falar que eu, realmente, ainda não domino completamente esse assunto. Eu acho que a gente tem que construir isso juntos. Então é mais um desafio desse portal, que a gente vai ter que aprender ao longo desse processo como é que constrói isso.

Sobre a questão da certificação digital, o Alex já expôs bem as motivações. A parte de design gráfico que foi colocada, de como esse portal vai ser apresentado, de uma forma mais interativa, mais atraente, propositalmente a gente não trouxe isso aqui para esse fórum, porque a ideia é que a gente construa isso juntos. Então não faz sentido a gente já trazer algo pronto, já trabalhado, bem acabado. A ideia era ter um primeiro diálogo e uma aproximação com todos vocês para que, juntos, esse portal seja construído. Então a ideia aqui era trazer algo bem embrionário, bem iniciante, para que a gente consiga desenvolver isso e ouvir bastante a opinião de vocês, para conseguir desenvolver isso junto.

Em relação ao que o Ferrari colocou, também, sobre a questão das redes, conexão com as redes sociais, eu acho que não é atribuição desse portal ser mais uma rede social, eu acho que existem várias. Até porque, eu acho que o público já escolheu as suas redes, já participa das suas redes e elas já têm potencialidades próprias delas. Então, eu acho que é muito mais interessante a gente interagir com as redes que já existem, que foi a proposta que a gente colocou aqui, do que a gente formular uma nova rede. Elas já têm o seu propósito específico. Em minha opinião, vai ser muito mais interessante do que a gente formular uma nova rede, uma nova estrutura que a gente vai ter que manter dentro desse portal e que talvez não seja tão efetiva. Então, o Facebook, todas essas redes já existem, fóruns, fóruns específicos que podem ser explorados e que podem ser uma via de mão dupla, a partir dessas redes a gente consegue atrair o público para esse portal, e a partir do portal, a gente consegue publicar informações nessas redes, de forma a gerar debates, etc.

O aspecto da categorização é um assunto que a gente não tinha pensado até então. Esse assunto surgiu ontem, mas a forma como vai ser feito isso, existem maneiras super interessantes, como foi colocado, de categorizar de uma forma muito mais aberta, e a ideia dessa busca aqui é, justamente, ser uma busca super aberta, para que a gente possa, ao longo do tempo, realizar buscas em cima de vários critérios, de uma forma muito aberta. Então, inclusive, pela categorização. Eu acho que é um desafio nosso agora pensar uma proposta para criar uma categorização aberta, para que as entidades se categorizem dentro do seu perfil. Então, acho que isso fica como desafio para daqui para frente.

Foi levantada uma questão de mudança de endereço. Na verdade, a funcionalidade que existe é que ela não é de mudança de endereço. O endereço a gente não vai mudar. É porque, na verdade, isso é mais um aspecto técnico da questão. Como a gente está trabalhando com mapa e com informação geográfica, são dois sistemas diferentes: um de endereçamento postal e o outro de informações geográficas, de informações georreferenciadas. E um é transformado para o outro. Como a gente está trabalhando com uma base de 290 mil, por aí, organizações, que é a base da RAIS, a princípio, a gente pensou em

uma forma de interatividade para que a própria organização avalie se a posição dela nesse processo de transformação está ok. Então essa foi a motivação principal. A gente não quer alterar o cadastro da organização, na origem dela. É só uma forma de a própria organização ter um mecanismo para dizer, "olha, esse processo não funcionou muito bem, eu vou reposicionar" e pronto, resolveu o problema.

Em relação ao que foi falado aqui da fonte das informações e metadados, sempre foi uma preocupação. Aqui está colocado de uma forma bem simples, mas, para cada área do portal a gente pretende colocar informações de metadados dessas informações. Então, que a partir daí a gente consiga dizer qual é a fonte dessa informação, quando ela foi gerada, quando ela foi capturada, e vários outros critérios de metadados sobre essa informação que a gente vai disponibilizar, para que as pessoas saibam exatamente do que se trata.

Sobre outra questão que foi falada, de percentual de preenchimento: a gente pensou nisso para uma área do portal, mas pode pensar de uma maneira mais ampla, que foi a questão dos documentos. Mas os documentos da RAI, mais perfil do SICONV, mas a gente pode pensar em uma maneira de, ao dispor a qualificação para a entidade, a gente pensar em uma maneira de ver quem está realmente inserido nesse portal, quem está participando e quando está participando ou não. Acho que é isso.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Bom, tentando contribuir aqui também nas respostas, essa pesquisa é uma pesquisa sobre as organizações da sociedade civil e suas parcerias com o governo federal. Então ela tem três módulos: um dos módulos é o levantamento das bases, o segundo módulo é uma análise qualitativa, além de quantitativa sobre os dados disponíveis do SICONV. E, originalmente, o mapa das organizações da sociedade civil era produto da soma de algumas informações sobre o SICONV e as informações gerais sobre as organizações. E a forma do resultado era botar isso num mapa georeferenciado. Isso é uma fotografia. Só que essa fotografia, nos mundos de hoje, tem uma potencialidade de virar um filme. Então, quando a gente está falando sobre a governança compartilhada, sobre os próximos passos, a gente pautou, justamente, que a gente discutisse o "daqui para frente", e por isso que a gente está se preocupando tanto na concepção, na construção disso com uma potencialidade de outras funcionalidades, de agregar as bases de outros níveis da federação, dos estados e municípios, das estatais, das empresas. Enfim, poder fazer uma conexão dessa natureza, é justamente a potencialidade que está colocada.

Mas, inicialmente, o que vai acontecer é que o resultado desta pesquisa vai gerar como um dos produtos botar no mapa

georreferenciado as organizações da sociedade civil e suas parcerias com o governo federal. Mas a gente entende que isso não representa - 3% das organizações da sociedade civil no Brasil firmam parcerias com o governo federal. Essa é a realidade que a gente tem hoje. Então, enfim, essa realidade não é suficiente para dar um retrato completo sobre as organizações da sociedade civil. E aí a gente tem vários desafios, porque uma coisa é a gente conseguir as bases aqui do âmbito federal. A outra coisa é conseguir as bases dos estados e dos municípios, e as formas dessas outras bases. Se a gente já tem diferença na maturidade e na forma da organização das bases no âmbito do governo federal, imagina como é que não estão as bases dos estados e municípios. Mas é um trabalho de colocar isso em perspectiva, no radar, fazer um plano de ação para que isso possa acontecer aos poucos, em etapas. A primeira etapa é essa. Essa é a etapa possível de ser entregue, com todas as ideias novas, com todas as possibilidades que se pensou. Então, acho que aqui é essa provocação dos grupos informais, ela é super boa.

O certificado digital do CNPJ não inviabiliza. O próprio SNICS, que é o Sistema Nacional dos Indicadores de Cultura, para cadastrar os grupos informais, usam CPF, então a gente está usando CNPJ para pessoa jurídica, a gente pode usar o CPF para pessoa física. A gente não tem como puxar base de grupo informal, exceto a base da economia solidária, mas a gente pode dar a potencialidade de se cadastrar, de ter uma indução de autocadastramento. Tem várias potencialidades que aqui surgiram, que foram reforçadas e que, com certeza, serão consideradas para essa análise. E lembra que a gente conversou ontem da decisão. Isso já foi uma decisão tomada, de não agregar a base do CEPIM a esse portal. Então, esse não é um portal que vai agregar os problemas relacionados à agenda da contratualização entre as organizações e o Estado.

Materiais, biblioteca virtual, fazer um “perguntas mais frequentes”, cartilhas, enfim, materiais importantes que possam ser colocados no portal como fonte de informação e referência, é uma coisa. Isso é ótimo. Outra coisa é dizer que o portal vai trabalhar qualquer situação referente aos atrasos nas prestações de conta, ou coisa dessa natureza. Esse é um tema que, inclusive, faz parte da análise qualitativa. A pesquisa que está se debruçando, a equipe que está se debruçando sobre as bases, hoje, do SICONV, também vai chegar a esse nível de detalhes. Mas essa não é uma pesquisa que vai estar totalmente plotada no mapa. Ela é uma pesquisa que vai tentar, justamente, identificar esses gargalos para que a gente possa trabalhar assertivamente no aperfeiçoamento de cada um deles. São coisas diferentes. Então, não são todos os detalhes que estão colocados aqui que vão ser levados a essa publicidade do portal, porque o portal tem lá a sua funcionalidade. A gente já tinha exposto, desde o primeiro momento, qual era o objetivo inicial do portal, de aumentar, de promover uma visão georreferenciada à sociedade, para aumentar o conhecimento da sociedade brasileira sobre as

organizações da sociedade civil. Não é um portal de controle, não é um cadastro e aqui se pensou em várias outras potencialidades, de conectividade. A gente já tinha colocado a função de articulação entre atores estratégicos, de se conhecer.

Os conselhos não só já foram pensados como um locus importante de cruzamento para que a gente entenda as organizações que têm assentos, elas realmente têm uma participação, uma incidência diferente de quem não participa de nenhum conselho de política pública, conselho de direitos. E isso a gente já pediu as bases para os secretários executivos, de ontem para hoje. A gente brinca que quando faz a pressão, as bases começam a aparecer. De ontem para hoje já chegaram várias bases. Ontem chegou a da economia solidária, a última. Já chegou dos conselhos também, já chegou de vários no e-mail. Então esses cruzamentos têm essa função de mostrar essa fotografia do cenário, a partir das referências que a gente já tratou aqui. A gente já tem um estudo importante da FASFIL, já tem um estudo importante que o IPEA já tinha realizado na área de transferências voluntárias. Mas a gente entende que precisa aprofundar mais e mais estudos e pesquisas nessa área. Foi essa a indicação do grupo de trabalho, foi esse diagnóstico que a gente teve e essa foi a função.

Então isso é para explicar um pouco que algumas das preocupações que foram colocadas aqui serão endereçadas em outro locus, não necessariamente no portal. Mas, enfim, todas as considerações que puderem ser acatadas aqui, seguramente serão. Então, já é ideia colocar a fonte de cada dado, em cada campo, a última atualização. Tem dado que vai estar atualizado mais recente, outro não. A gente sabe que as bases, de novo, têm maturidades diferentes. Algumas a gente vai conseguir fazer a alimentação automática, outras não. Então tem uma série de questões aí que depois a gente vai entrar nessa fase de maiores detalhes. Eu acho que a proposta de gestão compartilhada sempre foi uma proposta que está colocada no cenário. Então a ideia vai ser, a partir daqui, passar para depois discutir como vão ser os próximos passos. Eu acho que, basicamente, eram essas as explicações desse bloco.

A Elisa Guaraná, que é da Secretaria Nacional de Juventude, chegou aqui. E queria saber se está suficientemente contributiva essa parte da manhã, sobre o portal, para que a gente passe a uma discussão agora, que a gente combinou no início da manhã, sobre as manifestações que estão acontecendo hoje no país. E que na parte da tarde a gente vai ter ainda a apresentação do participatório, do portal da participação social, a discussão sobre as bases dos conselhos e um fechamento dos próximos passos.

## **Eduardo**

Bom dia a todos. Eu sou um entusiasta disso que a gente está assistindo acontecer no Brasil, nessas últimas semanas todas.

Embora eu já seja quase um quarentão, participei das manifestações em São Paulo. E ontem, no final do dia, eu acabei acompanhando parte da manifestação aqui em Brasília. Diferentemente da sensação que eu voltava das manifestações em São Paulo, ontem eu voltei desgostoso para o hotel que eu estou hospedado. E eu liguei, meio desabafando, para a Laís hoje, e eu achei que em um evento que a gente está discutindo sociedade civil, mobilização, ficava meio estranho a gente não falar nada sobre isso, diante do que o Brasil está vivendo. Eu não sei o que dizer, as minhas falas têm sido muito contraditórias. Eu escrevi algo no começo da semana. Mas ontem a noite eu escrevi um relato de qual foi a minha visão, que é uma visão totalmente parcial, subjetiva, amadora, do que eu vi aqui em Brasília ontem. Então é um relato curtíssimo. Como eu não sei falar, eu queria ler para vocês. E ele chama "O outro lado da indignação".

“Saí de uma reunião na Esplanada por volta das 18h30m e resolvi ver como estava a manifestação em frente ao Congresso. O espaço é enorme, mas ainda assim as pessoas ocupavam a sua maior parte. Os cartazes à mão, de quando em quando algum coro, mas a maioria estava parada, como que à espera de algo. Esse algo era a invasão do Congresso. Apenas uma minoria de malucos ousava provocar o muro de policiais. Mas a turba, apesar dos gritos de sem violência, sem vandalismo, ou vaias que surgiam esporadicamente, parecia ter uma complacência silenciosa ou inconsciente com aquilo. E isso me assustou. Não aguentei e com os olhos já ardendo pela nuvem de gás que chegava até meus olhos, conclui que não poderia permanecer ali. Saí em direção à Esplanada para notar uma enorme aglomeração em torno do Itamaraty. E o que vi deixou-me ainda mais desgostoso. Um bando que tentava invadir o prédio, para quê? A todo custo. E que em determinado momento começou a depredá-lo escancaradamente. Cones e pedras atirados contra os vidros que se estilhavam, fogo lançado em uma das salas, uma violência desmesurada contra os policiais acudados no interior do palácio. Para quê? Para quê? Para quê? Tudo muito diferente da bela manifestação que havia acompanhado em São Paulo, na segunda.

Em Brasília, na ausência de avenidas para o povo protestar, parece que restou apenas a invasão de prédios públicos. Prédios que, queremos ou não, são símbolos da democracia. Um Congresso Nacional depredado. Um Itamaraty em chamas. Podemos tolerar essas imagens que, por pouco, não se converteram em realidade há algumas horas? Voltei caminhando para o hotel. Não havia táxis ou ônibus. Pensei que tudo não passava de um episódio que dei azar em testemunhar. Mas bastou ligar a TV para ver que não. Assim como a sociedade soube reagir à noite de horror promovida pela Polícia Militar em São Paulo, há uma semana, é preciso que essa mesma sociedade reaja imediatamente com um movimento ainda mais forte de repúdio ao uso da violência ou do terror por parte de indivíduos ou grupos desprovidos de qualquer consciência política. Como manter vivo esse movimento de renascimento democrático sem deixar que ele

degringole para a barbárie? Eu não sei. Por hora, só peço a todos que nos lancemos em uma corrente pelo fim da violência. Toda violência, do Estado ou de nós. Já.”

### **Ricardo Poppi**

Eu estava até lendo um pouco hoje um texto aí da revista Fórum, e acho que eu me identifico muito com a fala do Eduardo, porque eu sou um dos que ainda, um pouquinho, mas estava muito eufórico com tudo isso que estava acontecendo. Mas ontem tomei um balde de água fria ao ter visto um pouco de longe o que aconteceu aqui em Brasília e ter comparado relatos no Brasil inteiro de uma coisa que se repetiu. Violência física contra quem portava qualquer bandeira, seja de movimentos, seja de partido. E aí, quer dizer, uma coisa já estava acontecendo, isso já era um lugar comum de todas as manifestações. E com algum tipo de análise importante, que era o rechaço a instituições de uma era que muitos ali estavam entendendo como velho. Rechaço a qualquer símbolo de poder. Então, quer dizer, ao mesmo tempo em que a bandeira do PSDB, do PT, era rechaçada, a bandeira da Globo, do SBT, da Record também era rechaçada, então é uma ojeriza a qualquer tipo de instituição que representasse poder.

E aí a gente teorizando sobre a questão da crise da representação, de como essas instituições realmente se acomodaram em um paradigma que está mudando e estamos todos, enquanto instituições, que nem barata tonta tentando entender. Mas aí, o que aconteceu ontem ficou complicado, porque foi para as vias de fato. Ainda assim, que existe uma sensação comum de rechaçar essas instituições, isso pelo menos a gente leva para o debate. Agora, quando a coisa parte para a violência, se mata qualquer possibilidade de debate. Então essa que acho que é a questão. E, para mim, em uma análise com uma leitura bem superficial... Não é o momento... Eu tenho muita dificuldade de entender, mas eu acho que a gente está vivendo uma batalha ideológica, é uma batalha ideológica em que a direita, que representa, vamos dizer, um fascismo, um rechaço ao que a gente construiu em termos de democracia, está tentando colar as suas pautas nessa manifestação que surge aí, que teve o estopim na questão do debate da cidade, a questão do transporte público, que são causas muito importantes mesmo, a gente precisa debater. E, por outro lado, a ideologia mais ligada a setores da esquerda, que entende esse debate social importante e que não pode, nesse momento, sair das ruas. Então uma das coisas aí, realmente, como o Eduardo falou, é da mesma forma que todo mundo que se colocou contra a violência policial, a gente tem que se colocar contra esse tipo de violência fascista que a gente presenciou em quase todas as manifestações no Brasil.

### **Vera Masagão**

Obrigada. Bom, acho que os dois fizeram belos depoimentos que nos ajudam a refletir. Eu queria só trazer algumas informações que eu



acabei de receber ali pela internet. Primeiro, a gente vê no UOL que as lideranças do Movimento Passe Livre anunciaram que não vão mais convocar manifestações em São Paulo. Acho que eles perceberam o que estava acontecendo. Então, fiquei extremamente orgulhosa de ver a consistência dessas meninas e meninos, que são muito jovens. Eu tive a oportunidade de assisti-los falando ao prefeito, com uma consistência, com uma clareza do que queriam e, realmente, uma promessa em termos de novas lideranças políticas para o nosso país. Então eu fiquei um pouco mais sossegada porque eles mesmos já estão sinalizando de que está havendo esse tipo de deturpação.

Vi também aí, não sei se as pessoas chegaram a ver porque eu também não sei o quão atual é isso, os movimentos sociais, grandes movimentos sociais, a CUT, MST, UNE, vários outros aí, assinam a carta dirigida à presidenta apontando um pouco esse uso das manifestações como se fossem... E que a mídia está também... Quer dizer, a mídia resolver pautar. Primeiro desceu o pau, depois resolveu pautar as manifestações, traduzindo elas como manifestações anti-Dilma, anticorrupção, e aí essa carta dos movimentos à presidenta reconhece isso, mas pede o cuidado de que, na verdade, tem uma agenda neoliberal que está se apropriando das manifestações, enfatizando esse tipo de conteúdo. Quando a gente sabe muito bem que as suas autênticas lideranças pedem, justamente, o oposto. Mas, de fato, a própria carta dos movimentos cita, por exemplo: "Dilma, somos a favor de medidas que, de fato, democratizem, ampliem o acesso ao transporte público, inclusive, mas que isso não seja feito com desoneração das empresas".

De fato, também, e aí a própria carta dos movimentos aponta, que todos temos que nos chamar à responsabilidade. Nós vamos nos chamar à responsabilidade como, enfim, atores políticos, militantes, ativistas, pessoas preocupadas aí com o sentido público das nossas ações, mas acho que o governo também tem que olhar. Quer dizer, qual é a sinalização que se dá. É sempre assim: "então vamos desonerar a empresa, vamos diminuir impostos", quer dizer, nós estamos, de fato, de um quadro que é bastante complicado. Então eu achei bacana também esse posicionamento dos movimentos, apoiando, de alguma forma denunciando esses indivíduos, que são manifestações contra a Dilma, contra o governo.

Eu acho mais grave ainda dar espaço para esse tipo de posição apolítica, que é contra partido. Também sabemos que o nosso jornalista que atua na Ação Educativa, que é um militante ligado a um grupo organizado, apanhou porque foi defender pessoas de outros partidos, inclusive, que queriam se manifestar e mostrar os seus símbolos partidários. Aí, de fato, parece que ia começar uma batalha campal entre grupos organizados de esquerda e grupos mais à direita, que pregam essa coisa completamente apolítica. Porque, de fato, a gente fica pensando que eles estão esperando que a ditadura retome. Então é isso.

Então acho que a gente, enfim, tem que deixar esse apelo para que todos tomem, tirem as lições que essa situação vem dando para a gente. Mas, principalmente, o governo. Eu acho que principalmente, não. Acho que todos nós, na mesma medida. Mas eu acho que aí todos que estão no governo também, que podem influenciar as decisões em maior ou menor medida, percebam, quer dizer, o que está significando esse bloqueio de diálogo que se colocou ou essa total adesão do governo a certas pautas aí que, enfim, de pressão, de agronegócio e das empresas. Quer dizer, que tipo de sinalização vai se dar para a sociedade, que de fato a luta é difícil, mas que esse governo está trabalhando para inverter a curva da vala e trazer ela mais para perto dos interesses da sociedade, para o sentido público e controlando um pouco os ganhos privados?

### **Elisa Guaraná**

Boa tarde, eu sou Elisa Guaraná, sou da Secretaria Nacional de Juventude. Nossa secretária Severine Macedo está o tempo todo muito em convívio com esse tema. Ela até queria vir para cá conversar um pouco, mas não teve como. E aí, conversando com a Laís, a preocupação é justamente um tema bacana para a gente, de certa maneira, pensar, que é o tema da juventude, que efetivamente aparece com muita força desde o começo desse espaço, das manifestações, do processo de mobilização, desde a primeira mobilização que o MPL puxou em São Paulo e, depois, a reação, na verdade, muito claramente veio em função da truculência da polícia, acho que isso foi muito claro, o que aconteceu num primeiro momento. O que é bastante positivo, se a gente pensar a história recente do país. Quer dizer, as pessoas irem à rua defender a possibilidade de você se manifestar é sempre bastante importante. Eu acho que é por isso que a gente se empolgou bastante com esse início.

Segunda-feira foi um ato bonito, com várias questões já colocadas ali, mas foi um ato onde as pessoas foram... Assim, Brasília, que a gente acompanhou mais de perto, efetivamente tinha um pouco o cenário que Brasília sempre carrega muito particular, Brasília não tem município, tem toda uma questão que estava muito focada no transporte, não era muito o foco que... Mas Brasília já muito em torno do tema da violência que tinha acontecido no sábado em frente ao estádio. Então eu acho que, como a gente faz para, no meio desse cenário, entender, talvez, alguns sinais importantes que vão, esperamos, para além desses cenários que a Vera colocou várias coisas importantes nessa direção? E o tema da juventude é um tema que a gente, muitas vezes, tem muitas dificuldades de avançar em termos de diálogo, de compreensão, de percepção das possibilidades que a gente tem. Você tem uma leitura muito forte na mídia da participação, ou da não participação em uma perspectiva apolítica, digamos assim, da juventude. E o que a gente tem visto em pesquisas, e que agora ficou muito claro nas ruas, é que não é bem

assim. Talvez a dificuldade seja, justamente, em uma massa grande da juventude se identificar com as formas que a gente convive há tantos anos e que a gente convive mesmo. Convive bem, até com críticas, mas convive. Os nossos modelos de representação política podem ser um tema aqui, que a gente precisa pensar.

Então, acho que todo mundo acordou hoje, ou dormiu, ou não dormiu essa noite, é bem o meu caso, preocupado com o tema central aqui, que é garantir as nossas instituições democráticas. Isso precisa estar claro, precisa ser um recado claro de todos nós, governo, sociedade civil, movimentos sociais. O que a gente entende que são os avanços que a gente precisa construir? Eu acho que é esse um bom momento para isso. A carta dos movimentos sociais é um ótimo ponto de partida, mas eu acho que muitas coisas que apareceram nas ruas... A gente separar um pouco aquela... A pergunta era assim, ao longo de todos esses dias e quem andou, acompanhou, viu, os cartazes eram assim: "Pelo Brasil, contra tudo". Tinha isso. Mas tinha saúde, educação, transporte, temas que a gente sabe que são importantes, temas que a gente sabe que são fundamentais.

Hoje eu assisti uma situação peculiar no Globo News, considerando que até então não havia muita entrevista direta da mídia, eles entrevistando o presidente do DCE da UFRJ. Para quem assistiu a cena ontem, eu sou do IFICS, da UFRJ, ver o IFCS praticamente sitiado, com as pessoas lá dentro se escondendo da polícia, porque ali foi essa a situação... Então é importante a gente entender que tem muita coisa acontecendo. Tem a polícia, que em alguns estados continua numa linha muito dura, então a gente tem um tema que é a segurança pública. Está certo que no momento em que baixou, e baixou uma preocupação do governo federal já na segunda-feira de que a polícia não pode se comportar como se comportou e isso fez a diferença, foi evidente na segunda, que fez a diferença, isso não significa que você resolve na ponta o tema da segurança pública e da humanização da relação da segurança pública. Isso é uma coisa que a gente enfrenta cotidianamente quando o tema é juventude, especialmente a juventude negra, por isso que a gente tem como nossa principal ação o enfrentamento da violência contra a juventude negra. A gente precisa trabalhar ela e pensar como trabalhar ela efetivamente.

Aproveitar esse momento e pensar o que a gente precisa construir. A gente precisa construir, talvez, novas formas de relação e interlocução de representação política. A gente precisa da reforma política. A gente precisa pensar a segurança pública. A gente precisa pensar o modelo de transporte. Essas sinalizações não se perderam por causa de ontem. A gente precisa pensar a qualidade da educação. Isso atinge, no caso, porque esse é o nosso foco, principalmente a juventude, muito, esse foi um tema muito forte nas passeatas, a gente acompanhou várias, esse era um tema muito evidenciado. Saúde, educação - mas a educação aparecia muito nessa ideia da qualidade, enquanto a saúde aparece muito o tema do acesso. Se a

gente olha para as pesquisas, boa parte do tema do acesso, o Brasil avançou muito, mas a qualidade é o tema. Então tem um lado que eu acho que a gente não devia perder nas nossas análises de segunda-feira, fazer um esforço grande aqui para a gente não ser levado pela dificuldade do que foi a noite de ontem. Eu acho que tem um ganho aí, até segunda, importante, que justamente a gente conseguiu ouvir, como sociedade civil, como governo, que a gente tem agora uma boa oportunidade para responder aquilo que estava claro na segunda, que era não um rechaço, apesar da mídia fazer muita força nessa direção, não um rechaço ao que a gente conquistou em termos, por exemplo, de estabilidade econômica.

Eu não vi uma leitura que, consistentemente, pudesse comparar o que está acontecendo aqui com o que está acontecendo na Espanha, por exemplo. São coisas completamente diferentes. Não havia isso. A inflação não era um tema nos cartazes. O tema era mais políticas públicas, o que é muito interessante para um país que viveu o neoliberalismo há bem pouco tempo. Então, tem uma série de temas importantes que estão colocados, que a gente precisa talvez, agora, cada um no seu papel, os múltiplos atores que estão envolvidos aqui, pensar como que a gente pode enfrentar isso. E aí, no caso específico, eu acho que entender que o ator primeiro que foi para a rua foi a juventude. A gente precisa começar a entender melhor como a gente vai construir um diálogo para que a política possa ser parte desse processo de construção, que a política não seja associada a algo... Quer dizer, o que eu acho que até segunda chamou muita atenção da gente? Quem estava aqui em Brasília e pode ir aqui ao ato, ver o ato de perto, uma turma muito nova. A gente está falando de uma garotada aí de dezessete, dezesseis, dezoito. A gente tem dados que mostram que a gente tem uma maioria de jovens que, efetivamente, votam e querem votar, que com dezesseis anos estão tirando o título eleitoral. E a gente está falando aí de 50, 60% dos jovens, então não é pouca coisa.

A gente não tem o rechaço dessa juventude, na minha opinião, à participação política, à nossa representação institucional, democrática. Eu acho que tem um tema forte, que a gente precisa discutir, que é transparência em relação a uma série de questões. Não é à toa que foi para o Congresso a onda de segunda-feira. Ela foi muito forte para o Congresso, é uma imagem muito mais pesada para a juventude entender. Então acho que a gente precisa pensar isso e pensar do outro lado, como que se não tivesse uma reação dessa mesma juventude que não estava envolvida no enfrentamento com os movimentos sociais e os partidos. Quem estava envolvido no enfrentamento com os movimentos sociais e os partidos é um debate muito importante que precisa ser feito, com seriedade, na minha opinião, pelas organizações e movimentos sociais: quem fez esse enfrentamento na rua ontem? Quem eram os atores? A gente viu atores bem identificados num sentido, mas a gente viu outros atores. Precisa-se entender o que está acontecendo.

O que é preocupante, o que é assustador, é que a defesa para que isso não acontecesse, não veio fácil. Teve que fazer cordão de isolamento, o MPL entrou junto em São Paulo, inclusive, fazendo cordão de isolamento junto com outros, com o pessoal que estava de vermelho, de bandeira. Então, você tem um quadro aí que a população não foi indefesa. Agora, se a gente olha as imagens, é um ataque... O que eu quero dizer é o seguinte: não é essa massa jovem que começou em um processo bacana, depois caminhou na linha de pauta mais amplas e genéricas, que é o que a gente tem visto a mídia divulgar e, em seguida, está rechaçando a participação de movimentos sociais e partidos políticos. Se a gente olha as imagens da televisão, são grupos de enfrentamento.

[Fala fora do microfone]

### **Elisa Guaraná**

Se você acompanhou o Jornal Hoje, esse é exatamente o momento que isso está acontecendo. Está acontecendo nesse momento uma reunião com essa direção. E eu não posso te dizer o que vai sair dessa reunião, obviamente. Eu não tenho essa condição. Nem poderia, porque eu não sou a Dilma, eu não estou lá em reunião. Eu estou aqui tentando analisar com vocês na condição de uma assessora, uma coordenadora da Secretaria Nacional de Juventude, é o máximo que eu posso fazer. Posso também, se vocês acharem que isso não é legal, não fazer. Qual a resposta que nós vamos dar, nós não temos. Nós estamos construindo junto com vocês, é por isso que a gente está aqui. A gente não está construindo em um palácio, separado. A gente está tentando construir junto, a gente está vendo, todo mundo aqui está fazendo esse esforço.

[Fala fora do microfone]

### **Elisa Guaraná**

Concordo plenamente, acho que esse é o núcleo do debate, concordo plenamente com você, acho que o núcleo do debate é esse.

### **Ricardo Poppi**

No geral, todas as instituições estão respondendo mal, eu diria, em termos de timing, de perceber. Mas, é isso, é um aprendizado também.

### **Carlos Ferrari**

O que mais me deixa angustiado é que nós – e aí eu falo nós, olhando para as instituições e para o próprio Estado brasileiro – acabamos, por vezes, fazendo uma leitura muito simplista e trabalhando em polos. Então, bom, até segunda-feira estava bonita, a presidenta na terça falou que o Brasil acordou diferente, fez uma fala bacana. Ontem... E aí eu acho que a gente tem que descolar três coisas: primeiro o

aspecto da violência, do vandalismo, isso é um ponto; o outro é a polaridade entre um olhar político e apolítico, que esse, para mim, é, inclusive, mais grave; e um terceiro é a leitura que se faz. Porque é muito simplista eu dizer: "bom, esse pessoal que está dizendo não aos movimentos sociais, não às forças mais progressistas desse país são reacionários, são de direita, estão com a pauta da direita colada". Será que é só assim? Fica fácil ficar dizendo, e a gente fica com esse discursinho da década de 80 ainda. Não está comigo, é reaçã. A gente não sacou ainda que tem um negócio diferente, que pode ser produto de uma mobilização acéfala, que pode ser produto de uma falta de resposta, como disse o companheiro aqui, do próprio Estado brasileiro, onde nós, que estamos à frente de movimentos mais progressistas e que tem uma leitura... Então, quando discorda ou quando se vira contra a gente, a gente bota um rótulo dizendo que tem uma força invisível, liderando o movimento reacionário e a gente encontra todas as nossas respostas, encontramos o nosso inimigo. Aí ficou fácil demais. Eu acho que a nossa leitura precisa ser um pouco mais profunda. O debate desse país hoje é o seguinte: a gente precisa resgatar uma linguagem que mostre para esses jovens que estão na rua que é possível se fazer política, sim. E que é por meio da política que nós vamos alcançar essas pautas. Independente de ter uma orientação mais à direita, ou mais ao centro. Esse é o debate. Se a gente ficar tentando encontrar o inimigo, eu acho que nós vamos ficar dando cabeçada.

## **Jorge**

Eu acho que eu concordo com boa parte do que o Ferrari falou, e já que se está falando em despolitização, eu acho que a despolitização maior vem do próprio sistema político brasileiro. Quer dizer, é muito preocupante essa coisa do vandalismo. Eu já fiquei chocado com a destruição dos vidros da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Eu sou bem velho, dou importância para essas coisas, tipo: "vamos destruir o Itamaraty"; isso mexe muito comigo. Agora, é impressionante a incapacidade dos partidos políticos lidarem com uma situação dessa gravidade. Muitas das manifestações, das coisas que os participantes dessas manifestações declaram, como eu vi hoje uma moça lá de Uberlândia, muito bem articulada, criticando o modelo de desenvolvimento excludente. Então, quer dizer, há certa unanimidade do governo federal, governos estaduais em imposição dessas grandes obras, de toda essa política sobre a Copa, com remoções, com tudo mais, quer dizer, e no estado do Rio, então, é uma oligarquia, porque é Estado, é município. Nem o PT pode ousar apresentar candidato próprio, porque isso rompe a sacrossanta aliança PT-PMDB. Então, realmente, quais são os canais políticos para as pessoas acharem que podem transformar as relações de poder no país? Não pode. Está tudo engessado, dominado. Então tinha de dar nisso. Tinha de dar na rejeição ao partido, ao sistema político. Eu acho que esse que é o drama. Porque, também, mais assustador que haver

essas manifestações de barbárie, é haver uma espécie de autismo dos partidos e das instituições.

### **Paulo Haus**

Gente, eu estive na manifestação do Rio de Janeiro que depredou o ALERJ, eu fui testemunha de algumas coisas. Eu acho que a gente corre graves riscos de tentar olhar para nós mesmos, ver a história pela bunda, entende? E começar, porque está nos nossos parâmetros tradicionais, simplificar aquilo que... Eu concordo com o que o colega falou, aquilo que não está acontecendo. Tentar simplificar uma leitura do que não está acontecendo. Não existe, a natureza odeia o vácuo e a política também. Para esse espaço, esse espaço não é um espaço para a política, esse espaço é um espaço político, ele foi ocupado. Ou não tinha gente lá e devia ter, ou alguém que estava lá e foi expulso. Não tem duas conversas.

O que eu vi na manifestação do Rio, e eu devo dizer, foram poucas bandeiras de partidos nessa que estavam sendo, mais ou menos, toleradas, poucas. De dois partidos de esquerda e de um movimento que se diz movimento estudantil, ou juvenil, ligado a outro partido, todos os três disputam a UNE. Com poucas bandeiras, no centro da ALERJ, e de lá eu vi sair, pode ser uma coincidência, mas de lá eu vi sair os rojões que foram fazer a dança mexicana dos guardas no Palácio da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A responsabilidade desse pessoal que atçou fogo no Rio de Janeiro, e depois eles não puderam controlar e saíram correndo com suas bandeiras, é que vai resultar nessa quebradeira que está aí. Tem que deixar de ter miopia. Esse espaço que não estava ocupando antes, que "oportunisticamente" tentou ser ocupado por esse pessoal com radicalização no movimento, muitas vezes foi o que gerou o que está acontecendo agora. Ninguém nasce sabendo, as pessoas aprendem. Participei de manifestações, de um milhão delas. Já enfrentei polícia e nunca vi um negócio igual. Então, olha, não dá para reduzir esse treco, não. Não existe vácuo em política. Ocupou-se um espaço que estava vazio, estou com o resto. Cadê a manifestação do pessoal? Cadê a gente falando:"vocês estão fazendo política igual"?

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Bom, a ideia de fazer esse debate aqui era justamente a gente refletir um pouco e até cada um trazer suas visões e suas críticas, porque, na verdade, a gente está vivendo um momento histórico que há muito não existia, e que até na segunda-feira todo mundo era manifestante, na terça todo mundo era sociólogo, analista, enfim, então a gente vê aí diversas críticas e análises sobre a mesma situação. Mas o que está acontecendo hoje é uma coisa um pouco sem precedentes, uma soma de diversas histórias, de diversos acúmulos, de diversas insatisfações e o governo tem, sim, que dar respostas. Assim como a gente, enquanto cidadãos, também temos que buscar nossas próprias respostas.

Acho que tem muita gente hoje... Até a ausência do Diogo aqui ontem, expliquei para vocês, da Secretaria-Geral, a direção da Secretaria-Geral está totalmente tomada com todas essas demandas. Justamente buscando a resposta concreta para as reações concretas que precisam ser tomadas, para além do movimento mais difuso que está colocado. Acho que é um momento que todo mundo precisa ficar atento e é por isso que a gente não quis deixar passar o dia hoje como se não estivesse acontecendo nada lá fora. Tem uma perplexidade colocada, uma coisa que está difícil até de arriscar análises. Mas acho que o que já foi colocado aqui é bastante expressivo e significativo.

Eu quis chamar a Elisa também, que tem esse olhar da juventude. Tem uma pesquisa grande que eles fizeram agora, que está para ser lançada, que é uma pesquisa sobre a juventude brasileira. Acho que um dado que me chamou atenção - Elisa, eu não sei se você quer comentar da pesquisa - era que nas respostas sobre o que mais preocupa a juventude brasileira - me corrija se eu estiver errada, não sei se vou lembrar exatamente do dado - hoje seria educação, saúde, tinha lá uma desigualdade social, tinha uma lista de respostas espontâneas, que era muito diferente da lista de respostas induzidas. Então, por exemplo, a corrupção sai em primeiro lugar na resposta induzida e não aparece na resposta espontânea. Então a gente tem aí muitas reflexões a fazer sobre o mesmo tema.

### **Daniel Rech**

Bom, primeiro eu queria pedir desculpa pela interrupção que cometi ao intervir na fala da companheira. Desculpa, mas nós da sociedade civil estamos vivendo um processo que é um processo bastante parecido e sobre o qual a gente pediu ontem e volta a pedir hoje, que nós desejamos conversar. Ou seja, as organizações da sociedade civil são um mundo à parte, inserido na realidade brasileira. Vem desenvolvendo um papel fundamental e tem recebido uma resposta permanentemente adversa, seja do Estado em geral, seja do governo em particular. Começou pela criminalização dos movimentos sociais, com a instituição de CPIs no Parlamento contra as iniciativas sociais, por uma série de fatores, mas, principalmente, os fatores fundamentais são o fato da militância política, das organizações sociais e da necessidade de tirar dinheiro historicamente destinado para a corrupção para o trabalho social, coisa que governantes e políticos e empresários não vão aceitar nunca.

Por quê? Porque o recurso público destinado para a área social sempre foi para o bolso de um pequeno grupo de pessoas. Então a criminalização tem destino certo: inviabilizar que seja democratizado o acesso aos recursos. E, além disso, o governo acena que vai regular, finalmente, essa relação estado-sociedade e nos vem enrolando permanentemente desde o ano passado, agora completando um ano de *enrolation*, mesmo com uma carta da presidente Dilma dizendo que iria desenvolver iniciativas nessa



direção. Ou seja, nós dos movimentos sociais, estamos sofrendo na carne, diretamente, uma política adversa desse governo. Que, rapidamente, em cinco minutos, beneficia empresas, beneficia empresários, apoia... Olha, minha gente, obra de infraestrutura. Primeira obra de infraestrutura é hospitais e escolas. Mas aqui nesse país obra de infraestrutura é estádio, portos e não sei mais o que, para beneficiar empresário e não a sociedade em geral. Então, nós vivemos na carne permanentemente isso.

E agora sim, a sociedade, esses grupos da sociedade estão reagindo, estão demonstrando aquilo que nós silenciosamente aguentamos esse tempo todo na expectativa de que nós não queremos favorecer a direita e nós queremos que se continue um projeto de esquerda para esse país. Mas me parece que chegou o momento do basta também nesse sentido. Esse governo está demonstrando que é inimigo dos trabalhadores. Esse governo está demonstrando que só se interessa em apoiar empresário e grande empresário. Porque até o pequeno empresário sofre as consequências de não poder insistir por causa de uma estrutura tributária que onera o pequeno e só beneficia o grande. Essa política está sendo assumida por esse governo do PT. Então isso está presente na nossa realidade. Ou esse governo reage a isso, muda isso, ou se não isso, realmente, leva a uma insatisfação geral.

Eu, pessoalmente, acho, analisando aqui a política do Distrito Federal, que se eu puder trabalhar contra a eleição de um governo do PT na próxima eleição, eu farei isso. Por quê? Porque a resposta que esse governo deu à sociedade é uma resposta estúpida. Tem escolas caindo aos pedaços. A população não é atendida nos hospitais. É um desastre a saúde no Distrito Federal. Hoje, quem quer ser atendido, ou é senador e tem uma estrutura no senado, ou é da estrutura do governo, porque aí tem uma estrutura própria, ou senão vai para outro lugar. Essa é a resposta que vocês estão dando à sociedade. E essa resposta que vocês estão dando às organizações da sociedade civil, nos enrolando desde junho do ano passado, dizendo: "ah sim, vai, não vai, quem sabe, nós vamos assinar um decreto, nós vamos assinar isso, etc. e tal, que bom". Eu lamento pelo pessoal da Secretaria-Geral, a quem tenho a maior simpatia. Lamento pelo Ministro Gilberto Carvalho, que não consegue falar com a presidente Dilma desde junho do ano passado a respeito dessa bendita lei que regula a relação Estado-sociedade. Não é possível. Eu quero manifestar minha solidariedade ao Ministro Gilberto e a vocês da Secretaria-Geral que têm se empenhado tanto nesse debate, nessa discussão e não conseguem absolutamente nada dentro desse governo. E, ao contrário, é só o Eike Batista dar um arrote que a presidente sai correndo... Desculpe. Também nem tanto, não é?

Desculpe esse desabafo, desculpe ter interrompido antes a fala da companheira, desculpe trazer ao debate essa questão tão candente para nós. Nós não temos resposta. Nós somos exemplo vivo disso que

está acontecendo. E aí nós estranhamos que a sociedade reaja? Não é de estranhar. Nós mesmos, da sociedade civil, já estamos mais do que na hora de chutar o pau da barraca. Tivemos paciência até demais. Obrigado.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Eu queria aproveitar a sua fala, que já é uma provocação recorrente sobre a atualização da agenda do marco regulatório das organizações, até porque aqui tem pessoas que provavelmente não sabem do que você está falando. Eu acho que ontem eu comentei com vocês que o relatório do grupo de trabalho está dentro do *pendrive* e que as pessoas que não tiveram a oportunidade de participar anteriormente teriam ali um bom relato, sistematizado, apesar de resumido, um pouco do que foram essas discussões.

Então, para contextualizar um pouco esse histórico: a plataforma para um novo marco regulatório, que é esse coletivo de organizações, de redes e de movimentos em diálogo com os candidatos à presidência, na época, obteve da presidenta Dilma um compromisso de constituir um grupo de trabalho que elaborasse propostas no prazo de um ano para o aperfeiçoamento do ambiente institucional e regulatório, onde estão inseridas as organizações da sociedade civil. Durante o ano de 2011, começaram-se os diálogos para o cumprimento desse compromisso e o grupo de trabalho foi instituído pelo decreto 7568, de 2011, com início das atividades a partir de um seminário internacional, que ajudou a criar um plano de ação. A ideia era ali elaborar diversas propostas dentro do cenário, para chegar a esse objetivo da melhora, do aperfeiçoamento do ambiente institucional e regulatório, onde estavam inseridas as organizações. Ali se desenhou uma série de propostas que representam uma demanda represada das organizações da sociedade civil, de entraves jurídicos e institucionais que estão colocados dentro do cenário.

A gente agrupou essas propostas em três eixos, três blocos de tema: o primeiro deles é a contratualização, essa relação entre o Estado e as organizações da sociedade civil; o segundo bloco é relacionado ao financiamento das organizações da sociedade civil; e o terceiro às questões referentes à certificação das organizações. E aí, dentro do cenário, a decisão, por mais que a gente esteja falando de 3% das organizações apenas que parcerizam com o Estado, a gente sabe o quanto essa questão do repasse de recursos públicos é uma bomba explosiva e corrobora o processo de criminalização das organizações e dos movimentos sociais. Então, se tomou a decisão de priorizar o tema da contratualização, além de se entender que é preciso também enfrentar as outras agendas de financiamento e de certificação, referente às organizações da sociedade civil.

O grupo de trabalho desceu para além do diagnóstico em minutas concretas, se desenhou um projeto de lei. Esse anteprojeto cria uma nova forma de relação entre o Estado e as organizações da sociedade

civil, que é um termo de fomento e colaboração. E aí busca soluções para diversos problemas que estão colocados no cenário, hoje, dessa relação de parceria entre as organizações da sociedade civil, tendo como diagnóstico macro, em resumo, que os convênios não atendem à necessidade desse repasse de recursos da forma como hoje está colocada, pela ausência de regras específicas que visibilizem as peculiaridades das entidades privadas sem fins lucrativos. Eles foram criados para descentralização administrativa, de execução de políticas públicas e repasses de recursos entre entes federados. E quando eles são utilizados para essa relação com as organizações da sociedade civil, eles fatalmente induzem a erro e acabam causando interpretações adversas, analogias indevidas, por conta de ser o mandatário do recurso público uma organização da sociedade civil e não uma prefeitura ou um estado e isso gera uma série de problemas notadamente no diagnóstico, a gente tem um grande problema sobre a remuneração de pessoas, a remuneração da equipe de trabalho, porque há um dispositivo que proíbe repasse de recursos da União para Estados e municípios, para pagar servidores públicos. O que não há, da mesma forma, as pessoas que trabalham nas organizações não são servidores públicos, então essa mesma vedação não se aplica às organizações da sociedade civil. Mas há uma série de interpretações, não vou entrar tanto nas minúcias desse caso, mas esse é um ponto que tem uma lacuna que a gente precisava resolver de forma clara, permitindo, dando essa autorização com os limites que são necessários, isso foi um desenho proposto pelo grupo de trabalho. Esse tema, de tão nevrálgico que se considerou, se fez uma minuta de decreto que antecipasse os resultados.

Para além do projeto de lei e da minuta de decreto, identificou que há uma necessidade de melhorar a transparência no orçamento público, quando a gente fala da modalidade cinquenta, que é a modalidade onde se transmite, onde se consegue identificar o recurso que vai para entidades privadas sem fins lucrativos. Nas entidades privadas sem fins lucrativos estão também os sistema S, os partidos políticos, e aquele número nunca é o número que a gente realmente consegue entender o repasse de recursos públicos para as organizações da sociedade civil. Nas conversas com a Secretaria de Orçamento Federal, a ideia não seria de mudar a modalidade cinquenta, tem uma série de complicações em relação a isso. E essa pesquisa, por exemplo, também busca construir outros números que a gente tem também construído junto com o Ministério do Planejamento, por meio do SICONV, para além do que está colocado no número macro do Siga Brasil, Orçamento Brasil, etc.

Então a gente tem uma dificuldade de dar clareza a essa agenda também, essa pauta do orçamento público. E ali também se desenhou a necessidade de uniformizar entendimentos, de utilizar mais a comissão gestora do SICONV e o colégio de procuradores da AGU para que não possa mais haver o que há muito ainda, que é esses... Enfim, o entendimento diverso de várias consultorias

jurídicas, de diversos Ministérios. Há uma necessidade de esforço e a ouvidoria geral da União é um importante canal para que isso aconteça, apesar de que isso ainda, essa estrutura institucional ainda precisa ser, enfim, melhor utilizada. Isso foi um diagnóstico do grupo de trabalho, que essa uniformização de entendimentos precisa acontecer com mais frequência e a gente precisa identificar mais casos onde isso aconteça para levar à uniformidade e não necessariamente nos casos concretos.

E os últimos dois produtos dessa agenda de contratualização foram relacionados a estudos e pesquisas e capacitação. E o que a gente está fazendo em relação a isso é, na capacitação, desenvolvendo um programa de formação permanente junto com as ESAF, a Escola Superior de Administração Fazendária, que seja uma das chaves dessa agenda de formação, tem que ser numa convivência comum entre gestores públicos e membros das organizações da sociedade civil, para que essa relação de convivência desmistifique uma série de questões que estão colocadas entre as pessoas que não se conversam e, enfim, a gente consiga prover formação para essa área, tanto para um lado quanto para o outro. E de estudos e pesquisas, aqui a gente está, justamente, executando, implementando algo que foi diagnóstico lá.

Mas o que se está apontando aqui, na dimensão normativa, eu queria chamar atenção também que a gente fez o processo da participação social na LDO esse ano, acho que o Daniel participou bastante também, entre outras pessoas, e o resultado já desses acúmulos, a gente produziu uma nota técnica, incidiu junto da LDO esse ano e conseguiu, por exemplo, retirar três coisas que estavam colocadas e que são entraves e obstáculos a esse processo de parceria. Na ausência de uma legislação específica, a LDO acaba ficando bastante carregada de novas regras, cada vez que se quer, enfim, colocar alguma coisa sobre o cenário, é anualmente negociado na lei de diretrizes orçamentárias, mais um obstáculo referente ao repasse de recursos públicos. Então tem esse diálogo também, que está muito ligado ao Congresso.

Essas três coisas foram coisas bastante pontuais, mas que eu acho que são significativas por conta dos acúmulos de como que isso vai, com o passar do tempo, se firmando como entendimento necessário. Por exemplo, a questão da capacidade operacional, que é um problema nevrálgico: como é que você comprova a capacidade operacional das organizações? A LDO dizia que para comprovar a capacidade operacional, precisava informar o número de profissionais existentes nas organizações. Informar o número de profissionais existentes nas organizações é diretamente ligado à questão da remuneração de pessoas, é diretamente ligado à necessidade de você ter uma estrutura prévia, que seja a contratação de uma equipe inicial antes de fazer o projeto, que não é a lógica das organizações. As organizações trabalham por projetos e elas vão contratando na

medida em que o projeto será realizado e que há financiamento para aquela ação. Então isso, por exemplo, consegui retirar da lei de diretrizes orçamentárias a partir desse acúmulo do trabalho. É uma vitória que, obviamente, dentro de um cenário tão complexo, parece uma vitória pequena, mas é uma coisa que é um tijolo que vai sedimentando nessa mesma linha.

Assim como tirar a exigência de comparação com entes federados. Isso tinha uma previsão específica, para parceria na área de vulnerabilidade social. Você precisava demonstrar que a entidade era melhor que o ente federado, para fazer aquela determinada parceria. Além de tirar previsão de três autoridades locais para comprovar atividade da organização, que também é uma coisa já super obsoleta, que vem da utilidade pública e que são coisas que, na medida em que não há incidência diretamente na LDO, vem com carga muito forte e se consolida e vira regra dentro da administração pública. Além da retirada do impedimento de acesso de recursos de capital e de contribuição corrente para as entidades que atuam na área de educação, saúde e assistência, que era proibido até então. Então, assim, para a gente da Secretaria-Geral, essa foi uma grande vitória, conseguir alterar a LDO e retirar esses pontos.

A minuta está no Congresso, então, obviamente precisa de um olhar e de um monitoramento para garantir e tentar avançar em outras mudanças que são necessárias, que advém dessa mesma agenda. E acho que essa já é uma mudança normativa concreta que, ao ser efetivada ali, é de bastante importância. O projeto de lei, nesse momento, da forma como ele está, ele foi entregue à presidenta, que ainda não nos deu uma resposta. Ela pediu que tivesse mais prazo para analisar, ela quer ver isso pessoalmente e, em paralelo, o Congresso tem sua vida própria. O Congresso tem dois processos legislativos importantes em relação a essa agenda.

Um deles é o PLS 649, de 2011, que está no Senado. Ele é de autoria do Aloísio Nunes, do PSDB de São Paulo, e hoje ele está sob relatoria do senador Rolemberg, do PSB de Brasília. O senador Rolemberg já fez duas audiências públicas: uma no final do ano passado, em novembro, e outra agora, no final de abril, começo de maio, sendo essa última um seminário com mais vagar e mais possibilidade de escuta, e com subsídios do grupo de trabalho também, ele deve, segundo ele relatou nessa última audiência pública para todos, apresentar um substitutivo que dialogue com o trabalho que foi desenvolvido pelo grupo.

Na Câmara dos Deputados também há outro projeto de lei, o 3877, de 2004, que é fruto da CPI das ONGs, ele tem uma série de anexos, tem uma complexidade um pouco maior, mas ele tem um substitutivo também apresentado, dialogando com os resultados do grupo de trabalho, que foi o substitutivo apresentado pelo deputado Eduardo Barbosa, do PSDB de Minas Gerais. O deputado Eduardo Barbosa apresentou uma proposta de um termo de fomento e colaboração e

esse projeto é mais principiológico, ele não traz tantas questões relacionadas à gestão, como foi o trabalho do grupo, mas ele já avança numa direção muito parecida do que foi apontado pelo grupo de trabalho. E ele também está tramitando na Câmara dos Deputados, já passou na comissão da seguridade social e agora ele está na comissão de finanças e tributação.

Então essa é uma agenda que dentro do Congresso tem esses dois lócus mais importantes, para além de outros projetos de lei. E dentro do Executivo existe todo esse projeto de tramitação interna que vocês estão super certos de pressionar. Enfim, o que eu posso atualizar de vocês é que dentro da Secretaria-Geral a gente não descansa em relação a isso, a gente leva as outras agendas em paralelo, porque a mudança dessa relação entre Estado e organizações da sociedade civil não depende só de uma legislação. A legislação é bastante importante, a dimensão normativa, mas tem uma série de outras questões estruturais que precisam se mexer e, para isso, um dos resultados dessa pesquisa também é que a gente possa ter questões bem assertivas para conversar depois, para alteração. No SICONV a gente sempre fala de uma interface própria para as organizações da sociedade civil, obviamente, que o SICONV tem um planejamento junto com o SERPRO, mas precisa desenhar essa interface própria, independentemente se é com um novo instrumento de contratualização ou com os instrumentos vigentes, já poderia ter uma série de tutoriais, que já ajudaria bastante a maior compreensão da agenda. Então, a gente tem desafios de diversas naturezas. Isso focando na agenda de contratualização.

Sobre financiamento, a gente fez um diálogo intersetorial, que foi o primeiro, a gente realizou esse ano, começou com essa metodologia de tentar sempre colocar governo e sociedade civil para conversar, para dialogar sobre os temas que para a gente são importantes de avançar. A gente conversou ali em março sobre cultura de doações, a gente conversou sobre incentivos fiscais, fundos públicos, cooperação internacional, economia solidária, as empresas sociais e o processo de simplificação. Para cada uma dessas coisas tem uma estratégia diferente, a gente tem uma contratação. E aí, a gente tem uma série de apoios que estamos desenvolvendo coisas nessa agenda para além dos resultados, que a gente está trabalhando internamente na Secretaria. Existe a contratação de uma equipe pelo IPEA e pelo Ministério da Justiça, pelo projeto Conhecendo o Direito, que está desenhando uma aposta de simples social, vendo toda a viabilidade de receber todas as propostas que já tinham sido feitas pela sociedade civil. A gente tem a proposta da Esquel, do Paulo Haus, tinha uma terceira do Monelo. E essas propostas todas foram entregues a essa equipe que está se aprofundando para ter algo nessa linha. A gente fez um edital também com PNUD, que dentro dessa agenda tem uma série de produtos que são relacionados a financiamento, foi uma seleção que apresentaram vários candidatos, entre eles o Eduardo Szasi, que foi o candidato selecionado. Ele está

contratado pela Secretaria-Geral, por esse processo do PNUD justamente para desenhar uma série de propostas e estudos que advém do diálogo obtido. Então, enfim, todo aquele conteúdo que a gente discutiu, ele está sendo trabalhado nesse mesmo sentido.

Existe também hoje uma discussão de uma proposta de alteração da 12.101, que é a lei que institui o certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Essa proposta está sendo liderada pela Casa Civil, junto com os Ministérios temáticos, o MDS, Saúde, Educação e, obviamente, em diálogo com a Receita Federal, com o Ministério da Fazenda, já que esse é um tema que para além da certificação também tem diretamente relação com a isenção da cota patronal. Uma proposta que já está em um nível bastante avançado e que a gente espera muito em breve poder chamar uma reunião para apresentar quais são as ideias e que provavelmente deve gerar aí bastante debate positivo, porque, na verdade, o que se buscou é solucionar os problemas que já foram identificados, mas é também uma agenda que, ao alterar lei, também passa pelo Congresso e vai requerer a atenção de todo mundo.

Nada disso é muito simples de resolver. Enfim, não tem uma governabilidade própria, mas tem uma localização de articulação política feita pela Secretaria-Geral, que tem se empenhado. Enfim, acho que isso já é de conhecimento de todos, para que isso se resolva da melhor forma possível, o mais rápido possível. Mas são atores diversos que compõem essa articulação, não é um tema exclusivo, apesar de a Secretaria-Geral ter essa missão de fazer o impulsionamento dessa agenda, isso não é um tema que está dentro exclusivamente da nossa pasta para decidir e resolver. Então eu acho que é importante colocar vocês atualizados, a par do que está acontecendo. Acho que já tinha sido solicitado isso ontem e hoje de novo, então não temos porque não falar sobre isso. Só não estava um pouco no programa. Mas que é bom que a gente vai ter mais gente mobilizada para fazer essa agenda avançar. Certo?

### **Vera Masagão**

Só dar o recado: eu queria dizer que, dada a impossibilidade da Presidenta, do Gilberto apresentar aí e a Presidenta apreciar o projeto do grupo de trabalho, ficou impossível levá-lo ao Legislativo como iniciativa do Executivo, que daria agilidade ao processo. Agora, esses dois processos, a gente sabe, conhece do Eduardo Barbosa, sabe que é bom. Ele é mais enxuto, mas é um projeto bom, que atende as nossas expectativas. Seria muito bom também, se há alguma possibilidade de que o governo faça tratativas para que o projeto seja aprovado na comissão de orçamento e finanças, que a gente sabe que é muito importante a interferência do Executivo através das suas bases partidárias, interferir a favor da aprovação desse projeto. Com relação ao do Rolemberg, ele de fato foi muito aberto, na verdade, até mais aberto ao diálogo do que o Eduardo nesse momento, porém o projeto que ele apresentou, o rascunho de substitutivo ainda ficava

muito aquém do que a gente esperava, realmente alugou muito pouco com o nosso, mas a gente tem fé, de fato, fez esse seminário. Enfim, é outra iniciativa que a gente precisa ver qual vai encaminhar mais rápido, mas que para um ou para outro, que a gente sabe de colegas que estão acostumados a fazer lobby no Congresso e acompanhar tramitação de projeto de lei, se não houver um empenho forte do Executivo, esse projeto não vai sair. Então é importante também, Laís, que vocês tenham em mente que não dá simplesmente para se descarregar dessa agenda que a gente já sabe que é principal. Esse novo modelo de contratualização é agenda principal. Não é a toa que a gente começou por ela.

## **Jorge**

Bom, dada a evidência do esforço sem esmorecimento que é feito pela Secretaria-Geral, e admiro demais o trabalho que a doutora Laís faz em relação a isso, e pelos elementos que foram dados, eu acho que fica posto seguinte: quando a Presidente Dilma diz que quer examinar melhor o projeto, obviamente, para mim, o que está em jogo é que ela tem de dialogar com os outros interlocutores do governo. Só que só a Secretaria-Geral da Presidência dialoga publicamente com as organizações da sociedade civil sobre essas questões. Eu tendo a acreditar que os setores do governo que se opõem a essas mudanças, se opõem na surdina, e aí eu tenho minhas hipóteses. Por exemplo, há poucos dias o ex-ministro Paulo Vannuchi disse que a ministra chefe da Casa Civil era totalmente alinhada com os interesses dos fazendeiros, no caso lá do Paraná, dos conflitos com os indígenas. Todo mundo sabe qual é a posição das ONGs com relação a essas questões. Então nós temos de lidar com uma poderosa oposição surda às nossas reivindicações.

Eu estou falando só para dizer o seguinte: minha sugestão para o ministro Gilberto Carvalho é que tente viabilizar um diálogo político de maior nível, quer dizer, um diálogo não técnico, mas político, que envolva outros Ministérios, que envolva a Casa Civil, que envolva a Fazenda, para a gente saber. Pelo menos em termos do compromisso democrático com a transparência, seria mais legítimo que as organizações da sociedade civil soubessem que desde 2003, quando a reivindicação de uma mudança do marco regulatório foi levado pelas ONGs ao Presidente Lula, que nós não estamos sendo enrolados desde junho de 2012, nós estamos aguardando que alguma coisa seja feita em relação a essa agenda desde setembro de 2003. Então, que pelo menos fique claro como é mais desejável em uma democracia, que se diga: "o governo, pelas forças mais majoritárias da sua base, da coligação na qual ele se apoia é contra essa mudança, porque acha que essas organizações se opõem ao seu projeto de desenvolvimento, defendem interesses que o governo não quer que prevaleça"; tudo bem, a gente saberia o terreno em que estamos pisando. Então eu acho que o que está faltando é alargar, elevar o nível do diálogo político, com relação a essa nossa agenda.



## Ademar

Vamos imaginar que nessas mobilizações que foram alvo da reflexão aqui aparecessem alguns cartazes dizendo, "queremos o marco regulatório das organizações da sociedade civil"; o que ia acontecer? Eu estou conversando isso porque entendo que uma parcela de nós com toda a paciência, e a busca das negociações internas, técnicas, jurídicas, estamos chegando ao limite disso. Nós estávamos contando, porque foi esse o compromisso de governo, tomar iniciativa, enquanto governo, de apresentar projeto de lei e que ele fosse ao Congresso e nós íamos sair pelo Brasil fazendo audiências públicas em todos os estados para defender esse projeto. Não está sendo esse caminho.

Agora, o caminho da mobilização, me parece que cada vez se torna mais necessário. E nós estamos com um débito, eu estou falando aqui dessa plenária da parte dos companheiros que estão no comitê facilitador, nós estamos com débito. A gente foi chamado no ano passado por vários momentos, de rede, de organizações sociais populares e a gente precisa dar um retorno para esse povo. Porque nós não somos outra coisa senão um grupo que se pretendeu ser mediador desse processo. E eu estou entendendo que a fala da Dilma, como o debate sobre essas mobilizações está acontecendo em vários espaços e no último foi no conselho da economia solidária, a representação de governo colocou a afirmação de público que a Dilma fez em torno dessa mobilização, valorizando a mobilização e lembrando que a gente está num outro momento, numa outra circunstância. Inclusive, que essa juventude que tem sido, de certa forma, beneficiária dos processos de formação universitária com o Prouni e coisa desse tipo. Até a valorização dela e a afirmação inequívoca de que essa mobilização é justa e aceitável nos permite dizer que é por aí que, de certa forma, a nossa Presidenta ouve o clamor dos povos. E essa garotada que está nos dando lições de como é que eles conseguem mexer minimamente no preço da passagem, está dizendo que não é só isso, eu entendo que a parte nossa também há uma necessidade de estarmos afirmando esse processo.

Eu vou voltar (ininteligível) organizações que estão na base, que sequer estão percebendo como é que elas estão sendo vítimas de um processo de criminalização de um lado e de falência das organizações históricas desse país, que ajudaram na democratização. Eu entendo que não é esse momento, não é esse o palco com que a gente tenha que tomar algumas decisões e encaminhamentos. Mas eu estou entendendo, por outro lado, até porque o nosso ministro, na composição anterior desse comitê facilitador, seis anos atrás, como chefe de gabinete da Presidência da República, depois de uma manifestação de público, de alguém de governo que foi o professor Singer, que fez um texto sobre essa questão, o nosso ministro, que até então não era ministro, teve condições de chamar chefes, as

secretarias executivas de todos os Ministérios para discutir a questão do marco regulatório. E hoje a gente está sentindo como é que está limitado naquilo que ele pode fazer no passado.

E aí o diálogo que eu estou entendendo que o Jorge está dizendo entre os parceiros de governo é uma recomendação que a gente pelo menos tenha, saiba que há esse esforço e que isso também não está sendo uma limitação no nosso ministro que no passado estava mais empoderado para esse tipo de debate. É claro que eu lembro também que seis anos atrás a única coisa que nós conseguimos puxar do governo foi o SICONV. Cadê o nosso amigo do SICONV? Não está aí. É que com toda a crítica de um seminário nacional autônomo, financiado pelo governo, mas autônomo, chegou a discutir o que o SICONV podia trazer de transparência, que é o que a gente queria, mas também com todas as dificuldades que já se antepunham naquela ocasião. Eu estou dizendo, tem história nesse processo que nos permite avançar o que for possível dentro dos limites.

E aí eu tenho que dizer, essa mobilização também nos coloca mais uma vez entre a tensão que a nossa Constituição trouxe, essa nossa Constituição assegura os mecanismos da democracia representativa e abre espaço aos mecanismos da democracia participativa. Aí a gente tem um impasse entre a cultura representativa, que acho que eu não preciso entrar aqui, e essa tentativa de avanço da cultura participativa. E na medida em que os nossos conselhos, estou falando do conselho da economia solidária, que nós discutimos isso, como eu falei semana passada, o conselho de assistência social. Parece que os conselhos (ininteligível), porque a agenda dos conselhos é a normatização dos espaços públicos para as políticas setorializadas. E nós estamos percebendo, cada vez mais, que nós que trouxemos para a constituinte o espaço da democracia participativa, dos conselhos, cada vez mais nós estamos atomizados nessas dezenas de conselhos que ficam cuidando do seu umbigo e não olham o conjunto. Isso é problema nosso, mais do que do governo.

Talvez aqui, Laís, a gente tenha que valorizar o esforço, por exemplo, que lá na Presidência da República se fez com a questão da LDO. O Daniel esteve mais presente lá, eu não tive fôlego para conseguir, naquelas duzentas organizações que aproveitaram desse espaço para mexer nas propostas da LDO, de onde a gente vai descobrir, por exemplo, tudo quanto é contingenciamento que é feito anualmente. É contingenciamento por conta do que é que eles chamam? De superávit reativo, que é por conta de pagar a dívida pública, que é por conta de pagar a dívida externa. Isso reflete no orçamento implacavelmente. E uma abertura que se deu para essa reflexão, mais uma vez, os mecanismos mais modernos, que é da internet, de se estar percebendo isso nesse pedaço. Mas acho que a valorização desse esforço inicial, que vai confirmar, eu acho que a gente está acompanhando com mais tempo para a LDO do ano que vem, vai ter mais tempo para esse debate mais participativo acontecer.

Mas eu não queria também deixar de afirmar aqui o esforço do fórum interconselhos, que a Secretaria faz e, agora, inclusive em uma proposta de um sistema nacional de participação social é bem vinda. É bem vinda porque nos permite sair das caixinhas dos espaços limitados dos conselhos de setores realizados para pensarmos um pouco a política maior. Agora, esses são os esforços no nível da busca da normatização e do que significa espaços institucionalizados do Estado. Agora, espaços institucionalizados não vão avançar se não tiver manifestação da sociedade. Nos espaços não normatizados, que é o que a garotada está fazendo aí, e eu acho que a gente tem que se inspirar um pouco nesse processo para sairmos dos acordos que a gente acha que faz com o rei, falando no ouvido do rei já não está dando mais certo, precisa falar um pouco mais para a população. Obrigado.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada Ademar, Daniel, Jorge, Vera, todo mundo que teve falas sobre esse tema. Eu acho que uma das coisas mais importantes que a gente avançou foi a criação desse espaço de diálogo, que está colocado. Queria registrar que o Ministro Gilberto Carvalho apresentou para a Presidenta, mas não houve espaço na agenda ou coisa parecida. Toda essa conversa, a construção dessa proposta foi feita com várias reuniões bilaterais entre diversos representantes dos Ministérios, mas ela subiu, a gente compactou essa minuta com os secretários executivos, fez conversas com diversas instâncias, inclusive reunião de ministros. Então o que hoje está colocado é que, realmente, isso está sob a análise da própria Presidenta da República e vocês estão livres para se manifestarem do jeito que acharem melhor para, enfim, tomarem a decisão que vocês entenderem. Nós, da nossa parte, enquanto governo, continuamos trabalhando tanto nessa perspectiva quanto em todas as outras que foram os outros combinados.

Acho que o Ademar, agora no final, traz um pouco da perspectiva das ruas, da mobilização, que foi onde a gente começou essa conversa e, enfim, levem seus cartazes sobre o marco regulatório para as ruas e se esse é o tema da mobilização, eu acho que cada um tem que levar o seu protesto. Da nossa parte, a gente está aqui abertos ao diálogo, como tivemos antes, estamos hoje e vamos continuar assim até o final. Vamos fazer um fechamento para o almoço, a gente volta.

### **21/06 - Tarde**

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Agora na parte da tarde a gente tinha previsto apresentar o portal da participação social e o participatório. O Ricardo Poppi está ali, sobre o portal da participação, e a Carla sobre o participatório, mas a gente

está entendendo que, pelo andar da carruagem, talvez fosse um pouco importante a gente retomar as discussões sobre os indicadores e o portal, e tentar abrir um pouco mais esse conteúdo para amarrar o dia de hoje. Então, obviamente que vocês vão ter a oportunidade de interagir, tanto com o portal da participação, quanto do participatório, são também projetos em construção, e apesar de ser iniciativa complementar, a gente acha que tão importante quanto também conhecer essas iniciativas e conversar sobre elas, é a gente finalizar o nosso trabalho da escuta sobre o portal. Então vocês estão de acordo? A gente pode liberar o Poppi e a Carla para a gente trabalhar a nossa agenda?

O que a gente está tentando fazer aqui é sistematizar os conteúdos, tanto em relação aos indicadores, quanto em relação ao portal. Obviamente que a gente vai fazer isso depois, com todos os relatórios. Imagino que todo mundo tenha nas opiniões também, escrito nos formulários, mas a gente quer tentar um pouco fechar um consenso maior aqui entre o grupo. E até aprofundar um pouco, provocar um pouco mais as discussões. Então vamos lá. A Aline tentou aqui, rapidamente, nos ajudar a fazer essa sistematização, e aqui, quando a gente fala que o foco no portal - acho que essa foi uma fala forte, aí tendo outras vocês vão complementando pra gente ir colocando -, mas quando a gente fala que o portal deve ter um foco no trabalho das organizações, como demonstrar o trabalho das organizações?

Outra coisa que apareceu é que a gente coloque o histórico das organizações, isso ajuda a dar uma qualidade, de origem, etc., mais para mostrar o trabalho das organizações. Uma das coisas é que a gente não quer substituir as páginas institucionais das organizações, então vai ter lá o link da página da entidade. Se eu quero saber mais sobre a Fase, eu entro no site da Fase, no site da ABONG, no site do GIFE, etc. O que é preciso carregar para esse portal, para contar a história das organizações? Se a gente está querendo dizer que, enfim, uma das possibilidades, uma das potencialidades é que esse portal valorize o trabalho das organizações, e seja mais focado nessa atuação das organizações do que em outra coisa. A gente falou de utilizar a classificação da FASFIL, das dez áreas de atuação. Mas isso como marco, isso para a gente ser metodologia comparável com outros estudos, etc. Mas no micro a gente pode colocar lá uma série de campos que a organização possa clicar, ou até autodeterminar, se preencher, colocando tags, que aí a partir deles você consegue encontrar. Então, o exemplo do Ferrari aqui, pessoas com deficiência. Eu quero saber as entidades de pessoas com deficiência, então todo

mundo que colocou a tag para si de pessoas com deficiência vai ser encontrado por essa tag, não pela classificação oriunda de nenhuma base de dados. Essa é uma possibilidade de a gente amarrar isso em termos de categorizar áreas de atuação. Tem mais alguma coisa que a gente possa fazer pra melhorar a qualidade dessa informação, de demonstrar o trabalho que essas organizações realizam?

### **Neimar**

Eu acho que é importante que essa autoclassificação, de qualquer forma, tenha uma comparabilidade com os dados da FASFIL. A gente aprende em seminários internacionais sobre o cadastro de empresas que cruzamento de fontes, diferentes fontes cadastrais, implementa qualidade. Então seria importante como contribuição. E fico pensando qual seria o papel futuro desse portal, que vocês entendem, e você falou muitas vezes que não vê, por enquanto, como cadastro. Mas, no começo, por exemplo, o cadastro central de empresas a gente não tinha percepção que ele fosse crescer tanto e gerar novos produtos. Quer dizer, a gente tem um feedback assim, essa seria uma das minhas questões: o que seria isso no futuro? Para que lado vocês passariam a tratar a qualidade dessas informações e, em um determinado momento, qualidade das fontes, ou seria, supostamente, um repositório das diferentes bases? Eu sei que você me devolveria a pergunta. A nossa percepção é que isso realmente vai deixar de ser uma fotografia e vai evoluir pra um filme, com bastantes potencialidades. E acredito assim, que a gente, lá no cadastro nacional de empresas, está à disposição de vocês para contribuir mesmo com a nossa experiência. Obrigado.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada, Neimar. O espírito é esse mesmo. Acho que até no futuro o IBGE pode assumir o cadastro nacional das entidades, nas organizações da sociedade civil, enfim. Mas, por hora, acho que o espírito é esse. Quando eu falei de ter uma classificação que seja igual à FASFIL, era justamente na linha de tornar comparável, de ter a mesma metodologia, mas tem algumas outras, enfim, mini categorias que não aparecem na FASFIL e que as organizações... Enfim, a gente até falou do exemplo das pessoas com deficiência, mas, às vezes, é uma entidade de defesa do consumidor, tem diversas categorias, mas que eu acho que a gente pode dialogar no sentido até de abrir subgrupos dentro da própria classificação, porque elas vão estar agrupadas num macro que é o mesmo.

### **Jorge**

Há uma dificuldade, há uma contradição entre as vantagens de utilizar essas categorias da FASFIL, e a apresentação da realidade da ação das organizações. Vou dar um exemplo a partir da Fase, que tem 51 anos de existência, vai fazer 52. Por razões históricas, é uma entidade que nasceu como uma entidade de assistência social. E é, até hoje, cadastrada como entidade de assistência social que atua na promoção e defesa de direitos. Tem como objetivo a luta por alternativas ao atual modelo de desenvolvimento. O desenvolvimento e a defesa de direitos, que também faz parte dos objetivos da Fase, está separado do meio ambiente, porque no nosso entendimento a questão ambiental, dentro de uma perspectiva socioambiental, é essencial para se pensar a questão do desenvolvimento. Então eu acho que só nesse exemplo mostra como essas categorias não dão conta, ou amarram, esquartejam a realidade da atuação, no caso da Fase, mas eu vejo inúmeras outras organizações que terão problemas semelhantes.

Eu acho que a sugestão do André sobre as redes é uma boa entrada, talvez, para você dar mais visibilidade ao que as organizações fazem e como elas se articulam. Porque são inúmeras as redes, por exemplo: o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, o Fórum da Amazônia Oriental, o FORMADI, em Mato Grosso... Enfim, pelas redes eu acho que você começa a resgatar, vamos dizer assim, campos de atuação, inclusive em que a sociedade civil não aparece dentro de uma lógica de fragmentação, mas sim no esforço que potencializa a atuação das organizações. Eu acho que isso também pode ser ligado com aquela coisa que o Paulo Haus falou, sobre ver as coisas também a partir da atuação em Conselhos. Que, por exemplo, eu mencionei o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, tem a articulação nacional de agrilogia, com uma incidência importante sobre a questão da segurança alimentar, isso a partir do CONSEA, eu acho que ficaria visível. Então eu acho que é a melhor maneira de visibilizar o significado da intervenção das organizações da sociedade civil, não é na lógica competitiva e individualista de dar visibilidade a cada organização, mas é de tentar resgatar um pouco o significado da intervenção coletiva desses vários segmentos de organizações.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Perfeito, Jorge. Na verdade, a ideia de fazer o cruzamento de alocar os Conselhos e Comissões Nacionais já está colocada. Essa parte da tarde era justamente para discutir isso, é uma coisa mais simples. Sobre as redes, os fóruns - porque os Conselhos a gente consegue - previamente, lista-los, e aí você escolhe se você faz parte ou não. Na

verdade, o que a gente quer fazer é pegar a base de dados de cada Conselho e já ter a informação. Agora, os demais, eu acho que tem que ser autopreenchimento, né? E aí a gente só tem que pensar em um jeito que nesse autopreenchimento se conecte com os outros. Enfim, você fala que você faz parte de uma rede, o outro fala que faz parte da mesma rede, isso tem que apresentar que é um agrupamento.

[Fala fora do microfone]

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Não, sim, sim. Tem Secretarias, coordenações, etc. Eu só estou pensando como executar, mas enfim, está registrado.

### **Vera Masagão**

Eu acho que essa coisa das redes é importante, dessas articulações, desses coletivos. No caso, por exemplo, ABONG e GIFE são redes coletivas, mas que tem os seus CNPJs, vão estar cadastradas também. Eu acho que, talvez, a maioria das redes não tem CNPJ, quer dizer, elas são só em uma secretaria de uma organização. Mas eu acho que é importante, porque, inclusive, eu acho que essa característica de ação em rede, essa coletiva, é quase constitutiva de certo campo, e é até interessante correlacionar isso, quer dizer: quais são as entidades que estão participando de Conselhos e Conferências federais, estaduais e municipais, organizações sozinhas, organizações que tem uma articulação de sociedade civil independente a qual representam nesses espaços?

Agora, eu não sei, por exemplo, no cadastro do CNPq, onde a gente cadastra produção científica, eu acho, por exemplo, você cadastra determinados autores e eles passam... Eu acho que é o nome de uma pessoa tal, eles passam a fazer parte daquele banco. Inclusive não sei se isso seria possível. A gente pode, por exemplo, até a gente tem um artigo do Alexandre Chiconé, que fez uma listagem básica de umas trinta redes, que seriam as redes onde as organizações, pelo menos essas do campo da ABONG, estão presentes, a gente poderia oferecer essas redes que vocês podem colocar num pré menu, e lógico que depois as pessoas vão completando.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

É isso mesmo. E até tem que pensar se as associativas, que é o caso da ABONG, do GIFE, é uma potencialidade de rede também, guardadas as proporções.

### **Vera Masagão**

Então, algumas redes terão CNPJ, e aí seria interessante que elas mesmas fizessem parte, porque elas não deixam de ser uma organização da sociedade civil.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

É, então, elas já entram, mas elas poderão se *linkar* com as demais.

### **Vera Masagão**

É, mas *linkar* com as suas associadas, exatamente.

[Fala fora do microfone]

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Não, isso sim, mas, por exemplo, quem vai *linkar* as associadas? A gente não tem esse dado.

### **Vera Masagão**

Não, tem que ser a própria associada, imagino.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Bom, aí vai ser um trabalho de cada uma, enfim, a ABONG...

### **Vera Masagão**

Mas ela tem que chegar a esse campo, rede, associações, e fóruns a que pertence.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Sim, exatamente.

### **Daniel Rech**

Eu levantei essa questão anteriormente, o que me preocupa é exatamente a questão do enquadramento, ou seja, o demonstrativo da atuação da entidade no âmbito do portal. Me preocupa muito a classificação, volto a repetir, isso é um fator importante. E eu observo uma novidade a respeito das áreas de atuação, que não é tão simples assim. Vou dar um exemplo: eu assessoro uma organização que trabalha com mulheres prostitutas de baixa renda. O acesso a recursos públicos, seja no âmbito da assistência social, seja no âmbito da saúde, é um acesso voltado para atendimento e encaminhamento. Bem que a entidade gostaria de fazer promoção, discutir cidadania,



discutir protagonismo, mas o órgão público não, isso aí não tem nada que ver com a gente. É atendimento e encaminhamento. Encaminhamento para hospital, para o atendimento CRAS, para não sei aonde, etc e tal. Então para poder obter o recurso público eu me enquadro como atendimento. Agora, do ponto de vista da minha relação com o público, eu queria que fosse promoção social. Há um impasse, evidente, aí. Eu não vou poder dizer...

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Eu acho que o jeito de resolver esse impasse, Daniel, que a gente está encaminhando aqui, é que as bases trazem o que institucionalmente está cadastrado. E o jeito de resolver o impasse é que a organização autodeclare aquilo que ela entende de como ela se sente.

### **Daniel Rech**

Tudo bem. Eu concordo, nesse sentido. Mas aí surge o impasse, que é o impasse atualmente em relação ao CEBAS. Por quê? Porque eu sou educação e sou assistência. Ah não, então o Ministério da Educação diz, “não é comigo”, a Assistência diz...

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Mas esse é um impasse que esse portal não vai resolver.

### **Daniel Rech**

Mas isso que eu digo... Não vai resolver, mas é um portal de informação, eu me lasco com informação. Então se eu coloco lá que eu faço promoção, o Ministério da Saúde, “não, isso não é comigo, você, aqui no portal, está dizendo que está fazendo promoção, e está fora do meu campo”. O problema é que isso está mediado por uma legislação esdrúxula, absurda, que é vinculada ao CEBAS. Eu estou citando um exemplo, esse é um típico exemplo. Uma legislação absurda que não consegue entender a realidade, que é feita no âmbito do interesse de determinado núcleo da estrutura do Estado. Então se o núcleo da estrutura do Estado não consegue entender essa diversidade, essa capacidade da atuação múltipla da entidade, fica difícil depois, num portal, porque o portal público que vai ser referencial depois nessa relação, de eu colocar as múltiplas frentes de atuação da entidade. Então isso vai ficar muito pobre, ou vai complicar a vida da entidade. Isso que eu quero levantar.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Tá bom, obrigada. Eu vou só prestar um esclarecimento, novamente, de que esse portal não se pretende ser pré-requisito para recebimento de recursos públicos, e nem é o portal onde se checa validade de certificado, não é nada disso. As bases originárias continuarão sendo bases originárias, e o valor oficial das bases originárias vão continuar lá. Aqui é outra articulação, de outra natureza, que não tem essa função. Então, aqui a gente não vai conseguir resolver problemas, mas com certeza esse portal vai descortinar problemas. E a partir dos problemas que ele vai visibilizar, a gente vai conversando e montando as estratégias de como resolver cada um desses problemas. O que você traz, não será resolvido pelo portal. Como que o portal lida com isso? Com classificações formais e com *tags* que a organização autodeclare e vá se reconhecendo, e isso vá criando outro caldo pra que a gente possa colocar todos esses debates na mesa. Certo?

### **André**

No começo, abriu com essa coisa do histórico, do quanto a gente vai colocar de informação, quanto vai vincular a outro, a *linkar* pra outras questões. A minha sensação é que o portal deveria se focar mais em trazer dados mais objetivos, comparáveis, agregáveis, apresentar a instituição naquilo que é fundamental, dar o acesso aos materiais institucionais, site, o que a organização desejar, mas não criar outro lugar que ela vai ter que manter atualizado um histórico, uma descrição. Porque os nossos sites já estão desatualizados, né? Imagina um cadastro externo. Então eu acho que eu não investiria muito nisso. E eu acho que um caminho interessante é investir nas conexões. Então isso que está colocado aí, eu acho que tem que ser pensado, pensadas soluções interessantes pra isso, até derivar disso mapas de conexão das organizações. Porque uma vez que você tem as redes, você tem as entidades, você consegue criar as visualizações que mostram essas ligações. Acho que isso pode ser interessante. E aí, de novo, a coisa das áreas, ou da taxonomia, é incompatível uma individualização total da característica da singularidade das organizações, com uma necessidade de visualizar dados agregados. Então a gente tem que fazer opções. A gente vai, necessariamente, incorrer em algum tipo de generalização ou inadequação na classificação, em função de construir um mapa mais abrangente. Essas escolhas vão ter que ser feitas, a gente não consegue as duas coisas.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Perfeito. Na verdade, a gente está discutindo aqui duas coisas. Então, o que a gente está fazendo nesse bloco, agora? A gente está recapitulando todas as discussões e tentando, a partir de falas importantes que a gente capturou, tentar aprofundar um pouco mais o como a gente conseguiria garantir as coisas que aqui foram faladas. Então aqui a gente começou falando de como garantir que o foco também possa se dar a partir do trabalho das organizações e não só a partir das questões, enfim, das bases de dados, etc, e esse é o início da nossa discussão. Essa discussão que você traz, André, já é a discussão dos indicadores, que a gente também recapitulou aqui a partir da fala do Daniel, que foi depois repetida, de que a gente tem que definir indicadores de relevância, de eficiência, de eficácia, de sustentabilidade, e foi agregado também o de acessibilidade. Não sei se faltou algum, mas, do cenário, foi aquilo que a gente capturou de marco. Sendo que, das falas aqui também, trouxeram que os indicadores devem ser mensuráveis, plausíveis, e previsíveis, e devem ter um descritor, um indicador e um parâmetro. Então os dados macros agregados, eles são esses indicadores, que é o que a gente está querendo recapitular, quais são as perguntas que a gente quer ver respondida por esses indicadores. Isso é o macro. A outra coisa é a individualização no perfil das organizações, quando a gente for enxergar as organizações. E é isso que a gente está tentando separar entre portal e indicadores. Mas tudo que vocês forem falando agora, a gente vai alocando entre uma coisa e outra, pra tentar só fazer esse fechamento amarrado.

### **Vera Masagão**

Agora, para esse portal não virar um substituto do site e ser excessivamente... Porque vai ser um grande desafio mobilizar, incentivar as entidades a preencherem esse cadastro. Isso a gente sabe por experiência própria, na ABONG, dificuldades das pessoas mandarem, é complicado. Então não pode ser muito complicado, de fato, você ter que narrar um histórico. Então eu acho, em termos de histórico da organização, a data de fundação, para mim, é suficiente. E vamos dizer, tudo bem que os indicadores são uma coisa... A ficha lá da entidade, a pagininha da entidade é outra, mas tem que dialogar, é uma iniciativa só.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Não, a gente está divulgando. Eu só estou falando que números macros não vêm das organizações individuais. Os números macros são a soma de diversos cruzamentos. Você não tem um número

macro com uma organização, né? Então você tem uma coisa que é a individualização da organização, você tem outra coisa que são as...

### **Vera Masagão**

Mas, por exemplo, como dado, lá você tem ano da fundação da entidade, você pode fazer isso tudo... Isso já está feito na FASFIL. Mas, estou dando só um exemplo. Essa ideia da comparabilidade... Porque você vai ter que restringir, não vai dar para por tudo, você ser um site da organização aí dentro desse portal, né? Então tem que ser informações enxutas, claras. E eu acho que a comparabilidade, já que é um diretório de organizações, você tem que por as informações mais passíveis de comparação, de serem coisas mais ou menos parecidas de uma para outra, se não uma vai por vinte páginas, outro... Então eu acho, um exemplo da data de fundação é isso, ela informa algo, se é uma entidade nova, velha. E é um dado que você pode trabalhar como indicador também como dado agregado, como a gente faz na FASFIL, tantas nasceram até data tal. Quer dizer, isso dá também um estudo macro, mas é uma informação relevante para a entidade individual.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Perfeito, Vera. Eu vou fazer uma pergunta aqui sobre a RAIS, que eu não tenho certeza. Na RAIS tem a data de fundação da organização? Tá. Porque se tiver o dado, a gente consegue puxar. Porque essa sua preocupação do que a entidade vai autopreencher e vai qualificar, é uma preocupação nossa também. Então o que a gente está chamando do autopreenchimento da declaração, é como ela se coloca de uma maneira melhor, como ela muda um pouco e se reconhece melhor naquele perfil. Mas o perfil, originalmente, já vai ser *plotado* com essas informações que já são públicas. Então se a gente tem a data da fundação na RAIS, eu não sei se tem ou se não tem, a gente consegue colocar. Se não a data de fundação, vai ser uma data posterior. Agora, dos grandes números, esse é o número maior e mais necessário? Porque se ele vai estar no mapa e ele pode ser utilizado como um indicador, na medida em que cada um vai poder fazer também os seus próprios indicadores pra além do que a gente vai colocar nessa primeira etapa, uma coisa não invalida a outra. É só um pouco, quais são os focos, né? Os indicadores macro, o que a gente quer ver respondido, na linha do que a gente já conversou aqui. Então, obviamente, as coisas dialogam, tanto o micro quanto o macro. É só a gente tentar priorizar.

### **Vera Masagão**

Eu acho mais realista que, mesmo na parte autopreenchida, seja na linha de *tags* que deem um pouco... Por exemplo, na tipificação do Conselho de Assistência sobre o que é entidade de defesa de direito e assessoramento, tem uma série de atividades lá que esses tipos de organizações fazem, quer dizer, eu prefiro que sejam coisas mais padronizadas do que as pessoas ficarem inserindo projetos, fica uma quase coisa ilegível. Eu acho melhor, para um diretório, você trabalhar com informação mais padronizada. Só reforçar a sugestão que o André fez. Essa ideia da *tag*, eu não sei muito como funciona, mas eu acho que são coisas boas, porque aí você vai realmente agregando, né? Criando uma classificação de uma forma mais natural.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Um exemplo de como isso funciona. A gente falou aqui das manifestações. Tem uma hashtag que chama vem pra rua. Certo? Então você vai lá, você publica, digamos, no Instagram, uma foto, você escreve esse *hashtag* de vem pra rua. Todas as fotos que disseram a mesma palavra, elas vão estar colocadas no mesmo lugar. Então é uma forma de você conseguir, diretamente, se *linkar* e se conectar com aquela intersecção, e aquela intersecção, é justamente aquilo como você se enxerga. É o exemplo das pessoas com deficiência, ou do consumidor, etc. Então a gente está falando aqui que o histórico das organizações, na verdade, pode ter um espaço para incluir alguma coisa, mas a Vera traz essa ponderação de que seja mais padronizado possível, para que eles possam também, nessa linha de diretório, poder ser comparáveis. A ideia é que isso não substitua o site das próprias organizações, que tenham suas informações institucionais, e que a gente use *tags* pra isso. Falaram também inclusão de campos de beneficiários para a gente poder entender alcance, impacto, né? Acho que isso também pode ser interessante.

Sobre o foco no portal, então, ser no trabalho das organizações, uma possibilidade de qualificar isso são as informações de redes e fóruns, que a gente pode indicar uma lista prévia e também deixar um campo pra autopreenchimento de outras possibilidades. Certo? E aí incentivar as conexões, e também nos campos de atuação a ideia é que a gente use a metodologia da FASFIL para os grandes campos, e a gente, a partir dos subgrupos, até uma sugestão do Neimar, que a gente também dialogue nesse sentido sobre a FASFIL, e que a gente pense nos outros campos mais micros que as entidades se reconheçam melhor nisso, né? Então acho que é isso. Sobre isso

alguém tem mais alguma coisa? Eu vou falar um pouco da avaliação das entidades, que foi também uma dúvida que surgiu aqui, que era bom a gente aprofundar um pouco mais.

### **Paulo Haus**

Uma proposta concreta. Porque se está avaliando aí a relação entre Estado e sociedade civil, uma relação tem duas partes, que a outra parte também conste aí. E que também conste uma avaliação da sua atuação, perguntas concretas com relação a qual o patamar, quais são os dados que eu gostaria que constasse. Foi uma proposta concreta. Que a relação do Estado para com a sociedade seja medida, inclusive com relação a seus responsáveis, sobre o ponto de vista de como eles atuam, como que eles pegam prestação de contas, quais os problemas que eles criam ao se relacionar com a sociedade civil, se há ou não há criminalização depois disso aí. Quer dizer, uma série de perguntas concretas.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Então, sobre a avaliação aqui, Paulo, a gente não tem nenhuma... Enfim, a ideia não é avaliar a relação entre Estado e sociedade civil. Até porque, 3% das organizações que estão nesse universo é quem parceiriza com o Estado. Então o que a gente está falando é do todo. E se a gente está falando do todo, a gente está dando uma possibilidade, a ideia da avaliação surgiu de uma potencialidade de controle social, de interação com o público em geral. Aí a ideia que foi colocada aqui é de uma faixa de transparência, de dizer, “olha, essa organização”; uma faixa de transparência pode ser objetivamente quanto mais campos estão preenchidos, ou não. Ou simplesmente, a gente acaba com a avaliação. Também é uma possibilidade.

[Fala fora do microfone]

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Não, porque não é o foco. O foco do portal não é a relação entre Estado e sociedade civil. O foco do portal são as organizações da sociedade civil. E aí, entre os seus relacionamentos, ela tem um relacionamento com o governo federal, assim como ela tem relacionamento com outros atores que, posteriormente, poderão ser agregados.

### **Anna Peliano**

Pois é. E eu percebi que seria, dependendo do nível da qualidade da informação, ou do nível de informação, duas ou três estrelinhas. Eu

acho isso bem complicado, porque muitas organizações não vão conseguir colocar todas as informações, mas já tem um esforço enorme de entrar e botar mesmo as informações mais simples. Mas aí elas entram e se desqualificam porque elas não botaram todas as informações. E é muito fácil para qualquer pessoa que for ver, vai ver o nível de informações, que informações ela deu ou não deu. Depois, informação tem qualidade, porque um pode preencher todos os campos com uma informação de má qualidade, e outro pode preencher pouquíssimos e até ser muito rigoroso. Então eu acho bem difícil esse negócio de botar estrela em função do nível de informações que deu. Agora, eu não sei se foi pensado nessa questão de se quer que alguém dê uma qualificação, uma coisa, que abrisse um espaço que a entidade pudesse botar depoimentos de pessoas, aí pessoas que são conhecidas e identificadas, sobre o trabalho da entidade. Que aí, por exemplo, um presidente de um Conselho da cidade faz uma avaliação, faz uma observação, que isso esteja lá. Quer dizer, é uma forma de um terceiro ver o trabalho daquela organização, mas não foi uma avaliação dela, e muito menos pela informação que ela deu, porque eu acho que isso é bem complicado. Se ela informou tudo, é vermelhinho, se ela... Depois tem uma atualização, depois atualizar isso. Eu acho que isso é uma complicação que não vale a pena.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Legal, obrigada, Ana. A ideia da avaliação das entidades que foi colocada aqui, não era esse grau de preenchimento. A ideia do grau de preenchimento surgiu aqui mesmo. Então, quero saber, alguém quer fazer alguma defesa sobre a avaliação? Porque eu já vi que tem vários contra. Tem alguém que acha que é importante? Quem propôs a avaliação, quer defender? Se for só contra, vamos esperar alguém falar a favor, que aí a gente vai... O André propôs sobre o grau de transparência sobre o preenchimento das informações.

### **Vera Masagão**

É que eu acho que Anna colocou coisas bem... Pode incentivar até um preenchimento de qualquer jeito... Assim, é só para fazer uma coisa quantitativa, eu acho que é melhor não dar tanta visibilidade, mesmo porque a pessoa que está consultando vai ver quantos campos estão preenchidos. Mas colocar isso como um sinalizador, talvez de fato incentive más práticas, né? Agora, com relação aquela das estrelinhas...

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Gente, só um esclarecimento. A estrelinha pode ser um *like* do Facebook, pode ser um curtir. Então, na verdade, a ideia inicial era um pouco de: “eu gosto dessa organização”. Tanto é que não tem o “eu não gosto”, né? Então só para ficar claro qual foi a ideia original. A ideia original foi traduzida aqui por estrela, por uma questão de que ainda não está formatado. Enfim, eu tenho dúvidas sobre essa questão, então estou trazendo aqui para o debate, por isso que até brinquei. Não, estou falando sério, estou o tempo inteiro falando sério aqui... Quem tiver defesa para fazer, também faça, e a gente vai juntando os argumentos na mesa e consensuando o que é melhor. Se for para ser uma coisa que seja para, enfim, ser pior, não vamos fazer.

### **Vera Masagão**

Eu acho que o curtir é melhor, porque as estrelas lembra essa coisa de cinema, que você avalia se o filme é ruim, mais ou menos, bom. Pode ser complicado também, pode gerar más práticas, e que eu acho que o curtir não quer nem dizer, “olha, é uma adesão”, quer dizer, é uma entidade que tem muitas pessoas que aderem, que apoiam, sem o julgamento se é bom, mais ou menos, ruim, excelente. Se for só curtir...

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Ok, perfeito. O Vitor quer falar também. Usa o microfone, Victor, por favor.

### **Vitor**

Só para não sair nesse assunto, nesse momento, que tem umas questões que eu acho que são interessantes uma ferramenta dessa ela é importante também para você conseguir captar o que as pessoas estão entendendo da organização, né? Então cria um mecanismo de comunicação com a sociedade. A ideia inicial dessas estrelas era realmente fazer essa comunicação, entender como a sociedade está entendendo a entidade. Não era para fazer uma comparação, nem nada. Era mais um mecanismo de você ter uma forma de saber o que a sociedade está pensando daquela organização, e fazer uma média disso.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Mas se é o intuito da interação, e se o curtir resolve, acho que a gente pode esquecer as estrelas e colocar o curtir no lugar.

### **Daniel Rech**



Bom, eu, sinceramente, não entendi essa história de estrelas. Eu me lembrei da classificação da EMBRATUR, quatro estrelas, cinco estrelas, duas estrelas. Mas não era isso. É sobre a avaliação. A mim, me parece que é um tema fundamental, o tema da avaliação. Mas a avaliação tem como referencial dois elementos que me parecem que deveriam estar presentes. Primeiro elemento é que a avaliação foca em resultados. E eu volto ao tema que eu já abordei anteriormente, e abordei quando falei de indicadores, de que o foco principal é o que está sendo alcançado pela atuação das entidades. Então esses resultados, efeitos, ou impactos, chama-se como se chame, esse é o foco da avaliação.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

E qual a sua sugestão? Como você acha que a gente pode mensurar os resultados?

### **Daniel Rech**

Bom, pelo menos que seja colocado lá, se for colocado alguma coisa, em relação aquilo que foi mudado, as mudanças alcançadas, os impactos alcançados pela ação da entidade na realidade onde ela atua.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Perfeito. Isso tem alguma potencialidade de dado, ou isso é autopreenchimento?

### **Daniel Rech**

Isso vai ser autopreenchimento. A não ser que, eventualmente possa... Esse negócio de depoimento de pessoas conhecidas, eu fico um pouquinho preocupado. Eu preferiria depoimento das pessoas beneficiadas.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Seria operacionalizar uma pesquisa de satisfação junto aos beneficiários.

### **Daniel Rech**

É, satisfação, ou manifestação, ou depoimento, alguma coisa. Eu acharia isso legal. Mas, a mim, me parece fundamental que eu destaque, em relação a avaliação da entidade, é um ponto importante de aparecer em um conjunto de informações relacionadas a entidade.

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Tá. Vamos só explorar um pouquinho mais isso, a Anna quer falar ali, mas só um pouquinho mais aqui. Se a gente está falando de avaliar com o foco nos resultados, isso é autopreenchimento, não é uma avaliação automática. Tem que ter alguém que faça o aceite desta avaliação, né? Aí já é outro processo de avaliação. Aqui a gente está tentando criar coisas que possam ser feitas com clique no sistema. Existe a necessidade de processos avaliativos, mas não sei se a gente resolve com isso. Mas importante, porque a gente *plota* informação, e outros podem desenvolver outros estudos e outras pesquisas, e outras avaliações, a partir das informações que são ali colocadas. Mas o portal não consegue gerar uma avaliação automática, se for dessa maneira, tá? Se tiver mais alguma ideia nesse sentido.

### **Alex**

Essa parte da avaliação, eu acho que o ideal seria ter todos os projetos, cadastrar no sistema os resultados, população beneficiária, a população poder se *logar* e cadastrar, inclusive fazer sugestões, elogios, críticas. Então tem um *feedback* dos beneficiários. Esse é um sonho, mas acho que a gente tem que partir de algo que dê para realizar agora. A questão das estrelinhas ou do *like* é algo bem simples e acho que vai na linha do que ele falou de manhã, de ter algo mais fã, ter algo não tão quadrado, ter participação das pessoas. Se tirar a avaliação, eu acho que tira a interatividade das pessoas que querem entrar e ver o que a organização está fazendo e poder falar “isso é legal”, “isso não é legal”, só, e a gente já limitou ao “isso é legal”, “isso não é legal”, ele não vai nem poder escrever um texto, fazer qualquer coisa.

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Ah, tinha essa história. Porque, a princípio, se fosse pela lógica do Facebook, você podia fazer que é legal ou não é legal, e deixar comentários. Aí a questão é a jardinagem dos comentários, porque...

### **Alex**

Teria que ter uma mediação.

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Você coloca comentários positivos, todo mundo gosta, você coloca comentários agressivos e ruins... Foi essa a discussão. E daí fica isso em pauta também. Na verdade, na dúvida, a gente achou melhor não ter os comentários, para evitar essa jardinagem de comentários. Mas,

enfim, fica aberto e pode falar o que quiser, pode xingar. Fica meio complicado, né?

**Alex**

E quanto aos resultados, que eu acho ótimo, teria que a entidade cadastrar cada projeto, qual resultado esperado de cada projeto, para daí as pessoas poderem opinar sobre se atingiu ou não atingiu o resultado de cada projeto, né? Não é como todo. Ah, isso fica muito complexo. É muito difícil.

**Anna Peliano**

Eu fico com pena dessas organizações, porque...

**Alex**

Não vão conseguir.

**Anna Peliano**

Não vão conseguir fazer.

**Alex**

Essa foi a nossa avaliação.

**Anna Peliano**

Avaliação de impacto. E, às vezes, uma organização pode fazer um excelente projeto, por exemplo, até de qualificação profissional, e o impacto seria o que melhorou na vida das pessoas depois que inseriram no mercado de trabalho. Tem uma crise no mercado de trabalho, ela não se insere, ou se insere de uma forma precária, e a culpa fica do projeto de qualificação, porque impacto... É difícil, não pode ser autoavaliado, tem que ter uma validade externa pra ter credibilidade. Às vezes, o potencial de mudar mesmo a vida da pessoa extrapola muito cada um desses projetos. O que eu acho que talvez a gente devia pensar são em produtos. Quer dizer: quantas pessoas foram qualificadas? Nem isso hoje se tem. Índices objetivos. Quantas pessoas foram qualificadas? Assim, no máximo assim, fez um reforço escolar? Reduziu a taxa de repetência? Reduziu evasão escolar? Vai até aí. Mas, por exemplo, impacto teria que ser o que mudou na vida dessas pessoas, quando a gente está falando de avaliação de impacto. Então eu acho que devia ser um pouco menos, vamos dizer assim, menos. Vamos avaliar, ver produtos, que serviços foram prestados, que produtos foram oferecidos, algum indicador de qualidade desse produto. Só porque senão vai ficar muito difícil. Já é

difícil para essas organizações entrarem, aí se ela entra e ela não bota avaliação do projeto dela, já está incompleta na sua informação.

Eu fico me perguntando quem vai entrar nisso espontaneamente, porque isso vai ser muito criticado. Outra coisa que eu perdi aqui, desculpa, mas que me preocupa um pouco, é a famosa sustentabilidade. Porque essa coisa de sustentabilidade, quer dizer, tem muitas entidades que prestam serviços que são absolutamente gratuitos, e sem fins lucrativos, e que não vão ter retorno daquelas atividades. Algumas podem, outras não. Então fica valorizando essa sustentabilidade, às vezes, eu vejo até projeto de empresa, a empresa financia uma organização mas quer que o projeto tenha começo, meio e fim, e que essa organização prove que ela vai ser sustentável. Isso significa que amanhã ela tem que pedir a terceiros, porque ela não vai recuperar esse recurso com serviços prestados. Então a gente tem que ver se a gente quer valorizar isso tanto. E aí ficam, como disseram aqui, 80% do tempo buscando recursos. Hoje, captar recurso virou uma atividade espendiosa para as organizações, é um tempo enorme buscando financiamento, e ela tem que provar que ela tem que “n” financiamentos. Isso tudo ela ainda tem que mostrar na hora que ela se apresenta ao público. Eu acho que a gente tem que simplificar a vida para trazer mais gente, trazer adesão, trazer as organizações, mostrar o que fazem. Mas uma coisa mais *light*, não só na forma, que eu concordo que tem que ser *light* na forma, mas pelo menos vamos começar mais simples. Eu não sei, eu fico pensando. Porque senão, vai ficar muito difícil para essas organizações entrarem e preencherem. Uma opinião.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada. Acho que aqui, com a história do *like* a gente já resolve uma série de questões que foram colocadas. E a pesquisa junto aos beneficiários, ela é bem interessante. A gente só tem que pensar que ela é a mesma lógica dos comentários, né? Enfim, os beneficiários podem falar bem, mas eles também podem falar mal, e se falarem mal, isso fica confortável todo mundo com isso, ou não?

### **Daniel Rech**

Só dois esclarecimentos. Em primeiro lugar, no debate sobre o marco regulatório, da relação Estado-sociedade, nós defendemos o ponto de vista de que a prestação de contas deveria focar em resultados e não propriamente só na burocracia da prestação de contas. Ou seja, nós criamos uma montanha de relatórios, mecanismos, contabilidades, etc e tal, e nós estamos começando a achar isso natural, e aí vamos

defender que resultados vai dar muito trabalho. É exatamente o inverso. O foco tem que estar no resultado e reduzir, ao máximo, a burocracia no funcionamento do projeto. Porque a especialização para essas entidades é muito mais no campo da burocracia contábil, fiscal, etc, do que propriamente na apresentação daquilo que foi alcançado. Eu não estou dizendo a necessidade de apresentação de impactos, mas o que eu estou dizendo é de que o critério é focando muito mais naquilo que está sendo alcançado em termos de mudanças, transformações, do que propriamente cumprindo uma série de requisitos que nós, de repente, estamos começando a achar que isso é muito natural, que tem que preencher cinquenta mil formulários, tem que fazer cópia de nota fiscal, tem que fazer prestação de contas, etc, como natural. E a outra parte, não. E volto a repetir que se nós tivermos um debate sério sobre indicadores, nós temos de focar muito mais em resultados do que na execução do projeto. A execução do projeto é uma parte daquilo que é o foco central do que deveria merecer atenção em relação ao projeto.

O segundo ponto é o seguinte, eu tenho trabalhado o tema da sustentabilidade, eu observo o seguinte: a sustentabilidade não é autossustentação. Sustentabilidade é permanência ao longo do tempo das condições, ou da melhoria das condições que são instituídas pelo projeto. Essa é a perspectiva da sustentabilidade. Ou seja, aquilo que nós estamos conseguindo alcançar consegue permanecer. Ou seja, se instituir, constituir autonomia dos grupos, permitir que os grupos sigam em frente. Isso é a perspectiva de sustentabilidade. A autossustentação é outro debate, completamente diferente. E, em relação a isso, concordo com a crítica no que se refere a autossustentação. Esse é um problema sério, é um problema complicado, e por isso que nós estamos debatendo a questão do acesso a recursos públicos. Mas não é nessa perspectiva que eu defendo o princípio da sustentabilidade. Obrigado.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Para a gente poder daqui a pouco passar para outros temas, sobre o tema da avaliação, acho que tem um expressivo consenso de que dizer que entidade é legal tudo bem, mas, mais que isso, sobre escrever, começa a ficar complicado. E o desafio de ver como a gente faz o foco nos resultados. Lembrando que a entidade pode ter vários projetos, né? Então uma alternativa a isso, que me ocorre, é, de repente, a entidade poder fazer um *upload* do seu relatório de atividades anual e fazer uma autoavaliação anual sobre isso, disponibilizando à sociedade essas informações para que alguém,

outro órgão de pesquisa, possa desenvolver no observatório que a ABONG pretende impulsionar também. Enfim, alguma possibilidade que a gente possa desenvolver com essas informações, uma avaliação sobre o impacto e resultado das organizações. Mas, aqui, a gente está nessa primeira etapa com esse desafio do que a gente consegue fazer, via sistema, automático. Então tem coisas que a gente vai conseguir fazer, tem coisas que a gente pode só prever a possibilidade de o campo gerar informação para que outros façam determinadas análises em cima dessa informação. Acho que essa é a clareza que fica colocada.

## **Dimas**

Bom, eu ia tocar justamente nesse assunto aí. Porque, se a gente vai construir um portal para incidir, sobretudo, sobre a sociedade de maneira geral, é interessante a essa sociedade ser mostrada justamente a relevância do nosso trabalho. Quer dizer, o que nós produzimos de transformações, na realidade brasileira, que interessa ao grande público saber? E, ao mesmo tempo, acho que esse deve ser o foco, muito mais do que um monte de dados estatísticos dentro da organização, que serviria, como se dizia, para pesquisadores, mas realmente focar na relevância desse trabalho na sociedade. Eu estou lembrando aqui, por exemplo, dois anos atrás, quando a ASA foi lá para a ponte entre Sobradinho e Juazeiro, levou vinte mil pessoas para fazer um protesto público para que o governo recuasse na decisão de não mais apoiar a construção de cisternas. As pessoas chamadas pela ASA deram uma contribuição e, bom, se sente parte daquele resultado da ASA, digamos assim, porque nós apoiamos aquela iniciativa via financiamento de um projeto. Então aí nesse campo também teríamos que pensar como viabilizar, porque ali naquele resultado vários são os atores e atrizes, como dizem, que favoreceram aquela incidência da ASA e aquele resultado, digamos, da articulação junto ao governo. Nós também somos meritórios daquele... Achamos isso, obviamente, porque apoiamos. Mas, enfim, então como dar visibilidade nessa dimensão quando uma ação é de uma articulação, é apoiada pela FASE, é apoiada pela CESE, é apoiado por vários entes, e a ASA como tal, consegue retroagir uma lei, uma decisão governamental? Então temos que pensar nessa energia exatamente de mostrar isso.

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Isso não tem nenhum dado e não vai conseguir ser automático. Isso tem que ser qualitativo e tem que ser informado pela organização.

## **Dimas**

Exatamente. E aí que vem uma sugestão agora que não apareceu, até agora, no portal: a palavra *link*. Essa palavra bonita, inglesa. Mas não é possível então que o portal coloque possibilidade de links com as organizações para, bom, em teoria...

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Todo perfil vai ter, se a entidade tiver o site da organização, né? Então esse é o *link* que você vai clicar...

## **Dimas**

Daí você vai mostrar lá o que você consegue de relevância no *link*. Eu não sei como, no site, poderia ter uma forma de informação que fosse, pelo menos, no conjunto. A outra coisa... Não sei exatamente, eu não tenho a resposta, porque eu não sou especialista nisso, mas você falou aqui de informação agregada, que são daquelas informações que não existem, juridicamente falando. A CESE apoia um “cem número” de organizações informais, via organizações formais, que depois recebem recursos e repassam. Eu acho que teríamos que pensar, mas eu não tenho a sugestão para isso.

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Então, a gente tem. A questão da agregação são coisas diferentes. Acho que você está falando... Quando você tem um projeto de agregação, você está falando de um projeto que agrega diversos outros grupos informais. Sobre os grupos informais, o que a gente conversou? A gente consegue *plotar* no mapa as associações e fundações, e os grupos informais podem se autocadastrar. E quando a gente está falando dos dados agregados, a gente está falando dos indicadores macros que a gente for conseguir juntar e criar os grandes números, né?

## **Anna Peliano**

O que eu acho importante a questão da terminologia, e que eu concordo totalmente com o Daniel, só que nós estamos usando terminologias diferentes. Por exemplo, o que você diz sustentabilidade, esse eu concordo. Mas o que hoje há muita confusão com sustentabilidade e autossustentável. Então a gente precisa, em um portal desse, começar a esclarecer. Agora, resultado é diferente de impacto. E quando eu falo de mais resultado e menos impacto, porque quando a gente fala na terminologia de avaliação, é muito complicado, é de longo prazo, e é muito difícil para as

organizações. Resultado sim, porque eu também acho que não tem que ficar só um portal desse para mostrar prestação de contas de organizações. Eu acho que esse não é o espaço. É para mostrar o que estão fazendo. Essa é a essência e o que está acontecendo. Isso é resultado. Mas isso é diferente de impacto. É só para a gente começar a entender o que a gente está falando, porque os indicadores vão ser definidos em função do que está se buscando. Se está se buscando resultados, é um indicador, se você está buscando impacto, é outro indicador. E por isso que a gente tem que se entender do que a gente está falando, se a gente vai discutir indicador. É nesse ponto.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Glossário é bom também. Acho que é isso sobre avaliação, né? Eu queria tentar levantar outro ponto aqui para a gente aprofundar. O próximo ponto que eu queria abordar era o seguinte: sobre o SICONV. O SICONV tem uma série de campos e uma série de potencialidades pra serem levadas ao portal. Mas, obviamente, o portal não substitui o SICONV, e não vai carregar várias coisas do SICONV. Então, qual seria o extrato ideal de informações para constar no portal, advindas do SICONV? Por exemplo, teria que ter o número do convênio, ou do termo de parceria de contrato de repasse, poderia ter o objeto e poderia ter... Enfim, o que mais que foi pensado? Valor, volume de recursos, o tempo, vigência e prestação de contas? Ou sim, ou não. Enfim, o que seria interessante publicizar? Situação do convênio, o local de execução, talvez fosse bem legal, mas é autodeclaração, porque a gente não tem do SICONV. Essa é uma das nossas sugestões ao sistema, que veio com esse desafio, que é resolver o clássico caso, mas vindo da Pastoral da Criança, de estar em Curitiba e atuar em mais de quatro mil municípios, e a gente não enxergar isso só pela sede da organização. Então o sistema precisa prever o campo para a que a gente possa marcar, e aí dá para ter a lista prévia de todos os municípios brasileiros, e marcar qual município que a entidade vai atuar, onde é o âmbito de atuação desse projeto. Mas essa informação que hoje a gente ainda não tem.

[Fala fora do microfone]

### **Euclides**

Seria interessante também indicar o que está sendo entregue, para poder gerar uma meta, um indicador objetivo, né? Por exemplo, uma escola, ou então quantas crianças vão ser pesadas. Mas tem que ser uma coisa sintética. Aí tem que pensar como é que pode ser transformada em máscara esses entregáveis, né? A se pensar.



## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Tá. Uma coisa é o que a gente vai poder sugerir ao SICONV, e deixar o campo de autopreenchimento. Outra coisa é o que a gente consegue puxar diretamente da base. Então, o que a gente consegue puxar diretamente da base pode gerar diversos extratos. Enfim, qual seria o melhor.

## **Paula Storto**

Eu acho que a gente não deve reproduzir informação detalhada que tem no SICONV. Na mesma linha de todas as outras bases que, enfim... Então se dedicar muito, até mesmo a número, a objeto, esse tipo de coisa, está no SICONV, aberto para quem quiser ver. Então, se a entidade prestou contas ou não, isso tudo já está colocado lá. Eu não acho que esse portal deva se dedicar a isso. Eventualmente, se de fato é importante divulgar as parcerias com governo federal, enfim, vai colocar lá, eu acho que, eventualmente. O valor, o número, se a pessoa quiser ir buscar no SICONV, alguma coisa relacionada a objeto, eu acho bem importante. Tempo de duração do convênio, se foi renovado, se não foi, talvez ano em que está sendo executado, ou também tem que pensar bem, puxar algumas informações, mas daquelas que são importantes. Para que? Para o público olhar e falar: “bom, essa entidade atua em tais municípios”. Então, esse tipo de coisa, acho que sim. Mas uma parte que me preocupa, especialmente, é esse tipo de informação do tipo: prestou contas ou não, está habilitado ou não está habilitado. Eu acho que, de novo, outros mecanismos de transparência preveem isso, e o portal não é um portal de controle formal. Se ele correr esse risco eu acho que, enfim, vai nascer já, enfim, com muito problema.

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

A ideia, justamente, ao não ser um portal de controle formal, é que a gente está falando de um extrato, e o extrato advém da base, e ele pode ter informações muito sucintas, e sempre as bases originárias continuarão existindo, e haverá um link para a base originária. Então tudo que você listou foi exatamente o que a gente propôs, que é valor, número, objeto, tempo de duração. A sua discordância reside na informação sobre prestação de contas, ou qualquer informação, pelo que eu entendi da sua fala, sobre passos do processo da parceria, em aceitar que status da execução está, ou coisa parecida, que entre nesse nível de detalhes. Mas, sendo a informação básica o número do convênio, o valor, objeto e tempo de duração, que foi a proposta original, acho que esse é o extrato. Porque você tem que ter

a informação. Essa não é uma informação fã, mas é uma informação que vai te levar a você querer saber mais, ou não, enfim. É o mínimo, senão você não caracteriza a informação.

### **Interlocutora não identificada**

Eu gostaria de fazer, na verdade, uma lembrança: boa parte desses dados aí que, a princípio, estão se sugerindo serem retirados da base do SICONV. A própria lei de acesso a informação já exige a divulgação nos sites daquelas entidades que recebem recursos públicos. Então, não sei o que é mais fácil em termos de construção, definição, se é puxar esses dados do SICONV, ou aproveitar os dados que já estão disponíveis nos sites das entidades que recebem recursos públicos, em função daquilo que a própria lei de acesso a informação determina.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

São duas coisas diferentes. A gente está falando aqui...

### **Interlocutora não identificada**

Porém, complementares.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Sim, vou chegar lá. A gente está falando aqui do extrato do que a gente pode puxar da base do SICONV em termos de informação. Qual vai ser a máscara que vai ter as informações sobre o sistema, que advém do sistema? A outra coisa, que a lei de acesso à informação determina, é a transparência ativa em relação a alguns documentos que devem constar no site da organização. E esses documentos, é outro campo que está aqui previsto, e esse sim podem ser, inclusive, carregados do sistema, da mesma forma como você está sugerindo, que tenha o estatuto, a relação de dirigentes, o instrumento convenial...

### **Interlocutora não identificada**

A parcela recebida.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

O instrumento convenial, os documentos, né? São o instrumento convenial e o relatório de prestação de contas, à medida que forem sendo prestadas as contas. Então isso é o que já está colocado, e que já está pensado também.

Então, sobre o SICONV, mais alguma alteração, mais alguma sugestão? Isso nos ajuda a acelerar o processo de elaboração, posteriormente. Mais alguma potencialidade? Acho que é isso. O que mais? Que outro campo que tem? Isso, na verdade, sobre o SICONV, a gente, provavelmente, deve replicar essa lógica para a lei de incentivo ao esporte, para a lei de incentivo a cultura, e para FINEP. Enfim, que informação que a gente consegue puxar das bases? Então a gente consegue colocar. Então, no caso da lei de incentivo ao esporte, a gente vai colocar o número do projeto incentivado, o objeto, o valor e o tempo de duração. E aí você quer saber mais, você vai lá e clica diretamente lá, vai ter um *link* para a base do Ministério dos Esportes, assim como na cultura, assim como na FINEP, na área de ciência e tecnologia, ou qualquer outra base que tem a ver com recursos públicos. É isso? Faltaria alguma coisa? Que outro tema que a gente precisava conversar mais?

### **Alex**

Aqui a gente está discutindo o que extrai de parcerias com a União. Eu gostaria de ouvir mais do pessoal as informações das organizações que não tem parceria com a União. Quer dizer, que nem se relacionam com o poder público e que vão estar no portal.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Outras fontes de recursos, que não sejam necessariamente recursos públicos, de autopreenchimento. Como seriam os campos de autopreenchimento? É a mesma lógica de fonte, valor, objeto e tempo de duração do projeto? Pode ser uma lógica comum a tudo.

### **Alex**

Eu acho que, além dessa parte de recursos, as questões que a gente tira da RAIS, número de funcionários... É interessante, não é?

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Não, aí é outra coisa. Vamos separar os blocos.

Não, legal, vamos falar dos funcionários depois, mas vamos terminar de falar sobre recursos, porque você levantou uma questão importante que é: tem os recursos públicos que a gente puxa da base, qual é o extrato que aparece, e tem os recursos privados, ou de outras naturezas, que possam ser colocados por autopreenchimento. E aí, como seria a cara disso? A mesma lógica colocada de fonte, valor, objeto e tempo de duração, ou alguma outra proposta? Eu acho que a Vera queria falar. Aí depois a gente entra nos funcionários.

## **Vera Masagão**

É, aí eu acho que tinha que dar algum tipo de base, tem que ser relacionada a certo ano, geralmente, porque senão fica muito confuso. Tem que ter, em relação ao ano anterior, por exemplo, depois que você já tem um balanço consolidado. Estou pensando assim: como a minha organização presta conta, e como a ABONG sintetiza informação de 240 entidades, a gente não pega, por exemplo, a gente põe governo estadual, governo federal, estadual, municipal, coloca organismos internacionais, agora já temos doações de pessoas... Enfim, acho que é melhor trabalhar com categorias do que você por a entidade que te cedeu. Eu acho isso mais interessante. E aí significa colocar valores, que depois podem ser transformados em percentuais e coisas do tipo. A gente, depois, pode passar as categorias que a gente usa. Dá problemas. Por exemplo, as empresas públicas, acho que é o caso de criar uma rubrica específica em relação a isso, que as pessoas nunca sabem se é recurso público ou privado.

## **Interlocutor não identificado**

O meu comentário é nessa mesma linha do que a Vera falou. Eu acho complicado vincular projeto, porque, às vezes, não é a forma universal de registro dos recursos, mas pedir o total de receitas e definir a origem dessas receitas. E a própria organização, com base em algumas categorias, pode se enquadrar. Então eu tenho: a receita foi X, tantos por cento de cooperação internacional, tantos por cento de empresas brasileiras, tantos por cento de subvenções do governo. Então criar algumas categorias. E o universo não é tão amplo assim... Esse dado agregado vai ter um valor muito importante. Aí talvez seja menos os dados individuais, e mais para compor um quadro geral. Mas eu iria, não na linha de projeto, e nem de, digamos, de contrato, mas muito mais de qual é o orçamento, a sua receita total, e as fontes de recurso, em termos percentuais.

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Tá. Uma fonte de inspiração para isso poderia ser, por exemplo, quando o relatório de prestação de contas do título de OSCIP, de Utilidade Pública tem um pouco ali de uma lógica de receitas, a origem das receitas, e o orçamento anual total que você apresenta no ano calendário posterior. É uma possibilidade. Sendo que, por projeto, restaria a lógica, por projeto, se agregarmos outras fontes de outros projetos. Porque, por exemplo, se a gente coloca a base de dados dos projetos que a Petrobrás financia, aí você tem outra forma de

alimentação, que não é autopreenchimento, mas é sempre que a gente... Se for o caso de agregar outras fontes de recurso, a gente agrega com esse extrato, que seria o mesmo extrato da lógica do SICONV, que é a mesma do FINEP, que é a mesma da cultura, do esporte. Ficou claro, ou estou uma péssima comunicadora?

### **Interlocutor não identificado**

Vamos lá. Eu acho que tem um dado que vai servir pra agregação, e outro que é informativo daquela instituição. Então uma coisa é você ter lá a indicação de que ele firmou um convênio com a Petrobrás de tanto. Agora, outro dado são as receitas da organização, que vão duplicar. Então são níveis de informação diferentes, eu acho, se eu entendi o que você está colocando.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Para recapitular, para tentar me fazer entender melhor. O que eu estou colocando é o seguinte: a gente está colocando aqui, hoje, que a gente consegue colocar no mapa as informações advindas das bases de dados de recursos públicos, quais sejam, que a gente já listou aqui, SICONV combinado com SIAF, FINEP e lei de incentivo ao esporte, lei de incentivo a cultura. São essas as bases que a gente tem hoje. Certo? Então, isso a gente consegue gerar de informação, isso consegue gerar o extrato. As outras fontes de recurso, o que for de autopreenchimento, a gente consegue deixar um espaço, prevê os campos, para colocar origem das receitas, quais são as receitas, e construir uma espécie de orçamento anual espontâneo. Se a entidade quiser girar esse orçamento, ou não. Qualquer base nova que seja integrada vai ser integrada com essa lógica, sempre de extrato, e não de detalhamento. Então, qual vai ser o extrato? É valor, objeto... Qual era mesmo? Valor, objeto, tempo de duração e número.

### **Paula Storto**

Eu queria reforçar também essa proposta de sair dessa lógica de projeto, de que a organização faz é uma soma de projetos. Eu acho que quando a gente divide dessa maneira, está impondo uma forma de ver a entidade, que é uma unidade, ela não é um monte de projetos somados. Então, se o governo tem essa forma de se relacionar, e o SICONV vê dessa maneira, tudo bem, tem uma programação pública que determina que seja assim. Mas, principalmente com os outros recursos livres. Então é muito importante, inclusive que a fotografia principal que apareça... Eu acho que quando um usuário entra e vê a organização, que não pareça que

ela é uma soma de projetos que ela executa. O que essa organização faz? Como que é? Então esse tipo de dado geral do orçamento, das diferentes fontes de recursos, eu acho importante. E aí enfim, “ah, recurso público”, aí ele clica, aí vai estar escrito lá: “aqui está a fonte de recursos públicos federais. Municipal e estadual não tem porque não temos as bases dos municípios e dos estados. “Ah, a cidade X resolveu disponibilizar a base”. E aí isso é um problema para governança, para a forma de gestão futura desse portal. Mas, enfim, eu queria reforçar esse ponto que foi apresentado.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Eu não entendi, Paula, desculpa, Eu não entendi no que você está falando que difere do encaminhamento.

### **Paula Storto**

Eu não estou diferindo, eu estou reforçando que o encaminhamento de que o relatório da organização, o que a organização faz, ou as fontes de recursos não seja demonstrado como uma soma de projetos, e sim como uma unidade. Eu acho isso bem importante.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Ok. Sobre esse bloco de recursos, mais alguma opinião, mais alguma coisa? Vamos falar um pouquinho de funcionários, colaboradores, voluntários, diretores, associados, conselheiros, parceiros.

### **Alex**

Então, dessa parte, a RAIS, a gente puxa o número de funcionários formais, celetistas, efetivos.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obviamente que ninguém vai divulgar nome.

### **Alex**

Não é salário, nome, nada disso. É só quantos funcionários ativos tem.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Vínculos ativos.

### **Alex**

Isso. No CENSO/SUAS tem também o número de voluntários, mas só daquelas organizações que fazem parte do CENSO/SUAS. E daí a questão é: a gente vai por as informações que tem disponível de voluntários e as demais organizações podem preencher, e aí isso dá uma cara da organização, para dar dimensão dela. Vocês acham isso relevante, interessante? É esse o debate.

A pergunta é: é interessante divulgar o número de funcionários que a gente tira da RAIS e abrir para as organizações inserirem o número de voluntários? Também estou querendo deixar claro, a gente tem em parcial o número de voluntários. De número de funcionários tem de todas que vão estar no universo do sistema que estão na RAIS.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

É, a gente podia só ampliar um pouco o debate, porque, na verdade, a gente tem muitas formas de relacionamento entre pessoas físicas e a pessoa jurídica, organização da sociedade civil. Então, o interessante desse dado, que não existe, quer dizer, na FASFIL a gente tem um dado super importante sobre gênero até dessa base de empregados formais. Então, os vínculos ativos, é nessa linha dos empregados formais, mas a gente não tem o dado dos voluntários. Isso é uma coisa que é relevante. E aí tem também as outras categorias, que eu estava falando aqui dos próprios parceiros, associados, outras categorias. Que outras categorias a gente podia pensar de colocar, se é útil, se é interessante, se é importante?

### **Anna Peliano**

A gente põe aqui, a gente tem que perguntar: por que, pra que, pra quem? Para não levantar informação que não tenha uso. Quer dizer, o porquê do voluntário? A mim, me parece interessante até dizer quantos voluntários. Porque, muitas vezes, a gente ouve de pessoas que querem até fazer algum trabalho voluntário, mas não sabem aonde, não sabem que tipo de instituição. Então alguma coisa de informação sobre voluntários, ou que tem de voluntários, mas que abra a possibilidade. Porque a gente tem que ver que essas organizações, vamos dizer assim, arregimentassem outros voluntários, quer dizer, que pessoas que gostariam de fazer um trabalho voluntário possam identificar em que organizações, e que tipo de serviço, porque aí não é só se tem voluntários e quantos voluntários. Deveria ser que tipo de trabalho voluntário, quer dizer, para entender um pouco o que poderia ser útil, que é um campo, que não é obrigatório, aliás, nada é obrigatório, mas que eu acho que poderia ser útil para a organização, ela poderia arregimentar novos

voluntários, e para a sociedade, que podia olhar aonde posso fazer um trabalho voluntário, e de que tipo, porque tem trabalho voluntário de todos os tipos, até de ajudar a instituição a melhorar o seu site, até fazer trabalhos de vários tipos. Eu acho que isso poderia sim, não me parece que é das informações mais difíceis de serem fornecidas. Seria interessante, não sei.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

É, dá para ter também uma lista de links, como disse o Dimas. Porque, por exemplo, tem um site que chama Atados, que faz justamente essas conexões só para onde alocar os voluntários. Acho que a gente não precisa aqui repetir serviços que outros já fazem, mas a gente pode localizar onde esses serviços estão, né?

### **Anna Peliano**

Tem que pensar o desenho. Quer dizer, como que faz. Nós estamos aqui discutindo os temas que entram, né? O desenho, tudo isso tem que ser muito bem pensado.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

E eu acho que o campo dos voluntários é importante de manter.

### **Dimas**

Bom, considerando que eu entendo que o portal é voltado para a relação da sociedade civil... Bom, botar nome de funcionários não tem problema, é um dado que pode colocar facilmente. Embora não seja, talvez, para o grande público não seja tão importante. Agora, acho sim que é importante informar ao público uma política da organização quanto a gênero, raça, meio ambiente, na sua ação institucional. São temas relevantes, são temas emergentes. Quer dizer, importa saber, por exemplo, vou pegar o exemplo da minha organização, que a CESE tem uma política de acessibilidade, que a casa foi construída com rampa para facilitar o acesso das pessoas, embora ainda com muitas críticas, mas tem uma iniciativa nesse sentido, que há uma política da instituição de incluir um percentual mínimo de mulheres entre os funcionários, pessoas negras no corpo de funcionários. Eu acho que isso é mais relevante do que números. A questão dos números também é um problema, porque as entidades estão, hora em crise, hora em alta, hora em baixa. Porque, às vezes, o problema também é a atualização desses dados é muito complicada.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**



Sabe que uma questão que pode ajudar a resolver esse problema que vocês estão colocando é, de repente, fazer algumas perguntas específicas, quase como uma pesquisa, né? Uma pesquisa dentro da pesquisa, que é: “você tem uma política de acessibilidade? Você tem uma política de tal...”, e a pessoa clica sim ou não, e a gente depois consegue gerar um número, se isso existe ou não existe, e tal. Porque entrar no mérito de qual é a política de cada um, eu acho que aí quem quiser saber, sempre tem a oportunidade de ir atrás, de fazer a conexão com a organização diretamente. Mas talvez essa sua ideia possa ser aproveitada de uma forma em que outras coisas que a gente está discutindo, várias delas, a gente possa fazer numa espécie de roteiro de perguntas, o que gera uma pesquisa automática. Porque essa é a potencialidade que a gente tem da ferramenta.

### **Dimas**

Não sei, porque aí estamos falando de perfil, né? Então quais os valores, por exemplo, que aquela organização, no seu perfil, defende? Aí poderia entrar no campo dos valores. Porque eu acho isso muito importante, a gente hoje, na relação com a sociedade. Quer dizer, se o portal vai ser acessado por “seu” João, dona Maria, tal, “poxa, aquela entidade tem esses valores; esses valores eu compartilho”, não é? Os valores da transparência, os valores da democracia e afrontamento a democracia, valor de ter assembleia eletiva a cada dois anos para você garantir a democracia dentro da instituição. Então me parecem que são temas importantes, que podem fazer parte desse perfil das organizações, que acho que isso que vai interessar lá. Porque como falávamos ontem, da credibilidade, né? Nós queremos nos apresentar para a sociedade para que elas acreditem no trabalho que fazemos. E acho que essas dimensões fazem parte desse pacote de aspectos que dão a credibilidade pra organização.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Perfeito, Dimas, obrigada. Tem mais alguém que quer falar sobre esse bloco? Acho que essas foram os principais pontos. Acho que essa pesquisa dentro da pesquisa, eu fiquei bem inspirada agora quando você perguntou, “tem assembleia?”, dá para perguntar, “tem recondução de mandato?”, dá para, enfim, pensar em algumas coisas que possam ser importantes para, espontaneamente, quem quiser responder, gerar uma pesquisa nova e diferente.

### **Anna Peliano**

Quer dizer, a gente pediu número de funcionários formais, mas o que mostra a FASFIL que 72% não têm sequer um funcionário formal. Quer dizer, aí quando uma organização que escreve lá que não tem um funcionário formal, como é que... Pensando, eu sou sociedade civil, não conheço as organizações, e não olho e vejo uma organização que não tenha um funcionário formal. O que esse dado me diz? O que eu penso disso? Eu não sei. Porque na hora do dado agregado, vai muito bem. Aí como que fica? Ou a gente já está excluindo todo esse pessoal que não tem funcionários formais? Não sei. É uma dúvida agora que me bateu aqui, pensando nos números agregados, que a maioria não tem, ou que tem um, ou que tem dois, é muito grande. Quem não tem, tem muitos funcionários, são as grandes organizações, saúde, educação, que todo mundo, vamos dizer, de uma certa forma, conhece. Como que fica? Não sei. Eu não tenho resposta não, só estou levantando...

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Esta questão que você está colocando é exatamente o que a gente está discutindo. Não vai aparecer se a entidade não tem nenhum empregado, então não aparece nenhum vínculo ativo pela base da RAIS, mas você vai ter os campos de autopreenchimento onde as pessoas vão poder qualificar a informação, se tem voluntário, se tem outras formas de colaboração, porque, enfim, não existe uma entidade que não tenha pessoas, não é? E a gente quer entender esse universo de pessoas nas diferentes formas de relação. Então, a princípio, essa informação não dá para puxar de nenhuma base, porque a única base formal é a base que a gente consegue pegar os vínculos ativos. Até nos vínculos ativos, acho que a gente vai conseguir separar quantos tem deficiência. Então já vai ser uma coisa interessante também, que é uma das nossas coisas que está no radar pra próxima FASFIL também. Então essas questões de sexo, de gênero, deficiência, tal, o que tiver na RAIS a gente consegue pegar. Mas caracterizar só o formal, e os outros são autopreenchimento.

### **Ana Peliano**

Então vai ter um campo também para os prestadores de serviços remunerados?

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Eu acho que deve ter.

### **Anna Peliano**

É, porque não estava aí.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

É porque a gente listou bem o macro e deixou aberto o debate, né?

#### **Alex**

É o que você falou, para que é essa informação? No fundo, a gente quer ver perfil das organizações. Quer dizer, qual o orçamento anual dela, quantas pessoas ela tem, há quantos anos ela funciona. Com isso, você vai vendo a cara dela. Seria o ideal, em que não só a área de atuação, mas em que área geográfica ela atua. Essa aí a gente ainda não consegue, mas quem sabe a gente chega lá em algum momento. Aqui é dar a cara da organização, e número de funcionários. Você pega, que é a nossa base, vai ser a mesma da FASFIL, que está aí, 72%. E esses 72% não estão sendo vistos. A ideia é que eles tenham alguma forma de mostrar: “não, olha aqui o meu tamanho, eu não apareço lá na base da RAIS porque eu não tenho funcionário formal, mas eu tenho X voluntários, X terceirizados, RPA”. Isso dá uma cara dela, né?

#### **Paula Storto**

Enfim, eu acho que a gente está entrando num nível de detalhe que é lógico, a gente tenta contribuir, mas é difícil sem, enfim... Mesmo com o mapa já de tudo que teria, fica difícil. Mas, tentando encaminhar propostas, o que eu penso é o seguinte: o que falta de informação sobre as organizações? Falta informação de resultado das ações, da abrangência das ações, do histórico. Então tudo nessa linha de mostrar o que os dados formais não mostram. Podemos escolher pinçar um ou outro dado formal para trazer para dentro do portal e apresentar. E tomar cuidado com o peso que isso pode trazer em termos de preenchimento e esse tipo de questão. Então entre preencher detalhadamente como funciona a equipe interna da organização, e a organização tem que dedicar um tempo a isso, eu prefiro dedicar o tempo do portal e da entidade que for preencher, a preencher informação que não existe, que é informação do resultado que ela alcança. Voluntário eu acho importante porque esse é um dado que não tem, né? Número de empregados, funcionários, tal... Acho enfim, que pode até ser uma questão, mas se tivesse que optar, eu acho mais importante dizer em que município ela atua, quantas pessoas direta ou indiretamente ela atende, em que áreas macro, direta ou indiretamente quantas pessoas ela remunera, gira a economia. E aí no autopreenchimento.

Porque se você pinça o número de empregados que está na RAIS, ótimo, aí vem a necessidade de falar: “bom, não tem empregado, mas tem prestador de serviço, tem...”. Aí, de novo, vira um cadastro de tipos jurídicos: “ah, é MEI, é empreendedor, é isso...”. Enfim, será que é isso? Eu acho que não é esse tipo de classificação que a gente está buscando de novo. Então deixo aí minha provocação. Mas eu acho que deveria introduzir coisas que não estão em outras bases, e aquelas que mostram o que as organizações fazem, e não o que elas são, onde elas estão. Isso, tudo bem, tem, é importante, mas eu acho que já é suficiente o que a gente debateu aqui. Eu acho que se for pensar em coisa nova pra autopreenchimento, eu iria para o campo da atuação final ali dos resultados, dos produtos, que pode ter trazido.

### **André**

Eu entendo a preocupação, mas a minha sensação é que... Eu não focaria nessa coisa de qualificar tanto a informação que vai ser colocada. As organizações não colocam nem no site delas, né? Então não dá para esperar que ela vá colocar informações mais qualitativas numa base, seja qual for, do que elas têm no próprio site, que é o espaço por excelência, das que tem site, para incluir esse tipo de informação. Eu acho que você nunca vai ter um panorama adequado se for entrar em questões tão qualitativas como as que estão sendo colocadas agora. Eu dou um exemplo: Com o GIFE, que são 140 organizações, que eu conheço pessoalmente as pessoas, e a gente tortura eles para responder os dados do CENSO, eu desisto... A gente desistiu de perguntar número de beneficiários, porque não faz sentido, porque não dá, os critérios variam. Você não consegue chegar... Eu sei que Anna passou pela mesma experiência. Então coisas simples, quantas pessoas foram beneficiadas, não são simples. Pensar numa abrangência nacional é uma loucura. Você não vai nem ter um dado agregado relevante, e individualmente isso também não significa nada, porque cada um vai aplicar um critério. Então não vale a pena investir nesse caminho.

### **Jorge**

Eu nem sei expressar direito o que eu estou querendo dizer, mas é um pouco uma pergunta para a Anna Peliano. É o seguinte: eu fico imaginando... Então aparece, tem lá no portal não sei quantas mil... 72% de 290 mil, é quanto? Então, duzentas mil organizações da sociedade civil que não tem funcionários, também não vai ter nenhuma informação sobre o que essas duzentas mil fazem. A pergunta é: será que esses dados da FASFIL não estão inflados, não

encobrem um universo inexistente de organizações? Quer dizer, o problema é: isso não vai ser um problema para o portal, vamos dizer assim, divulgar a existência de um segmento tão numeroso de entidades que ninguém sabe, ninguém viu? Qual é a consistência disso?

### **Anna Peliano**

Não, aí nós estamos fazendo duas perguntas. Quer dizer, tem aí duas perguntas. Primeiro: qual a importância dessa informação dada pela FASFIL, pelo estudo da FASFIL. Quer dizer, a FASFIL pega uma informação que está na RAIS. Nesse caso, quer dizer, são organizações que têm um CNPJ, que são formalmente constituídas, e que não declaram nenhum funcionário formal. E aí você pega até essas religiosas, você pega associações de moradores, que devem ser muito aquelas que se organizam, mas não tem uma estrutura. Então essa informação está posta, ela é uma realidade. Agora, a pergunta é: quantos por cento dessas 290 mil vão se inscrever neste portal e vão responder, digamos assim, espontaneamente, a este portal? Porque, se a gente começa a trabalhar com as que têm relação com governo, aí já está dado: são 3%. Quer dizer, 3% vai ser aí o quê? Menos de dez mil organizações. É um pingote de organizações, que essas nós vamos ter mais informações. Quantas vão entrar espontaneamente nesse portal? E aí nós vamos ter que tomar muito cuidado com as informações agregadas, porque nós vamos estar falando de um universo pequeno dessas organizações. Mas eu acho que é um espaço de diálogo.

Agora, eu acho que nós temos que amadurecer muito, porque eu também estou com essa dúvida? qual a importância, o que nós temos que fazer? Vamos ter que fazer alguns dados agregados, mas com informações mais amplas. Porque senão, como que fica? Eu também não sei te responder exatamente, se eu entendi bem a sua pergunta. Quer dizer, como que fica? Não está invalidando a FASFIL, de jeito nenhum. Não vão aparecer mais... Eu não acredito que tantas organizações vão aderir esse volume para responder tudo isso, gente. Porque como o André está falando, obter informações não é uma coisa trivial, é difícil. Eu estou procurando ver o que a gente vai dar como estímulo para que essas organizações preencham e deem essa informação. Acho que esse portal é um espaço que vai ter que trabalhar com pesquisas paralelas, análises das informações disponíveis, levantamento de opinião, sabe? É um espaço que vai ter que ir muito além das informações fornecidas por cada uma das

organizações. Eu estou vendo que nós vamos ter que pensar uma coisa mais ampla.

Hoje a gente está discutindo, vamos dizer assim, um corte desse portal, mas ele vai ter que ser muito mais amplo, porque se não... A pergunta é essa, qual é a importância? E como que fica? Não vai invalidar a outra, e a outra enriquece. Mas também não vai dar base de comparação. Você não poder comparar uma coisa com a outra, porque nós estamos falando de coisas muito distintas. Número de pessoas atendidas. Eu também fico um pouco preocupada, porque tem hora que a gente se entusiasma, tem hora que a gente se apavora. Aqui a gente fica o dia assim, numa gangorra. Tem hora que a gente acha isso ótimo, tem hora que a gente fica com medo. Então está todo mundo meio assim. Pessoas atendidas: como a gente vai apresentar resultados e não apresentar pessoas atendidas? E, depois, pessoas atendidas, você não junta. Não adianta somar o número de pessoas que essas organizações atenderam, porque isso não dá nada. O resultado não significa absolutamente nada. São atividades diferentes, tempo de atendimento diferentes, qualidade diferente, pode ser as mesmas pessoas. Você não diz nada com esse número. Mas, também, você vai ter que por, porque também como vai colocar o que ela faz e não colocar quantas pessoas ela atende? Ela vai ter que dizer. Nós é que não vamos fazer nada com esses dados. Aí vai ter utilidade praquelas pessoas que querem consultar sobre aquela entidade. Então você está numa prefeitura, você está num município, você quer fazer uma política pública, ou você quer fazer uma atuação, quais são as organizações que atuam nessa área, onde elas estão, que tipo de serviço elas estão prestando. Para isso é interessante, eu acho que para você ter esse diálogo, essa consulta. Mas eles vão dar poucos resultados agregados que a gente possa dizer para a sociedade o que fazem as organizações. Porque a gente pode ter resultados pequenos, e isso ser um pouco decepcionante.

Eu acho que é isso... Esse portal, o forte dele não são as informações agregadas das organizações que vão nos dar as informações. Isso é um dos serviços que esse... Pelo menos, eu vejo um pouco assim, penso assim... É um dos serviços que esse portal mostrar. Mas a gente vai ter que buscar, para falar mesmo com a sociedade, mostrar a importância desse serviço, a gente vai ter que fazer outras coisas maiores, pra não ficar muito pequeno perto da importância. Se a gente soma, pode ficar muito pequeno.

**Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada, Anna. Eu queria emendar com a fala da Anna, para a gente aproveitar esse nosso encontro aqui, e uma das coisas que foi levantada é sobre os indicadores, que a gente não definiu muito bem a orientação para os indicadores, né? Então eu queria retomar um pouco essa discussão. A gente falou de indicadores de relevância, eficiência, eficácia, sustentabilidade e acessibilidade. Alguém sugeriu que para que a gente defina os indicadores, que fosse bom que a gente levantasse as perguntas. Então o que a gente quer que esses indicadores nos respondam? E aí a gente sai do micro pra ir para o macro. E o macro, a princípio, ele só existe com as bases institucionais existentes. Não há possibilidade de nenhum cruzamento, com nenhuma informação de autodeclaração, porque ele não nasce com autodeclaração, ele nasce com as bases institucionais. Então a partir das bases institucionais que a gente tem, a partir dessa potencialidade, o que a gente gostaria de ver respondido? Vamos levantar um pouco um *brainstorming* de perguntas que essas bases poderiam nos ajudar a responder. Porque o cruzamento de bases pode ser diverso. Inclusive, a nossa ideia é de propor alguns, e obviamente deixar que a sociedade faça outros tipos de cruzamento, né? Mas, a princípio, quais são os cruzamentos macros que a gente pode oferecer nesse sentido?

### **Vera Masagão**

O que geralmente as pessoas querem saber sobre as ONGs, quando ligam para ABONG, é: “de onde vem o dinheiro?”. Essa é a pergunta. Assim: “do que vivem essas ONGs? De onde vem o dinheiro?”. Então acho que esse é um tipo de natureza do recurso que a sustenta.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

É, essa é uma pergunta que, inicialmente, a gente não vai conseguir responder, pelas bases que a gente tem...

### **Vera Masagão**

Pois é, mas essa é a única que o povo quer saber. O que fazem... Mas, agora, não vão fazer nenhum tipo de cruzamento com as informações autodeclaradas?

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Sim, mas não em um primeiro momento, porque você tem que ter um tempo de autodeclarar, então ele nasce primeiro só com as bases institucionais. Ele não consegue fazer faculdade bebê.

### **Vera Masagão**

Onde estão, para fazer as bases?

### **Dimas**

Eu vou lançar uma questão, porque realmente a minha dificuldade de discutir indicadores para portal. Desculpem, talvez eu esteja um pouco por fora. Quando a gente constrói um projeto, faz um projeto para um financiador, para governo, a gente constrói os indicadores, a relevância do trabalho, e comprova para o ente financiador que nós temos capacidade de fazer essa ação social, e expressamos ali os indicadores e tudo mais. Para portal, eu tenho essa dúvida. Como a gente vai criar isso para um negócio que é virtual? Então eu queria entender um pouco mais o que está querendo se dizer com esse negócio de indicadores para um portal. Para um portal de informações. E o que é indicador, aí nesse caso específico? Porque eu, realmente, não estou entendendo isso. Quer dizer, a relevância do portal, o indicador do portal, quantas entidades se cadastraram no portal, quantas tem recursos... Não sei, realmente, eu tenho dúvidas. A minha pergunta é: o sentido para indicador pra portal. Eu nunca vi indicador para site, por exemplo, nem pra portal. Então eu não sei, sinceramente.

### **Jorge**

É sobre o que você acabou de dizer, sobre de onde vem o recurso. Eu entendo a dificuldade, em um primeiro momento, de colocar outra informação além dos recursos transferidos pela União. Mas isso pode ensejar uma leitura do tipo, “ah, esse portal é o portal das organizações para governamentais”, sei lá. Pelo menos teria que ter já espaços, ou uma indicação de que não existem informações disponíveis sobre as outras fontes de recurso. Se não...

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Todas as ressalvas vão ser feitas no portal, para deixar bem claro tudo isso que a gente está conversando. Eu acho que é super próprio o que você está falando. A questão é que realmente ele não vai nascer com as outras fontes, porque a gente não as tem, não é possível, em tempo hábil, obter. Aí é outro trabalho. Por isso a gente conta com essa autodeclaração, esse autopreenchimento. Acho que a questão dos indicadores aqui não é um indicador para o portal, é o que o portal pode gerar de indicador georreferenciado a partir do cruzamento das bases de dados disponíveis. A gente está tentando levantar quais são as perguntas que a gente quer ver respondidas. Então, quando a Vera nos traz: “ah, de onde vem os recursos?”, é



possível ter um indicador que – voltando ali na opinião do Daniel – será que seria um indicador de sustentabilidade, de isso, ou não. Mas, enfim, um indicador que fosse relacionado a recurso, aqui não será possível de extrair, em um primeiro momento. O que pode ser extraído é um indicador dentro do recurso público. Aí você consegue, nesse universo. Porque os indicadores podem ser dos universos gerais e dos universos específicos, mas eles têm que ser cruzáveis, comparáveis.

### **Alex**

Por exemplo, em que áreas de atuação, pensando no recurso público, X% é para saúde, X% é para meio ambiente, tanto é no estado tal, tanto é no estado tal, X% é por OSCIP, X% é por convênio. Essas são informações, são alguns indicadores que dá para...

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Pela pasta, pelo recurso...

### **Alex**

O recurso da União pra parceria com as organizações da sociedade, para que estados, para que áreas, para que municípios, em que tipo de política pública, vinculados a quais programas do PPA do governo, aonde que as parcerias estão concentradas?

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Essa coisa da concentração das parcerias. Por exemplo, com toda ressalva que a gente está falando de sede, e não da área de atuação do projeto, porque a gente ainda não tem essa informação. Mas um dos levantamentos preliminares já, é que, desde a criação do SICONV, a gente está falando de setembro de 2008 pra cá, há uma cobertura entre entidades privadas sem fins lucrativos, executando recursos públicos, há uma cobertura de 1.888 municípios. Então você consegue fazer isso percentualmente ao número de municípios que existem no Brasil. Então essa cobertura vai ser os cinco mil e tanto, dois mil vai ser, sei lá, 30%.

### **Baiena Souto**

Não necessariamente só das bases que transferem recursos, mas, por exemplo, associar a questão da transferência dos recursos aos municípios. Então, na verdade, você pode estar cruzando com base de CENSO, e, por exemplo, no caso do CENSO SUAS, ele faz um recorte daquelas organizações, da receita das organizações, não

necessariamente daquelas receitas advindas só do governo. Eles fazem um corte da organização, das receitas da organização e a gente fez uma associação, por exemplo, em relação a número de funcionários, número de voluntários. Então, quer dizer, esse recorte você faz o indicador lá, e o que mostrou? Que, por exemplo, aquelas organizações que tem uma receita menor, são aquelas que têm um maior número de voluntários. Então, quer dizer, essas associações geram uma informação que eu acho que é interessante, até respondendo um pouquinho o que a Anna estava falando lá, provavelmente essas associações e organizações que não têm nenhum vínculo, são aquelas que vivem exatamente do trabalho voluntário. E que são aquelas que têm menos recursos. Então, na verdade, no senso comum, a gente já imaginaria isso, mas que a gente pode ver através desses dados. Dentro dos dados disponíveis, hoje a gente já tem condições de apontar, por exemplo, detalhes como esses.

### **Anna Peliano**

A Vera fez três perguntas que eu acho que realmente são muito comuns: quem sustenta, o que fazem, de onde vem esse recurso? E algumas coisas eu acho que, às vezes, a gente já não está aproveitando bem as informações que nós temos. Porque, por exemplo, se apenas 3% das organizações recebem recurso do governo federal, essa informação é preciosa, e que ninguém sabe dela.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Esse já é um indicador.

Anna Peliano

Já é um excelente indicador. Quer dizer, então não vive à custa, pelo menos, do governo federal. Como elas são muito concentradas em algumas regiões de algumas grandes cidades, se houvesse um esforço de saber o repasse, por exemplo, que essas grandes cidades fazem, se pegasse aí para ver... Porque tem muitos repasses que são do governo estadual e do governo municipal. Se conseguisse, pelo menos onde elas estão mais concentradas, e visse um pouco esse perfil, pelo outro lado do financiamento, quer dizer, teríamos dados para responder a umas quatro ou cinco perguntas. Poderia se concentrar em como buscar respostas consistentes para essas perguntas que são mais frequentes, quatro ou cinco perguntas que vocês conhecem, que são as perguntas mais habituais. Eu acho que

esse podia ser um esforço, buscar esses dados, ver como é que se consegue, com outras fontes, ver o financiamento público.

Porque eu acho que na hora que ver que isso aí não é financiamento público, quer dizer, que não vive à custa, vamos dizer assim, o que seria de crítica, “ah, vive a custa do governo, é para governamental”. Não é, não predomina. Quer dizer, só 3% tem recurso federal. E vão ser as grandes instituições de pesquisa e de saúde. Esse dado é muito desconhecido. E toda essa rede, nós temos 290 mil entidades prestando atendimentos, serviços e atividades de defesa, e só três... Quer dizer, eu acho que esses são dados que a gente está precisando também ter que pensar como explorar melhor, comunicar melhor esses dados, informar melhor, com o que se tem, porque já tem algumas coisas que são importantes. Com base nessas perguntas, se é diálogo, que eles possam abrir lá e ver até perguntas provocativas, e que tenham respostas, sabe? Fazer umas perguntas provocativas e ter respostas consistentes. Eu acho que isso é muito importante, porque é isso que a sociedade quer saber. A sociedade, em geral, não está lá muito preocupada com todos os detalhes de cada uma.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada, Ana. Então a gente tem aqui três perguntas: de onde vem o recurso? O que fazem? E onde estão? Onde estão está fácil, com a ferramenta do georreferenciamento. O que fazem, quem beneficia, pode ser uma outra pergunta.

[Fala fora do microfone]

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

A Baiena está te perguntando, Vera, no caso de quem beneficia...

[Fala fora do microfone]

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Perfil dos beneficiados. Perfil dos grupos, dos segmentos, né? Pessoas com deficiência, mulheres, gestores públicos.

### **Ademar**

A primeira preocupação. A gente vai avançando na ideia de um portal que seja apropriado pela sociedade civil, porque se ela vai responder, ela tem autonomia para responder, ou não, a grande preocupação é – que já vem desde a conversa de ontem – se é o governo que faz isso. E nesse quadro de desconfiança do governo nós não vamos conseguir

criar interesse para que as organizações assumam de estar colocando informações que ela não sabe depois o que vai ser feito. Ou que ela não está percebendo resultado, pelo fato de estar dando informação. Eu acho que esse, no fundo, é algo de gargalo, que nós vamos ter que continuar conversando. E se a gente está assumindo um pouco nesse processo aqui de diálogo entre governo e sociedade civil, eu entendo também que é, de novo, a nossa preocupação como parte da sociedade civil, se tivermos que assumir isso, nós temos que assumir para perguntar que interesse que tem das organizações estarem se autocadastrando. E, nesse momento, eu acho que eu estou querendo comentar um pouco isso, nesse momento, se é questão da criminalização, se é questão da absoluta falta de recurso, eu acho que a Anna chamou clara atenção, essa conversa de criminalização foi uma merreca de recurso. Isso pode levar as organizações a se assumirem que nós temos que mostrar, né? Mas aí eu não entendo, depende de estratégia de mobilização. Porque senão não enviam dados mesmo.

Eu estou vendo aqui dados do SUAS que está estruturado, que tem os Conselhos, na hora de fazer o levantamento das organizações sociais. Sabe quais são as organizações que estão afiliadas aos Conselhos? Menos de um terço delas responderam. E de algo que já está estruturado, que é certa já convivência de segurança que as organizações teriam. Isso para dizer: nós vamos fazer algo que se a gente não assumir qual é a estratégia de interesse para isso, e se o interesse nesse momento era a luta contra a criminalização, então a gente vai ter que pensar, né?

A segunda coisa, também acho que foi uma fala da Anna. Quando a gente apresenta esses dados, está aqui na carteira, é um trabalho bonito que a ESQUEL fez, mostrando absoluta queda de recursos de tudo que é fonte para as organizações sociais, e é um dado que a gente se preocupou, e consultamos a ESQUEL: “podemos botar isso na cartilha?”. Porque, de alguma forma, o IBGE fala ao contrário disso, né? Podemos enfrentar esse processo? A gente já sabe, de cara, que tem um argumento de governo federal que é razoável. Bom, está diminuindo os recursos federais, mas está aumentando o repasse de recurso federal para o pacto federativo de estados e municípios. Se eu não tiver algo para dizer, qual que é esse repasse, nós vamos ficar na afirmação de que, de fato, nós estamos choramingando porque nós não estamos querendo entrar na discussão territorial, que é da obtenção de recursos e nas bases.

E aí vem de novo a pergunta: não temos essa base de dados estruturada nos estados e municípios? E aí vem de novo a pergunta: o portal é um pouco para a gente, mas se ele não estiver se relacionando com algum outro dado, vai ficar sem sentido, né? Assim como a gente pode, de cara, já dizer, dá para dizer que essas informações se referem aos 3%. É claro que aí está me lembrando, ontem, quando a apresentação da base de dados... Daqui a um mês a pesquisa ligada ao SICONV vai oferecer por menores dela. Eu estou entendendo que a gente já está em uma expectativa de algum momento que a gente possa estar debatendo quais são os pormenores do SICONV, que é de onde se tira essa relação dos 3% em relação ao conjunto. Bom, eu estou imaginando que a gente também deverá sair daqui já com uma expectativa de estar discutindo a base do SICONV pelo lado bom do SICONV. O lado bom é aquilo que não era base de dados, o SICONV não era para ser validado. Mas, se nos permite ter um pouco mais de qualificação do que o que são essas organizações que acessam, aí a gente vai poder estar dizendo, e vai poder estar animando esse portal, de forma que as organizações se interessem de estar entrando nele. Senão, daqui mais alguns meses nós vamos dizer: “não, é mais uma base que se perde aí”, porque não faz relação com a questão política.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Obrigada, Ademar. Eu acho que o exemplo da foto e do filme é o mais óbvio para a gente entender essa questão. Nesse momento, nós da Secretaria-Geral da Presidência da República estamos buscando uma fotografia do universo das organizações da sociedade civil no Brasil. É esse o produto, tá? O filme não pode existir sem ter uma governança compartilhada, a gente vai ter que construir. Obviamente que isso ainda é uma conversa a ser feita, a gente vai ter que afinar, vai ter que pensar como fazer isso, mas o futuro desse portal, se não for junto com as organizações da sociedade civil, ele vai estar fadado a permanecer como um bom esforço de fotografia. Então nós estamos tentando criar a estrutura para que ele possa existir, para que ele possa ser alimentado, para que ele possa ser um recipiente das bases de dados hoje já públicas do governo, e que a gente possa produzir análises iniciais interessantes e dar esse ponta pé inicial. A ideia, no futuro, é que se tenha diversas fontes de pesquisa, universidades, observatórios, enfim, potencialidades de utilização disso, e por isso que ele não nasce...

A gente sabe de toda dificuldade que foi colocada aqui, do chamamento da indução ao cadastramento. Então é necessário sim

ter uma estratégia de mobilização, etc, mas ele já nasce com muitas informações. E essa é a riqueza dele, que ele nasce com uma estratégia diferente, ele não nasce do zero para ser totalmente alimentado. Não é *recall*, vamos convidar todas as organizações para se recadastrarem no Brasil. A gente está fazendo um esforço interno de buscar as bases de dados já existentes para tentar promover uma informação qualificada. E aí quando a gente faz “quais são as perguntas que precisam ser respondidas”, a gente não está falando necessariamente que todas as perguntas dessa agenda vão ser respondidas por esse portal. De jeito nenhum. A gente quer que o portal gere perguntas também. E aí, por isso, essa discussão toda, e por isso a conectividade total com todo momento que a gente está vivendo, e com todas as informações que a gente está trabalhando.

A questão do pacto federativo, que você levanta também, para a gente é bem relevante, mas, de fato, não tem logística existente hoje para que a gente consiga lançar esse portal com todos os estados e todos os municípios. Impossível, não há nenhuma condição prática de fazer isso. Mas precisa estar no radar que as bases de estados e municípios precisam ser agregadas, que a gente precisa agregar outras fontes de recurso, etc. Eu acho que é um pouco isso. Não está fora do radar de que todas essas coisas precisam acontecer. E sim, a gente vai continuar discutindo, a gente vai continuar conversando, e vamos pensar como que seria toda essa mobilização.

Acho que o que eu falei... Ali tem as outras potencialidades, no fundo é um pouco isso. Vou passar a palavra. Eu estou com medo porque daqui a pouco todo mundo tem voo, e as pessoas podem começar a querer ir embora, e a gente começa a perder a qualidade da nossa audiência. Então o que a gente podia fazer era tentar fazer os fechamentos e quando for para o café, fazer o café já do nosso momento de interação final, sem precisar de um retorno aqui para um fechamento posterior. Então a gente agora termina os debates, continua a conversa lá no café, e aí de lá as pessoas vão partindo para o aeroporto, na medida das suas necessidades. Pode ser assim? Então vamos fazer as últimas falas. E até eu deixo aí um pouco, a única questão sem a gente amarrar direito, acho que a gente pode até explorar nesse último bloco um pouco esse detalhe: como vocês imaginam que poderia ser uma boa governança compartilhada para resolver a questão do portal? A gente tem algumas ideias, a gente pode debater sobre isso agora, mas eu acho que essa é uma questão que não se resolve aqui, e que a gente vai ter que pensar com um pouco mais de calma, e que está colocado desde o início como um desafio.

## **Vera Masagão**

Eu queria só, como você já colocou isso em clima de encerramento, eu queria levantar de novo que uma questão que foi colocada, que é a questão da governança, porque eu acho que isso vai ter que ser dinâmico, vai ter que ser revisto. E a gente fez avaliação, que mesmo uma lei que é uma coisa mais perene, que a gente espera que tenha uma certa... Exige revisões, etc, e como seria importante a gente criar uma institucionalidade que se responsabilizasse por acompanhar essas iniciativas, seja de marco regulatório, políticas de fomento, supervisionar, amparar a relação dos órgãos governamentais com as organizações da sociedade civil, enfim, a gente chegou a discutir, e acho que foi uma sugestão muito boa que me surgiu depois até que a gente encerrou os trabalhos do nosso GT lá com o governo, que a gente devia pensar em uma instância permanente, e que cumprisse esse papel. A gente chegou a falar em uma comissão, ou em uma agência que tratasse desse tema das organizações da sociedade civil, e que poderia ficar então responsável pelo monitoramento e acompanhamento de todas essas iniciativas para que elas se tornem, de fato, políticas de Estado. Então, sei lá, não queria sair daqui sem deixar de lembrar que nós ainda temos essa tarefa, a gente ainda... Nunca acho que em um espaço público assim pactuou uma proposta, qual seria o modelo, uma agência, uma comissão, como a gente poderia pensar uma composição, de fato, que a sociedade civil também pudesse participar, outros órgãos de governo. Enfim, eu acho que tudo isso a gente, por mais que capriche, sabe que vai ser o início, que vai depender de um desenvolvimento, assim como, mesmo que a gente consiga uma nova legislação, ela vai precisar de uma série de ajustes.

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

O diálogo precisa continuar, né?

## **Vera Masagão**

Exatamente. E precisa ter uma instância para isso. A gente sabe que esse governo não vai ficar para sempre aí, a Laís não vai ficar para sempre. De repente ela resolve ir vender pulseirinha lá na Praça da República...

## **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

É a minha cara mesmo, né?

## **Vera Masagão**

Enfim, eu acho que a gente precisa pensar nisso, né? E, vamos dizer, adensar uma ideia, uma proposta dessa instância, o quanto antes, porque todas essas iniciativas vão precisar desse órgão fomentador.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Muito bem. Eu acho que são duas coisas nessa sua fala, Vera. Foi realmente a última questão que a gente levantou, que a questão dessa governança, a princípio, a gente está falando da governança do portal, mas a gente também está ampliando pra governança da agenda. Então a gente tem muito essa preocupação, na Secretaria, de ter um lócus institucional que possa dar vazão a continuidade desse diálogo futuramente, para além dessa gestão. Acho que tem aí alguns modelos, tem o modelo de agência, a gente foi visitar a Shared Commission em Londres, que é o modelo da agência britânica que faz tanto outorga da certificação como também é responsável... Uma coisa que chamou bastante atenção, que é responsável pela confiança pública do setor, né? Então eles tem duzentos funcionários, fazem uma série de ações, que não só tem a ver com a outorga do título, da burocracia das (ininteligível), mas também eles tem lá uma série de atividades de fomento a sociedade civil britânica. Além de ter um setor interessante de fraudes e crimes, que publica todo ano relatórios com as lições aprendidas, na perspectiva de tentar justamente minimizar as fraudes e os riscos que podem, porventura, existir nessa relação. Então é um modelo que existe também em outros países, acho que tem essa coisa, mas que isso não é necessariamente uma governança compartilhada, isso é um lócus de Estado para ser uma agência de fomento.

A outra coisa é uma possibilidade de uma comissão nacional. Eu acho que seria uma evolução natural para a gente pensar em relação ao grupo de trabalho. O grupo de trabalho sempre tem ali uma tarefa, um começo, meio e fim, o que é diferente de uma institucionalidade, de uma instância que possa dar uma perenidade maior a um diálogo permanente, periódico, enfim, com uma estrutura de Secretaria Executiva, que possa colocar isso em uma perspectiva de mais longo prazo. A gente tem aí algumas ideias, alguns estudos, e algumas frentes de aprofundamento, mas fazer esse debate aqui com vocês é bem importante, para que a gente possa já ir pensando. O portal tem uma ideia também em desenvolvimento de ser, potencialmente, a base de um observatório, a gente já conversou sobre isso algumas vezes, a gente tem essa ideia em gestação, assim como a própria sociedade civil tem a ideia de um observatório, e a gente ainda não conversou seguramente sobre a autonomia ou compartilhamento de



atividades, mas acho que tem aí uma potencialidade muito clara de coisas que são inerentes a sociedade civil, que podem ser feitas apenas pela sociedade civil, e coisas desse processo que são melhor encaminhadas e melhor elaboradas quando em diálogo com o governo.

Então a ideia de uma governança compartilhada pra um processo desses tem a ver também com o cuidado com toda essa relação. Mas, enfim, tem diversas possibilidades de assunção dessa potencialidade que o portal vai gerar. E é isso, a gente está falando aqui, acho que esse debate, só para deixar claro, a gente está falando de várias coisas. A gente está falando da governança do portal, do que o portal pode ser base de outras coisas, governança de, enfim, o lócus institucional da agenda dentro do Estado, do lócus de diálogo entre Estado e sociedade civil, tem aí muitas alternativas. E a gente precisa, com certeza, conversar sobre elas, e buscar, até o final da gestão, e encaminhar propostas que possam alicerçar esse legado do diálogo aberto que foi feito nesse governo.

### **Cecília**

Eu posso dar um passinho anterior? Porque quando você começou aí eu estava pensando já em responder. Era o seguinte: uma possibilidade disso, eu fiquei muito preocupada com várias pessoas falando o que vai ser, o que vai atrair as organizações a participarem do portal, pela dificuldade que é de preencher. Então sempre tem que ter o desejo, objeto desejo para a pessoa estar lá dentro. Uma das experiências que eu vivenciei com o Foundation Center, foi a capacitação. Eles dividiram, eles dividem realmente nos países, e dividem internacionalmente. Há lugares em bibliotecas públicas onde existem capacitações que as pessoas podem procurar. Não só existe o envio de *newsletter*, como você está dizendo, com as notícias e com as experiências exitosas, com as não exitosas, para que as organizações sintam que elas estão realmente recebendo algum conhecimento que vale a pena estar participando desse grupo. Então isso era muito legal ver, essa parte. Inclusive bibliotecas, na biblioteca pública tem uma ala só para isso. Então esse aspecto também é muito bom, porque poucas são as organizações que têm acesso aos livros, que têm acesso ao conhecimento. Então isso talvez seja uma forma de vocês promoverem também o portal, não só via a internet, mas também físico. Foi uma coisa que eu vivenciei e que eu achei que foi muito proveitosa.

### **Ademar**

Bom, próximos passos. Como a informação que eu quis dizer, que em julho já teria dados detalhados do SINCONV, eu entendo que se tivéssemos condições de discutir, debater esses dados, que é algo mais ou menos de curto prazo, talvez por aí a gente tivesse mais um elemento de possibilidade de estratégia de mobilização. Porque se a gente falar de marco regulatório, não só ninguém sabe, quando sabe tem tanta coisa do marco regulatório rolando hoje, da mineração, da assistência social, já se confunde isso. Mas se a gente falar de SICONV, a maioria do Brasil sabe. Eu acho que até por aí, se a gente discutir um pouco esses dados do SICONV, a gente inclusive se anima de poder dizer: “olha, com esses dados a gente tem necessidade de ter mais informações das organizações, pra ir alimentando o nosso portal”. É uma sugestão.

Bom, a segunda, eu estou lembrando, dados dos estados e municípios, na linha do SUAS tem uma coisa chamada cofinanciamento que nos permite ter o dado do quanto os estados e municípios colocam de recurso dentro da política de assistência social. Nós sabemos que isso é limitado a um segmento, que é da assistência social, limitado a uma contribuição, que não é única, que o Estado tem de financiamento, mas que é um dado que é disponível. Eu estou sugerindo que isso possa estar sendo incorporado nessa perspectiva de termos dados um pouco mais regionalizados, estadualizados pra ir fazendo esse cotejamento.

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

A gente tem na Fazenda, pelo SIAF, e também pelo Siga Brasil, algumas bases que dão esse número macro. A questão é que a gente não consegue, como é o caso do SICONV, da FINEP, etc, individualizar. Então não é saber quanto de transferência vai, porque é só você verificar a modalidade cinquenta dentro das bases dos estados e dos municípios. A questão é que lá não conheço nenhuma experiência, a gente está desenvolvendo uma pesquisa justamente para entender esses dados nos estados e municípios, mas até hoje não conheço nenhuma experiência parecida com o SICONV em estados e municípios, de ter um sistema de registro eletrônico onde você tem esses dados. Não sei se nas leis de incentivo que existem, estaduais e municipais, se há. A gente está aqui ainda em um processo também de construção dos sistemas que vão conseguir individualizar essa informação. Ela agregada macro, até existe, mas aí tem a necessidade da limpeza da modalidade cinquenta. Modalidade cinquenta vai dar o fluxo para entidades privadas sem fins lucrativos, o que inclui, vamos lembrar, os partidos políticos, o sistema S, que é

o que aqui a gente está conseguindo ter mais clareza e *linkar* de uma forma mais assertiva. Então esses são os desafios que estão colocados. Por isso não é só uma questão de ir atrás do dado, né? O dado não está lá pronto, mas é uma construção que precisa ser feita.

### **Ademar**

É o cofinanciamento que vai para o estado que define quais são as áreas de serviço. Então você tem detalhamentos na linha do dado operacional, do cofinanciamento. Mais na particularidade do SUAS, né?

### **Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes**

Perfeito. Alguém quer fazer algum comentário sobre alguma proposta de governança? Não? Vai todo mundo pra casa pensar sobre isso? Vamos fazer o sorteio, pra dar uma inspirada enquanto vocês pensam.

[Sorteio de livros]

### ANEXOS

1. Lista de presença do II Diálogo Intersetorial do Marco Regulatório das OSCs

<b>NOME</b>	<b>ORGANIZAÇÃO</b>
Laís de Figueirêdo Lopes	SG/PR Secretaria-Geral da Presidência de República
Diogo de Santana /ou Maria victoria	SG/PR Secretaria-Geral da Presidência de República
Ricardo Poppi	SG/PR Secretaria-Geral da Presidência de República
Elisa Guaraná	SNJ Secretaria Nacional de Juventude
Ana Peliano	IPEA Instituto de Pesquisa Economica Aplicada
Felix Lopes	IPEA Instituto de Pesquisa Economica Aplicada
Victor Azevedo	FGV Faculdade Getúlio Vargas
Baiena Souto	FGV Faculdade Getúlio Vargas
Alexis Vargas	FGV Faculdade Getúlio Vargas
Euclides	FGV Faculdade Getúlio Vargas
José Bento de Amaral Júnior	FGV Faculdade Getúlio Vargas
Daniel Rech	Plataforma por um novo MROSC
Aline Gonçalves de Souza	SG/PR Secretaria-Geral da Presidência de República

Fabio Kobol	SG/PR Secretaria-Geral da Presidência de República
Vinicius Januzzi	SG/PR Secretaria-Geral da Presidência de República
Eduardo Pannunzio	FGV Faculdade Getúlio Vargas
Sergio	FGV Faculdade Getúlio Vargas
Patrícia Mendonça	FGV Faculdade Getúlio Vargas
Conrado	FGV Faculdade Getúlio Vargas
Lincon	FGV Faculdade Getúlio Vargas
Kayton Ávila	MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ana Paula Gonçalves	MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
Alessandra Lopes Gadioli	MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
CEBAS - Julio	MEC- Ministério da Educação
Jorge Oliveira Linhares Arruda	MinC- Ministério da Cultura
Allan dos Santos Nenes	MinC- Ministério da Cultura
Cláudio Segala	Ministério da Fazenda - STN
Luciano Elpídio Herzog	Ministério da Fazenda - STN
DRAC / DATA SUS	Ministério da Saúde
Marcos Vasconcellos	Ministério das Cidades - Entidades Organizadoras
Pedro Henrique Jardim Elias	Ministério dos Esportes
Ivelise Calvet ou davi	MJ- Ministério da Justiça
Fernanda Vilela Oliveira	MJ- Ministério da Justiça -SENACON
Ana Beatriz de Oliveira/Miriam	MMA- Ministério do Meio Ambiente
Ana Karine Apoliano Homs	MMA- Ministério do Meio Ambiente
José Antonio de Aguiar Neto	MP- Ministério do Planejamento
Antonio Carlos Alff.	MP- Ministério do Planejamento
Marcos/Gustavo/Elise	MP- Ministério do Planejamento
Loreni F. Foresti	MP- Ministério do Planejamento
Bruno Carrijo	MS- Ministério da Saúde
Vera Lucia da Silva Sousa	MTE- Ministério do Trabalho e Emprego
Denise Vitale Mendes	CEBRAP- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
Rebecca e algum outro aluno indicado por ela	UnB/Resocie - Repensando as Relações entre Estado e Sociedade
Eduardo Szazi	Advocacia
José Antônio de França	CFC - Conselho Federal de Contabilidade
Elisabete Ferrarezi	ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
	BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
José Eduardo Elias Romão	CGU- Controladoria Geral da União
	CNDI- Conselho Nacional de Direitos do

	Idoso
Fábio Feitosa da Silva	CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
	FBB- Fundação Banco do Brasil
Neimar Rodrigues Guimarães	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Leila	MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia
Natalia	MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Valdir e Moacir	Ministério do Turismo
Antônio Menezes Júnior	Ministério das Cidades
José Eduardo Sabo Paes	MPDF- Ministério Público do Distrito Federal
Airton Grazioli	MPSP- Ministério Público de São Paulo
Milton Rondó	MRE- Ministério das Relações Exteriores
Valmor Schiochet	MTE- Ministério do Trabalho e Emprego
Alexandre Tadeu Schuh	Petrobrás
	Prefeitura de São Paulo
Mauritânia Bogus Pereira	SAE/PR- Secretaria de Assuntos Estratégicos
Rodrigo	SDH- Secretaria de Direitos Humanos
Silvio Trida	SNAS/SG/PR - Secretaria Nacional de Articulação Social
Renata Pretulan ou Filipe Hagen e somente na sexta-feira	SPM - Secretaria de Políticas para mulheres Observatório Brasil da Igualdade de Gênero
Jonas Leandro Flores	ABCR- Associação Brasileira de Captadores de Recursos
Nicolau Soares	ABONG- Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
Helda Oliveira Abumanssur	ABONG- Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
Vera Maria Masagão Ribeiro	ABONG- Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
	ANDI- Comunicação e Direitos
Daniela Castro	Atletas Pela Cidadania
Ademair Oliveira Bastos	Cáritas
Ademar Bertucci	Cáritas Brasileira
Silvia Patrícia da Costa	CDHP- Centro de Direitos Humanos de Palmas
PAULO HAUS MARTINS	CEBRAF- Confederação Brasileira de Fundações
Antonio Dimas Galvão	CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
Lucia Nader ( vai dar uma passada na quinta-feira)	Conectas
Felippe	Data4good
Marcella Monteiro	Endeavor

Cláudia Marina Werneck Arguelhes	Escola de Gente
Jorge Eduardo Saavedra Durão	FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
decidir	FENAPAE- Federação Nacional das Apaes
Carlos Eduardo Ferrari	FENAVAPE- Federação Nacional das AVAPES
Fernanda Campana	FENAVAPE- Federação Nacional das AVAPES
Aldiza	Fundação Esquel
Andre Degenszajn	GIFE- Grupo de Institutos Fundações e Empresas
Rodrigo Gonçalves Alvarez	IDIS- Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
José Antonio Moroni	INESC- Instituto de Estudos Socioeconômicos
Adriana Ramos	ISA - instituto SocioAmbiental
Raimunda das Graça Trapassos	Movimento República de Emaús
Paula Raccanello Storto	NEATS/PUC-SP - Núcleo de Estudos Avançados em Terceiro Setor Golfieri Reicher Storto Advogados
Moisés Bauer Luiz	ONCB- Organização Nacional de Cegos do Brasil
Jairo Fraga da Silveira	ONCB- Organização Nacional de Cegos do Brasil
Cláudia Remião Franciosi	Parceiros Voluntários
Mariana Andrade Miranda	Reos Partners
Flávio Conrado	Visão Mundial
Adriana Dias	Viva e Deixe Viver

2. Principais contribuições e questões levantadas no II Diálogo Intersectorial do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Indicadores e Construção do Portal das OSCs.

## **INTRODUÇÃO**

Este relatório apresenta as principais contribuições e questões levantadas no II Diálogo Intersectorial do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Indicadores e Construção do Portal das OSCs, realizado em Brasília, nos dias 20 e 21 de junho de 2013.

A lista completa de entidades representadas nesse relatório inclui:

- Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG);
- Caritas Brasileiras;
- Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf);

- Conselho Federal de Contabilidade e Fundação Brasileira de Contabilidade (CFC/FBC);
- Controladoria Geral da União (CGU);
- Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE);
- Data 4Good;
- Escola de Gente;
- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos (FASE/FBDH);
- Federação Nacional das Avapes (Fenavape - Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência);
- Fundação Getulio Vargas (FGV);
- Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE);
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Instituto Hartmann Regueira (IHR);
- Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS);
- Ministério da Cultura (MinC);
- Ministério das Cidades;
- Ministério do Esporte;
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Ministério Público de São Paulo;
- Ministério Público do Distrito Federal;
- Parceiros Voluntários;
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP);
- Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA);
- Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR);
- Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV); e
- União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

O relatório está dividido em três blocos, correspondentes a cada uma das sessões do evento. No primeiro bloco, as discussões ocorreram sobre o tema da caracterização das Organizações da Sociedade Civil. No segundo bloco, o tema foi a análise e divulgação dos recursos públicos destinados às OSCs. O terceiro bloco foi sobre as funcionalidades e interatividades do Portal.

## **BLOCO I - Caracterização das OSCs**

Comentários dos Participantes

### **José Eduardo Sabo - MP DF**

Considera que a base de dados de todas as organizações esportivas poderia ser incorporada ao portal.

### **Carlos Ferrari - FENAVAPE**

Contrasta duas concepções para o portal: uma em que o portal é elaborado a partir das bases formais, outra a de um portal voltado a induzir que as organizações se inscrevam e forneçam informações sobre si.

As classificações a partir das bases formais podem fazer com que as organizações se identifiquem de uma forma diferente daquelas que entendem ser (Entidade Ambientalista vs. Entidade em defesa da população indígena), o que poderia gerar distorções. Deve-se pensar em uma estratégia de estruturar a ferramenta para evitar uma distorção neste sentido.

Sugere participação social, como trazer para o portal estratégias inovadoras de sustentabilidade, o que poderia contribuir para a formação de uma rede de trocas de informações para a promoção da sustentabilidade.

### **Paulo Haus - CEBRAF**

Questiona a adoção de classificações formais para a identificação das áreas de atuação das OSCs, pois estas não necessariamente se percebem nas categorias desta classificação formal. Como categorizar as OSCs? Certamente não pelas classificações formais.

Pergunta quais seriam os fóruns de diálogo com tais organizações.

Aponta outro problema, que seria a questão da formalização das organizações estrangeiras, pois há uma distorção entre as leis que as regulam, sendo essas baseadas nos seus países de origem, e a lei brasileira, o que acaba distanciando tais organizações dos órgãos governamentais.

### **José Antonio de França - CFC/FBC**

Sugere que dois outros instrumentos poderiam ser agregados. Cadastro de empregos (CAGED) e a Base da economia solidária do MT.

Do ponto de vista qualitativo, acredita que alguns ministérios públicos possuem informações que poderiam complementar as bases do portal.

Considera relevantes as informações adicionais: quantitativo de voluntários e o valor justo da remuneração desses profissionais, o que permite se ter uma ideia do volume de recursos que as OSCs movimentam.

### **Vera Masagão - ABONG**

Acredita que devem ser mapeados os principais cadastros de informações. Utilizar o cadastro do CNPJ, porém este não é acessível devido ao sigilo das informações.

Sugere agregar outras duas bases: a base de dados do Banco Central sobre a remessa de recursos de organizações estrangeiras para OSCs e a base de dados da Petrobras.



### **Antônio Menezes Junior - Ministério das Cidades**

Questiona de que forma as informações que se pretende dispor no portal podem contribuir para as organizações e órgãos interessados.

Questiona se a classificação em torno da localização da sede é suficiente? De que forma será possível observar a finalidade social dessas organizações, qual é o hall de serviços oferecido por elas.

Sugere agregar informações sobre o cooperativismo.

### **Daniel Rech - UNICAFES**

Apresenta a problemática da classificação, uma vez que esta é uma classificação hipotética e que não se aproxima da percepção dessas organizações sobre sua atuação.

Em relação às cooperativas, estas se deparam com a impossibilidade de enquadramento nesta classificação, dado que esta não considera os diferentes tipos de cooperativas, e acaba forçando tais entidades a se enquadrarem como cooperativas empresariais.

Questiona a definição de organizações religiosas como organizações que realizam ritos, uma vez que leva a diversas distorções. Faz com que essas abduquem a sua natureza, sua atuação, seja em defesa de direitos, educação, entre outros, ficando obrigadas a se identificarem enquanto organizações religiosas.

### **Claudia Werneck - Escola de Gente**

Relata que se sente totalmente a parte do mundo de relações do governo com as OSCs. Não acredita que o SICONV seja uma ferramenta legítima para a transparência das parcerias.

Relata a preocupação de que sejam evidenciadas as origens das organizações, seus históricos.

Indica que há um grande problema para a formulação de indicadores para medir a atuação das OSCs, muitas vezes dada a complexidade ou a natureza singular dos serviços que prestam.

Questiona qual é a definição de voluntariado sendo utilizada.

### **Airton Grazioli - MP SP**

Relata o problema de lidar com dois mundos distintos, aqueles das organizações formais, e aquele das organizações informais. Portanto, deve ser feita uma escolha sobre qual mundo deverá ser abordado.

Deve-se atentar não para a natureza jurídica, mas sim para a finalidade da atividade, como linha de corte para selecionar as entidades que podem compor a base, uma vez que a natureza jurídica captura organizações com propósitos totalmente distintos aos interesses da sociedade (e.g. Associação Brasileira de Supermercado).

### **José Eduardo Romão- CGU**

Argumenta que, para além dessas bases, pode-se estabelecer um canal para a identificação das OSCs informais, através do qual essas organizações poderiam fornecer informações próprias.

Aponta a preocupação com o formato que a informação é apresentada no portal, dado o público alvo, e acredita que o ideal será oferecer informações sob um formato aberto.

**Neimar Rodrigues Guimarães - IBGE**

Atenta para o desafio de consolidar informações de diversas bases, dada as dificuldades individuais de cada base em consolidar informações cadastrais diversas e em mantê-las atualizadas.

**Paula R. Storto - PUC-SP**

Relata a preocupação em obrigar o cadastro das OSCs no portal, diz que deve ser optativa, caso contrário pode ferir a liberdade de atuação dessas.

Acredita que o portal deve abarcar também grupos e movimentos. Outra informação relevante dessas organizações é o histórico.

**Ademar Bertucci - Cáritas Brasileiras**

Sugere incluir a base da Fundação Banco do Brasil. Outras bases interessantes também poderiam ser os cadastros do Serviço Social da Indústria (SESI), da SASE (Serviço de Assistência Social e Educacional?).

**Paulo Haus - CEBRAF**

Relata a preocupação com a publicização das informações, no que diz respeito ao sigilo e autorizações, acredita que este deva ser um ponto de atenção.

Outro ponto que atenta é para o fato do dado sobre organizações religiosas possivelmente estar enviesado, dado o benefício da imunidade tributária dada a essas, o que pode levar organizações a adotar a classificação como organização religiosa, mesmo que sua atuação não tenha necessariamente esse fim.

Sugere a inclusão da Base de Dados do Siga Brasil.

**Síntese dos principais pontos levantados:**

Dificuldade de realizar classificação das OSCs, formatos jurídicos rígidos e realidades de muitas organizações mais fluida e informal.

Preocupação com a forma de publicização de informações

Discussão sobre as bases que estarão sendo agregadas ao Portal, como Ministério Esporte; Cadastro de empregos (CAGED) e a Base da economia solidária do MT; alguns ministérios públicos possuem informações; Siga Brasil; Serviço Social da Indústria (SESI) e SASE; Banco Central sobre a remessa de recursos de organizações estrangeiras para OSCs; Petrobrás. Lembrando que parte dessas bases já foi levantada, mas outras foram sugeridas pelos participantes.

Um dos aspectos mais importantes levantados por grande parte dos participantes está na dificuldade de integrar tais bases e mantê-las atualizadas deve ser levada em consideração.

## **BLOCO 2 - Recursos Públicos**

### **Comentários dos Participantes**

#### **Paulo Haus - CEBRAF**

Questiona se a Lei de incentivo possa servir de indicativo de transferência do governo para as instituições, não acredita que deva colocá-la no Bloco de Recursos.

Chama atenção para o fato de que algumas bases mostramos recursos repassados a organizações que estão situadas em locais determinados, mas que não capturam a capilaridade dessas organizações e, portanto, não representam perfeitamente onde os recursos são despendidos.

Entende que para a avaliação e análise das OSCs devam ser considerados os resultados obtidos, que são fundamentais, e não apenas o volume de recursos repassados.

#### **Paula R. Storto - PUC-SP**

Lembra que um dos maiores problemas dos convênios é que diversas atividades são formalizadas como convênio, quando na realidade são serviços prestados ao estado e que deveriam assumir um caráter de contrato de prestação de serviço.

Questiona também se outras formas de repasse, que não aquelas consideradas para os repasses do SICONV (como editais, etc), também não deveriam estar consideradas na base que irá abastecer o portal, uma vez que tratam-se de recursos públicos e representam um volume considerável de recursos.

#### **Carlos Ferrari- FENAVAPE**

Questiona se a finalidade do portal seria o autoconhecimento do setor ou, alternativamente, se não seria uma ferramenta do estado de monitoramento dessas organizações. Como o portal abordará a questão dos recursos públicos, para fins de transparência, pode gerar situações delicadas e acabar por desestimular a participação e o cadastramento das OSCs.

#### **Jorge Durão - FASE/FBDH**

Aponta para a dificuldade das OSCs em realizar ações com recursos públicos, dado o alto custo de estabelecer essa relação. Portanto, questiona se o portal busca refletir estritamente as relações entre as OSCs e o Estado ou se pretende refletir as ações e os recursos utilizados por essas organizações, seja qual for a origem (públicos e privados).

#### **Pedro Henrique Elias - Ministério do Esporte**

Relata a preocupação sobre a atualização da base de dados, uma vez que são integradas diversas bases que retratam informações sobre períodos diferentes. Em alguns casos, essas diferenças podem ser bastante significativas, o que pode causar complicações no tratamento dessas bases e distorções ao portal.

**José Antônio Neto - SICONV**

Entende que o objetivo do portal não deve ser tratar da situação cadastradas organizações (adimplente ou inadimplente), e que o SICONV não é a base que tem por objetivo relatar esse tipo de informação. O repositório que tem tal finalidade é o próprio portal da transferência da CGU.

**Flavio Costa - MTE**

Destaca que a principal chave para consolidação dos dados atualmente é o CNPJ, porém entende que esta chave, em diversos casos, não é suficiente, dado que diversas informações são disponibilizadas sem tal chave e em casos ainda de forma não digitalizada.

**José Antonio de França - CFC/FBC**

Chama atenção ao fato que diversas dessas organizações, com determinado porte financeiro, possuem a obrigação de divulgar seus balanços. Tal corte é feito justamente devido às organizações de menor porte de recursos não possuírem os recursos necessários para arcar com o custo dessa publicação e, portanto, seria interessante se o portal pudesse cumprir tal função.

**Rodrigo Alvarez - IDIS**

Questiona a quem se destina esse portal? E qual é a utilidade que se pretende para esse público?  
Acredita que deveria se destinar a sociedade civil que poderia tirar muito proveito das informações disponibilizadas no portal e contribuir para aprimoramento da própria base.

**Carlos Ferrari- FENVAPE**

O portal deve possibilitar que as OSCs possam estruturar informações próprias para disponibilizar à população. Este por si só já é um benefício às organizações que não possuem o nível de profissionalização necessário a se inserir em cadastros mais formais e burocráticos.

**Cecília Regueira - Instituto Hartmann Regueira (IHR)**

Chama a atenção ao fato de que nos EUA a iniciativa de elaborar um portal com esse caráter partiu das OSCs e não do Governo, o Foundation Center foi criado justamente com o propósito de dar

transparência à ação dessas organizações para a população. Portanto, uma vez que a iniciativa neste caso é do Governo, acredita que é importante deixar claro para as OSCs quais são as intenções do governo com tal ferramenta para não prejudicar a interação delas com o portal.

Sugeriu o estabelecimento de níveis de detalhamento, de qualidade, de transparência, de informações que estariam disponíveis no portal e que devem estar consistentes com o propósito da ferramenta. Destaca que o portal não pode assumir um caráter de controle das OSCs pelo Governo.

#### **Vera Masagão - ABONG**

Entende que o portal, da forma como está sendo desenvolvido, apresenta um benefício muito mais focado ao estudioso do campo do que propriamente às OSCs e a população interessada em conhecer tanto o setor como organizações específicas e acredita que a ferramenta deve se adequar melhor ao público alvo.

#### **Cláudia Franciosi - Parceiros Voluntários**

Acredita que seria muito interessante se o portal pudesse criar um espaço de diálogo e contribuição entre as OSCs e organizações/órgãos públicos, estimulando o setor a trocar experiências e se profissionalizar, em sua opinião, fatores fundamentais para a consolidação das OSCs.

#### **Antonio Dimas - CESE**

Apona que para a discussão sobre quais as informações e indicadores que devem ser disponibilizados no portal, devem ser discutidos os conceitos que fundamentam o portal, como: qual é o seu público alvo? Quais são os seus objetivos?

#### **Paula R Storto - PUC-SP**

Sugere que o portal deve ser destinado à população, eventualmente ao jornalista, ao estudante, não sendo público desta ferramenta órgãos públicos cujo objetivo seja o de controle.

Acredita que as informações que vão estar disponíveis no portal e os indicadores que podem ser criados devem partir do diagnóstico desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre o Marco Regulatório, pois neste documento é relatado um quadro muito claro sobre os rumos que o setor está tomando e quais são as maiores questões presentes na atualidade relativas às OSCs.

Recomenda a geração e divulgação de informações simples e de qualidade visando reduzir a desinformação que existe acerca do setor. Os objetivos devem ser o controle social e o aumento do fluxo recíproco de informações.

#### **Bianca dos Santos - SG/PR**

O MinC, no desenvolvimento de uma sistema semelhante ao proposto, está adotando a estratégia de criação de uma estrutura de rede social visando abastecer e validar as informações mais detalhadas sobre as OSCs.

#### **Anna Peliano - IPEA**

Acredita que não se deve partir das informações que podem ser geradas nas bases, mas de quais são as perguntas mais frequentes sobre o setor para as quais não se conseguem respostas e quais são as principais demandas no sentido informacional acerca das OSCs.

#### **Jorge Durão - FASE/FBDH**

Entende que há um grande risco político da iniciativa do portal, uma vez que o governo assume um compromisso de botar em evidência questões que hoje são polêmicas para a sociedade civil e também comprometendo um grande volume de recursos, pode gerar uma dúvida, uma ambiguidade em relação ao objetivo do governo com essa ferramenta.

#### **Ademar Bertucci- Cáritas Brasileiras**

Questiona se a ferramenta deveria ser uma iniciativa do governo ou da sociedade civil, uma vez que o governo, ao mesmo tempo em que lança um projeto desses não deixa clara a sua posição e o seu compromisso com o setor.

Entende que deve haver, por parte do governo, a preocupação em tomar conhecimento e se aproximar daquelas organizações que, por não possuírem recursos ou estrutura, não conseguem se incluir nos sistemas formais de informação atualmente utilizados pelo Setor, inclusive considerando a expressiva quantidade desse tipo de organização.

#### **Síntese dos principais pontos levantados:**

Além de convênios há outras modalidades de repasse, que devem ser consideradas, inclusive com a sugestão de se dar visibilidade à financiamentos, doações, etc, de outras fontes além do Governo Federal, quer sejam públicas (Estados e Municípios), quer sejam as privadas.

Questionamentos sobre o portal: qual objetivo? Quem o utilizará? Quais informações destacar? Quais informações que pode gerar que ainda não são de conhecimento público?

O portal deve ser totalmente transparente para não gerar nenhuma ambiguidade de sua real finalidade e não ser mal compreendido pela sociedade.

### **BLOCO 3 - Funcionalidades e Interatividades do Portal**

## Comentários dos Participantes

### **Vera Masagão - ABONG**

Questiona a governança sobre este portal: quem vai ter acesso, quem tem possibilidade de modificar. Segundo a representante, o ideal seria que fosse uma governança compartilhada, em que não apenas as OSCs pudessem contribuir na agregação de informações ao portal, mas também aquelas organizações públicas não estatais que lidam com o setor (e.g. ABONG) e que possuem informações sobre o setor que não necessariamente estão nas bases oficiais.

### **Ricardo Poppi - SG/PR**

Afirma que a ideia é construir uma ferramenta “viva” em que é apresentado, em um primeiro momento, o acesso desimpedido ao uso dessas bases, porém com um momento posterior em que a própria sociedade, seja o cidadão, seja OSCs, sejam organizações interessadas e envolvidas com o setor poderão contribuir com as informações que possuem, mas não apenas isso, permitir também que estes agentes possam desenvolver seus próprios aplicativos para trabalhar as informações constantes no portal de forma diferente daquelas já apresentadas.

### **Carlos Ferrari - FENAVAPE**

Destaca a questão da acessibilidade, que deve estar contemplada no desenvolvimento do portal.

Questiona alguns pontos em relação ao portal:

- Como será a gestão desse portal? Ficará alocada a um braço da secretaria ou será compartilhada? A resposta a essas questões influenciará o acesso às informações.
- Será apenas um espaço de transparência e informações ou também seria uma ferramenta de alavancagem das próprias organizações?
- Um domínio para o portal já teria sido pensado, de forma a atrair o movimento ao portal?

### **Daniel Rech - UNICAFES**

Questiona os pressupostos adotados, atenta para o ponto de que o foco não deve ser na atuação do estado, mas sim na atuação das OSCs. Relata que o estado não reconhece a contribuição que essas organizações fazem à sociedade.

Quando se restringe às transferências feitas pelo governo federal, observa-se um universo muito pequeno dessas transferências, para que esse dado fosse melhor identificado e trabalhado, deve-se considerar também as transferências realizadas no âmbito de outras esferas de governo e também as privadas.

Aponta a preocupação de que a ideia do certificado digital pode restringir o portal a um universo muito pequeno de organizações, dada a formalidade e a burocracia que este certificado adiciona.

### **Filippe Barros - Data 4Good**

Retoma questões discutidas no dia anterior: quais seriam o conceito e os objetivos do portal? Reforça a preocupação em não dar uma cara de fiscalização e de controle. Questiona como deveriam ser expostas as informações?

Aponta que o portal poderia ser dividido em dois: um lado pode ser a apresentação dos dados oficiais; de outro, a parte das instituições, em que são apresentados dados mais detalhados, relacionados e direcionados às próprias organizações.

Com relação à atratividade, recomendou que as informações fossem trabalhadas da forma mais simples e objetiva possível, que se deixasse com o menor volume de texto possível e que as informações fossem representadas da forma mais gráfica possível.

### **Claudia Werneck - Escola de Gente**

Reforça a questão sobre a finalidade do site? Novas ferramentas apresentam um trabalho grande para essas organizações se inserirem e, portanto, deveria oferecer algum tipo de incentivo a essas participarem.

Gostaria de ver no portal a origem, histórico dessas organizações, que fossem discutidos indicadores, que fossem consideradas as questões de acessibilidade, que fossem divulgadas informações sobre quais organizações estão captando recursos com o governo federal e quais não, quais migraram para outras instâncias e quais deixaram de captar recursos públicos e porquê.

Outro ponto interessante seria um FAQ (documento com perguntas mais frequentes) com as principais dúvidas sobre o portal.

### **Jorge Arruda - MinC**

Propõe diversos endereços em que cada um pudesse disponibilizar informações de formas diferentes, de acordo com o grupo de interesse que está buscando portal (governo, sociedade), por exemplo, se este for acessado via "[www.pesquisaosc.gov.br](http://www.pesquisaosc.gov.br)" teria interface e conteúdo mais direcionado a pesquisadores, caso fosse acessado via "[www.dadososc.gov.br](http://www.dadososc.gov.br)" teria interface voltada para a população, etc.

Sugere a criação de várias categorias para o tipo de organização, captação de voluntários, como participam, quais são os custos por categoria de informações, projetos, com e sem incentivos, parcerias estabelecidas, necessidades e pendências, programas em desenvolvimento na entidade, quantidade de beneficiários, fale conosco, qual a sua capilaridade, site, email, redes sociais em que atuam, volume de seguidores nas redes sociais, etc.

O acesso ao site não deve ser feito pelo CNPJ e/ou Certificado digital, pois existe um expressivo número de organizações informais.



O portal pode ser a ferramenta que aponta quais são as instituições do governo que podem oferecer recursos às organizações.

Do ponto de vista da troca de informações acredita que as organizações possam compartilhar: vídeos, imagens, boas ideias, bons projetos, casos de sucesso, sugestões de projetos, críticas à projetos. Divulgação de eventos que essas entidades realizam. Que disponibilizasse um fórum, para troca de ideias e experiências.

### **Kayton Ávila - SDT/MDA**

Novamente questiona qual é o público que se deseja alcançar com o portal, pois uma vez definido o público os recursos disponibilizados pelo site devem ser o mais acessível possível. Atualmente o site utiliza uma diversidade de recursos gráficos e que caso o público seja toda a sociedade, deve-se atentar também para o público com menor nível educacional e do interior que não tem o domínio dessas ferramentas.

Pergunta qual é o incentivo para que as entidades acessem o site e contribuam com o preenchimento de suas informações?

Gostaria de ver a possibilidade de utilização de ferramentas e de exportação de dados.

### **Alexis Vargas - FGV**

Afirma que na área de indicadores são apresentados dados consolidados em que podem ser aplicados filtros para o cruzamento e análise de informações.

Em relação às organizações informais, há sim uma preocupação em como se tratar as organizações informais, porém não há uma resposta simples para incluir tais organizações.

### **Baiena Souto - FGV**

Lembra que a ideia de contemplar dois tipos de informações, aquelas de fontes oficiais e aquelas inseridas pelas próprias organizações, é bastante interessante e relevante, porém estas não podem ser tratadas da mesma forma, pois são informações com caráter diferente.

### **Cecília Regueira - Instituto Hartmann Regueira (IHR)**

Questiona novamente qual deve ser a missão do portal? Quem deveria ser o cliente? Quais os resultados? Qual é o plano de ação?

Afirma que essas devem ser as perguntas a serem respondidas para que sejam delineados os conteúdos que deverão compor o portal.

### **André Degenszajn - GIFE**

Identificou que um dos propósitos do portal é dar visibilidade às organizações com base em dados oficiais e com a possibilidade de serem inseridos dados primários pelas próprias organizações. Na questão da taxonomia, uma sugestão seria trabalhar com *tags*, para que a busca pudesse trabalhar com classificações mais abertas que

podem ser agrupadas com base em classificações oficiais, permitindo assim que se trabalhe com classificações abertas, sem ferir pesquisas baseadas em classificações abertas.

Afirma que não é interessante trazer para dentro do portal informações que não são essenciais, sem necessidade de expor informações irrelevantes e que já estão publicamente disponíveis, pois sobe o ponto de vista da gestão, a atualização dessas informações é algo bastante complexo.

Relata uma preocupação com a avaliação das OSCs, não entende claramente qual é a utilidade dessa classificação e também a forma como isso foi desenvolvido, pois uma qualificação em escala leva a polêmicas de quais são os critérios adotados para tais avaliações e que pode acabar prejudicando aquelas que não forneceram informações complementares e que, portanto, apresentam poucas informações sobre si.

#### **Vera Masagão - ABONG**

Sugere que o portal deve manter um registro de qual é a data em que a informação disponibilizada pelas próprias organizações foi fornecida.

#### **Laís Lopes - SG/PR**

Afirma que o portal na realidade é o resultado de uma pesquisa que buscava identificar um retrato das OSCs, no entanto percebeu-se a possibilidade de transformar esse retrato em uma ferramenta dinâmica e interativa em que se possa estar constantemente atualizando informações sobre o setor, contando inclusive com informações fornecidas pelas próprias organizações.

Entende, no entanto, que em um primeiro momento deve-se partir do que é possível, em especial das bases oficiais do governo federal. Em um segundo momento pretende agregar bases também de outras esferas do governo e outras bases afins, tentando agregar da melhor forma possível informações sobre as organizações informais, entendendo as limitações associadas a essas decisões.

#### **Vera Masagão - ABONG**

Atenta para o desafio de estimular e mobilizar as organizações a preencherem o cadastro do portal e que este não deve ter a função de substituir o site dessas próprias empresas, mas ao mesmo tempo deve apresentar níveis de detalhes suficientes a agregarem informações relevantes às bases já utilizadas.

Outro ponto é que o campo que trate do histórico seja mais padronizado para permitir comparações.

#### **Anna Peliano - IPEA**

Chama a atenção para a implementação do sistema de avaliação. Segundo a pesquisadora, esta avaliação não deve ser feita pela quantidade de informações que a organização disponibiliza no site.

Seria melhor abrir a possibilidade para terceiros postarem seus depoimentos sobre a organização.

**Vera Masagão - ABONG**

Aponta que um caminho melhor do que níveis de avaliação (estrelas) é uma opção de acreditação da organização a exemplo do *facebook* (curtir).

**Daniel Rech - UNICAFES**

Discorda do ponto de abrir para depoimentos de pessoas conhecidas, os depoimentos devem focar nos beneficiários da organização. A avaliação é um processo bastante importante e deve focar na questão dos resultados, sugere que este campo seja de autopreenchimento.

**Laís Lopes - SG/PR**

Atenta para o fato de que uma avaliação de autopreenchimento demandaria um processo de validação e, portanto uma estrutura muito mais complexa do que a atualmente proposta. A ideia inicial era a de um processo mais automático.

**Alexis Vargas - FGV**

Chama atenção para o ponto de criar um ambiente em que possam ser inseridos depoimentos, pois estes podem ter teor tanto positivo quanto negativo e exigiria uma mediação para evitar que o fórum perdesse o seu propósito.

**Anna Peliano - IPEA**

Sugere que a avaliação não deveria buscar medir impactos, pois medir impactos é algo extremamente complexo, pois dado o problema de atribuição, estariam em jogo uma diversidade de variáveis externas fora ao controle da organização e que poderiam prejudicar a imagem desta. Portanto deve-se ater a questões mais concretas, produtos e serviços oferecidos à população, resultados mais do que impactos.

**Laís Lopes - SG/PR**

Pergunta aos participantes qual seria o extrato ideal de informações advindas do SICONV? Número, Objeto, Valor, Duração, Situação? Destaca que a organização do portal ainda não tem informação sobre local de atuação dos projetos - e que poderia ser uma sugestão para o SICONV.

**Euclides - FGV**

Sugere que o portal possa ser utilizado para a divulgação das metas fixadas, e dos produtos entregáveis.

**Paula R. Storto - PUC-SP**

Adverte que não se deve colocar tudo o que há no SICONV porque todas essas informações já estariam disponíveis hoje. A ideia seria destacar informações menores, mas relevantes. O Portal não deve ser um Portal de controle.

**Alexis Vargas - FGV**

Pergunta que outras informações seriam interessantes extrair de parcerias que não aquelas com o governo federal? De que forma podemos agregar essas informações ao site?

**Vera Masagão - ABONG**

Responde que para colocar as informações de outras fontes de recursos, não se deve transmitir essa informação pela entidade financiadora especificamente, mas abordar este item por meio de categorias para as fontes de recursos.

**Andre Degenszajn - GIFE**

Salienta que é complicado vincular os recursos por projeto, uma vez que não é a forma universal de registro de recursos, mas que seria interessante solicitar as receitas e as fontes de recursos (tipos de fontes e não entidades).

**Paula R. Storto - PUC-SP**

Propõe que se abandone essa lógica de projetos, pois impõe a ideia de que a organização é uma soma de projetos, deve-se buscar retratar o que a organização é e ao que ela se pretende, mas não focar apenas nos projetos de forma estanque.

**Laís Lopes - SG/PR**

Lembra que são muitos os tipos de vínculos que as OSCs podem estabelecer com seus funcionários, portanto são inúmeras as possibilidades de relacionar os dados. Assim, questiona qual seria a melhor forma e quais seriam as informações mais interessantes.

**Anna Peliano - IPEA**

A pesquisadora sugere que para cada indicador que se pretende colocar no portal devem ser realizadas as seguintes perguntas: por que, para que, para quem?

**Laís Lopes - SG/PR**

Sugere a disponibilização no portal da relação de links de sites que podem ser úteis e produtivos às OSCs.

**Antonio Dimas - CESE**

Recomenda que cada entidade informe qual é a política da organização em relação às questões de gênero, acessibilidade, raça.

**Laís Lopes - SG/PR**

Aponta que mais do que entrar necessariamente na política seria mais interessante que a entidade informasse quais políticas que ela possui, assim a informação fica mais objetiva e ao mesmo tempo agrega bastante valor ao perfil dessas. Alternativamente à proposição do Dimas de que cada organização descrevesse a política dela em relação a diversas questões (raça, gênero, etc), o que poderia ser feito era uma listagem apenas quais políticas possui. Por exemplo, ao invés dela descrever no site que ela possui como política de igualdade de gênero manter metade do seu quadro de funcionários para cada gênero, ela informaria apenas que possui uma política de igualdade de gênero.

**Anna Peliano - IPEA**

Pergunta qual seria a relevância de se colocar o número de funcionários formais, haja vista que como indicado pela FASFIL, cerca de 72% das OSCs não possuem funcionários formais?

**Laís Lopes - SG/PR**

Responde que embora no portal indique, pela RAIS, que tal organização não possui nenhum vínculo ativo, a organização poderá imputar se possui voluntários, prestadores de serviço e quantos.

**Anna Peliano - IPEA**

Pergunta se haverá então um campo para indicar o numero prestadores de serviço remunerados?

**Paula R. Storto - PUC-SP**

Sugere que se busquem as informações que atualmente não são disponibilizadas pelos dados formais, por exemplo, informações sobre os resultados alcançados por tais organizações e número de voluntários.

**Andre Degenszajn - GIFE**

Recomenda que não se focalize tanto nas questões qualitativas, uma vez que tais organizações não colocam nem em seus próprios websites; alternativamente, que se atenham a dados mais simples e objetivos, para não criar uma barreira à participação.

**Anna Peliano - IPEA**

Acredita que se deve ir muito além das informações fornecidas pelas próprias organizações. Pois os dados de autopreenchimento, além de, possivelmente, serem pouco representativos, apresentarão informações de baixo potencial de agregação e, portanto, serão de baixa utilidade para fins de análise.

**Antonio Dimas - CESE**

Pergunta o que se significam os indicadores para um portal de informações, qual seria a relevância dos indicadores para o portal? Qual seria o número de organizações cadastradas?

#### **Laís Lopes - SG/PR**

Responde, sobre os indicadores, que não são para o Portal. A pergunta relevante seria: quais são os indicadores sobre as OSCs que podem ser apresentados e georeferenciados?

Informa que desde a criação do SICONV há uma cobertura de 1888 municípios de entidades que recebem recursos públicos.

#### **Baiena Souto - FGV**

Destaca que podem ser agregados dados não só advindos das parcerias indicadas no SICONV, por exemplo, o Censo SUAS (Sistema Único de Assistência Social), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) apresenta informações como nível de faturamento, número de voluntários, etc.

#### **Anna Peliano - IPEA**

Lembra que se apenas 3% das OSCs recebem recursos do governo federal, essa informação por si só já é valiosa e, portanto deve-se procurar evidenciar melhor essas relações e o porquê dessa concentração.

#### **Laís Lopes - SG/PR**

Tenta resumir as informações que podem ser apontadas nos indicadores em quatro grupos de questões:

- De onde vêm os recursos?
- O que as organizações fazem com este recurso?
- Onde estão localizadas?
- A quem beneficiam (indicar perfil dos segmentos)?

#### **Ademar Bertucci- Cáritas Brasileiras**

Atenta para o fato de que é vital pensar em uma estratégia de estímulo às entidades para participem do portal e para se cadastrarem, uma vez que as informações fornecidas pelas próprias entidades é de extrema importância. Já os dados do SICONV apresentam apenas 3% do universo total das organizações e, portanto, tem pouca informação do universo completo. Somado ao fato de que o modelo participativo costuma envolver também uma parcela pequena do universo, corre-se o risco de o portal ser pouco representativo no que diz respeito às informações sobre as OSCs.

#### **Laís Lopes - SG/PR**

Novamente relata que o objetivo da SGPR com o portal é, inicialmente, apresentar uma fotografia do setor, uma vez que para colocar algo dinâmico é necessária a participação das OSCs. Esse

objetivo seria relativamente complexo de se ter, por isso a estratégia seria partir de bases oficiais e já apresentar diversas informações. Dessa forma, não se partiria do zero.

Segundo ela, os próximos passos seriam abordar a questão da governabilidade, inclusão de bases de estados e municípios, FAQ e capacitação.

#### **Vera Masagão - ABONG**

Sugere que se discuta não apenas a governança do portal, mas também a governança dessa agenda, para evitar que o portal seja descontinuado por gestões futuras.

#### **Cecília Regueira - Instituto Hartmann Regueira (IHR)**

Pergunta o que irá atrair a entidade a atualizar o sistema. Uma das experiências observadas no Foundation Center é a questão da capacitação. Sugere também a elaboração de uma newsletter, onde seriam apresentadas notícias relevantes, casos exitosos e demais experiências.

#### **Ademar Bertucci - Cáritas Brasileiras**

Recomenda agregar dados de estados e municípios na linha do SUAS, onde há um mecanismo semelhante chamado co-financiamento em que são informados os volumes de recursos repassados à organizações do setor de assistência social.

#### **Síntese dos principais pontos levantados:**

Questionamentos sobre a governança do Portal, como será identificado inicialmente o Portal, e também como será realizada a continuidade, e que tipo de participação efetiva das Organizações está sendo pensada.

Possibilidade de trazer classificações mais abertas que as atualmente conhecidas, que são trabalhadas com base nos dados oficiais.

Preocupação com a quantidade de informações e incentivos dados as OSCs para preenchimento de dados. Não deve ser repositórios de informações já disponíveis ou mais um local para replicar cadastros.

A interatividade do portal deve considerar dois tipos de participantes, as OSCs que inserem informações e buscam se fazer conhecer por meio do portal; e outros usuários que farão consultas (sociedade, governo e as próprias entidades).

9.8 Formulários preenchidos pelos participantes do II Diálogo Intersetorial do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Indicadores e Construção do Portal das OSCs

## **BLOCO I - Caracterização das OSCs**

### **1 - A - Existem outros dados que devam ser selecionados para a Matriz de Indicadores para a exposição no Portal?**

Computador 2

A linha de corte não pode ser a formalidade jurídica, mas a atividade ser de fato social de interesse público que desenvolve, etc

Na classificação proposta pela fasfil, chama a atenção as associações patronais e profissionais, as entidades religiosas e de outras diversas

Outros tipos? Redes, consórcio de meis, cooperativas, grupos informais, empresas sociais, organizações estrangeiras,

- trabalhar com o que temos - todas as dimensões

Computador 4

Dados financeiros das entidades, sejam abertos ou agregados.

Computador 6

Dados sobre cooperativas;

Computador 14

Não sabemos qual será a matriz de indicadores e, portanto, não é possível identificar que outra informação seria necessária para compor os indicadores. Seria interessante se fossem agregadas informações advindas do relacionamento das entidades com os governos estaduais e municipais.

Além disso, será fundamental que as próprias entidades sejam capazes e estimuladas a inserirem informações para comporem os indicadores;

Computador 18

Base de dados dos Esportes.

Computador 20

Cadastro das APAE's (uma das maiores redes de Organizações da Sociedade Civil no Brasil - aproximadamente 2100 APAE's) a ser disponibilizado pela FENAPAE's;

Base de dados das Organizações com registro nos CMDCA's.

Computador 24

Acrescentar o mapeamento dos cadastros disponíveis nos estados e capitais

Utilizar o cadastro do CNPJ / DIPJ para obter os dados econômicos - participação do setor na sociedade

Dados do Banco Central sobre remessa de recursos do exterior para as OSCs brasileiras

Editais da Petrobras



## **1 - B - Você tem sugestões de outros cruzamentos que podem ser feitos com as bases de dados apresentadas?**

Computador 2

Registro do histórico - capacidade

- acervo técnico - know how - investimento anterior da entidade no tema
- voluntariado
- outras formas de dar visibilidade aos investimentos e às contrapartidas - Cláudia Werneck
- esforço em busca da transparência
- outros registros que podem ajudar a comprovar a capacidade técnica das entidades
- ajudar a separar esta confusão da classificação

Computador 6

Censo sobre o público alvo e perfil atendidos pelas entidades beneficentes pesquisadas pela FASFIL; e

Cruzar informações sobre o IDH e o georreferenciamento das entidades.

Computador 20

Não se trata de cruzamento de dados e sim inclusão de outro: seria interessante incluir um campo que registrasse o número de pessoas atendidas pelas Organizações da Sociedade Civil e seu respectivo foco de atuação a fim de dimensionarmos a capacidade de atendimento e abrangência

## **1 - C - Outras sugestões**

Computador 2

Deve abarcar e não retroceder nas 3 dimensões de atuação das OSC

- cadastros devem respeitar as dimensões de liberdade, participação e parcerias com a união (questão do Paulo Haus sobre assistência social) e também com estados e municípios
- cadastros obrigatórios como condição para acesso ao direito de participação ou a contratualização desconfiguram a identidade das organizações e barram acesso a direitos - direito de personalidade da pessoa jurídica

Computador 6

Pesquisar dados e informações sobre entidades/organizações em municípios (prefeituras e respectivas secretarias) com população superior a 100.000 habitantes.

Computador 10

- pensar a criação de mecanismos para facilitar a formalização das OSC distanciadas
- simplificação de registro de OSC com custo insignificante

- burocracia zero; a única obrigação inicial seria dizer formalmente que existe, ou o mais próximo disto

Computador 20

- paralelamente ao cadastro das OSC's seja pelas suas atividades executadas e/ou pela sua personalidade jurídica, não vejo incompatibilidade em ter disponibilizado no Portal um campo para registro das OSC's que não sejam Fundações e/ou Associações para que se cadastrem.

Computador 28

Para a coleta da FASFIL, IBGE, na definição de esporte, é preciso uma redefinição como:

- Desvincilhar "esporte" de "recreação"

- Retirar turismo, guarda-mirins, associações de intercâmbio

Definir se as confederações e federações de esporte entram no Fasfil e no levantamento do Portal.

## **BLOCO 2 - Recursos Públicos**

### **2 - A - Existem outros dados que devam ser selecionados para a Matriz de Indicadores, para exposição no Portal?**

Computador 6

No Ministério do Meio Ambiente, um volume significativo de recursos foram repassados a entidades sem fins lucrativos nos últimos 13 anos por meio de projetos de cooperação técnica internacional. Existe um sistema do ministério de acompanhamento dos repasses e prestações de contas de recursos internacionais, o Sigma. Contudo, não sei se ainda está sendo atualizado com dados.

Computador 10

Todos os recursos orçamentários transferidos (convênios) às OSC estão registrados no SIAFI na modalidade 50. Excluem-se os que foram pagos como contratos (modalidade 90)

Computador 11

As demonstrações contábeis de qualquer entidade jurídica é constituída de informações públicas. O balanço é um documento público. Para as entidades que tem porte financeiro a disponibilização é obrigatória. Para as pequenas entidades, por questão de racionalidade, não há a obrigatoriedade.

Poderia o portal ser disponibilizado para a prestação de contas das Entidades? Se isto for possível a transparência pode ser maximizada.

Computador 24

- Considerar a área de atuação da OSCs e não somente o localidade da sede. Ex: OSCs de atuação nacional

- Incluir dados sobre participação social, presença em conselhos e conferências de políticas públicas nos níveis municipais, estaduais e federal.
- Acrescer informações sobre faixas orçamentárias, e voluntariado
- considerar dados de avaliação por resultado

Computador 28

- Informar o local de execução do projeto e não somente a sede da organização.

## **2 - B - Você tem sugestões de outros cruzamentos que podem ser feitos com as bases de dados apresentadas?**

Computador 10

Buscar identificar contratos com OSC, por não serem na modalidade 50 (transferências), também no SIAFI.

Computador 23

A utilização dos dados das transferências para a ciência e Tecnologia produz uma enorme distorção nesse debate. Em primeiro lugar essas transferências são muito maiores do que os convênios para projetos socioambientais, independente de número de pessoas envolvidas e muito mais, ainda, em respeito a beneficiários. Não são projetos sociais ou equivalentes. Não podem ser confundidos com os projetos que motivam esse debate e o portal.

Mais, o grande volume (de longe o maior) de transferência para Pesquisa e Desenvolvimento (Ciência e Tecnologia) é feito para construção de laboratórios em universidades públicas ou para projetos de fundações de apoio universitário de universidades públicas, dedicadas que são a implementar a atividade das universidades públicas. Logo, em última análise, grande parte desses recursos são feitas para entes de direito público, mesmo que formalmente indiretamente (pelas fundações para construir laboratórios em universidades públicas, por exemplo), na prática não há dúvidas de que são transferências diretas público-público, não são público-privado.

Assim, nossa proposta é a retirada dos dados da Finep ou da separação desses dados para que sejam estudados em separado.

A segunda contribuição é em respeito ao conceito de que isenções e imunidades possam ser consideradas como recursos públicos e de transferências voluntárias, mesmo que indiretas. Trata-se de uma questão conceitual básica que altera toda percepção e resultado do enquadramento, reconhecimento e regulação da sociedade civil.

Do ponto de vista do portal são recursos públicos as transferências diretas, os incentivos fiscais, as isenções e as imunidades fiscais.

A rigor da tradição do direito brasileiro, transferência voluntária de recursos públicos não se confunde com leis de incentivo, isenções ou imunidades.

Recurso público diz respeito nesses casos somente às transferências discricionárias do administrado público, daí porque são nomeadas como 'transferências voluntárias'.

Do ponto de vista defendido por um dos membros do grupo, no estado democrático de direito a lei não é prerrogativa do estado, é o seu limite. No estado democrático de direito a lei é o limite do arbítrio do poder, o limite do estado, a garantia dos cidadãos e da sociedade contra o arbítrio que foi superado quando ao fim do período ditatorial de 1964/85.

Logo, considerar isenções e imunidades como renúncias fiscais ou transferências públicas (mesmo que indiretas) é o mesmo que dizer que a lei não é senão a prerrogativa do poder público e que permitiria, no último ponto da linha, a intervenção de todo servidor público de controle a intervenção em atividades da sociedade brasileira, atividades incentivadas por lei.

Quem incentiva é a lei, não é o estado.

Quem isenta é a lei, não é o governo.

Quem imuniza é a constituição, não é o servidor público.

Lei é prerrogativa do cidadão, logo, não é transferência, não é voluntária, não se traduz em recurso público (no conceito que se dá ao orçamentado que permite o controle típico do poder público) strictu sensu, sequer indiretamente considerado. Somente poderia ser recurso público se tudo o que existir em sociedade também o seja.

Proposta: retirar da conceituação de 'recursos públicos' os incentivos fiscais, as isenções e as imunidades. Os três elementos são direitos, não são prerrogativas de transferência discricionária do administrado público.

## **2 - C - Outras sugestões**

Computador 10

Sugerir a Coordenação-Geral de Contabilidade/STN/MF a criação de subitem na natureza da despesa (33.50.41.01 ou 34.50.41.01, quando 01 é AC), a exemplo do que já ocorre nas naturezas de despesa relativas às transferências a estados e municípios, o subitem identifica a UF beneficiada.

## **BLOCO 3 - Funcionalidades e Interatividades do Portal**

### **3 - A - Há alguma sugestão relativa à visualização do Mapa e/ou dos Indicadores?**

Computador 5

Uma preocupação que nos ocorre é a realidade de conexão de internet em todo país. Daí o sistema pode apresentar demora no uso do portal já que o mesmo se vale de muitos recursos gráficos o que exige uma conexão rápida o que só acontece geralmente em grandes centros.

Outro detalhe é o recurso street view que também está disponível para os grandes centros.

#### Computador 7

Acessibilidade: qual será acessibilidade, nível 1, 2 ou 3? Governo teria que ser nível 3.

Poderia ter um indicador de incidência- a entidade participa de redes, fóruns, conselhos, faz eventos, criar um indicador para isso. Isto teria um impacto muito grande com financiadores

#### Computador 12

Aumentar a interatividade e atratividade visual das informações para os usuários. Temos exemplos interessantes em <http://www.informationisbeautiful.net/> e

<http://visualization.geblogs.com/visualization/appliances/>

#### Computador 13

Depende do objetivo do mapa.

Será para localizar a localizar a OS?

Será para demonstrar onde houve aplicação do recurso?

#### Computador 14

As informações dos indicadores poderia ser direcionada às finalidades da instituição. Por exemplo: se a instituição atuar na área da saúde, apresentar indicadores desta área como: número de leitos disponíveis, capacidade de atendimento ambulatorial, tipos de serviços de saúde oferecidos, etc. Se atuar na educação, apresentar indicadores como: número de bolsas de estudo disponíveis, níveis de ensino ministrados, etc. Na área da assistência social, poderíamos ter acesso à informações como IDH da área da sede, projetos sociais desenvolvidos, etc.

#### Computador 16

Deixar claro quais informações são derivadas de bases oficiais e quais informações foram inseridas pelas próprias organizações -- o que pode ser feito até com diferenciação de layout.

Não consideramos adequada a função de avaliação -- sem critério ou utilidade clara. Poderia haver um indicador de percentual de informações inseridas (que poderia ser baseada em um conjunto de informações básicas).

Outra ideia, para a avaliação, seria simplesmente incluir uma funcionalidade de "apoio", para que usuários possam identificar as organizações que apoiam/admiram.

#### Computador 18

Estabelecer a fonte das diversas bases de informações e a data de última atualização das respectivas fontes.

O cadastro poderia prever uma questão sobre a finalidade da entidade. Ferramentas de exportação, extração e cruzamento de dados.

#### Computador 20

Indicadores? (José Antonio de França CFC/FBC)

Sobre a discussão da tarde do primeiro dia (ontem), em relação às funcionalidades do portal, e ao que foi exposto hoje:

Algumas entidades operam com recursos do governo, recursos próprios, e de outras fontes; outras funcionam só com recursos próprios, não dependem do governo e nem de outros financiadores; e outras operam somente com recursos de outras fontes, inclusive fontes externas.

O portal está concebido para cumprir o objetivo governamental planejado. Penso que referido portal poderá ter sua utilidade maximizada se permitir que as demais entidades que não trabalham com financiamento público possam divulgar suas demonstrações contábeis e os dados quantitativos e qualitativos dos projetos que executam, pois algumas delas podem ser potenciais candidatas a serem financiados com recursos governamentais e isto democratiza o conhecimento das ações de todas as entidades. Mas isto deve ser opcional e a ênfase é a promoção da entidade.

A justificativa das considerações é para permitir que as ações das entidades sejam conhecidas, já que fazer isto por meio da mídia livre é oneroso. O Conselho Federal de Contabilidade e a Fundação Brasileira de Contabilidade podem auxiliar, se os gestores dessas ações entenderem que precisam de cooperação.

A validação das informações pode ocorrer pelos gestores quando isto se fizer necessário. Deve-se considerar que Demonstrações Contábeis são informações pública. Para elas não pode haver sigilo, censura ou qualquer tipo de restrição. Mas precisam ser verdadeiras. Em complemento: será que as transferências governamentais são significativamente relevantes quando comparadas com o total das ações realizadas (projetos financiados pelo governo concorrentes com projetos não financiados pelo governo, em uma mesma entidade e nas entidades que não trabalham com recursos governo). A visibilidade, a transparência, a credibilidade, e a confiabilidade são atributos importantes e desejáveis para a informação das ações quantitativas e qualitativas das Entidades de Interesse Social.

Computador 21

Pensar indicadores que representem o impacto dos projetos e resultados atingidos.

Incluir um campo na seção de projetos para que as entidades possam, de forma descritiva, divulgar estes resultados, com possibilidade de uso de links para fotos, vídeos e apresentações dos projetos.

Computador 22

A visualização de mapas, indicadores e informações gerais depende do público do portal e seu objetivo. Para o governo, as informações relevantes são diferentes das buscadas pelos indivíduos da sociedade civil e assim por diante.

A sugestão é dividir o site em áreas específicas para cada público, que acessarão as informações disponíveis em um formato mais

adequado às suas necessidades. Por ex: para pesquisadores, uma planilha com os dados brutos é mais relevante do que a informação simplificada e bonita.

A área das organizações, que apresentará os dados “micro”, pode ser de auto preenchimento, já que a audiência dessa informação saberá que essa é uma limitação (as informações de auto preenchimento não devem ser cruzadas com as bases oficiais. São complementares). De qualquer forma, as principais informações dessa área pode contemplar (algumas já foram incorporadas e já estão nas bases de dados disponíveis que podem ser cruzadas):

- causa
- número de funcionários
- número de voluntários
- local
- abrangência geográfica de atuação
- abrangência das ações e perfil do público alvo
- fontes de recursos (não apenas os recursos governamentais)
- classificação jurídica
- resultados alcançados (indicadores)
- reconhecimentos e premiações
- contatos

#### Computador 26

- beneficiários do projeto e da programa público ao qual está vinculado: quantidades de pessoas, comunidades, populações e outros; características sociais, econômicas, culturais e outros que sejam significativas para compreensão do contexto do projeto.
- resultados e benefícios previstos antes do início e alcançados após conclusão do projeto.

#### Computador 31

Sugere-se que os dados obrigatoriamente abertos devem ser os governamentais e ficaria facultado às instituições apresentar determinadas informações.

#### Computador 33

Mostrar indicadores do contexto da região; fazer algum paralelo com os aparelhos públicos locais - informações que demonstram a necessidade da existência daquelas entidades na região;

Mostrar os outros recursos que são aportados pela própria comunidade: recursos próprios, doações locais etc;

Uma vez definido os indicadores, a plataforma deve permitir que o usuário refine sua pesquisa pelos critérios de pesquisa que desejar;

#### Computador 34

Temos em relação aos indicadores que precisam ser melhor definidos. Precisa ser agregado o por que da presença da associação em relação a ausencia do poder público local, uma visualização da realidade local onde a organização está inserida, a incidência política da organização num processo de mudança política social mais ampla.

### **3- B - Há alguma sugestão relativa ao perfil das entidades e suas capacidades de interatividade?**

Computador 7

Origem/ histórico das entidades, precisa constar. É preciso que as entidades contem sua historia.

Quais as redes- nacionais e internacionais- das quais a entidade faz parte- isto mostra incidência

Ter um registro específico de financiadores, onde possa dizer percentual de participação de cada um sobre a manutenção da entidade, tipos de projetos financiados, pontos fortes e fracos da parceria.

Ter um espaço específico sobre se tem parcerias ou não com poder público, ter um espaço para colocar porque não tem parcerias com o governo- governo aqui precisa estar exposto- a entidade pode colocar suas “estrelas” para classificar sua parceria com o governo, relatar os problemas que teve.

Espaço para falar se faz auditoria - governo não financia isto, mas cobra das entidades o portal não pode representar somente mais trabalho, mais risco para as entidades, sem que nenhuma informação nova por parte do governo também seja produzida. Governo tem muitas informações, mas usa muito mal, não sabe o que faz com o que já tem.

Computador 11

Sugestão seria adicionar mais um canal de contato da instituição como seu telefone.

Computador 13

Focar em todos os níveis de organizações.

Trazer os institutos empresariais

Computador 14

Se as instituições possuem contas no facebook e/ou twitter, seria interessante que os usuários pudessem conhece-las.

Computador 16

Excluir a informação sobre o fato da entidade estar habilitada ou não.

Pensamos que o portal não se presta a certificar entidade, e a informação pode gerar dúvidas e confusões

Incluir o histórico e acervo técnico da instituição

Cuidado para não ser uma duplicidade de cadastro e informação

Verificar de que forma ir com o interagir com o site da organização - link

Deve haver um tutorial de conteúdo, explicando os fundamentos de escolhas dos recortes realizados. Em alguns casos, deve haver uma tela que se abre com alguma informação importante

Inserir a possibilidade de indicar, por meio de palavras-chave (tags) redes, movimentos e grupos que a organização faz parte



Taxonomia: questão central para estruturação do portal. Devemos utilizar uma taxonomia já consolidada (como a fasfil/copni) de forma a assegurar a possibilidade de comparação com outras pesquisas nacionais e internacionais.

Paralelamente, deixar um campo aberto, com palavras-chave, para que as organizações possam se identificar de acordo com os termos que considera mais adequados. Isso pode alimentar um sistema de busca mais aberto, enquanto a taxonomia formal serviria às totalizações e indicadores

#### Computador 18

Divulgação dos princípios do Portal para a OSCs, com o objetivo de incentivar o cadastramento das organizações. Importante pensar em estratégia para captar as entidades não formais e sem acesso à Internet.

#### Computador 21

Incluir Histórico de cada entidade e o Público-alvo de suas ações. É importante que estas informações não fiquem escondidas dentro da descrição.

Importante incluir gráficos e recursos visuais na apresentação dos dados para o público em geral. Pode ser interessante uma ferramenta para criação de gráficos a partir de recortes específicos.

#### Computador 31

Preocupação aparente será a forma de atualização das informações por parte dos entes governamentais bem como das instituições. Será possível a atualização da base de dados, bem como upload de novos documentos através do portal? Tendo em vista a Lei de Acesso à Informação, toda e qualquer informação disponível no Portal estará disponível a qualquer cidadão?

### **3 - C - Há alguma sugestão relativa ao perfil dos usuários e suas capacidades de interatividade?**

#### Computador 13

Portal físico e virtual.

Dar acesso ao portal em bibliotecas públicas capacitando um profissional para que ele possa auxiliar organizações que não tenham acesso à tecnologia móvel.

#### Computador 14

Seria interessante que o usuário pudesse encaminhar suas dúvidas ou solicitações via formulário eletrônico para as instituições.

#### Computador 21

Os dados mais econômicos, acesso mediante cadastro;

O modelo de avaliação pelos usuários parece, por um lado, simplista, por outro, pode criar constrangimentos para as entidades. Uma possibilidade levantada é simplificar mais: o usuário diz se Acredita

ou não aquela entidade. Outra possibilidade levantada, de qualificar o grau de transparência e não a entidade em si, também é uma opção.

Computador 31

O acesso ao portal será livre somente aos cadastrados ou qualquer pessoa poderá acessar?

3 - D - Outras sugestões

Computador 5

Uma questão importante é como despertar nas entidades o interesse de atualizar o cadastro, de se incluir no cadastro para aquela que não estiverem lá, de adotar o portal como uma ferramenta importante no seu dia a dia.

Computador 7

Organizações fica muito exposta, governo não está exposto.

Colocar um "FAQ" com principais dúvidas dos convênios para uso das oscs. Pode ser usado para diminuir a insegurança jurídica- expor as dúvidas e quais as respostas do governo a elas.

Governo precisa estar mais exposto, colocar o seu "perfil" no portal também

Computador 10

1. Tenho observado na atividade pública um afã em adotar modernidades em sua mais alta complexidade, talvez por algum complexo diante da estonteante evolução tecnológica da atividade privada.

Não há a mesma dimensão. Para utilidade real, no serviço público a adoção de gradatividade com arte (saber o momento certo de inserir o novo, o apropriado e o mais simples) deve ser o comportamento predominante.

Assim, sugiro começar o oferecimento do Portal de forma bastante simples, mesmo com prejuízo de janelas e informações, buscando o costume e o entendimento do usuário mais simples (deixar os intelectuais esperarem) e agregar com arte os itens já pré-determinados e outros que a experiência apontar.

2. Cuidados com questões que dizem que deve ser feita alguma coisa, mas não dizem o quê. Criticar é a mais fácil das artes. Sucesso para vocês.

3. Uma precaução estratégica: a maneira mais sutil de se fazer um trabalho mal intencionado é deixá-lo iniciar-se de forma bem intencionada e construir credibilidade. No momento certo, distorcer seu objetivo para atender aos objetivos ocultos.

Computador 11

Permitir que a população que é representada por meio da Sociedade Civil possa acessar a informação desburocratizada, tornando mais acessível os dados disponibilizados.

### Computador 13

Simplificar ao máximo.

Ser objetivo.

Colocar no ar e ir evoluindo.

Um portal como esse é uma construção contínua

### Computador 18

Pensar em estratégias para dispor das informações econômicas dos microdados, frente às restrições da Lei de sigilo estatístico.

Definir bem a natureza do Portal. O IBGE, o CEMPRE deixou de ser um simples repositório de dados de diversas fontes. O CEMPRE evoluiu para a um tipo de cadastro mais dinâmico, com massivo uso de recursos de crítica estatística e revisão dos dados das fontes. A revisão dos dados implica em um esforço técnico adicional, com o benefícios de aperfeiçoar e garantir a qualidade das estatísticas divulgadas. Em suma, o Portal deve definir sua natureza: ser apenas um repositório de dados ou com um caráter mais estatístico no trabalho das fontes.

### Computador 21

Criar categorias de comunidades a partir dos públicos-alvo das entidades; Como linkar a entidade com o potencial de novas parcerias com potenciais parceiros e apoiadores?

### **Ideia para criar uma página mais interativa da entidade - autopreenchimento**

Uma página da entidade, com público alvo que ela trabalha, uma apresentação da entidade, fotos, vídeo de apresentação

Consulta pública sobre quais dados poderão ser disponibilizados, de forma que possa ser requisitado que determinado dado (disponível nas bases de dados já compiladas) possam ser disponibilizadas como futura consulta de indicadores

### Computador 30

O portal como se encontra não é da sociedade civil organizada, é sobre as OSC do ponto de vista do governo federal.

Para ser um portal a que se propõem o título propomos que peguem a experiência do marco legal de 1997/99 que fez a lei das OSCIP e a partir do qual foi criada a Rits.

Para ser justo em respeito ao portal propomos que o governo também entre com os seus dados, a dizer, os seguintes:

1. Com quantas OSC mantém relações contratuais e convênias.
2. Dentre as OSC com que mantém contratos ou convênios, em quais deles não fez licitação
3. Quanto o órgão público transfere para as OSC
4. Quanto o órgão público recebe das OSC (contrapartidas, inclusive em trabalho voluntário)
5. Percentual dessa transferência dentre as outras transferências para OSC

6. Percentual das transferências para OSC em comparação com os custos internos de operação do órgão público
7. Percentual das transferências para OSC em comparação com o orçamento global do órgão público
8. Quantas convênios ou contratos resultaram em problemas na sua prestação de contas
9. Quantas ações judiciais tem contra si a partir de OSC por conta da execução e prestação de contas em convênios
10. Qualificar índice de pontualidade do cumprimento das obrigações do setor público em convênios com OSC
11. Indicar se houve atraso nas transferências coincidente com o período eleitoral ou de troca governamental
12. Indicar se tem algum servidor público punido ou processado por conta de convênios cujas prestações de contas tiveram qualquer problema
13. Indicar quantas ações trabalhista se vê envolvido por causa de convênios com OSC e em quantas delas se reivindica direito que o órgão público não reconheceu como passível de ser cumprido com as verbas dos convênios

Computador 32

Mobilização Governo e Organização Social

Interesse social com a participação da sociedade, por meio da colaboração e cooperação entre todos e para todos.

### **Publico Alvo x Cara do Portal**

Cara Governamental

Cara Social

Sugestão: Vários endereços direcionados ao site, ou seja, nomes sugestivos.org e governo.gov

Acesso ao Sistema:

Controles de usuários, aceitar as organizações sem CNPJ e sem certificação digital.

Informações deverão ser fornecidas de forma categorizada, por área e segmento

Informação Textual e Categorizada

Organizações Sociais - Informações

Objetivo Social (Textual e categorizada)

Ações/atuações

Capilaridade

Como sobrevive

Como o cidadão pode ajudar

Captação de Recursos

Captação de Voluntários / como participar

Relação dos Custos

Projetos com incentivo do governo

Projetos sem incentivo

Parcerias Existentes

Necessidades, Dificuldades e Pendências  
Programas em Desenvolvimento  
Seguidores nas redes  
Qtd de voluntários  
Qtd beneficiados  
Famílias assistidas  
Fale Conosco  
Página na Internet  
Emails  
Redes Sociais  
Incentivos Governamentais - Federal, Estadual e Municipal  
Área e Segmento  
Relação das entidades governamentais  
Legislação, como obter, como fazer convênio  
Modelos e Exemplos de projetos incentivados  
Dúvidas  
Link da entidade para obter recursos  
Casos de Sucesso  
Boas ideias  
Bons projetos  
Sugestões  
Críticas  
Biblioteca Virtual  
Livros  
Artigos  
Manuais  
Monografias  
Vídeos  
Áudios  
Treinamento Virtual sobre a obtenção de incentivos  
Divulgação  
Mutirões de Ajuda - prestação de serviço  
Mobilizações programadas pelas entidades  
Programação de eventos  
Fórum  
Base de Dados - Links de Acesso  
Informações categorizadas por área e segmento, permite-se cruzar as informações prestadas pelas organizações  
Cadastro das Pessoas Físicas e Jurídicas interessadas em participar por área e segmento  
Disponibilizar ferramenta gratuita para criação e armazenamento do site das organizações para divulgar os trabalhos realizados e a realizar;  
FAQ